

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE E MILITANTISMO
DOS FILIADOS DE BASE DO PT NO BRASIL**

JOSÉ ROBERTO PALUDO

Florianópolis
2017

JOSÉ ROBERTO PALUDO

**PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE E MILITANTISMO
DOS FILIADOS DE BASE DO PT NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Julian Borba

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Paludo, José Roberto

Participação de alta intensidade e militância
dos filiados de base do PT no Brasil / José Roberto
Paludo ; orientador, Prof. Dr. Julian Borba, 2017.
252 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Partido dos
Trabalhadores. 3. Partidarismo. 4. Participação de
alta intensidade. 5. Sociologia do militância. I.
Borba, Prof. Dr. Julian . II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política. III. Título.



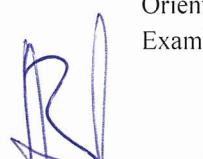
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br


“Participação de Alta Intensidade e Militantismo dos Filiados de Base do PT no Brasil”.

José Roberto Paludo

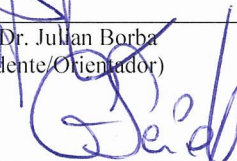
Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores.



Prof. Dr. Julian Borba
(Presidente/Orientador)



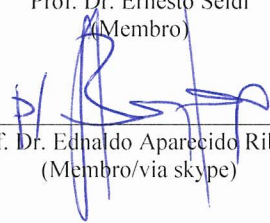
Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão
(Membro)



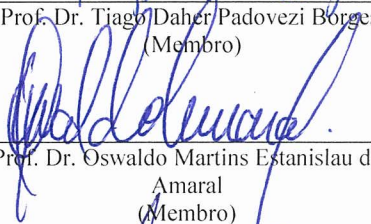
Prof. Dr. Ernesto Seidl
(Membro)



Prof. Dr. Tiago Daher Padovezi Borges
(Membro)



Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
(Membro/via skype)



Prof. Dr. Oswaldo Martins Estanislau do
Amaral
(Membro)



Prof. Dr.ª Márcia Grisotti
(Coordenadora)

FLORIANÓPOLIS, (SC), MARÇO DE 2017.

Ao dedicar esta tese me permito escolher três pessoas que considero fonte de inspiração para participação de alta intensidade: Paulo Stuart Whight (*in memoriam*), Alípio Cristiano de Freitas e Manoel Conceição Santos.

AGRADECIMENTOS

Esta tese não seria uma realidade se não fosse a participação, envolvimento e compreensão de muitas pessoas em minha volta. Assim, corro sério risco de ser injusto com alguém, mas prefiro corrê-lo a deixar de registrar meus agradecimentos aos que minha memória alcançou nominar.

Em primeiro lugar devo agradecer a compreensão e o apoio da minha família, da minha esposa Sibelli, dos meus filhos Rafael, Eduardo e a pequena Lia que foi o presente que veio junto com essa jornada. Também agradeço à minha mãe Cristina, ao meu pai Vitor, à minha sogra Maria Jecy e a todos os familiares minha gratidão pela compreensão e pelo apoio.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Julian Borba, que acreditou nessa possibilidade e na difícil tarefa de distinguir o acadêmico do militante e soube compreender os limites sem abrir mão da exigência. Aos colegas de grupo de estudo Carla Ayres e Renata Andrade, ao Wesley e ao professor Ednaldo Ribeiro, pelo diálogo, pelas críticas e dicas, mas especialmente ao meu colega e grande amigo Eder Gimenes que acompanhou essa jornada desde o princípio e me ajudou a desatar os nós mais difíceis deste trabalho.

Agradeço aos amigos, companheiros e colegas que ajudaram de diferentes formas a viabilizar uma ousada pesquisa de campo sem financiamento público. Portanto, muito obrigado André, Marlei, Gabriel, Rafael, Andréia e ao professor Pedro Uczai com quem pude contar nos momentos em que mais precisava.

Aos que me atenderam gentilmente para conceder as entrevistas e aos que responderam anonimamente o questionário do *survey* meus sinceros agradecimentos.

Enfim, minha gratidão a todos os que contribuíram direta ou indiretamente com mais esta etapa da minha formação acadêmica.

RESUMO

A presente tese está inserida no campo da Ciência Política, articulada a uma agenda de pesquisas em torno das atitudes e do comportamento político da cidadania, especificamente no que se refere ao partidarismo no Brasil. Considerado o destaque do Partido dos Trabalhadores (PT) entre as legendas nacionais em se tratando de aspectos como organização institucional, relação com o eleitorado e relevância no sistema partidário, o problema de pesquisa analisado foi a intensidade da participação da base de filiados do referido partido, pois, ainda que o petismo seja um tema bastante estudado, há lacunas tanto com relação à intensidade de participação quanto no que diz respeito à base dos filiados, tomada como objeto empírico. Para tanto, foram mobilizados aportes teóricos relacionados à literatura sobre participação e partidarismo e à Sociologia do Militantismo, bem como realizadas pesquisas de campo e análises de natureza quantitativa e qualitativa. A hipótese de pesquisa foi de que a intensidade de participação dos petistas se explica pelos recursos individuais e habilidades cívicas adquiridas no processo de socialização, combinados com retribuições simbólicas e materiais, de modo que a trajetória dos filiados, representada pelas dimensões de tempo de filiação e idade, seriam dimensões determinantes para explicar a variação da intensidade de participação. Em se tratando de resultados, a análise do banco de dados composto por uma amostra representativa da base de filiados ao PT permitiu confirmar a hipótese de que as variáveis de tempo de filiação e de idade são determinante para explicar a intensidade de participação (IP). Ademais, a análise das entrevistas permitiu aprofundar os resultados quantitativos, bem como tratar também de desfiliações à legenda, não incluídos na pesquisa quantitativa e considerado perfil relevante ao objetivo desta tese, o que possibilitou a compreensão sobre as conexões entre as diferentes dimensões da trajetória militante no processo de construção de distintos níveis de engajamento e a intensidade da participação dos indivíduos no PT. Diante do exposto, pode-se afirmar que a trajetória dos militantes explica a diferença de intensidade no momento atual, considerando-se os recursos individuais, o processo de socialização e a carreira militante, diante das transformações de cada fase do petismo e das especificidades de cada contexto.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores; Partidarismo; Participação de alta intensidade; Sociologia do militantismo.

ABSTRACT

This political science thesis is articulated with a research agenda on citizens' political behavior and attitudes, specifically regarding partisanship in Brazil. Considering the prominence of the Partido dos Trabalhadores (Workers' Party – PT) among Brazilian parties with respect to institutional organization, relationship with electors and relevance within the party system, I analyzed the intensity of participation (IP) within its base of affiliates, since even though 'petismo' (being a supporter of the PT) is an often studied topic, there are gaps in the studies regarding both the base of affiliates as an empirical object and the intensity of the affiliates' participation. I mobilized literature from the areas of political participation and partisanship, and sociology of activism, also conducting field research, analyzing its findings via quantitative and qualitative approaches. The hypothesis was that the intensity of participation of 'petistas' (PT supporters) is explained by individual resources and civic abilities acquired during the process of socialization, combined with symbolic and material retributions, so that the affiliates' trajectories, represented by the dimensions of time as an affiliate and age, would be determinant dimensions in explaining the variation in intensity of participation. As for results, the analysis of the database containing a representative sample of the PT's base of affiliates enabled the confirmation of the hypothesis that the variables of time as an affiliate and age were determinant in explaining the IP. Moreover, the analysis of the interviews deepened the quantitative conclusions, and it has also made possible to consider former affiliates, who, although not included in the quantitative research, are considered a group relevant to this thesis as they allowed for an understanding of the connections between different dimensions of the activist trajectory in the process of creating distinct levels of engagement and IP of individuals in the PT. Therefore, I claim that the trajectory of the supporters explain the difference in intensity today, considering their individual resources, the process of socialization, and the militant career, in face of the transformations in each phase of the PT and the specific characteristics of each context.

Keywords: *Partido dos Trabalhadores; Partisanship; High intensity participation; Sociology of activism.*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual de filiados do PT por região do País.....	85
Tabela 2 - Percentual de filiados do PT por sexo.....	85
Tabela 3 - Percentual de filiados do PT por idade.....	85
Tabela 4 - Dados para a definição da amostra.....	87
Tabela 5 - Principais profissões dos filiados entrevistados	113
Tabela 6 - Tipo de recrutamento por tempo de filiação	119
Tabela 7 - Trajetória de participação dos filiados por tipos de movimentos.....	121
Tabela 8 - Motivações para engajamento partidário	124
Tabela 9 - Motivação pelo socialismo entre os velhos e novos filiados	125
Tabela 10 - Posicionamento ideológico dos filiados entrevistados	128
Tabela 11 - Codificações das variáveis	153
Tabela 12 - Efeitos do tempo de filiação e faixas de idade 1 e 2 sobre a IP	160
Tabela 13 - Determinantes da participação de alta intensidade utilizando termos interativos entre idade e tempo de filiação	162
Tabela 14 - Testes de regressão linear: modelo completo.....	164

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Desenho da Amostra dos Entrevistados	96
Quadro 2 - Modalidades e Formas de Atração de Novos Membros....	118
Quadro 3 - Lista de tarefas que distinguem a intensidade de participação	140
Quadro 4 - Pergunta sobre o tempo de filiação	142
Quadro 5 - Pergunta sobre a idade dos filiados	143
Quadro 6 - Pergunta utilizada no <i>survey</i> sobre Eficácia Política Subjetiva	145
Quadro 7 - Pergunta utilizada no <i>survey</i> sobre Sexo dos filiados	146
Quadro 8 - Questão utilizada no <i>survey</i> sobre Escolaridade dos filiados	146
Quadro 9 - Questão utilizada no <i>survey</i> sobre Renda dos filiados	147
Quadro 10 -. Questão utilizada no <i>survey</i> para mensurar a variável de Tempo Livre.....	148
Quadro 11 - Questão utilizada no <i>survey</i> para mensurar o Tipo de Recrutamento	149
Quadro 12 - Questão utilizada no <i>survey</i> para mensurar os Tipos de Incentivos ou Retribuições à Participação.....	151
Quadro 13 - Características dos entrevistados por grupo de militantes	174
Quadro 14 - Características gerais dos entrevistados	175
Quadro 15 - Fatores que influenciaram a filiação no PT.....	178
Quadro 16 - Estruturas de oportunidades para militância petista.....	187
Quadro 17 - Relação entre habilidades e retribuições	190
Quadro 18 - Posicionamento dos entrevistados sobre Esquerda/Direita	197

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição da amostra por tempo de filiação	101
Gráfico 2 - Distribuição da amostra por macrorregiões do País.....	102
Gráfico 3 - Evolução histórica do percentual de filiados por macrorregiões do País	103
Gráfico 4 - Crescimento numérico de novos filiados por macrorregiões do País	104
Gráfico 5 - Percentual de mulheres velhas e novas filiadas por macrorregiões do País	105
Gráfico 6 - Distribuição da amostra por faixa etária	107
Gráfico 7 - Histórico de distribuição da escolaridade dos Delegados e Filiados do PT	109
Gráfico 8 - Histórico da distribuição da renda dos Delegados e Filiados do PT	110
Gráfico 9 - Distribuição da amostra por tempo livre.....	112
Gráfico 10 - Percentual dos entrevistados que participam em NBs	116
Gráfico 11 - Tipo de socialização prévia que influenciou na filiação partidária	119
Gráfico 12 - Escala de multimilitantismo por fases de militância.....	123
Gráfico 13 - Opinião dos entrevistados sobre modelo de partido	126
Gráfico 14 - Comparativo do posicionamento dos filiados entrevistados e delegados.....	129
Gráfico 15 - Frequência de participação em atividades de diferentes intensidades.....	132
Gráfico 16 - Escala da frequência de participação por quantidade de atividade	133
Gráfico 17 - Distribuição da IP em escala de seis pontos	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APSA	<i>American Political Science Association</i>
BRICs	Bloco Econômico formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CESOP	Centro de Estudos de Opinião Pública
CNB	Construindo um Novo Brasil
CETRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
DM	Diretório Municipal
DN	Diretório Nacional
DR	Diretório Regional
DZ	Diretório Zonal
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPS	Eficácia Política Subjetiva
ESEB	Estudo Eleitoral Brasileiro
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FPA	Fundação Perseu Abramo
G-20	Grupo das 20 Maiores Economias do Mundo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IP	Intensidade de Participação
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MS	Movimentos Sociais
NBs	Núcleos de Base
ONGs	Organizações Não Governamentais
OP	Orçamento Participativo
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PED	Processo de Eleições Diretas
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido da Solidariedade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SM	Salário Mínimo
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
TdL	Teologia da Libertação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
WVS	<i>World Values Surveys</i>

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	25
PARTE I – REVISÃO DA LITERATURA	31
CAPÍTULO 1 – OS PARTIDOS POLÍTICOS, A PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE E O MILITANTISMO.....	31
1.1 OS PARTIDOS POLÍTICOS.....	31
1.2 PARTICIPAÇÃO EM PARTIDOS POLÍTICOS	41
CAPÍTULO 2 – SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO E O PARTIDO DOS TRABALHADORES	57
2.1 PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS, FUNCIONAMENTO E LIMITES.....	57
2.2 PARTIDO DOS TRABALHADORES: DA ANTÍTESE À ADAPTAÇÃO	62
PARTE II - METODOLOGIA	79
CAPÍTULO 3 - COMBINANDO OS PARADIGMAS DE PESQUISA QUANTITATIVA E QUALITATIVA	79
PARTE III - ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE E DO MILITANTISMO ENTRE OS FILIADOS DO PT.....	99
CAPÍTULO 4 - QUEM SÃO OS FILIADOS DE BASE DO PT NO BRASIL?	99
4.1 DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR COTAS.....	100
4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PETISTAS	108
4.3 SOCIALIZAÇÃO E INCENTIVOS	115
4.4 INTENSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DOS PETISTAS	131
CAPÍTULO 5 - OS DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE	137
5.1 OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS E HIPÓTESES DE TRABALHO	138
5.2 ANÁLISE DOS DETERMINANTES DA IP	158
5.3 CONSIDERAÇÕES.....	168
CAPÍTULO 6 - TRAJETÓRIAS E VISÕES DOS MILITANTES SOBRE O PT	173
6.1 RECURSOS INDIVIDUAIS E SOCIALIZAÇÃO.....	174

6.2 TRAJETÓRIA MILITANTE E RETRIBUIÇÕES	186
6.3 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E NÍVEIS DE ENGAJAMENTO	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
REFERÊNCIAS	221
APÊNDICE.....	237
APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA QUANTITATIVA	238
APÊNDICE 2 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS.....	250
APÊNDICE 3 - ANÁLISES FATORIAIS	251
APÊNDICE 4 - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DAS ENTREVISTAS.....	252

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os partidos políticos tiveram um papel importante na consolidação da democracia representativa. As primeiras experiências de partidos políticos como são conhecidos hoje começaram a surgir no final do século XIX, mas foi no período posterior à Segunda Guerra Mundial e até 1970 que tais instituições tiveram um papel preponderante, o que Manin (1995) denominou como “idade de ouro dos partidos” ou “democracia de partidos” e como afirmou Schattschneider (1942), “*the modern democracy is unthinkable save in terms of the party*”. Porém, a literatura recente sobre partidos políticos aponta para o declínio da participação em tal instituição, tanto quantitativamente, através da diminuição das filiações, como qualitativamente, em relação à intensidade, de modo que há uma redução da importância da participação dos filiados para os partidos (WHITELEY & SEYD, 2002; WHITELEY & SEYD, 2004; DALTON, FARREL & MacALLISTER, 2011).

O tema da participação tem grande relação com o de partidos políticos. Ambos aparecem socialmente num contexto de universalização do sufrágio e da consolidação das democracias representativas. Especificamente sobre a participação em partidos políticos, Heidar (2006) destaca que os filiados têm um papel ativo no interior das referidas instituições, como, por exemplo, disputar cargos de direção e participar tanto da escolha de candidatos como em debates, na tomada de decisões e em eventos. O interesse dos partidos por filiados passa pela ajuda destes em campanhas eleitorais, para obter legitimidade e financiamento, para recrutar novos candidatos, ser âncora das suas ideias na sociedade, sustentar opinião pública e desenvolver novas políticas. Mesmo que o pensamento dos líderes não coincida com a intenção dos filiados, estes querem ser membros por razões individuais (ter influência, obter favores materiais, informações, benefícios sociais e satisfação e, em contrapartida, doam tempo, dinheiro e oportunidades), ou por razões sociais como, tradição familiar, normas, ou ideologia (HEIDAR, 2006).

Para tratar do engajamento em partidos políticos tomou-se como referência o conceito de participação de alta intensidade apresentado por Whiteley e Seyd (2002). Estes autores diferenciam os tipos de participação dos ativistas partidários entre as atividades que têm maior custo de esforço e tempo (alta intensidade) e as de menor custo (baixa intensidade). Analisando os dois principais partidos ingleses, o Partido Trabalhista e o Partido Conservador, os autores aplicaram duas ondas de

surveys junto aos velhos e novos membros desses partidos no período de 1994 a 2001, operacionalizando variáveis relacionadas com pelo menos três teorias que tratam da participação no âmbito da Ciência Política: voluntarismo cívico, teoria da escolha racional e psicologia social. Os dados dos *surveys* foram analisados estatisticamente e, na sequência, os autores propuseram uma teoria alternativa chamada de “incentivos gerais”, englobando uma combinação das variáveis anteriores, com acréscimo de novas dimensões (WHITELEY & SEYD, 2002)¹.

Posteriormente, em diálogo com outros autores, como Katz e Mair (1994), Scarrow (2000) e Dalton (2005), Whiteley (2011) publicou uma segunda análise buscando demonstrar estatisticamente a generalização deste paradigma do declínio da participação em partidos políticos para uma amostra mundial. Assim, organizou uma pesquisa sobre a identificação partidária com base nos dados do *World Values Surveys* (WVS), entre 1999 e 2004, envolvendo uma amostra significativa de 36 países onde existe democracia representativa, incluindo desde os Estados Unidos da América (EUA) até países ex-comunistas do Leste Europeu e, portanto, abrangendo as três ondas de democracia. O autor constatou que houve uma redução global na média de filiação partidária da ordem de 30% nesse período (1999-2004) e testou a dimensão individual do engajamento cognitivo, relacionada com variáveis de contexto, como a regulação estatal do sistema partidário e as novas formas de participação, o que confirmou o impacto da regulação estatal como inibidora do engajamento voluntário. Com isso, Whiteley (2011) propõe a inserção desse problema na agenda da Ciência Política e sugere aprofundar as particularidades deste paradigma do declínio da participação de alta intensidade nos partidos políticos em cada país ou região.

Outra linha teórica que explica a participação nos partidos políticos e nos movimentos sociais é a Sociologia do Engajamento Militante, ou Sociologia do Militantismo. Esta tem uma longa tradição de estudos sobre o militantismo trabalhista, no período anterior a década de 1950, ou seja, na fase de auge do modelo de partidos de massa. Porém, com o declínio deste modelo de partido e a ascensão dos novos movimentos sociais, especialmente após 1968 (SAWICKI & SIMÉANT, 2009) mudou-se também o enfoque de análise, anteriormente baseada no padrão de militante do tipo “ativista desinteressado”, para uma análise

¹ Esta obra será amplamente discutida no Capítulo 1, item 1.2 que trata da participação em partidos políticos, especialmente nos subtítulos sobre participação de alta intensidade e declínio da participação.

sobre a importância das retribuições materiais e simbólicas no engajamento dos militantes (GAXIE, 1977; 2005; FILLIEULE & PUDAL, 2010).

Essa nova fase da Sociologia do Militantismo demonstrou que ao mesmo tempo em que ocorre um declínio do engajamento ideológico, baseado nas lutas coletivas, houve também um distanciamento e despolitização da militância e uma ascensão da pluralidade de tipos de ativismos e novas formas de organização. Essas mudanças foram acompanhadas pelas transformações no paradigma de análise do engajamento militante, agora influenciada pelo interacionismo da Escola de Chicago, pela análise de carreiras militantes, como um processo dialético entre a história individual, as instituições e os contextos, numa sucessão de fases e de múltiplos engajamentos ao longo dos ciclos de vida (FILLIEULE, 2001; FILLIEULE & PUDAL, 2010).

Por influência da teoria de Olson (1965 [2002]) sobre a “lógica da ação coletiva” e do conceito de incentivos seletivos, Gaxie (1977) introduz o debate sobre a retribuição da militância através de recompensas materiais e simbólicas. Porém, essas recompensas são diferenciadas de acordo com as características da organização partidária e também de acordo com as posições que os indivíduos ocupam na hierarquia partidária, o que influencia na motivação para o recrutamento de novas adesões, nas divisões internas e na formação de facções, além da motivação para a saída ou desligamento de membros (GAXIE, 1977; 2005).

Assim, a intensidade da participação (IP) pode ser observada de diferentes pontos de partida, ou seja, enquanto Whiteley e Seyd (2002) tratam do declínio na intensidade da participação, Gaxie (1977; 2005) se refere as mudanças nas formas de engajamento desinteressado para uma militância interessada nos incentivos seletivos, materiais e simbólicos. Ainda que se trate de pontos de partida distintos há uma tendência comum é que é o declínio na intensidade da participação nos partidos políticos que se explica pelos “incentivos gerais” (WHITELEY & SEYD, 2002) ou pela retribuição material e simbólica (GAXIE, 1977; 2005), mas ambos concordam que tais mudanças estão intrinsecamente ligadas às transformações macro e às alterações da forma de organização dos próprios partidos.

A relevância desta tese se justifica na medida em que busca acrescentar novidades em relação aos estudos sobre o PT, através do recorte temático (estudar a intensidade da participação dos filiados de base), da produção de dados e informações e também do ponto de vista

teórico, com base no diálogo entre a análise de Whiteley e Seyd (2002) e a Sociologia do Militantismo.

A escolha dos filiados do PT como objeto de estudo é importante na medida em que houve um crescimento da adesão partidária no Brasil nos últimos anos (atingindo uma média de 11% dos eleitores filiados a partidos políticos, enquanto a média europeia é de 5%), com destaque ao referido partido, que aumentou em 91,85% o número de filiados entre 2002 e 2014, ou seja, no período em que o PT esteve a frente da Presidência da República, passando de sexto para segundo maior partido em quantidade de filiados no país (RIBEIRO, 2014a)².

O PT também é o partido mais estudado no Brasil. Conforme Menegozzo (2013) a produção bibliográfica sobre o PT é bastante extensa e há uma vasta literatura disponível abordando diversos aspectos do petismo, tanto no que diz respeito ao modelo de partido, ao posicionamento político e ideológico, estudos sobre as elites partidárias e inclusive estudos quantitativos importantes, como, por exemplo, uma série histórica com base em *surveys* com delegados dos encontros e congressos nacionais do PT, realizados pela Fundação Perseu Abramo (FPA), entre 1990 até 2010, ainda que persista uma lacuna quanto a estudos sobre a participação dos filiados de base em âmbito nacional. Apesar do conhecimento acumulado e dos dados disponíveis, dada a ausência de dados quantitativos adequados para realizar a análise aqui proposta, foi necessário executar uma pesquisa quantitativa com base numa amostra representativa dos filiados do PT no Brasil, para produzir informações necessárias à essa análise, seguindo a proposta de Whiteley e Seyd (2002), posteriormente aprofundada por outra etapa qualitativa da pesquisa empírica baseada em entrevistas com militantes de base do PT em nível nacional.

A viabilidade da amostra quantitativa foi possível porque o PT dispõe de um banco de dados organizado com contatos de dirigentes e filiados e tem se demonstrado aberto a contribuir com estudos acadêmicos sobre o partido, assim como houve uma oportunidade de mobilização nacional dos filiados numa data única, no dia da realização do Processo de Eleições Diretas (PED), quando foram enviados questionários autoadministrados. Posteriormente, o questionário foi

² A preferência partidária dos eleitores pelo PT também cresceu de forma consistente entre 1989 (5%) até 2004 (20%), alcançando o PMDB em 1993, até então o partido de maior preferência no Brasil, e, de 1999 em diante o PT abre uma larga diferença na preferência partidária, conforme dados históricos do Instituto Datafolha (SAMUELS, 2008).

replicado via internet, para fins de atingir as metas de composição da amostra representativa. Para a execução das entrevistas também foram diferentes procedimentos, tanto presencial como à distância.

Diante deste contexto, essa tese se insere no campo da Ciência Política, dentro das áreas que tratam de partidos políticos e de participação e, mais especificamente, entre os autores que abordam a participação de alta intensidade e o militância. Nesse sentido, o problema desta tese são os determinantes da intensidade de participação para o caso dos filiados do PT no Brasil, de modo que procuramos responder às seguintes questões: Quais dimensões influenciam na intensidade de participação dos petistas? Quais os tipos de filiados que têm participação de alta e de baixa intensidade? Como explicar os diferentes níveis de intensidade em diferentes fases da trajetória dos militantes?

Dialogando com a literatura destacada, partimos da hipótese de que a intensidade da participação dos filiados de base do PT se explica pela trajetória dos militantes, representada pelas dimensões de tempo de filiação e idade, relacionadas com outras variáveis de recursos individuais e habilidades cívicas adquiridas no processo de socialização e com as retribuições simbólicas e materiais obtidas ao longo das carreiras militantes em cada fase do petismo e de acordo com as estruturas de oportunidades em cada contexto.

Em se tratando de resultados, a análise do banco de dados composto por uma amostra representativa da base de filiados ao PT permitiu confirmar a hipótese de que as variáveis de tempo de filiação e de idade são determinante para explicar a intensidade de participação (IP), onde a primeira mostrou influência positiva e segunda influencia negativamente para os novos filiados, porém, é positiva para os velhos filiados. Além disso, as variáveis de recrutamento em movimentos sociais, retribuições simbólicas; retribuições materiais e sentimento de eficácia política subjetiva são preditoras de IP, não ocorrendo o mesmo com as variáveis de recrutamento ideológico e retribuição por benefícios coletivos.

O objetivo geral desta tese é analisar os determinantes da participação de alta intensidade entre os filiados do PT no Brasil, tendo como objetivos específicos: realizar uma revisão da literatura sobre partidos políticos, participação de alta intensidade e sociologia do militância; contextualizar a trajetória do PT dentro do sistema político brasileiro; descrever o perfil e as principais características dos petistas em relação à participação de alta intensidade; analisar as variáveis que são determinantes para explicar a intensidade de participação (IP) dos

filiados do PT no Brasil; e compreender essas dimensões em relação às diferentes fases das trajetórias dos militantes.

Esta tese está estruturada em três partes: revisão da literatura; metodologia; e análise dos resultados, além desta seção introdutória e das considerações finais. Nesta estrutura estão inseridos seis capítulos: a revisão de literatura é composta por um capítulo que trata dos partidos políticos, da participação de alta intensidade e do militantismo e outro que aborda o sistema eleitoral brasileiro e a trajetória do PT; o terceiro capítulo é de ordem metodológica e explica a construção das pesquisas quantitativa e qualitativa; na terceira parte de análise dos resultados estão contidos o quarto capítulo, que apresenta uma análise descritiva da pesquisa quantitativa; o quinto capítulo, que trata de uma análise dos dados vinculados ao *survey* aplicado junto aos filiados petistas; e, finalmente, o sexto capítulo, que expõe os resultados da pesquisa qualitativa, encerrando-se a tese com as considerações finais.

PARTE I – REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO 1– OS PARTIDOS POLÍTICOS, A PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE E O MILITANTISMO

1.1 OS PARTIDOS POLÍTICOS

Em relação às origens dos partidos, optou-se por resgatar algumas referências iniciando por uma contextualização desse tema na democracia representativa e, em seguida, resgatar alguns textos clássicos dessa literatura, apenas para introduzir a amplitude do tema central da presente tese.

Na Grécia e na Roma antigas, consideradas como berço da democracia moderna ocidental, não havia a noção de representação. Somente no século XIV, do latim e do inglês, emerge a palavra “representação” ligada aos conselhos de igrejas, aos conselheiros do Rei e ao surgimento do Parlamento inglês. No século XVIII, a partir das Revoluções Americana e Francesa, a representação se tornou um “direito do homem”. Do ponto de vista teórico, Hobbes é o precursor da ideia de que os indivíduos abrem mão do seu poder, autorizando um indivíduo ou um único núcleo de poder a agir em nome da coletividade, ou seja, a representar cada indivíduo. Essa ideia se justificava como uma alternativa aos constantes conflitos na Inglaterra do século XVII, buscando evitar o retorno ao estado de natureza, da guerra de todos contra todos (PITKIN, 1967).

Dáí em diante, houve um “triunfo” do modelo de “governo representativo”, que, segundo Manin (1995), tem como características quatro princípios básicos: a forma como são eleitos ou selecionados os representantes pelos governados; a forma como se dá a representação e a independência parcial dos representantes em relação aos eleitores, ou seja, os mandatos não imperativos; a liberdade de opinião pública, independente do controle do governo; e a forma como são tomadas as decisões políticas, com base no debate. Segundo este autor, durante os últimos dois séculos, o “governo representativo” passou por importantes modificações sistematizadas em três tipos ideais: governo parlamentar; democracia de partidos; e democracia do público (MANIN, 1995).

Maurice Duverger escreveu sua teoria geral dos partidos, em 1951, analisando a origem destas instituições, diferenciando os partidos nas repúblicas antigas (conhecidos como facções) e os clubes que funcionavam como comitês de opinião no período do voto censitário, dos partidos modernos que foram surgindo no mesmo contexto do

sufrágio universal. Esses partidos modernos têm basicamente dois tipos de origens que os distinguem: partidos de quadro (que têm origem nos grupos parlamentares ou dos comitês preexistentes, antes do sufrágio universal); e os partidos de massa (origem externa aos parlamentos, que surgem especialmente dos sindicatos, como na Inglaterra em 1899) (DUVERGER, 1980 [1951]).

Posteriormente, em 1976, Giovanni Sartori analisou “os partidos e os sistemas partidários”, iniciando pelo resgate epistêmico do termo “partido”, depois sua relação com o ideal liberal de pluralismo e individualismo e, finalmente, a evolução das experiências de governos de partidos na Inglaterra no século XVIII. Com a inclusão do mecanismo do voto, os partidos tornaram-se partidos eleitorais e produziram governos que respondem às demandas e requerem um sistema de partidos; e, com a expansão do voto universal os partidos tornaram-se partidos de massa (SARTORI, 1982).

No caso do Brasil, somente pode-se falar de um sistema de partidos num curto período que iniciou em 1946, foi interrompido pelo golpe civil-militar de 1964 e retomado com a lei dos partidos de 1979 e as eleições livres e diretas após a Constituinte de 1988 (KINZO, 1993; LIMA Jr, 1999; MAINWARING, 1991; FRANCO, 1980; MEZZARROBA, 1998). Portanto, trata-se uma “democratização tardia” ou “democracias em processo de consolidação” (GIMENES, 2015, p.71).

Assim, percebe-se que o conceito de partido antecede a modernidade, porém é com o triunfo da democracia representativa, das instituições dos Estados nacionais e dos sistemas de formação de governo através do voto universal que os partidos políticos passaram a ter um papel fundamental no sistema político. Tanto a origem dos partidos modernos quanto seu conceito e funções são polissêmicos, e o surgimento dos sistemas de partidos depende de contextos históricos distintos (CHARLOT, 1982). No caso do Brasil, trata-se de um sistema partidário recente e com características peculiares que serão abordadas posteriormente.

Modelos de partidos

Além da origem dos partidos políticos, é importante ressaltar o debate sobre modelos de partidos políticos que busca descrever “tipos ideais” encontrados principalmente nos países de democracia consolidada e que servem de referência de análise em diferentes estudos.

Duverger (1980 [1951]) considera o modelo de partido de massa (origem extraparlamentar) como exemplo de partido moderno. As características que diferenciam os partidos de massa dos de quadro, como sintetiza Meneguello (1989), são: organização interna intensa (complexa e burocrática), forte articulação estrutural, centralização nacional, rigor nas filiações, ideologia doutrinária, forte relação entre líderes partidários e parlamentares e permanente envolvimento dos filiados.

Otto Kirchheimer (1966) analisa que, em função das transformações alcançadas pelo Estado de bem-estar social e da dissipação na polarização ideológica, o foco dos partidos passou a ser o sucesso eleitoral em detrimento da ideologia, com destaque para o papel do líder em detrimento das bases, com a adoção de uma estratégia eleitoral focada na população em geral e menos nos círculos sociais de classe, religião ou outros. Portanto, os partidos passaram a estar abertos aos interesses de grupos variados (KIRCHHEIMER, 1966). O autor definiu esse fenômeno como um novo modelo de partido que ele chama de *catch all*, tornando-se uma contribuição importante para os estudos posteriores sobre o tema.

Por sua vez, Katz e Mair (1994) identificaram a emergência de um outro modelo de partido nas democracias contemporâneas, o partido *cartel*, caracterizado pelas suas relações com o Estado, apontadas como essenciais para a aquisição de recursos necessários para a sobrevivência da organização. Os principais indicadores dessa relação de dependência dos partidos em relação ao Estado são: acesso aos meios de comunicação de massa, especialmente à televisão, por meio de espaços partidários destinados à comunicação direta com o eleitorado; destinação de recursos humanos à disposição dos partidos (assessores de parlamentares, membros do Executivo, funcionários do partido e contratação de profissionais, pagos em grande medida por repasses financeiros oriundos de fundos partidários provenientes do Estado); além disso, o Estado confere legitimidade aos partidos políticos perante a sociedade civil quando estes ocupam cargos públicos e os partidos utilizam recursos estatais para a distribuição de incentivos seletivos a seus membros ou grupos sociais que os apoiam (patronagem partidária).

Portanto, resumidamente pode-se traçar uma “linha evolutiva” dos partidos, nesses quatro modelos históricos: partidos de quadros (século XIX, num contexto de sufrágio censitário e filiações elitistas); partidos de massas (mais ou menos entre o período de 1880-1960, com sufrágio universal e filiações ativistas identificadas ideologicamente e com ênfase nos direitos e obrigações); partidos *catch-all* (de 1945 em

diante, com sufrágio universal, competitivo, abertos à filiação heterogênea e individualizada, com ênfase apenas nos direitos e na disputa não mais pelos meios partidários, mas por espaços estatais); e, partidos *cartel* (desde 1970, baseados na profissionalização da política, na eficácia eleitoral com recursos abundantes; não se preocupa com as filiações, mas apenas com voto e legitimação, o que transforma os partidos num aparato de Estado) (HEIDAR, 2006).

Panebianco (2005) critica a literatura sobre modelos de partidos, que segundo o autor está baseada em preconceitos sociológicos e teleológicos e demonstra isso descrevendo quatro dilemas organizativos dos partidos: são organizações complexas que buscam tanto objetivos racionais como mediações de sobrevivência; distribuem tanto incentivos coletivos quanto seletivos; tanto buscam dominar o ambiente ou sistema político quanto tentam adaptar-se às condições do meio; os líderes têm autonomia limitada de ação, mediadas por coalizões e negociações. Com isso, Panebianco (2005) define critérios de classificação, na evolução de um processo organizativo ideal baseado em três fases: gênese dos partidos, processo de institucionalização e a fase da maturidade; cada uma delas têm características diferentes, mas influenciáveis entre si.

Portanto, Panebianco (2005) propõe uma taxilogia para o estudo dos partidos políticos, tomando-os como uma organização que requer uma análise por dentro dos próprios partidos para entender a sua evolução organizativa dentro de um sistema complexo.

Diante da discussão sobre modelos organizativos dos partidos cabe questionar como se caracteriza o PT, objeto deste estudo. Em sua tese Pedro Ribeiro (2008) aponta o PT como um modelo híbrido chamado de “partido anfíbio”, ou seja, diante das oportunidades oferecidas por fatores exógenos ao partido e das decisões no âmbito da organização partidária interna, ocorreu um enfraquecimento da ligação com as bases sociais e um fortalecimento da relação com o Estado, mas ainda não o suficiente para considerar o PT no modelo *cath-all* ou *cartel*.

Assim, o enfoque sobre a modelização não pode ser adotado de forma a encaixar um partido dentro de um modelo ideal, pois estes são organizações inseridas num conjunto de dilemas que compõem contextos históricos e culturais em diferentes graus de institucionalização de cada sistema partidário nacional. Portanto, os modelos ideais devem servir de referência para a sistematização das experiências e trajetórias dos partidos para possíveis estudos comparados.

Papel dos partidos

Sartori (1982) define os partidos como uma parte de todo (plural) que têm por objetivo apresentar projetos para o todo, para o bem comum, por isso, considera-os como condutores de expressão e representação, ou seja, instrumentos de expressão cujo papel é: canalizar e organizar a vontade caótica; traduzir as vontades das massas disputando a opinião pública; e exercer a representação dos votantes e dos membros expressa em seus programas (SARTORI, 1982).

Para Weber (2012), os partidos políticos são importantes associações duradouras baseadas no livre recrutamento proporcionando poder aos seus líderes. Essas associações cumpriram um papel histórico fundamental para organizar e legitimar o sistema democrático, especialmente no período após a Segunda Guerra Mundial, mas que vêm passando por diferentes transformações conjunturais desse período em diante (WEBER, 2012).

Enfim, Webb e White (2010) propõem uma síntese das principais funções dos partidos apontadas pela literatura: dar legitimidade à representação; desenvolver a auto-organização; fazer o recrutamento de quadros; agregar interesses; promover a participação; e realizar o papel de comunicação e educação política.

Em relação à função específica de promover a participação política e de mobilização da sociedade, esses autores entendem que ela se dá através do recrutamento de quadros para compor cargos quando exerce governo, da mobilização de seus membros ativos nas disputas eleitorais, da mobilização das massas para responder ao nível de legitimação do partido enquanto organização ou para legitimar o poder de seus líderes (WEBB & WHITH, 2010).

Contudo, não são recentes os questionamentos sobre se os partidos estão cumprindo seus papéis, como por exemplo, o relatório do *Committee Political Parties* da reconhecida *American Political Science Association* (APSA) do ano de 1950, com o título *Toward a More Responsible Two-Party System*, que teve ampla repercussão no meio acadêmico, pois apresentou um estudo sobre os limites do sistema bipartidário e apontou a necessidade dos partidos retomarem suas funções, ou seja, de apresentarem objetivos programáticos, promoverem a coesão organizativa, a democracia interna e a participação ativa dos membros, além de formarem uma burocracia profissional para desempenhar funções públicas (WATTENBERG, 1998).

Enfim, diante do enfoque das funções dos partidos políticos, parece que esse relatório da APSA sintetiza três grandes campos de

atuação dessas organizações e, ao mesmo tempo, serve de referência normativa, não apenas para os sistemas bipartidários, mas para uma análise do desempenho dos partidos em geral.

Declínio da participação dos filiados nos partidos

Até aqui apresentou-se uma breve revisão da literatura sobre a origem, os modelos e as funções dos partidos políticos modernos que tem como pano de fundo as democracias consolidadas na primeira metade do século XX (SCHATTSCHNEIDER, 1942; MANIN, 1995). Desse período em diante, começou a ser observado um declínio da importância dos partidos e, ao mesmo tempo, uma mutação tanto nos modelos partidários (KIRCHHEIMER, 1966; KATZ & MAIR, 1994; P. RIBEIRO, 2008; 2014 a) como também no estudo sobre classificação organizativa (PANEBIANCO, 2005) e inclusive em relação ao papel dos partidos (WATTENBERG, 1998). Esse declínio começou a ser analisado mais recentemente com foco nas consequências em relação à participação dos filiados nos partidos (WHITELEY & SEYD, 2002; WHITELEY & SEYD, 2004; WEBB & WHITE, 2010; DALTON, FARREL & MacALLISTER, 2011).

Webb e White (2010) abordam esse declínio demonstrando que as manifestações antipartidos, ainda que fracas e excepcionais, já vinham sendo observadas desde a década de 1960 e aos poucos foram surgindo contestações, instabilidade eleitoral e declínio, especialmente relacionados com os tipos de avanços da sociedade industrial após a década de 1970. Contudo, esses autores afirmam que os partidos, em suas funções principais, ainda contribuem de maneira central para a democracia, mas, ao mesmo tempo, ganham força outras instituições, como por exemplo, a mídia de massa que disputa algumas daquelas funções; e, os cidadãos tornam-se menos dependentes de informações por intermédio dos partidos políticos (WEBB & WHITE, 2010).

Desse modo, o declínio da participação partidária vem ganhando espaço na literatura nas últimas décadas. Seyd e Whiteley (1992) já haviam constatado que as filiações partidárias e o ativismo estavam caindo e o “ativista partidário” parecia ser uma “espécie” em extinção nas democracias industriais avançadas, mas foi a obra *High-Intensity Participation: the dynamics of party activism in Britain* (WHITELEY & SEYD, 2002) que contribui com um enfoque novo sobre o tema ao abordar o aspecto da intensidade dessa participação. Esses autores acrescentaram o conceito de participação de alta intensidade e analisaram-no empiricamente a partir de um *survey* aplicado com os

filiados dos dois principais partidos ingleses: o Partido Trabalhista e o Partido Conservador. Foram duas ondas de entrevistas com cada um dos partidos no período de 1994 até 2001. Assim, especialmente no seu capítulo 4 os autores analisaram que o declínio da participação nos partidos ingleses ocorre não apenas quantitativa, mas também qualitativamente, pois, mesmo quando ocorre algum crescimento na adesão de novos filiados, estes se diferenciam dos velhos filiados na medida em que têm uma baixa intensidade de participação (WHITELEY & SEYD, 2002).

Dada a importância do tema da participação dos filiados, a *Political Organizations and Parties Section of the American Political Science Association* fez uma publicação na sessão sobre partidos políticos, no mês de julho de 2004, contendo seis artigos analisando o problema do declínio da participação dos filiados em partidos políticos em países diferentes (Inglaterra, Dinamarca, Noruega, Irlanda, Canadá e Estados Unidos da América). Esse grupo de países tem grandes diferenças no que se refere ao sistema de partidos e também em relação ao nível de participação dos filiados, porém, há um consenso sobre o declínio da intensidade do ativismo que se apresenta de maneira distinta, mas ocorre em todos os casos.

Um das causas comuns para o declínio do ativismo, tanto na Inglaterra (WHITELEY & SEYD, 2004) como na Dinamarca (PEDERSEN *et al.*, 2004) e na Noruega (SAGLIE & HEIDAR, 2004) ocorre em função do financiamento público dos partidos, que tem como consequência um distanciamento dessas organizações em relação aos seus filiados e permite adotar uma estratégia política que prioriza a burocratização e a profissionalização em detrimento da mobilização dos militantes, são características já classificadas como modelos *catch all* e *cartel*. Portanto, neste caso, há queda dos membros ativos, mesmo quando ocorre um aumento dos membros passivos, o que representa uma crise de um dos modelos de partidos, o de partido de massa.

Outras duas causas do declínio do ativismo que aparecem quase de forma consensual é a falta de tempo disponível para a participação, principalmente entre os eleitores mais jovens, e o maior acesso às informações políticas por parte dos cidadãos em geral, suprido pelo aumento da escolaridade e pelas mídias de massa, o que reduz a dependência dessa demanda em relação aos partidos. Com isso, há também uma maior exigência para com a credibilidade dos partidos, como por exemplo, no Canadá, onde se constata um baixíssimo nível de filiação partidária em geral (aproximadamente 2%) e um crescente descrédito em relação aos partidos (CROSS & YOUNG, 2004).

Os efeitos desse declínio do ativismo são: problemas de renovação de líderes para disputar eleições e assumir cargos públicos; possibilidade de volatilidade eleitoral pela perda de bases votantes fidelizadas; questões mais profundas como a perda de legitimidade dos sistemas partidários ou o próprio comprometimento futuro da democracia representativa. Como contraponto a essa tendência, pode-se observar o caso dos EUA que têm um sistema muito diferenciado de relação entre filiados e partidos (não têm filiação formal), porém, a “dinâmica de terceiro” permite a colocação na agenda política de temas esquecidos na disputa bipartidária e um reengajamento de ativistas que estavam desacreditados em seu partido (STONE *e tal*, 2004). Da mesma forma, os resultados da pesquisa na Noruega apontam a possibilidade de que a oligarquização não é inevitável, ou seja, é possível uma organização partidária fortemente estruturada e um sistema de decisão por delegação como fatores positivos para a *accountability* (SAGLIE & HEIDAR, 2004).

Posteriormente, Paul F. Whiteley (2011) buscou demonstrar esse declínio de forma comparada, selecionando 36 países de diferentes regiões do mundo e pertencentes às distintas ondas de democratização, compondo assim uma amostra significativa em nível global analisada no artigo “*Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world*” (WHITELEY, 2011) onde explica a perda de confiança dos partidos políticos; os reflexos desse desengajamento para o sistema político; os reflexos sociológicos em relação ao engajamento partidário; e a relação disso com a opção pelos regimes democráticos que têm como princípio eleições periódicas.

Whiteley (2011) explica que o declínio do engajamento partidário é de ordem estrutural, ou seja, a tendência de declínio das associações pode ser analisada tanto do lado da oferta como do lado da procura. Em relação a oferta, o mercado político é cada vez mais competitivo; partidos são apenas uma opção dentre um crescente número de organizações políticas; pressões sobre o tempo das pessoas; mudanças socioeconômicas e demográficas (quebra das tradicionais comunidades da classe trabalhadora, expansão dos subúrbios, declínio da filiação sindical e crescimento do emprego feminino). Pelo lado da procura, a explicação mais frequente é a de que os líderes partidários têm agora menos necessidade de membros individuais por causa do surgimento de eleitores em massa no final do século XIX e início do século XX, pelo desenvolvimento da comunicação de massa e do *marketing* e em consequência da atração de grandes doações de organizações empresariais e recursos estatais.

O declínio do nível de ativismo se percebe pela diminuição do envolvimento em atividades como: recrutar colegas na comunidade em nome de seu partido; angariar fundos; preparar e executar as campanhas eleitorais locais; ocupar cargos dentro do partido ou em organismos externos; e arrecadar dinheiro para seu partido. Sobre a queda global do ativismo, as explicações também podem ser dadas do lado da oferta e da demanda. Por exemplo, do lado da oferta, as pressões sobre o tempo (entre o trabalho ou lazer, fazer militância partidária é menos atraente). Do lado da demanda, os partidos agora têm menos necessidade de seus militantes.

Para Whiteley (2011), possivelmente o impacto mais significativo desse declínio seja a formação de governos de partidos fracos e grupos de interesses fortes, e de partidos sem filiados. Consequentemente os líderes de partidos e os governos tendem a ser menos responsáveis. O autor cita como exemplo a Itália onde vêm surgindo clubes de adeptos; outros países em que se busca fundar novos partidos ou organizações profissionais de empreendedores políticos; e os EUA onde a vida cívica mudou drasticamente, pois tantos os líderes quanto os cidadãos já não pensam mais em organizações de âmbito nacional, mas em captar recursos através de mala direta e contratar pesquisadores, consultores de mídia e lobistas para lidar com o governo e angariar fundos.

Enfim, o autor conclui que não há dúvida de que hoje os partidos têm mais dificuldade para recrutar membros, que a política tornou-se mais individualizada, e que as pessoas estão menos dispostas a participarem de forma coletiva em atividades políticas.

Sobre a análise empírica Whiteley (2011) apresentou as seguintes conclusões: o tempo não impede o ativismo (os que trabalham em tempo integral têm maior índice de militância); a religiosidade inibe a saída dos partidos; o consumo de mídia é negativamente relacionado com o ativismo (serve para desmobilizar os indivíduos). Diante disso, foram apontadas duas hipóteses: o excesso de regulamentação ou estatização dos partidos é forte preditor que inibe a militância; as novas formas de participação com menor custo, como por exemplo, a *Internet*, não apresentam associação com os níveis de militância (WHITELEY, 2011).

Whiteley e Seyd (2002) analisam os partidos e o futuro da participação de alta intensidade (capítulo 8), considerando que as mudanças tecnológicas (tecnologia da informação) geram novas demandas por atividades (de informação, comunicação e debates) e novas oportunidades, consequentemente os níveis de ativismo individual variam dentro de um mesmo partido e entre partidos distintos

dependendo dos níveis de adaptação de cada organização, podendo levar a uma tendência de prescindir de filiados (WHITELEY & SEYD, 2002).

Enquanto grande parte da literatura trata o tema como “declínio, crise ou vulnerabilidade” dos partidos, Dalton, Ferrel e MacAllister (2011) veem esse processo como “adaptação” dos partidos ao contexto institucional ou legal (legislação e sistema eleitoral), aos aspectos políticos (incorporando novos temas colocados na agenda pela globalização, como as questões ambientais, de gênero, imigração e paz) e também ao aspecto organizacional (usando recursos modernos de comunicação, como a *Internet*, e redefinindo o papel dos filiados) (DALTON, FERREL & MacALLISTER, 2011).

Scarrow e Gezgor (2010) também relativizam o declínio da participação partidária europeia, apontando que as diferenças de perfil entre membros de partidos e do público em geral não aumentaram, por exemplo, nas dimensões de renda, sindicalização e religiosidade, apenas está ocorrendo um aumento da média de idade dos ativistas, no entanto, isso está distante de torna-los uma subcultura ou incapazes de dar legitimidade ao sistema democrático de representação.

Por sua vez, as elites partidárias não podem negligenciar a opinião dos filiados, pois a soma de microexperiências entre filiados produz efeitos macro no sistema político. Isso se dá através da educação e dos debates, principalmente nas campanhas locais e nas experiências de democracia participativa quando o debate interno promove relação entre partido e sociedade civil (TEORELL, 1999). A democracia em si não requer filiados, pois uma eleição (sufrágio universal) depende da competição entre partidos e candidatos, mas a qualidade da democracia depende da legitimidade que se mede basicamente pelo número de adeptos em cada partido.

Com base nessa literatura, pode-se questionar se há de fato uma dicotomia entre a tese do declínio da participação (tanto quantitativamente através da diminuição das filiações, como qualitativamente em relação à intensidade) e a tese da adaptação das organizações partidárias aos processos de mudança ou se ambas são complementares? Ou seja, percebe-se que o processo de adaptação dos partidos às mudanças estruturais resulta em diferentes níveis de ativismo dos filiados, daí que pode ocorrer um afastamento ou mesmo uma ampliação da base social, porém acompanhada de um afrouxamento dos laços de identidade política e conseqüentemente uma participação de menor intensidade.

Enfim, a participação dos filiados continua sendo importante para os partidos no atual contexto histórico? Qual a relação desses dilemas

com o que está ocorrendo no Brasil, especialmente com a intensidade da participação dos filiados do PT?

1.2 PARTICIPAÇÃO EM PARTIDOS POLÍTICOS

O tema da participação tem grande relação com o de partidos políticos, ambas as dimensões crescem com o processo de expansão do direito ao voto até o sufrágio universal e consolida-se nas democracias representativas em diferentes momentos e regiões do mundo. A evolução da literatura sobre participação parte do enfoque individual ao coletivo, de modalidades convencionais a não convencionais e aborda bases empíricas cada vez mais amplas (TEORELL, TORCAL & MONTERO, 2007). Nisso, a participação em partidos continuou sendo uma importante temática para se entender tanto a democracia representativa como a participação de alta intensidade.

Teorell, Torcal e Montero (2007) classificam as modalidades de participação a partir de duas dimensões: o canal de expressão e o mecanismo de influência. A dimensão de “canal de expressão” pode ser utilizada através do uso dos canais de representação (voto e atividade partidária) ou extrarepresentação (protesto e “*consumer participation*”), sendo que uma modalidade mista de expressão seria o “contato político”. Já a dimensão de “mecanismo de influência” poderia ocorrer através de estratégias de “saída” (voto, “*consumer participation*”) ou de “voz”, divididas em três níveis analíticos: 1) a atividade política, subdividida em: a) comunicação (contato com políticos, contato com os meios de comunicação, participação em fóruns da *Internet*), b) participação direta em ações (boicotes, participação em demonstrações, participação em comícios), e c) suporte a projetos políticos (abaixo-assinado, doações de dinheiro); 2) os membros das organizações, divididos em: a) partidos, b) sindicatos e organizações profissionais, c) organizações religiosas, e d) sociedades e organizações voluntárias; 3) e o interesse por política representado por indicadores de interesse direto pela ação política e indicadores de discussão de assuntos políticos.

Especificamente sobre o tema da participação em partidos, Heidar (2006) define a filiação como uma relação de um indivíduo com um partido político, o que implica obrigações e direitos. Os filiados têm um papel ativo no interior dos partidos na disputa de cargos de direção, na participação da escolha de candidatos, nos debates, na tomada de decisões e em eventos. O interesse dos partidos por filiados se dá pela ajuda em campanhas eleitorais, para obter legitimidade e financiamento, para recrutar novos candidatos, para ser âncora das suas ideias na

sociedade, para sustentar opinião pública e desenvolver novas políticas. Mesmo que o pensamento dos líderes não coincida com a intenção dos filiados, estes querem ser membros por razões individuais (ter influência, obter favores materiais, informações, benefícios sociais e satisfação e, em contrapartida, doam tempo, dinheiro e oportunidades) ou por razões sociais como, tradição familiar, normas, ou ideologia (HEIDAR, 2006; P. RIBEIRO, 2014 b).

Outro aspecto importante é o contexto social ao qual o filiado pertence, como religião, classe ou etnia, que inclusive interfere nas formas de participação que podem ser individuais ou através de organizações auxiliares (jovens, mulheres, aposentados, etnias, etc.), ou ainda por meio de organizações coletivas (sindicato, rede de associações, religião, etc.).

Duverger (1980 [1951]) define as categorias de membros de acordo com o grau de participação em três círculos: os eleitores (que apenas votam); os simpatizantes (que defendem e apoiam); e os militantes (que têm importância interna e no funcionamento dos partidos). Os eleitores são fáceis de mensurar e comparar com adeptos entre diferentes partidos, países e regiões e ao longo do tempo, sendo que a velocidade de crescimento entre as duas comunidades (eleitores e adeptos) tendem a ser diferentes ou até inversas. Os simpatizantes têm uma noção vaga e complexa dos partidos, são medidos com base em declaração de voto (leitura regular da imprensa, comparecimento em manifestações e reuniões públicas, contribuição financeira e atividades de propaganda). Os simpatizantes são mais que um eleitor e menos que um adepto. Os militantes são adeptos ativos, participam de reuniões regulares, difundem palavras de ordem, apoiam a organização e fazem propaganda, preparam as campanhas eleitorais e trabalham para o partido. Os adeptos dirigem os simpatizantes e estes os eleitores, portanto, há uma relação complexa e hierarquizada entre eles, a partir dos “círculos concêntricos” em que a solidariedade partidária se torna cada vez mais forte e o grau de participação torna-se o elo sociológico que une os membros da comunidade partidária e diferentes motivos psicológicos e morais, sob o ângulo da “intensidade da participação”.

Em síntese, essa literatura demonstra que a participação em partidos políticos não é a única forma de engajamento, porém tem um papel importante no funcionamento e na legitimidade da democracia representativa. Percebe-se que autores clássicos sobre partidos, como por exemplo, Duverger (1980 [1951]), já se preocupavam com a classificação da participação dos membros enfocando a intensidade da participação. É nesse mesmo aspecto, que se busca aqui apresentar a

proposta de pesquisa sobre a participação de alta intensidade dos petistas no Brasil.

Participação de alta intensidade

A tipificação da participação de alta intensidade é recente na ciência política e tem como uma das principais referências Whiteley e Seyd (2002) que tornam esse tema chave para analisar o problema do declínio da participação em partidos políticos. Portanto, pretende-se aqui compreender o conceito, o método utilizado para medir o declínio da intensidade da participação em partidos, os resultados empíricos deste estudo e as considerações sobre as consequências dessa tendência. Para isso, apresenta-se uma síntese desses aspectos com base na obra *High-Intensity Participation: the dynamics of party activism in Britain* (WITHELEY & SEYD, 2002).

Duverger (1980 [1951]) define os tipos de membros partidários com base na intensidade do envolvimento; portanto, os adeptos ativos são aqueles que participam de forma permanente das atividades, e não apenas nos momentos eleitorais, estabelecendo assim laços de solidariedade mais fortes com o partido. Por sua vez, Whiteley e Seyd (2002) consideram como fator-chave para a participação de alta intensidade o envolvimento dos membros com as organizações, através do compartilhamento de valores e da construção de uma memória coletiva, transmitida para as novas gerações através de mecanismos de socialização. Outro aspecto a ser considerado é o de que não há participação de alta intensidade sem instituições, pois a ação individual não produz mudanças políticas, ou seja, as instituições são necessárias para organizar a ação coletiva, gerar um comportamento cooperativo e um conjunto de expectativas estáveis e, nesse sentido, os partidos políticos são bons exemplos de organizações que promovem esse tipo de engajamento.

Para a análise empírica Whiteley e Seyd (2002) construíram uma escala de intensidade da participação partidária distinguindo as atividades que exigem maior custo de esforço e de tempo (alta intensidade) e as de menor custo (baixa intensidade). Para fazer essa análise, os autores operacionalizaram um modelo empírico básico com nove tipos de atividades assim divididas: alta intensidade (ajudar nas campanhas eleitorais; ajudar na organização do partido; ajudar na apuração de votos; participar em reuniões; e entregar panfletos); e baixa intensidade (doar dinheiro; assinar petições; segurar cartazes; e contato

com político ou outros membros) (WHITELEY & SEYD, 2002, p. 63 e 64).

Esses autores analisaram o declínio da participação nos dois principais partidos ingleses (Trabalhista e Conservador) através de duas ondas de *surveys* aplicados no período de 1994 e 2001, constatando um declínio quantitativo (número de filiados) e/ou qualitativo (intensidade) da participação. Quantitativamente, considerou-se o caso dos Trabalhistas como uma exceção no período da liderança de Tony Blair (1994-98), quando agregou-se uma massa de novos filiados que depois voltou a decrescer; porém, diferente dos antigos filiados, os novos filiados deste período apresentaram uma baixa intensidade de participação.

Assim, os mesmos autores concluem que o ativismo global decresce ao longo do tempo e em todos os tipos de atividades. Com exceção das doações de fundos, todas as demais declinam, porém com maior ênfase àquelas relacionadas à participação de alta intensidade como: assistir a reuniões, distribuir panfletos, apurar votos e participar na organização partidária.

Estes *surveys* foram construídos basicamente a partir da operacionalização de três teorias da ciência política: voluntarismo cívico, teoria da escolha racional, e a psicologia social. Para cada uma delas foram construídas variáveis de medição e posteriormente os autores propuseram uma teoria alternativa que foi chamada de “incentivos gerais”, englobando uma combinação das variáveis anteriores e acrescentando outras questões.

Para o objetivo de Whiteley e Seyd (2002), o modelo baseado na teoria do voluntarismo cívico dá ênfase na participação como *status* social individual (recursos individuais, habilidades cívicas e sentimento de eficácia). No modelo de escolha racional a ação coletiva depende de incentivos privados, através do cálculo de custo e benefícios individuais e coletivos que, por sua vez, se explicam através dos incentivos seletivos. Já a psicologia social é uma teoria ampla e importante para entender formas heterodoxas como protestos e rebeliões coletivas com foco nas expectativas, valores e normas, porém não presta atenção na racionalidade das decisões.

Desse modo, nenhum daqueles modelos isoladamente fornece uma compreensão que dá conta de explicar a participação política de alta intensidade e, assim, os autores propõem o modelo de incentivos gerais incluindo variáveis complementares dos diferentes modelos (WHITELEY & SEYD, 2002, p. 90 e 91).

O essencial dessa teoria é que o indivíduo ativo politicamente responde a incentivos de três tipos: processo, resultado e ideologia. A motivação para a participação de alta intensidade reúne a opinião e o interesse ao mesmo tempo. Os interesses são motivos privados que distinguem os partidos em relação a outras organizações porque são instrumentos para alcançar um resultado específico como vencer eleições, compor governos e distribuir benefícios, enquanto a motivação ideológica está enraizada na chamada “lei da disparidade curvilínea”³, ou seja, o radicalismo ideológico depende da motivação individual para juntar-se num partido, o que permite interagir com espírito coletivo e contribui para obter incentivos que ajudam a fortalecer a crença ideológica.

Enfim, os incentivos por benefícios coletivos formam a base para os objetivos políticos de um partido e que podem apresentar resultados positivos ou negativos. As motivações individuais por incentivos coletivos positivos se dão por acreditar que o partido reduz o desemprego, melhora a saúde, defende direitos dos trabalhadores, promove o interesse do povo e implementa políticas gerais em seu favor, enquanto os incentivos negativos se dão através da mobilização para se opor aos objetivos do outro partido adversário que disputa a polarização política.

A teoria da participação de alta intensidade parte da expectativa de que o indivíduo, quando decide participar, pensa tanto no bem-estar do grupo como no seu próprio bem-estar, a exemplo do que ocorre numa família, em que o que é melhor para mim é melhor para todos e isso pode ser aplicado aos filiados e ativistas partidários, porque acreditam que coletivamente pode-se fazer a diferença nos resultados.

Então, a eficácia individual (sentimento de eficácia subjetiva) também importa e tem um objetivo básico além do sentimento, ou seja, se o indivíduo percebe que faz alguma diferença em relação aos resultados coletivos, torna-se membro do partido; do contrário, desilude-se e se desinteressa também pelos objetivos coletivos. Essa é a chave da relação custo-benefício dos filiados, ou seja, a razão individual de perceber sua própria contribuição para objetivos coletivos e assim torna-

³ A lei da disparidade curvilínea (MAY, 1972) propõe que os membros ou filiados sejam mais radicais na defesa ideológica e programática dos seus partidos do que os líderes ou os votantes, pois, na medida em que os líderes se interessam em obter votos, priorizam aproximar suas posições à dos seus eleitores em detrimento do programa ou ideologia do partido.

se um membro do partido, independente de receber ou não benefícios individuais ou incentivos seletivos.

A variável demográfica muda pouco no período analisado, mas é significativa ao longo do tempo, por exemplo, em relação à idade, apenas 5% dos membros do Partido Conservador têm menos de 25 anos e os jovens pensam que as organizações partidárias não são para eles. Isso tem inibido novos membros de se juntarem aos partidos tornando-se uma importante tendência de envelhecimento da média de idade dos filiados ao longo do tempo.

Em relação à dimensão cognitiva, há incentivos individuais para se envolver em causas alternativas, e não político-partidárias, como a busca por ativismo individual ou mesmo na arena política através de novos movimentos sociais como os verdes, as feministas, os pacifistas e outros, enquanto os incentivos seletivos e os ideológicos não aparecem com significância para participação de alta intensidade, mas sim da baixa intensidade.

Os resultados do modelo de incentivos gerais apontam também para uma relação entre os incentivos por benefícios coletivos e os objetivos políticos dos membros, como por exemplo, em relação ao Partido Trabalhista, ao sustentar o Estado de bem-estar social (programas para os pobres, políticas de saúde pública e benefícios generosos para os desempregados) aumentou a probabilidade de identificação partidária, mesmo durante a “Era Thatcher” em que os trabalhistas perderam quatro eleições seguidas e apesar das derrotas terem inibido e reduzido a participação no partido.

A psicologia social tem relação com o efeito do recrutamento dos partidos quando a identificação começou a enfraquecer, ou seja, mesmo que as pessoas tivessem motivos para se juntarem ou se tornarem ativistas por causa de falhas dos governos na gestão da economia, houve um enfraquecimento geral nos laços sociais e comunitários, ou seja, um declínio do capital social.

A descoberta do *survey* é de que as taxas médias relativas de participação continuam em declínio (WHITELEY & SEYD, 2002, p. 126). Uma explicação possível é a de que novos filiados têm ainda mais baixo ativismo em relação aos velhos filiados, em decorrência da falta de contato face a face, ou seja, há uma tendência de tornarem-se membros “virtuais” que pagam suas taxas, mas têm baixo ou nenhum contato. Esta falta de contato inibe o processo de socialização e torna improvável que esses filiados se tornem ativos no futuro, pois importa para a intensidade da participação tanto as razões cognitivas quanto as afetivas.

Na análise proposta por Whiteley e Seyd (2002), o contato face a face opera como um importante estímulo à participação, tanto em relação aos incentivos seletivos quanto aos incentivos ideológicos, em que a interação com os outros e a troca de ideias com as pessoas estimulam a participação. No caso de incentivos seletivos, a ambição individual por construir carreira para impressionar seus pares e a vitória eleitoral serve tanto para se obter melhores posições na organização partidária como também fora dela. Se considerar os motivos afetivos, novamente a falta de qualquer contato com outros produz apenas uma anexação abstrata no partido com base em imagens de mídia distantes, em contraste com o contato regular que permite a experiência concreta, além do que a mídia tende a distorcer a imagem do partido alinhado com sua própria agenda política (NEWTON, 1992; CREWE & GOSSCHALK, 1995, *apud* WHITELEY & SEYD, 2002, p. 146).

O aspecto do papel dos filiados é abordado por Butler e Stokes (1974, *apud* WHITELEY & SEYD, 2002, p.170) baseado na identidade partidária, como atores importantes para dar um caráter duradouro às atitudes e crenças dos partidos perante os eleitores. São os filiados que exercem a função de filtro das percepções dos eleitores e da seleção de informações; com isso, reforçam a fidelidade dos eleitores com determinado partido ao longo do tempo. Por isso os jovens são mais voláteis porque ainda não adquiriram fidelização partidária. Enfim, os filiados dão suporte para as clivagens sociais, principalmente as de classe, e transmitem-nas por gerações através da socialização em família. Essas teorias sugerem que o comportamento eleitoral na Inglaterra é diretamente influenciado por três classes de variáveis: identificação partidária, questões de percepção, e avaliação de líderes.

Depois disso, Whiteley e Seyd (2002) apontam alguns cenários para o futuro das organizações partidárias em que há uma tendência de declínio da confiança em partidos e de críticas a eles enquanto representação institucional cada vez mais ampla nas democracias liberais, e afirmações referentes à “crise dos partidos” têm se tornado comuns. Hans Daalder (1992, *apud* WHITELEY & SEYD, 2002, p. 202) detecta quatro aspectos deste cenário: 1) negação dos partidos, vistos como ameaça à boa sociedade; 2) rejeição seletiva a certos tipos de partidos, especialmente o modelo de organização de massa; 3) rejeição a certos sistemas de partidos, tanto em relação a alguns aspectos do bipartidarismo como do multipartidarismo; 4) noção de redundância de partidos com outros atores assumindo papel, até então exclusivos dos partidos, como é o caso da mídia.

Esses aspectos devem reduzir os incentivos de participação futura, devem baixar a qualidade das candidaturas dos representantes políticos locais, podem tornar fraca a qualidade de decisões e da representação adensando ainda mais a espiral do declínio. A inatividade partidária vai resultar não apenas no recrutamento de candidatos com pouca ou nenhuma experiência em atividade política, mas pode enfraquecer a arena para socializar tal candidato na arte da política, para aprender como ser um representante efetivo. O financiamento público dos partidos proporciona maior simetria e permite algum grau de transparência e controle sobre os gastos de campanhas eleitorais, mas, ao mesmo tempo, reduz o número de doadores, incentiva o afastamento do engajamento e diminui a dependência dos partidos em relação aos seus membros.

Por outro lado, leis que restringem despesas de campanhas eleitorais criam a necessidade de recursos humanos voluntários em substituição da contratação de campanhas profissionais onerosas e somente os membros partidários poderiam suprir esse recurso, tanto em eleições locais como gerais. Fazer contato pessoal com eleitor, entregar textos partidários e a persuasão do voto do eleitor no dia da eleição são todas atividades que podem apenas ser mantidas por partidos se houver exército de voluntários no eleitorado.

Enfim, a capacidade dos partidos para adaptarem-se às novas circunstâncias não deve ser subestimada. Nos últimos 25 anos, mudanças consideráveis têm ocorrido na Inglaterra, em relação a ambos os partidos (Trabalhista e Conservador), o que mostra a capacidade de resiliência deles face às consideráveis turbulências no panorama político.

Em relação ao futuro dos partidos, Whiteley e Seyd (2002) apontam quatro modelos possíveis: 1) a extinção dos partidos que são substituídos por um misto mal definido de democracia na *Internet*, reuniões municipais e grupos de interesses; 2) modelo de liderança que depende do carisma e tem um grupo heterogêneo de suporte, mas pequeno poder de organização e base não ativista sem grande significância; 3) modelo plebiscitário, com uma estrutura em que há organização e há filiados, mas concentra poder nos líderes, cujo papel dos membros é meramente para endossar políticas gerais e legitimar periodicamente o líder em plebiscito; 4) modelo participativo, em que há uma estrutura organizativa caracterizada por genuína base participativa onde membros exercem influência sobre decisões políticas e sobre seus líderes (WHITELEY & SEYD, 2002, p. 211 a 217).

Esse esforço em sintetizar a obra de Whiteley e Seyd (2002) sobre a participação de alta intensidade se justifica pela escassez de literatura e

principalmente de dados empíricos sobre o mesmo tema em outros países. Nisso, um recente trabalho publicado por P. Ribeiro (2014-b) apresentou um estudo inédito realizado no Estado de São Paulo com filiados dos dez maiores partidos, com resultados importantes que permitem dialogar com aqueles autores, cuja síntese dos resultados também será apresentada aqui.

P. Ribeiro (2014 b) aponta que tem crescido a adesão partidária no Brasil nos últimos anos (atingindo uma média de 11% dos eleitores filiados a partidos políticos, enquanto a média europeia é de 5%), mas, além disso, que os dez maiores partidos no Estado de São Paulo têm alto nível de envolvimento; portanto, uma participação de alta intensidade, constatando que 81% dos filiados afirmam estar envolvidos em alguma atividade partidária e dedicam algum tempo ao partido (26% pagam contribuição mensal; 23% fazem doações para campanhas; e 46% trabalham em campanhas, em condição remunerada, nomeados em cargos ou não). Dentre esses, destaca-se o PT, em que 92% participam de alguma atividade e 25% dedicam mais de 40 horas mensais ao partido, 76% pagam contribuição mensal e 46% declararam fazer doações na última campanha em 2010. Ao mesmo tempo, os filiados têm alto grau de confiança institucional nos partidos, muito acima da média da população em geral e acreditam na importância da sua participação nas decisões partidárias, ao passo que na média dos partidos a maioria declara ter motivações por convicção (38%), por carreira política (15%) e por tradição familiar (15%). No entanto, apenas uma minoria filiou-se ao seu partido depois de participar em sindicatos, organizações não governamentais ou movimentos sociais e comunitários, com exceção do PT, em que 25% declararam ter participação nessas organizações antes de filiare-se ao partido (RIBEIRO, 2014 b).

De acordo com essa literatura, pode-se afirmar que os partidos políticos são fenômenos recentes, complexos, parciais e contestados desde a sua origem (CHARLOT, 1980), que apesar da importância dos partidos políticos para a democracia, vem ocorrendo transformações importantes nos seus modelos de organização que podem ser consideradas adaptativas (DALTON, FARREL & MacALLISTER, 2011) ou resultantes da relação entre transformações exógenas e endógenas (KIRCHHEINER, 1966; KATZ & MAIR, 1994; PANEBIANCO, 2005; HEIDAR, 2006; P. RIBEIRO, 2008; 2014 a). Mesmo assim, os partidos continuam tendo um papel importante no sistema democrático no que diz respeito à legitimação e à representação dos interesses da sociedade, da organização do processo eleitoral e mobilização dos eleitores, na montagem de governos e na educação

política (WATTENBERG, 1998; SARTORI, 1982; WEBB & WHITE, 2010). Por isso, a participação dos filiados é importante para a legitimação dos partidos, para o seu financiamento, recrutamento de novos filiados e seleção de candidatos e defesa das ideologias (WHITELEY & SEYD, 2002; HEIDAR, 2006). Essa literatura aponta para um conjunto de fatores, contribuem para o declínio dos partidos e da participação de alta intensidade, dentre os quais o declínio da confiança ou do capital social apontado por Putnam (1996); a mudança de valores (pós-materialistas) que se reflete em alterações de comportamentos e nas transformações das próprias instituições (INGLEHART, 2009); o surgimento de um novo perfil de eleitores como os “apartidários”, com alta cognição e interesse por política, porém sem engajamento partidário (DALTON, 2013).

No Brasil, alguns resultados empíricos apresentados por P. Ribeiro (2014 b) justificam a importância de se observar melhor os partidos por dentro, a partir de sua base de filiados, para se entender os fenômenos de participação de alta intensidade.

Militantismo e engajamento partidário

O ponto de partida da base teórica utilizada nesta tese foi a análise sobre participação de alta intensidade (WHITELEY & SEYD, 2002), porém, buscou-se dialogar com outra tradição teórica que estuda o engajamento através da sociologia do militantismo, que passa a ser apresentado na sequência.

Os conceitos de engajamento e militantismo estão conectados, porém Reis (2007) busca diferenciá-los considerando o engajamento como “a disposição de agentes para tomar posições sobre ‘temas’ e ‘problemas’ variados a partir do domínio igualmente dispersos” (REIS, 2007, p. 10) e o militantismo como “dedicação sistemática a uma causa ou organização”, ou, ainda, como “um conjunto de práticas e sentidos que vão além da simples adjetivação e subjetivação diretas” (idem, p. 11). Assim, segundo a autora, o militantismo requer três modalidades: adesão a uma causa ou entrada; habilidades, dedicação a causa composta por amplos mecanismos de socialização, diferentes formas de engajamentos e diferentes sentidos atribuídos às causas; e recompensas, padrões de carreira ou conjunto de recursos adquiridos ao longo das trajetórias (REIS, 2007).

Porém, é importante ressaltar que, segundo Bourdieu (2011), as trajetórias individuais e as escolhas dependem da posição social e das estruturas de poder material e simbólico que se impõem sobre os

indivíduos, no entanto, essas estruturas sofrem mudanças, e, portanto, ocorrem reconversões de capital social, de valores e de estilos que se materializam através de conflitos de gerações.

Reis (2007) sintetiza alguns conceitos importantes para o estudo sobre militância, como por exemplo: as “estruturas de oportunidades políticas” apresentadas por Tilly (1992), que representam a possibilidade de entrada ou de origem da ação militante; as escolhas dos militantes insatisfeitos através do esquema de “saída, voz ou lealdade” propostas por Hirschman (1973); a “teoria da lealdade” proposta por Pizzorno (1988) baseada na identidade dos militantes com as organizações, nos círculos de reconhecimento coletivo, nas redes de relações, nas ideias e nos fatores afetivos; as “retribuições”, que segundo Gaxie (1977) podem ser simbólicas ou afetivas; e finalmente o “desengajamento” como uma etapa da trajetória, diante da multiplicidade de formas de engajamento analisadas por Fillieule (2001; 2005).

Enfim, vê-se que é possível mobilizar um conjunto de conceitos da literatura sobre engajamento e militância para se analisar a intensidade da participação dos filiados do PT, não para contrapor, mas para complementar a proposta teórica de Witheley e Seyd (2002).

O artigo de Daniel Gaxie (1977) *Economie des partis et rétributions du militantisme* é considerado seminal na sociologia do militância, onde o autor questiona a visão normativa do ativismo motivado apenas por altruísmo, ideologia ou defesa de causas justas e busca entender o engajamento também relacionado com as recompensas, ou mecanismos de retribuições, especialmente nos partidos operários, uma vez que nos demais partidos essa troca sempre está mais evidente. Com isso o autor afirma que há retribuições simbólicas, de satisfação pelas práticas de ações justas, mas também há outras recompensas menos subjetivas, especialmente entre os que se tornam líderes ou aqueles que disputam tal posição, ou seja, podem ser compensados por emprego, por postos de direção ou *status* dentro da organização, por recursos sociais como habilidades de oratória, capacidade de organização, domínio da linguagem própria do meio, etc, que também lhe permitem ascensão na carreira e na hierarquia da organização.

Tal como o enfoque teórico ajuda explicar o engajamento das lideranças mas fica uma lacuna para entender o ativismo voluntário das bases militantes, tema que o mesmo autor vai retomar mais tarde em outro artigo que resgata e complementa o primeiro: *Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective* (GAXIE, 2005).

Sem menosprezar os motivos e compromissos dignos, generosos, cívicos e autênticos dos ativistas voluntários, Gaxie questiona se esses

seriam os únicos motivos para o engajamento ou se haveria algum outro tipo de recompensa ou incentivos?

O autor recorre a uma concepção “bourdiana” da economia das trocas simbólicas, na qual se entende que um *habitus* desinteressado é constituído quando se reprime retribuições individuais conscientes e se cria uma norma social dentro deste campo.

Estas normas podem se tornar pragmáticas quando o estado de espírito do ativista for tomado pelo desânimo.

Dentre as recompensas ou incentivos inconscientes o autor considera aspectos individuais de enriquecimento intelectual, de auto afirmação, de auto estima e de reputação e aspectos sociais de aceitação, convivência e pertencimento em determinados espaços sociais.

Nesse processo de construção de *habitus* desinteressado há também uma dupla armadilha apontada por Gaxie (2005) que ele chama de “redução ou encantamento”. O “encantamento” se dá pelo reconhecimento exclusivo dos motivos considerados oficialmente legítimos pelas organizações, como por exemplo, o militante se doa de forma desinteressada pelas questões coletivas. Esse viés ofusca o ponto cego e deixa de reconhecer as recompensas que são consideradas motivações “reducionistas” pelo discurso oficial da organização.

O mesmo autor também trata de carreiras militantes, que têm fases de altos e baixos por motivos de estado de espírito (tédio emocional), questões familiares, motivos financeiros, etc, que são desiguais dentro do campo dos ativistas e que vão os diferenciando ao longo do tempo. A oferta para a ação militante pode vir tanto de partidos políticos, como de sindicatos ou associações, e, pode ocorrer de forma individual ou combinada, ou seja, poderá haver um multimilitantismo em que o indivíduo atua simultaneamente em duas ou mais organizações, por algum período determinado. Por fim, há que se reconhecer que a principal recompensa para os militantes de base é a satisfação, ou seja, uma dimensão psicológica social que é incompreensíveis aos conceitos e valores de mercado (GAXIE, 2005).

Pudal (2011) apresenta uma síntese da evolução da sociologia do militantismo dividindo-a em quatro fases: a primeira fase chamada de heroica/operária (1945/60) baseada no paradigma de classes sociais e na visão do militante social como herói coletivo; no segundo momento (com base nos movimentos de 1968), o mito do engajamento desinteressado passa a ser questionado e introduz-se o debate sobre as retribuição e consequentemente o distanciamento dos militantes; a terceira fase começa com o ressurgimento de novos movimentos sociais de protesto, nos anos 1995 na França, que são mais temático, com

enfoque global, mais cognitivos e com um estilo de militância mais individualizada do que coletivo; por fim, a última fase da sociologia do militantismo busca fazer uma comparação controlada entre a fase operária e o distanciamento do engajamento coletivo com base em recortes psicossociais do compromisso e disso resultam os conceitos de carreiras e trajetórias a partir dos ciclos de vida e ciclos de mobilizações coletivas.

Enfim, depois de uma longa tradição de estudos sobre o militantismo trabalhista, no período anterior a década de 1950, que coincide com a fase de auge do modelo de partidos de massa, houve um declínio deste modelo de partido e a ascensão dos novos movimentos sociais, especialmente após 1968 (SAWICKI & SIMÉANT, 2009). Consequentemente mudou-se o enfoque teórico do “ativismo desinteressado” para uma análise das retribuições materiais e simbólicas dos militantes (GAXIE, 1977; 2005; FILLIEULE & PUDAL, 2010). Portanto, além do declínio do engajamento ideológico, baseado nas lutas coletivas, houve também um distanciamento e despolitização na militância e um a ascensão da pluralidade de tipos de ativismos e novas formas de organização. Essas mudanças foram acompanhadas pelas transformações no paradigma de análise do engajamento militante, agora influenciada também pelo interacionismo da Escola de Chicago e pela análise de carreiras militantes, como um processo dialético entre a história individual, as instituições e os contextos, numa sucessão de fases e de múltiplos engajamentos ao longo dos ciclos de vida (FILLIEULE, 2001; FILLIEULE & PUDAL, 2010).

Contudo, essas fases podem não ser tão facilmente distintas quando se tratar da experiência partidária brasileira ou especificamente sobre o PT, pois se tratando de um sistema partidário recente com partidos novos e já num contexto de globalização, possivelmente essas características apareçam de forma mesclada e simultâneas.

Então, ao lado da elaboração teórica de Gaxie (1977; 2005) que questiona o mito do engajamento desinteressado, pode-se acrescentar o esforço teórico e metodológico de Fillieule (2001), que se propõe analisar o processo de engajamento, permanência e desengajamento através de relatos biográficos e observações etnográficas das experiências de vida, evitando assim o determinismo da posição de origem dos indivíduos e observando os laços interpessoais preexistentes (socialização, identidade, classe e posição social, disposição psicológica e afetiva em romper com a visão teleológica de recrutamento individual feito pelas organizações), considerando a militância como uma “atividade social específica”, de escolhas práticas e de tensões

complexas. A noção de carreira tem relação com a tradição interacionista que entende a ação humana como processo no tempo e com dinâmica própria, e não simplesmente condicionada por normas e estruturas, portanto, trata-se de um processo diacrônico de socializações múltiplas, em esferas e redes de experiências e diferentes contextos. Becker (1963) apresenta também o conceito de “carreiras desviantes”, baseado na dinâmica, curiosidade inicial e aprendizagem, em diferentes etapas: pré-militância, militante e ex-militante (FILLIEULE, 2001; AGRIKOLIANSKI, 2002).

Esse referencial teórico contribuiu com importantes pesquisas no contexto brasileiro (CORADINI, 2001; 2006; 2007; GAGLIETTI, 2003; CARMINATTI, 2006; REIS, 2007; SEIDL, 2009; OLIVEIRA, 2013; LERBACHA, 2014), baseados em investigação sobre as trajetórias individuais ou coletivas, que vão desde a entrada em alguma organização, passando pelas redes de relações e oportunidades ao longo do ciclo de vida dos militantes, constituindo assim um processo em que ocorre o “hibridismo” onde saberes individuais (de origem) e recursos de socialização (exógenos) sofrem reconversão em capital político (CORADINI, 2001).

Afim de dialogar com essa literatura da sociologia do militância, cujos estudos empíricos no Brasil são incipientes, encontrou-se em Seidl (2009) um estudo sobre “as modalidades de politização que conduzem a formas diversas de engajamento militante em associações profissionais, sindicatos e cooperativas em Aracaju, capital do Estado de Sergipe, Nordeste brasileiro” (SEIDL, 2009, p. 156), que se aproxima com nosso objeto de estudo, sobre a intensidade do engajamento partidário.

Seidl (2009) demonstra que as lógicas individuais de socialização (familiar, escolar ou religiosas) desencadeiam o “gosto pela participação”, promovendo o engajamento em ações coletivas e gerando um itinerário ou uma trajetória individual articulada com um determinado contexto político.

As trajetórias individuais dos militantes permitem o acesso à retribuições que vão desde a satisfação pessoal (autoestima), passando pela aquisição de novas experiências e saberes (crescimento pessoal), pelo aprendizado e incorporação de códigos e técnicas próprios do meio político, a aquisição de habilidade no uso da palavra em público e o manejo dos léxicos do meio político, que funcionam como justificação e legitimação de pretensões a postos de destaque e comando nas organizações (SEIDL, 2009).

Distintas formas de engajamento constituem-se num padrão de participação vinculados a biografia ou trajetórias individuais dos militantes, que coincide com contextos históricos, como por exemplo, a modalidade de militantes que se socializou durante o período da ditadura militar após 1964; os militantes ligados aos movimentos e causas mais específicas num período recente; ou mesmo os militantes que iniciaram sua participação política diretamente nos partidos políticos (SEIDL, 2009).

Isso nos permite compreender a lógica de encadeamento das trajetórias individuais dos militantes, num processo que articula a socialização inicial, os recursos simbólicos adquiridos no itinerário da sua militância e o contexto histórico ou as oportunidades exógenas, dos diferentes níveis de engajamento dos filiados do PT.

Em relação especificamente ao perfil de filiados petistas relacionados com as formas de engajamento Gaglietti (2003) realizou uma pesquisa empírica qualitativa com dirigentes profissionalizados, assessores, ocupantes de cargos municipais e outros, em Porto Alegre (RS), baseada em entrevistas semiestruturadas com o seguinte roteiro: origens e posições sociais e da família; trajetória social e vinculação com a política; formas de militância; carreira e redistribuições esperadas e obtidas. O autor concluiu que é raro detectar padrões militantes em estado puro, pois a regra é a mescla e a instabilidade, ou seja, as “ambivalências de uma militância” que é o título da sua publicação. No entanto, Gaglietti (2003) sintetizou três tipos de padrão que sintetizam aquelas trajetórias militantes: militância por missão (devoção pelas causas do socialismo democrático, do humanismo, da justiça social e fidelidade ao trabalhar pelo bem coletivo, portanto, engajados por motivação simbólico); militante por colocação (motivados por garantir seu emprego ou cargo, sua remuneração e sua estabilidade, ou seja, pelas retribuições materiais); e militância por sociabilidade (que encontram no PT uma grande família, uma mini sociedade, estabelecendo laços de cumplicidade, de solidariedade e contatos). No caso dos militantes mais velhos o padrão da trajetória é entrada pela causa (missão) e depois um investimento na carreira (colocação), enquanto filiados mais recentes já entraram motivados por colocação. Os mais jovens ingressarem numa turma motivados pela sociabilidade inclusive valorizando a experiência política dos filiados mais velhos.

Ainda que não trata diretamente sobre a sociologia do militantismo, mas estabelece um diálogo do mesmo objeto de estudo desta tese através da história oral, Ferreira e Fortes (2008) organizam doze entrevistas com dirigentes que foram fundadores do PT, registrando

suas trajetórias desde as origens sociais, o contexto que levou ao engajamento militante antes da fundação do partido, memórias sobre a atuação partidária e opiniões avaliativas sobre o tempo presente. Dentre os entrevistados estão lideranças de diferentes perfis e de distintas regiões do país: quadros do antigo Partido Comunista (Apolônio de Carvalho), intelectuais (Antonio Cândido, Hamilton Pereira e Luiz Dulci), camponeses (Manoel da Conceição e Avelino Ganzer), sindicais (Djalma Bom, Olívio Dutra e Paulo Rocha) e de movimentos sociais e populares (Raul Pont, Benedita da Silva e Irma Passoni).

Desse modo, percebe-se a pertinência e relevância dos temas do ativismo, do engajamento e do militantismo na formação de uma agenda de estudos que deve ser melhor explorada e ampliada com os trabalhos empíricos sobre os filiados do PT.

O enfoque do militantismo foi importante particularmente na construção do roteiro das entrevistas, mas além disso, constitui-se num importante referencial para a análise do *survey*, de forma complementar com a teoria da participação de alta intensidade.

CAPÍTULO 2 – SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO E O PARTIDO DOS TRABALHADORES

Este segundo capítulo começa abordando alguns aspectos gerais sobre o sistema partidário brasileiro dentro do contexto latino-americano e, finaliza com uma da literatura sobre o petismo, das origens às transformações internas e externas pelas quais o partido passou.

2.1 PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS, FUNCIONAMENTO E LIMITES

Para se compreender o sistema partidário brasileiro é importante inicialmente contextualizá-lo no âmbito da América Latina, onde são apresentadas características de um sistema recente, fragmentado, volátil e subdesenvolvido, e, ao mesmo, estudos dão conta que estão havendo evoluções no sentido da coerência ideológica e do funcionamento do sistema de partidos que vêm superando suas fragilidades dentro dos seus limites históricos (BAQUERO, 2001; SAEZ & FREIDENBERG, 2002; LUPU, 2015).

Baquero (2007) identifica os traços dos partidos latinoamericanos na cultura político-eleitoral da democracia brasileira em que as práticas políticas que ainda prevalecem no cotidiano das relações interpessoais e institucionais são dominadas pelo clientelismo, nepotismo e personalismo. Segundo o autor, numa sociedade como a brasileira a carência de recursos para investir na dimensão social acaba propiciando que as políticas econômicas sobreponham-se à dimensão política propriamente dita e acaba por submeter às liberdades democráticas à dimensão das necessidades. Enfim, em decorrência das características da cultura política e da estrutura socioeconômica, nos pleitos eleitorais brasileiros ainda prevalece fortemente o personalismo e o carisma do candidato (BAQUERO, 2007).

Como argumento histórico, tanto para apontar os *déficits* quanto para justificá-los, costuma-se afirmar que o sistema partidário brasileiro é recente e não se pode falar dele antes de 1945, período considerado como um sistema "proto" partidário ou como subdesenvolvimento partidário (SARTORI, 1982; KINZO, 1993; LIMA Jr, 1999; MAINWARING, 1991; FRANCO, 1980; MEZZAROBBA, 1998).

Além de recente, o sistema de partidos no Brasil é bastante fragmentado. Basicamente, o primeiro período de funcionamento de um sistema partidário brasileiro pode ser considerado entre 1945 e 1964, caracterizado pelo multipartidarismo moderadamente fragmentado em

que havia treze siglas, porém a disputa estava centrada em três grandes partidos: Partido Social Democrático (PSD), criado por Getúlio Vargas e ligado aos latifundiários e oligarquias regionais; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também criado por Vargas e ligado ao sindicalismo e setores urbanos; e a União Democrática Nacional (UDN), que reunia a oposição antivarguista de diferentes correntes. Os três partidos dominaram a cena da disputa nacional até o golpe militar em 1964 (MELO, 2007; BENEVIDES, 1981; BENEVIDES, 1989).

Durante a ditadura civil-militar (1964/1985), houve uma ruptura do sistema partidário brasileiro com o intuito de apagar a memória dos partidos anteriores, instituindo-se um bipartidarismo controlado pelo Poder Executivo. Desse modo, Kinzo (1990; 1993) considerou que há uma herança de rupturas e autoritarismo e de forte centralização dos sistemas partidários brasileiros sob o poder do Executivo como principais fatores que explicam o fraco enraizamento dos partidos e uma cultura antipartidária no Brasil (KINZO, 1990; KINZO, 1993; MENEGUELLO, 1988).

A formação recente do sistema partidário brasileiro não é uma exceção, mas está inserida no contexto da “democratização tardia” ou “democracias em processo de consolidação” (GIMENES, 2015, p.71), que se assemelha aos períodos de queda dos regimes militares em Portugal, Espanha e na maioria dos países latino-americanos, e, mais recentemente, em países do leste Europeu.

Portanto, o período atual inicia-se com sucessivas reformas do sistema de partidos, que vem desde o final da ditadura civil-militar (fim da ARENA e MDB em 1979) até a aprovação da chamada Lei dos Partidos (1995) e pode ser considerado como a segunda fase do sistema partidário brasileiro que mantêm as características herdadas do período anterior e as novas realidades.

Dentre os estudos que apontam os principais problemas da atual fase do sistema partidário brasileiro estão Lamounier e Meneguello (1986) e Mainwaring e Liñan (1998). Esses autores concordam que os partidos brasileiros são subdesenvolvidos, resultantes da combinação de um sistema de lista aberta e de financiamento privado de campanhas que conseqüentemente autorizam, estimulam e reforçam o individualismo e a autonomia dos políticos, que enfraquecem e fragmentam os partidos, e que reforçam o elitismo, o patrimonialismo e a corrupção (MAINWARING, 1991). Numa perspectiva comparada, o autor afirma que o “sistema de lista aberta sempre tem efeitos deletérios sobre a construção partidária” e que “em nenhum país com voto preferencial os

partidos são tão frouxos e os políticos tão autônomos como no Brasil” (MAINWARING, 1991, p.46).

Ames e Power (2010) afirmam que a fragmentação partidária no Brasil é mais que o dobro da média latino-americana e que há uma alta competição intrapartidária, uma alta volatilidade e uma baixa institucionalização. Trata-se de um sistema desigual em termos de ideologia e organização, pois apenas a esquerda valoriza a ideologia e promove a participação e a mobilização, enquanto a maioria dos partidos está ao centro e à direita, sendo fracos do ponto de vista programático, caracterizados pelo modelo *catch-all*, com seus parlamentares basicamente interessados em emendas orçamentárias.

No entanto, outros temas abordam viés mais otimista do sistema partidário latino-americano e no período recente da democracia no Brasil (SAEZ & FREIDENBERG, 2002; LIMONGI & FIGUEIREDO, 2007; KINZO, 1990; ZUCCO JR., 2011; MOISÉS & MENEGUELLO, 2012; MELO, 2007; P. RIBEIRO, 2013) que não necessariamente contrapõe os argumentos anteriores, porém, analisam outros aspectos, demonstrando que apesar desses problemas o sistemas partidários funcionam.

Sáez e Freidenberg (2002) acompanharam a evolução partidária na América Latina no período de 1978-2003 e constataram que apesar das crises econômicas e da desigualdade social, os partidos continuam realizando funções centrais nos sistemas políticos, estruturando a competição eleitoral, selecionando os representantes, governando, definindo a agenda política e midiática. Ainda que esses desempenhem mal suas funções de representação e de articulação das demandas, eles são relevantes para a estabilidade da democracia (SAEZ & FREIDENBERG, 2002).

Noam Lupu (2015) corrobora com essa visão através de estudos quantitativos sobre o engajamento partidário na América Latina, demonstrando que:

Latin American partisans tend to be more experienced, more informed, more attentive, and more engaged. They also tend to participate more in politics, and their partisan attachments significantly influence their vote choices. These findings add to an emerging body of research on mass partisanship in other developing democracies (LUPU, 2015, p. 241).

No Brasil, Limongi e Figueiredo (2007) comparam o funcionamento da relação entre o poder Executivo e o poder Legislativo

em nível nacional no período de 1945/64 com o período atual (após 1988), concluindo que atualmente há uma centralização ainda maior no poder Executivo e que este busca fazer coalizões para a governabilidade com o poder Legislativo. Isso, de certa forma, fortalece também os líderes partidários e ambos (poder Executivo e líderes partidários) hegemonomizam a agenda política do país, garantindo a estabilidade dos governos e constituindo uma mediação que se assemelha a um “sistema partidário parlamentarista” (LIMONGI & FIGUEIREDO, 2007).

Nesse sentido, Kinzo (1990) apontava algum grau de coerência no posicionamento dos deputados constituintes, ou seja, no período de transição democrática, com base em cinco escalas: governismo, conservadorismo, democratismo, nacionalismo e oposicionismo ao sistema financeiro. A autora constata que, apesar das dificuldades de institucionalização do sistema partidário brasileiro, “isso não significa que os partidos não tenham desempenhado um papel importante no processo de transição” (KINZO, 1990, p. 127).

Zucco Jr. (2011) analisa o posicionamento dos congressistas no período de 1990 até 2009 e conclui que do ponto de vista ideológico, numa escala esquerda e direita, há dificuldade de posicionamento coerente entre as bancadas por partidos e a melhor definição da clivagem que se pode aplicar é o posicionamento entre os partidos governistas e de oposição. E, ao mesmo tempo, Moisés e Meneguello (2012) afirmam que apesar de partidos fracos, isso não interfere na consolidação da democracia brasileira.

Transcorridas praticamente três décadas, o atual sistema partidário brasileiro já se constitui como o mais longo da história, e, como afirma Melo (2007), apesar de manter um grande número de partidos, concentra-se em seis partidos efetivos, divididos em dois blocos organizados a partir das disputas presidenciais e com alguma coerência ideológica (MELO, 2007).

Braga e Pimentel Jr. (2011) analisam a identidade partidária dos eleitores brasileiros, no período de 2002 a 2010, e observam que os níveis de identificação partidária no Brasil podem ser comparáveis às democracias consolidadas atualmente e que essa “dinâmica de estruturação do sistema está sendo balizada pelas eleições presidenciais, que desde o pleito de 1994 tem se concentrado em torno de duas organizações, PT e PSDB” (BRAGA & PIMENTEL Jr, 2011, p. 298). Tal estabilização da competição partidária favorece algum grau de previsibilidade e consequentemente permite aos eleitores estabelecerem imagens partidárias e construírem lealdades (BRAGA & PIMENTEL Jr, 2011).

P. Ribeiro (2013) concorda com a tese de que há uma bipolarização das disputas nacionais entre PSDB e PT, desde 1994 em diante, e isso contribuiu para reduzir a fragmentação do sistema de governo, no entanto, o financiamento público dos partidos através do fundo partidário e do espaço de propaganda partidário na mídia favoreceram a fragmentação, pois, *“quizás estén elevando la competitividad y la fragmentación del sistema al sustentar los partidos pequeños y medianos”* (P. RIBEIRO, 2013, p.626).

Contudo, é necessário aprofundar outros aspectos do sistema partidário para além do comportamento do Congresso e para além das eleições em âmbito nacional. Carreirão (2013) demonstra que alguns avanços no alinhamento ideológico e a formação de blocos partidários no âmbito federal escondem a volatilidade ideológica nos Estados e municípios onde aquele alinhamento não se repete. Ao mesmo tempo, na relação entre o Executivo e o Congresso em nível nacional, houve uma perda de identidade ideológica entre os blocos no governo e na oposição, especialmente após o governo Lula.

Enfim, se o sistema partidário brasileiro funciona satisfatoriamente em que pese suas características históricas e culturais do clientelismo, da fragmentação, volatilidade e pragmatismo resta questionar-se se esses traços negativos de fato são impeditivos para uma consolidação da democracia ou se fazem parte de uma fase de amadurecimento democrático que serão superados no processo? Ou então, esse funcionamento satisfatório é superficial, fruto de uma memória antidemocrática recente e na medida que avança historicamente aquelas características passarão a influenciar mais fortemente na instabilidade da democracia?

Ainda que não seja nosso objeto de estudo aprofundar esse tema, porém, no que se refere aos prognósticos, parece haver certa confluência, apontando para a necessidade de uma reforma política mais ampla, em que o sistema partidário esteja incluso (RENNÓ, 2007), que reduza a fragmentação partidária, que permita maior transparência e controle nas formas de financiamento das campanhas e exercício dos mandatos, maior fidelidade partidária nas alianças e nos mandatos, e que tais mudanças possam se refletir tanto numa maior responsividade dos partidos em relação aos eleitores, quanto nas formas de organização interna dos partidos, na busca de ampliar a participação dos filiados e na redução da desconfiança em relação aos partidos por parte dos eleitores, para reduzir a cultura antipartidária.

É dentro deste contexto do sistema partidário brasileiro que encontramos nosso objeto de estudo, o Partido dos Trabalhadores,

buscando compreender um aspecto específico que são as determinantes do engajamento de alta intensidade e buscar contribuir pontualmente com essa reflexão.

2.2 PARTIDO DOS TRABALHADORES: DA ANTÍTESE À ADAPTAÇÃO

Se por um lado, a extensa literatura sobre o PT facilita tratá-lo como objeto de análise, por outro, fazer o estado da arte sobre esse partido deveria ser um esforço único que não nos permite ousar fazê-lo aqui. Menegozzo (2013) se dedicou a compilar a extensa bibliografia escrita sobre o petismo do período de 1978 até 2002 e chegou ao número de 1,2 mil livros publicados em todo o mundo que tratam exclusiva ou parcialmente sobre o partido. Além das obras publicadas, constam estudos acadêmicos desde graduação, dissertações e teses, artigos científicos e outros tipos de publicações. Atualmente, pode-se computar publicações jornalísticas e opiniões ou utilizar novos métodos para calcular a repercussão de aspectos específicos na *Internet*. Enfim, tratar da literatura sobre o PT é uma agenda de pesquisa com amplas possibilidades.

Uma possibilidade de organização dessa literatura sobre o PT no Brasil poderia seguir um roteiro histórico e analítico com base em alguns temas-chaves, como por exemplo: origens, características e perfil do partido; estudos que têm como foco as mudanças na organização interna; trajetórias e transformações políticas e ideológicas do petismo; relação do partido com os mandatos e relação do PT no governo com a sociedade civil, incluindo o debate do lulismo e do petismo.

Amaral (2010) divide os estudos sobre o PT em quatro ondas: a primeira estuda o PT como uma anomalia no sistema partidário brasileiro; a segunda trata das experiências petistas nos governos subnacionais; a terceira se dedica a estudar as transformações ocorridas no partido do ponto de vista organizativo e programático; e, finalmente, a quarta onda estuda o PT a partir da eleição de Lula para Presidente da República. No entanto, o período atual é ainda mais complexo, pois trata de questões no calor dos acontecimentos perante muitas questões em aberto.

Assim, escolheu-se como abordagem da literatura sobre o PT um roteiro dividido em três tópicos: as origens do partido como uma novidade no sistema partidário brasileiro (MENEGUELLO, 1989; GADOTTI & PEREIRA, 1989; KECK, 1991; CESAR, 2002; MENEGUELLO e ARAÚJO, 2008); as transformações internas no

modelo de organização e funcionamento e os reflexos destas mudanças no papel dos filiados de base (RODRIGUES, 1990; NOVAES, 1993; SINGER, 2000; CESAR, 2002; P. RIBEIRO, 2008; MENEGUELLO e AMARAL, 2008; AMARAL, 2011); e as mudanças internas e externas com seus reflexos sobre a identidade do petismo atualmente (HUNTER e POWER, 2007; LÍCIO, RENNO e CASTRO, 2009; SINGER 2000/2012).

O PT como novidade no sistema partidário brasileiro

Meneguello (1989) analisa as origens e a forma de organização e funcionamento do PT aproximando-o do modelo de partido de massa ou do moderno partido considerado por Duverger (1980 [1951]) apontava as seguintes características: origem extraparlamentar; organização interna intensa (células); forte articulação estrutural; centralização nacional; rigoroso requisito para filiação; discurso doutrinário; e relação articulada entre parlamentares e dirigentes partidários. “A novidade do PT é ter sido, sob o aspecto organizacional, o primeiro partido de massa criado no Brasil” (MENEGUELLO, 1989, p. 36).

Além do aspecto organizacional, Meneguello (1989) analisa a composição das bases petistas basicamente originários de três forças sociais: o novo sindicalismo, intelectuais e organizações de esquerda e lideranças populares na sua maioria oriundas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Do ponto de vista do discurso, a autora destaca a ambiguidade entre um caráter de partido operário, partido de classe ou partido popular (que melhor se define como policlassista), e, do ponto de vista do funcionamento, destaca o caráter deliberativo democrático, com a existência de núcleos de base (NB), secretarias por temas e grupos sociais (setoriais), setor de formação política e deliberação em conferências e encontros. Na arena eleitoral, o PT levava esse mesmo discurso do caráter deliberativo interno para a proposta de governos democráticos e populares, ou seja: “Esse vínculo institucional de caráter societário constitui a essência da novidade da proposta petista de partido político” (MENEGUELLO, 1989, p.104).

Sobre a estrutura de oportunidades na fase inicial da formação do PT, Meneguello (1989) observa, por um lado, o contexto institucional, como por exemplo, a Lei Falcão (1976) e a Reforma da Lei Orgânica dos Partidos (1979), e, por outro lado, a reestruturação produtiva do setor industrial mais dinâmico da época, o setor automobilístico e da urbanização intensiva. Essa conjuntura resultou

numa mobilização intensa de setores como foi o novo sindicalismo e setores populares ligados às CEBs que formaram o cenário em que surgiu o PT como uma novidade no sistema partidário brasileiro (MENEGUELLO, 1989).

Por sua vez, Keck (1991) também analisa o “momento fundacional” do PT numa perspectiva comparada com os partidos socialistas no âmbito mundial. O PT surge num contexto de transição “lenta, gradual e segura” da ditadura civil-militar no Brasil, combinado com a efervescência das lutas sociais por democracia e a formação do novo sindicalismo do final da década de 1970 e início da década seguinte. A autora descreve e analisa o histórico da fundação, o estilo de organização do PT e a sua primeira disputa eleitoral em 1982, com foco especial para o Estado de São Paulo.

Com base nisso, destaca que o PT foi uma anomalia no sistema partidário brasileiro, que buscava uma transição sob controle das mesmas forças que apoiaram a ditadura. No entanto, quando novos personagens entram em cena, apresenta-se um protagonismo operário distinto do Partido Comunista dos períodos anteriores e uma forma de organização nova, baseada na participação ativa da base, na democracia interna que convivia com a disputa de distintas tendências, agregando intelectuais, operários, base popular católica; enfim, no surgimento do PT soube-se combinar a oportunidade política com um modelo organizativo inovador e um discurso que se identificou com os setores até então excluídos dos processos políticos (KECK, 1991).

Contudo, Tadeu César (2002) questiona se essa novidade é moderna ou anacrônica, ou seja, se é um partido moderno (do tipo classista, operário e revolucionário) ou arcaico (que surge num período de crise do socialismo e na emergência de uma sociedade de massa em que há uma indefinição de classe). O PT surgiu como um partido classista quando esse modelo partidário já estava ultrapassado pelas críticas da Revolução de 1968 e pelo surgimento dos novos movimentos sociais. Porém, o autor concorda com Meneguello (1989) na medida em que o contexto brasileiro da época formou um “mix” estrutural de um Brasil pré e pós-industrial ao mesmo tempo, e é nessa pluralidade que surgem as condições para um partido do tipo do PT. Portanto, o PT é uma novidade que divide opiniões, sendo chamado de arcaico pela direita e de divisionista pelo centro e pela esquerda (CESAR, 2002).

Vários outros autores se dedicaram a investigar a identidade do petismo, como por exemplo, Gadotti e Pereira (1989) que tratam da origem partidária questionando “O que é o PT?”. Esses autores afirmam que não é um partido exclusivamente operário e diferentemente dos

clássicos partidos de massa da Europa, Rússia, América Latina e do Brasil, nunca houve um partido exclusivamente operário ou camponês. O PT é de operários, camponeses, estudantes, jovens, velhos, padres, comerciantes, mulheres, donas de casa, artistas, professores, médicos, enfim, é da classe trabalhadora.

Sader (1986) afirma que a novidade do PT está em ser o primeiro partido feito por e para os trabalhadores, com a missão de colocá-los no poder. O PCB também foi formado por operários, intelectuais e pela classe média; tinha militância, mas nunca reclamou exclusividade da defesa dos trabalhadores. O PT nasceu num contexto de crise geral da esquerda, crise internacional da União Soviética e das experiências socialdemocratas na Europa e *keynesianas* nos EUA, por isso, apresentou uma formulação sobre “o socialismo petista” como uma nova identidade de classe operária em si, e não para si, buscando suprir um vácuo de legitimidade, portanto, de base classista, democrático e reformista.

Dessa forma, ainda que hajam diferenças sobre a caracterização da identidade petista, a maioria da literatura concorda com a ideia de que o PT não seguiu de um “modelo”, porém, pode-se perceber uma aproximação da experiência petista com a reflexão pós-gramsciana sobre a “teoria do partido político” escrita no contexto da Itália de 1975, onde o autor afirma que o partido encara em si mesmo a necessidade de uma mediação orgânica entre o político e o social. Também analisa questões relativas ao programa, a relação entre dirigentes e dirigidos, a situação de partido no governo e o limite de definir os partidos apenas a partir de modelos de “quadros” ou de “massa” e afirma que não existe uma ciência pura de organização, assim como não pode existir uma tipologia pura do partido ideal (CERRONI, 1982).

Neste sentido, dentre alguns autores que avaliam o sistema partidário brasileiro como frágil institucionalmente e com alta volatilidade há os que consideram o PT como uma exceção (AMES e POWER, 2010; NICOLAU, 2010, BAQUERO, 2001; P. RIBEIRO, 2014 b). Para Ames e Power (2010), o PT caracteriza-se como um partido ideológico e programático que agrega os interesses de grupos como movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs) e setores da igreja católica; um partido que mantém um sistema permanente de participação e debate interno; com uma estratégia de recrutamento com cerca de 400 mil “filiados de carteirinha” que têm a melhor educação política (ainda que outros partidos também o faça), inclusive através de convênios com fundações internacionais, especialmente da Alemanha; e, finalmente, um partido que tem um

sistema de financiamento próprio que cobra 1% do salário dos filiados, uma escala de 6% a 20% dos que exercem funções de governo em todos os níveis e 30% dos que ocupam cargos eletivos⁴. Em síntese, os autores afirmam que “*the PT is easily the best organized political party in democratic Latin America*” (AMES e POWER, 2010, p. 197).

Singer (2000) fez uma análise sobre o posicionamento ideológico do eleitorado do Brasil a partir de dados quantitativos do período entre as eleições presidenciais de 1989 e 1994, defendendo a tese de que a ideologia importa para a decisão dos eleitores, que a eleição presidencial tem um papel estruturador do sistema partidário e que o PT representou “a espinha dorsal” dos partidos políticos no Brasil, ou seja, que os demais partidos tomam como referência o posicionamento do PT diante das clivagens para se posicionar no espectro ideológico (SINGER, 2000).

Pode-se afirmar que o PT, na sua fase fundacional, representou uma anomalia ao sistema partidário brasileiro, especialmente pela origem extraparlamentar e pelas características organizativas e de funcionamento baseadas na participação ativa dos filiados. Esse estilo de partido foi considerado original frente à herança cultural antipartidária marcada pela volatilidade e pela falta de coerência ideológica dos partidos brasileiros, passando assim a amalgamar segmentos de distintas origens sociopolíticas que se identificaram com o petismo.

Trajetória de transformações internas e adaptação do PT ao sistema

Mainwaring e Torcal (2005) demonstram a importância da institucionalização dos sistemas partidários para a consolidação da democracia, ou seja, isso depende também da adaptação dos novos

⁴ Segundo dados do TSE, em dezembro de 2010, o PT tinha 1.394.039 filiados, porém, quando Ames e Power (2010) tratam de 400 mil “filiados de carteirinha” estão se referindo à base de filiados que foi recadastrada a partir do II Congresso (1999), com a aprovação do novo estatuto e novas formas de filiação; ou seja, trata-se do universo de filiados que estão aptos a participar do Processo de Eleições Diretas (PED) em 2001 e que passaram a ser identificados com uma carteira de filiado. Outra observação importante, posterior a publicação do artigo dos referidos autores, é que a partir do 5º Congresso Nacional do PT em 2015, foi suspensa a contribuição mensal de 1% sobre o rendimento líquido dos filiados, passando a contribuição ser espontânea e tornou-se obrigatório apenas a contribuição semestral de quinze reais dos “filiados comuns” (aqueles que não ocupam cargo de assessoria, de direção ou mandatos eletivos). Assim, esses filiados estariam aptos a participar do PED.

partidos ao sistema político, que no caso dos partidos de massas passaram pelas transformações características de partido *catch all* (KIRCHHEIMER, 1966) e partido *cartel* (KATZ & MAIR, 1994). Além do viés institucional, há também um processo de adaptação aos aspectos políticos (incorporação de novos temas) e aspecto organizacional (uso de recursos modernos de comunicação, como a *Internet*, e redefinição do papel dos filiados) (DALTON, FERREL & MacALLISTER, 2011). Os processos de adaptação levam a uma tendência de prescindir dos filiados, pois a decisão passa a ser tomada no topo, concordando com a “lei de ferro das oligarquias” de Michels (MAY, 1972).

Com base na literatura sobre o petismo, passa-se inicialmente a observar as mudanças nos aspectos internos, de organização e funcionamento do partido, que contribuem para analisar posteriormente o papel dos filiados e a intensidade da participação.

Como ponto de partida, é mister retomar a caracterização feita por Meneguello (1989) e aceita pela maioria dos que seguem essa tema que identifica a base do PT a partir da tríade entre sindicalistas, intelectuais e militantes populares. É oportuno observar que esse posicionamento é criticado por alguns autores, como por exemplo, Rodrigues (1990) que questiona exatamente a composição social das lideranças do partido, pois, na visão do autor, igreja católica e sindicatos “oficiais” não são organizações marginais; o novo sindicalismo também nasceu da disputa de estruturas oficiais e a presença de intelectuais não é fato novo, pelo contrário, é uma regra na participação política; enfim, o autor analisa a composição das primeiras direções nacionais e das primeiras bancadas parlamentares petistas e conclui que os perfis sociopolíticos não são tão marginais quanto destacados pela literatura predominante.

Depois disso Novaes (1993) analisa um conjunto de mudanças internas no sentido da burocratização partidária (institucionalização, profissionalização, centralização e hierarquização), ou seja, é o início de uma tendência de adaptação do PT ao sistema partidário.

Esse processo de burocratização do PT é identificado com base no perfil e opiniões dos delegados e nas principais decisões tomadas no VII Encontro Nacional (1990) e I Congresso Nacional do PT (1991) e é colocado em prática de forma mais efetiva a partir da chamada “Era José Dirceu” quando ele se elegeu pela primeira vez presidente nacional do partido em 1995 e passou a organizar um conjunto de ações visando o controle das decisões internas nas mãos de um mesmo bloco político que se autodenominava Campo Majoritário. Assim, o PT iniciou um

processo de adaptação enquanto uma estratégia de ascensão do partido à Presidência da República.

Novaes (1993) aponta um deslocamento do foco na estratégia (fins: ideológicos e de transformação social) para o foco na tática (meios: eleições e mudanças internas no partido), ou seja, o PT encontra-se ameaçado pelas distorções de seus próprios êxitos, aceitando as injunções da política institucional que nasceu combatendo, combinada com uma centralização das estruturas partidárias e, assim, perdendo a autonomia estratégica necessária para um partido socialista e de massa.

A combinação entre a institucionalização e a burocratização fecha o círculo com a profissionalização crescente da maioria da militância remunerada, ou seja, a dependência financeira das contribuições de cargos dificulta a independência da direção aos mandatos e, com isso, se inverte a lógica interna de poder. Inicialmente essa relação pretendia fazer com que a institucionalidade fosse subordinada às lutas de massa e servisse para fazer propaganda das ideias petistas, buscando assim disputar a hegemonia na sociedade tanto através das lutas sociais como por dentro do Estado, porém atualmente essa lógica se inverteu, quando as direções e parte dos ativistas passaram a depender financeiramente das estruturas de mandatos parlamentares e executivos.

A formação do chamado de Campo Majoritário (1995) produziu uma centralização das decisões sob o controle de um bloco interno hegemônico e conseqüentemente a unidade de ação para as disputas externas, impondo alianças e outras adaptações consideradas necessárias para obter êxito eleitoral (democracia com centralismo).

Enfim, Novaes (1993) considera também que a organicidade e o funcionamento dos núcleos de base como instâncias com poder de influenciar as decisões deixam de funcionar: “Nesse ritmo, a estrutura de núcleos poderá dar lugar a uma estrutura de comitês permanentemente mobilizáveis, tão mais eficientes quanto mais providos de recursos, cuja fonte principal seria o próprio parlamentar eleito” (NOVAES, 1993, p. 235). Contudo, diante do sintoma de hierarquização, com o intuito de neutralizar efeitos destrutivos, o autor propõe: cota máxima nos cargos de direção e representação para a militância remunerada, concurso público interno e mais poder às instâncias de base.

Atualmente duas teses têm se dedicado a aprofundar o tema das mudanças na organização e funcionamento do PT de forma mais rigorosa: Pedro Ribeiro (2008) “Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005”; e Oswaldo Amaral (2010)

“As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009”.

Na mesma direção que Novaes (1993), P. Ribeiro (2008) analisa as mudanças organizacionais do PT e sua tendência à adaptação ao sistema partidário brasileiro, com base em cinco categorias: a base do PT; a organização burocrática; as finanças; o desenho institucional (atribuições formais); e o PT como sistema político, ou seja, o sistema eleitoral intrapartidário e a correlação de forças entre as tendências internas. Assim, P. Ribeiro (2008) considera o PT originalmente como um “partido de massa tardio”, influenciado por fatores ambientais (marco institucional e desempenho eleitoral) e pelas estratégias de coalizão dominante, que no seu conjunto configuram a evolução e as transformações organizativas (P. RIBEIRO, 2008).

De acordo com P. Ribeiro (2008), a base do PT ampliou numericamente a partir do processo de recadastramento (1999) e da campanha de filiações (2003) e se expandiu territorialmente. Houve uma maior centralização do processo organizativo das instâncias municipais que nacionalizou o partido e produziu reflexos, por um lado, no crescimento de filiados e na presença de diretórios municipais, comissões provisórias e de municípios com vereadores eleitos pelo PT⁵, e, por outro lado, o desequilíbrio da correlação de forças interna (com base no PED, a partir de 2001), quando o chamado Campo Majoritário passou a controlar a maioria dos cargos importantes na direção nacional do PT.

Em relação à organização política do PT, P. Ribeiro (2008) analisou que: a) houve uma estatização e centralização das finanças do PT no âmbito nacional; b) houve uma modernização, terceirização e enfraquecimento da base partidária nas campanhas eleitorais e na comunicação permanente do PT; c) e, em relação à organização burocrática, o PT depende cada vez mais do Estado e dos recursos humanos que ocupam cargos públicos, diminuindo seus vínculos com setores específicos da sociedade civil (P. RIBEIRO, 2008).

Com relação ao sistema eleitoral intrapartidário, especialmente depois de 1995, o PT passou por um processo de hegemonização do

⁵ Em 1993, o PT estava organizado em 44% dos municípios brasileiros, com maior presença nas regiões sul e sudeste. Em 1996, o PT tinha vereadores eleitos em apenas 21% dos municípios. Já a partir do ano 2000, o PT passou a estar organizado em 74% dos municípios, dos quais 27% com vereadores eleitos e, em 2005, chegou a 93% das cidades brasileiras com presença organizativa e 42% com representação nas Câmaras Municipais (P. RIBEIRO, 2008, p. 234).

Campo Majoritário, que controlou as chamadas “zonas de incertezas” (PANEBIANCO, 2005) e houve uma diminuição na força das tendências do campo de esquerda partidário, processo esse que se acelerou com a instituição do Processo de Eleições Diretas (PED) depois de 2001, junto com o aumento do poder na mão da “face pública” do partido (KATZ e MAIR, 2002), ou seja, um processo de parlamentarização da direção partidária.

Enfim, P. Ribeiro (2008) concluiu que o PT passou de um modelo de partido de massa “tardio” para um partido profissional-eleitoral, ou melhor, um “partido-anfíbio”: “Embora o PT ainda consiga nadar na sociedade civil, está cada vez mais ajustado ao sólido terreno estatal (...) trata-se de um modelo híbrido e, em grande medida, ainda singular no quadro partidário nacional” (P. RIBEIRO, 2008, p. 173).

Em um artigo, o mesmo autor continua tratando do tema do modelo partidário do petismo e explica o sentido do “partido anfíbio”:

Although progressively adapted to the terrain of the state, as a kind of ‘amphibian party’ the PT can still swim in the waters of civil society through its strong linkages with trade unions and social movements. The solidity of its image with the electorate remains its competitive advantage. In addition, the party’s adoption of direct voting to select its leaders has made its structure even more singular. Thus, as a hybrid, the PT remains an anomaly in the Brazilian party system (P. RIBEIRO, 2014 –a, p.5).

Na tese de Amaral (2010), não há preocupação em nomear o modelo organizativo petista, mas sim, depois de uma revisão da literatura sobre partidos e sobre o PT e sua trajetória histórica, o autor se concentra em analisar: a) os vínculos do PT com a sociedade a partir da base de filiados e das suas lideranças (houve um afastamento substantivo do partido em relação aos atores da sociedade civil organizada); b) as mudanças na forma de participação dos filiados que foi se alterando do modelo original de núcleos de base para o modelo atual de PED (privilegiou a competição eleitoral, de forma mais inclusiva e com menor intensidade); c) como o PED mudou a correlação de forças internas entre as tendências do PT (exerceu impacto moderado na estrutura competitiva e pode se constituir num importante mecanismo de controle da base sobre a cúpula); d) sobre as clivagens internas que, no decorrer desta trajetória o PT, conseguiu construir uma dinâmica que reduziu as tensões e facilitou os consensos; e) e em relação ao

recrutamento dos líderes, o PT ficou mais hierarquizado e profissionalizado e seus posicionamentos ideológicos menos radicais e mais pragmáticos. Enfim, Amaral (2010) concorda que o PT é um modelo híbrido, mas discorda da tese de P. Ribeiro (2008) que o PT se tornou um partido profissional-eleitoral (AMARAL, 2010).

Em estudo posterior Amaral (2013) acrescenta ainda as mudanças na forma de recrutamento dos petistas nesta fase recente de expansão da base de filiados, que segundo o autor, ocorre de acordo com uma estratégia de maior inclusividade do ponto de vista do perfil socioeconômico e consequentemente de menor intensidade de participação.

O debate sobre as transformações internas no PT são importantes e demonstram as relações dialéticas e contraditórias entre as organizações e as estruturas nas quais estão inseridas. A estrutura socioeconômica, política e cultural do final dos anos 1970 no Brasil possibilitou o surgimento de um partido extraparlamentar e com as demais características de um partido de massa, mesmo que tardio no contexto mundial e essa novidade permitiu a combinação da articulação de um bloco social histórico com um discurso de contestação ao sistema.

Portanto, as “distorções de seus próprios êxitos” (NOVAES, 1993) promoveram um processo de adaptação do PT ao sistema partidário brasileiro, com mudanças internas no sentido da centralização e da institucionalização partidária, permitindo o controle da direção por um bloco majoritário que “preparou” o partido para uma escalada rápida ao poder através da eleição de Lula na Presidente da República em 2002.

Nesse sentido, torna-se importante ver também o PT do ponto de vista externo, a partir da sua atuação nos processos eleitorais e desempenhos de governos e dos reflexos disso para a identidade dos petistas.

As mudanças no cenário externo: do governo ao momento atual

Tratar do momento atual do PT é difícil devido à intensidade do debate e da clivagem política que envolve o PT nesse momento da conjuntura do país. No entanto, para fins didáticos, busca-se aqui organizar nossa abordagem em três enfoques: as mudanças no contexto sociopolítico, econômico e nas bases eleitorais do PT; o desempenho do governo; e o momento atual.

A face externa do processo de adaptação do PT ao sistema político brasileiro foi marcada pela ampliação na política de aliança⁶, mudanças programáticas e na própria identidade do partido junto ao seu eleitorado.

Sobre a primeira eleição do Presidente Lula, Samuels (2009) aponta para os sinais contraditórios da própria campanha de 2002, por um lado, a esperança (modo petista de governar baseado na participação, inversão de prioridades e na ética, sintetizado no *slogan* do mandato “Brasil um País de Todos”), por outro lado, a preocupação em acalmar os mercados através da “carta ao povo brasileiro” e na aliança com o Partido Liberal (PL).

O governo Lula tentou combinar essas duas direções contraditórias: na macroeconomia, num primeiro momento, o PT sacrificou as reformas estruturais previstas no programa de governo democrático e popular (VII Encontro Nacional do PT, 1993) e focou no compromisso da “carta aos brasileiros”, perseguindo o crescimento do PIB e do emprego, a estabilidade, as exportações, o superávit e o pagamento da dívida externa; em relação ao modo petista de governar, pode-se apontar um conjunto de limites na participação social, que apesar das muitas iniciativas de conferências em diferentes áreas e da articulação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Conselhão), não conseguiu estruturar um sistema nacional de participação (PALUDO, 2012: não publicado)⁷; em relação à inversão de

⁶ Já em 1998, o PT fez aliança nacional com Brizola (PDT) para vice na chapa de Lula para Presidente da República sem obter êxito eleitoral. Essa chapa, ainda que composta no espectro do campo de esquerda ocorreu, às custas de uma intervenção nacional no PT estadual do Rio de Janeiro, obrigando-o a recuar da decisão de candidatura própria de Wladimir Palmeira para indicar Benedita da Silva como vice na chapa do PDT que tinha Antony Garotinho como candidato a governador (este, sim, com êxito eleitoral). Porém, foi em 2002 que a aliança extrapolou o campo ideológico e sociopolítico, lançando como candidato a vice de Lula o empresário José Alencar, do Partido Liberal (PL), obtendo a primeira vitória eleitoral para Presidente, depois, igualmente reeleito em 2006. Por fim, a política de aliança chegou ao PMDB em 2010 e 2014, com Michel Temer como candidato a vice de Dilma Rousseff, porém, apesar da primeira vitória e da reeleição desta chapa, a Presidenta da República sofreu um processo político de *impeachment* (2015/2016) articulado diretamente pelo partido do seu vice que controlava a presidência das duas casas parlamentares: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

⁷ PALUDO, J. R. (2012) Abordagem sobre a participação no Governo Lula. *Paper* apresentado na disciplina de Associativismo, participação e democracia.

prioridades, houve um aumento real do salário mínimo, combinado com um redesenho e ampliação do Programa Bolsa Família que resultou numa diminuição significativa da pobreza e ainda que não houvesse uma verdadeira inversão de prioridades, “nenhum governo pode fazer mais pelos pobres” (SAMUELS, 2009, p. 248); em relação ao sistema político, abriu-se mão de propor uma reforma política ampla, enquanto que no campo da ética, Samuels (2009) considera que houve a maior dificuldade do PT.

Para Samuels (2009), o presidencialismo de coalizão é o principal problema institucional brasileiro, por isso, enquanto Fernando Henrique Cardoso (FHC) negociou e distribuiu espaços e recursos de poder obtendo ampla maioria parlamentar, Lula tentou proteger o PT das barganhas, buscou aliados conservadores de maneiras diferentes, optou pela cooptação individual (fragmentando ministérios; admitiu caixa dois, através de captação ilegal, não para suborno mas para pagar restos de campanha), ou seja, o PT tentou monopolizar o controle sobre os dividendos e distribuí-lo da forma que lhe convinha (SAMUELS, 2009)⁸.

Uma primeira análise sobre as mudanças estruturais (socioeconômica e política) e sua relação dialética com o PT enquanto ator das mudanças e ao mesmo tempo objeto de reação das mesmas, encontra-se em “Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador” (SINGER, 2012).

O autor parte das transformações do PT, das origens até o contexto atual, tendo menos um enfoque interno e mais uma atenção com a imagem do PT na sociedade. Singer (2012) analisa que, por um lado, no governo Lula houve uma mudança na estrutura social e na

Curso de Sociologia Política, UFSC. Florianópolis (SC), Fevereiro de 2012 (não publicado).

⁸ Samuels (2009) argumenta ainda que as raízes políticas da corrupção sempre existiram, mas o PT tinha uma imagem de combatê-la, por isso, não se pode minimizar a responsabilidade nem atribuir as mazelas a alguns indivíduos. Há também uma especificidade e uma natureza partidária do escândalo que distintamente dos anteriores, neste caso, houve um amplo controle do partido (não um enriquecimento pessoal), somado à incapacidade de estabelecer alianças e compartilhar o poder com o aparelhismo. O privilégio de algumas correntes internas mais o apoio legislativo como “mercado individual” (cooptação) buscavam manter o poder longo prazo, tanto inter e como intrapartidário. O pilar da ética trouxe um grande desgaste na imagem do PT, fazendo com que Lula apostasse no carisma como alternativa para sua reeleição, porém o saldo foi o aumento dos cidadãos desiludidos com a política.

redução das desigualdades e, por outro, um reposicionamento político dos partidos como consequências do “lulismo”. Nisso, o PT ficou dividido entre “duas almas”: a de Sion e a de Anhembi. As duas almas do PT caracterizam as etapas antes e depois de ser governo federal. A alma de Sion representa o PT mais ideológico e programático, das origens, que formava a imagem do petismo, e, a alma do Anhembi representa o ciclo pós-governo Lula, marcado pela coalizão de interesses e caracterizado pelo “lulismo”, enquanto um fenômeno de massa suprapartidário.

Para o autor, o “lulismo” representa um “reformismo fraco”, sem rupturas, de coalizão de classes e desideologizado; esse contexto mediado pela tese do “voto econômico”⁹ tem como consequência uma repolarização da política brasileira entre “o partido dos pobres e o partido dos ricos”, representados respectivamente pelo PT e pelo PSDB (SINGER, 2012).

Nesse contexto, outro aspecto analisado por Singer (2012) se refere à mudança do perfil do eleitorado petista que, segundo o autor, foi consequência da necessidade de recuperação do desgaste sofrido pelo episódio político de 2005 que ficou conhecido como “mensalão” e que exigiu um redirecionamento das bases eleitorais do “lulismo” para outras regiões e classes sociais, ainda que esse fenômeno já viesse sendo observado anteriormente, segundo Krause (2006):

El PT viene desde 2002 cambiando significativamente su base electoral. en primero lugar se produce un cambio en el aspecto regional, pues tradicionalmente la principal base electoral del partido se situaba en las regiones más desarrolladas (sudeste y sur), con dificultades de penetración en regiones menos desarrolladas (nordeste, norte y centro-oeste). En segundo lugar, el partido también cambió significativamente el perfil de su electorado, que era de un nivel educativo más elevado y se concentraba en grandes centros urbanos. Lo paradójico es que en La tradición partidária brasileña, los partidos ubicados más bien a la izquierda se sustentan electoralmente en regiones

⁹ O chamado voto econômico se refere ao peso da economia na decisão do voto e está inserido no debate sobre a avaliação retrospectiva dos eleitores através da avaliação dos governos passados. Uma síntese dessa literatura encontra-se em Carreirão (2002) páginas 56/58.

más desarrolladas y urbanizadas y los conservadores, prioritariamente en regiones pobres y rurales (KRAUSE, 2006, p. 18).

Essa tese é corroborada em partes pela análise de Terron e Soares (2010) que demonstram um afastamento do eleitorado petista (votos em deputados federais) em relação ao lulista (votos em Lula), especialmente do ponto de vista do território, entre as eleições de 1994 e 2006 como um fenômeno marcante do último pleito avaliado. Assim, os votos em Lula crescem em extensão territorial e dependem menos de poucos municípios com grande eleitorado, ou seja, se expandem e se desconcentram.

Por outro lado, Rennó e Cabello (2010) também estudam o fenômeno do lulismo buscando contrapor a tese de um realinhamento do eleitorado apontada por Singer (2000) e acabam relativizando também a análise de Terron e Soares (2010), na medida em que explicam o comportamento dos eleitores com base em quatro grupos: os velhos lulistas, os novos lulistas, os petistas e outros. Utilizando os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002 e de 2006, os autores demonstraram que não há impacto do nível de renda ou ideologia sobre o perfil dos novos petistas nas diferentes regiões, ou seja, o lulismo cresceu em 2006, especialmente em função de uma avaliação retrospectivamente positiva do primeiro mandato do Presidente Lula que garantiu o crescimento econômico, com estabilidade e distribuição de renda, corroborando com a tese do “voto econômico” defendido por Carreirão (2002; 2007). Portanto, o tema da corrupção explorado pela oposição no período pré-eleitoral pouco influenciou na opinião dos “novos lulistas” que são caracterizados como eleitores não alinhados, nem influenciados pelo personalismo como fator significativo (RENNÓ e CABELLO, 2010).

Sendo assim, o PT teve uma fase inicial caracterizada como uma novidade no sistema partidário brasileiro, baseada nas características de partido de massa (mesmo que tardio), com mecanismos horizontais de participação ativa dos seus militantes de base. A segunda fase foi marcada por um processo de centralização e institucionalização das decisões que promoveu uma adaptação do PT ao sistema partidário brasileiro e a terceira fase baseada no PT como partido de governo, pela primeira vez no âmbito federal, que resultou numa mudança de identidade tanto dos filiados quanto dos seus eleitores.

Ao revisar alguns autores e dados de pesquisa quantitativa, não pretende-se, nem seria possível, apontar para traços conclusivos sobre

um tema tão conjuntural e polêmico ou até mesmo esgotá-lo; no entanto, pode-se ressaltar alguns apontamentos que podem servir de pistas para uma agenda de pesquisa futura.

Com base nessa revisão da literatura sobre a trajetória do PT, percebe-se a distinção entre o partido de ontem (antes de ser governo federal) e o de hoje, a partir das eleições de 2002. O processo de mudança intrapartidária veio se aprofundando ao longo do tempo em contradição com as características fundantes (MENEGHELLO, 1989; GADOTTI & PEREIRA, 1989; KECK, 1991). Num primeiro momento, percebeu-se uma centralização, burocratização e profissionalização necessárias e ao mesmo tempo dependentes do êxito eleitoral (NOVAES, 1993), seguidas de um aprofundamento do controle das zonas de incertezas por um bloco majoritário interno, viabilizados pela mudança radical do sistema de democracia interna através do PED e da ampliação do financiamento partidário público e empresarial (P. RIBEIRO, 2008; AMARAL, 2010), até o fortalecimento dessas posições intrapartidárias como consequência dos benefícios dos escândalos de caixa dois e demais mecanismos de financiamentos legais e ilegais de campanhas e do partido (SAMUELS, 2009).

Essas mudanças intrapartidárias foram acompanhadas de mudanças do sistema eleitoral e do êxito eleitoral do PT tanto no parlamento quanto nos executivos subnacionais, que acumulam força para a vitória presidencial de 2002 como um divisor de águas na trajetória do partido. Essa ampliação dos resultados eleitorais se dá em consequência das mudanças internas, da ampliação da capilaridade do partido, da centralização dos recursos num grupo hegemônico interno, mas também por conta de mudanças na estrutura política socioeconômica e cultural externas. O êxito eleitoral do PT também se deve à mudança de discurso de Lula nas eleições 2002 (SAMUELS, 2009; SINGER, 2012), mas já vinha ocorrendo anteriormente também no âmbito parlamentar (TELES, 2009 a).

Portanto, essa simbiose de mudanças internas e externas resulta em mudanças significativas do distanciamento das origens políticas do petismo e do aumento da desilusão dos brasileiros com a política de modo geral e com os partidos especificamente (SAMUELS, 2009; MOISÉS & MENEGHELLO, 2013) até a formação de um “bloco social antipetista” que desencadeou nas manifestações pedindo o afastamento da Presidente Dilma em 2015 e 2016. Diante disso, qual a reação da base do PT? De fato se confirma empiricamente essa mudança de perfil na base dos filiados do PT, especialmente depois de 2002? Se estiver ocorrendo esse declínio na intensidade de participação dos filiados do

PT ele se dá como uma tendência linear ou há distinção entre velhos e novos filiados? Esses são alguns questionamentos que norteiam esta pesquisa empírica os quais pretende-se responder ao final desta tese.

PARTE II - METODOLOGIA

CAPÍTULO 3 - COMBINANDO OS PARADIGMAS DE PESQUISA QUANTITATIVA E QUALITATIVA

Como foi apresentado anteriormente, o problema principal desta tese é verificar as determinantes da intensidade de participação dos filiados do PT no Brasil, porém a ausência de dados demandou inicialmente elaborar um *survey* para viabilizá-los e, posteriormente, a realização da segunda etapa de pesquisa de campo através do método qualitativo de entrevistas semiestruturadas para aprofundar o entendimento das determinantes do processo de engajamento ou desengajamento militante.

Do ponto de vista epistemológico, nas ciências sociais é comum uma espécie de filiação a um dos paradigmas metodológicos, quantitativo ou qualitativo, conseqüentemente, há pouca interface entre eles, algo que precisa ser superado (MARINO, 2012). Metodologicamente sempre há uma tendência em escolher um dos paradigmas que resulta em “disputas epistemológicas acirradas e desnecessárias, como se tais paradigmas fossem incompatíveis” (RODRIGUES, MONTEIRO & MELO, 2013, p.14). Segundo esses autores, a metodologia mista propõe a coexistência desses modos de fazer o processo de investigação, pois os processos qualitativo e quantitativo não se excluem mutuamente, pelo contrário, são métodos complementares, desde que os propósitos de utilização estejam afinados aos objetivos de trabalho.

Bourdieu (2009) propõe romper com o “monoteísmo” metodológico, sendo que para isso é necessário adequar as técnicas à construção dos objetos de estudo, ou seja, utilizar as técnicas necessárias para dar conta da investigação, e não o contrário que seria adequar o objeto à escolha metodológica. Nesse sentido, o autor chama a atenção para a necessidade do pensamento reacional entre a teoria e a prática, entre a metodologia e objeto de estudo, entre a pesquisa empírica e o contexto em que ela ocorre e assim por diante.

Portanto, busca-se aqui articular as metodologias quantitativa e qualitativa para realizar a pesquisa empírica e, assim, produzir as informações para analisar a participação de alta intensidade dos filiados do PT no Brasil.

A escolha pelo PT como objeto de estudo é relevante não apenas por ser o partido político mais estudado no Brasil (MENEGOZZO, 2013), portanto, haver disponibilidade de uma vasta literatura, mas

também por se tratar de um partido *sui generis* no sistema partidário brasileiro, tanto no que se refere ao modelo de partido, ao posicionamento político e ideológico e a sua trajetória.

Neste contexto, o recorte para entender a intensidade de participação da base partidária também justifica, por um lado, pela carência de estudos com esse enfoque, enquanto são abundantes outros subtemas que tratam sobre as elites partidárias e, por outro lado, de informações primárias importantes como é o caso de uma série histórica com base em *surveys* com delegados dos encontros e congressos nacionais do PT, realizados pela Fundação Perseu Abramo (FPA), entre 1990 até 2010, que favorecem o ponto de partida deste estudo sobre a participação dos filiados de base em âmbito nacional.

Portanto, a viabilidade desta pesquisa se constitui porque o PT dispõe de um banco de dados organizado com contatos de dirigentes e filiados e tem se demonstrado aberto a contribuir com estudos acadêmicos sobre o partido, assim como houve uma oportunidade de mobilização nacional dos filiados numa data única, no dia da realização do Processo de Eleições Diretas (PED), quando foram enviados questionários autoadministrados e posteriormente a franquia dos contatos eletrônicos dos filiados também permitiu a segunda etapa da pesquisa quantitativa que foi através de questionário *online*.

A viabilidade inicial da etapa qualitativa se deu em função do *network* que o autor dispunha e se desenvolveu a partir da técnica de “bola de neve”.

Pesquisa quantitativa

De acordo com a revisão da literatura sobre participação de alta intensidade, a opção por um *survey* com os filiados do PT no Brasil se deu com base na obra de Whiteley e Seyd (2002) *High-Intensity Participation: the dynamics of party activism in Britain*, mas não se trata de estudo comparado, pois os autores analisaram duas rodadas de *survey* com cada um dos dois principais partidos ingleses (Trabalhista e Conservador), enquanto estamos realizando apenas uma rodada com um único partido do sistema partidário brasileiro. A obra citada é relevante, já que é pioneira na abordagem do conceito de participação de alta intensidade, construindo para isso um modelo de análise que inclui as principais vertentes teóricas da ciência política e que analisa o problema a partir do contexto do País com o mais antigo sistema partidário e um dos mais consolidados do mundo: a Inglaterra.

Desse modo, como não se trata de estudo comparativo, mas de uma aproximação do modelo de análise proposto pelos autores num contexto diferente, a tarefa consistiu em buscar outras pesquisas no Brasil para estabelecer alguma relação posterior, adequando e testando o questionário à nossa realidade. Em seguida, buscou-se desenhar uma amostra para a base de filiados do PT em âmbito nacional e posteriormente executou-se o *survey*. Finalmente, depois do levantamento de dados foi necessário organizá-los e definir um formato de sistematização que permitisse a análise dos dados com base no modelo proposto.

Pesquisas preliminares

Antes de apresentar o desenho do *survey* é importante resgatar outras pesquisas e base de dados que serviram de referência para a formulação do questionário, como por exemplo, as pesquisas com delegados de encontros e congressos nacionais do PT (FPA, 2013) e banco de dados sobre os filiados do PT no Brasil (PT, 2013).

Whiteley e Seyd (2002) trataram de operacionalizar as principais teorias da ciência política na construção de um *survey* que foi aplicado com filiados do Partido Conservador e do Partido Trabalhista inglês no período de 1994 e 2001. Essas teorias são: voluntarismo cívico, teoria da escolha racional e psicologia social. No processo de análise, os autores acabaram propondo um modelo alternativo chamado de “incentivos gerais”.

Essa operacionalização das teorias resultou num conjunto de variáveis explicativas da participação passíveis de mensuração através de *survey*, tomadas como referência para a construção do nosso questionário e metodologia de análise.

Para verificar a hipótese de declínio na intensidade de participação partidária, Whiteley e Seyd (2002) construíram uma escala dessa intensidade, distinguindo as atividades que exigem maior custo de esforço e de tempo (alta intensidade) e as de menor custo (baixa intensidade). Para fazer essa análise, os autores partiram de um modelo empírico básico com nove tipos de atividades assim traduzidas para nosso contexto: alta intensidade (ajudar nas campanhas eleitorais; ajudar na organização do partido; ajudar na apuração de votos; participar em reuniões; e entregar panfletos); e baixa intensidade (doar dinheiro; assinar petições; segurar cartazes; e contato com político ou outros membros) (WHITELEY & SEYD, 2002).

Assim, buscou-se adequar as questões apresentadas acima à realidade brasileira e contemplar o máximo de fatores possíveis na elaboração do questionário de pesquisa de campo desta tese (Apêndice 1).

Outras referências preliminares que serviram de base para a formulação do *survey* foram as pesquisas realizadas pelo Instituto *Criterion* Assessoria, aplicadas com os delegados de encontros e congressos nacionais do PT no período entre 1999 até 2010 e disponibilizadas pela Fundação Perseu Abramo (FPA). Com base nessas pesquisas, buscou-se inicialmente analisar a intensidade da participação desses membros do partido, porém há que se ressaltar que os delegados se constituem num grupo intermediário entre a elite dirigente e a base partidária e, portanto, não podem ser tomados como uma amostra dos filiados do PT.

Essa série histórica de dados permitiu tanto realizar uma análise preliminar do problema desta pesquisa, como também possibilitou critérios na formulação de perguntas no questionário da pesquisa de campo, como por exemplo, a faixa de renda familiar, a participação em movimentos sociais e nas direções partidárias, o período de entrada no PT e o posicionamento ideológico: o autoposicionamento e a localização do PT e dos governos Lula e Dilma na escala esquerda-direita.

Utilizou-se também como referência o banco de dados dos filiados do PT no Brasil fornecido pela Secretaria Nacional de Organização do partido, importante para o desenho amostral, pois foi com base no número total de filiados (N) que se calculou o tamanho da amostra (n) e, posteriormente, foram divididos os filiados proporcionalmente por Estados e sorteado aleatoriamente uma quantidade de municípios e de entrevistados na primeira etapa da pesquisa quantitativa que foi baseada em questionários autoadministrados.

Além disso, o banco de dados permitiu estabelecer parâmetros para a validação de questionários, buscando aproximar a amostra da proporção por cotas sexo, idade e região dos filiados.

Portanto, os dados preliminares foram importantes para o desenho do projeto de pesquisa, contribuindo para a projeção da amostra, a construção dos questionários e a metodologia de análise.

Construção dos questionários

O desenho do questionário da pesquisa quantitativa buscou diversificar os formatos das respostas através de questões dicotômicas, múltipla escolha e respostas abertas.

Buscou-se evitar perguntas muito extensas através da objetividade no enunciado e ao tratar de conteúdos subjetivos, como opinião, percepção ou sentimentos, as perguntas foram desmembradas em questões bem específicas, aumentando seu número, mas buscou reduzir *doublebarreled*, eliminar ambiguidades e deixando claro o recorte temporal para evitar aquiescência, facilitar as respostas dos entrevistados e permitir padrões comparativos com outros dados (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1992; SALANT & DILLMAN, 1994; EVANS & MATHUR, 2005; BARBETTA, 2012).

Com isso, chegou-se a um questionário com o total de 56 perguntas, que a princípio parece extenso, mas, buscou-se analisar o tempo de respostas através de pré-testes e percebeu-se que não passou de trinta minutos, pois o conteúdo trata de temas conhecidos pelos entrevistados.

O conteúdo do questionário seguiu o seguinte roteiro: começou pela identificação do município, sexo, tempo de filiação; depois questões factuais (se o entrevistado pertence a alguma instância partidária, os motivos de filiação ao PT, o tipo de atividade que participa, e formas de contato); depois questões opinativas como nível de satisfação, avaliação sobre as mudanças no PT, avaliação ideológica e posicionamento esquerda/direita, opinião sobre forma de organização e da tomada de decisão; adiante volta-se em questões factuais como militância em organizações sociais e opiniões sobre questões de incentivos à participação (individuais e coletivos); e, por fim, estão as questões de natureza socioeconômicas como escolaridade, renda e vínculo de trabalho.

Outro aspecto importante foi a garantia do anonimato, pois o entrevistado não precisou se identificar, apenas preencher questões demográficas que não permitem a sua localização.

Com isso, obteve-se o desenho do questionário que passou a ser avaliado, inicialmente através de pré-testes. Dada a linguagem própria do meio e o conteúdo das perguntas que requer vivência própria sobre o tema questionado optou-se por realizar o pré-teste com um grupo de filiados de base do PT em que haviam filiados velhos e novos, homens e mulheres e de idades distintas. O questionário do pré-teste foi aplicado de forma autoadministrada e, em seguida, fez-se uma avaliação das

questões que não estavam adequadas, adaptando-as de maneira apropriada, e, por fim, houve uma segunda fase de avaliação dos questionários entre colegas de doutorado que participam da mesma linha de pesquisa.

Assim, espera-se ter observado as técnicas de elaboração de questionário antes de iniciar a etapa de desenho da amostra do *survey*.

Desenho amostral

Tomando por base o banco de dados dos filiados do PT em nível nacional, foi construído o desenho amostral da pesquisa de campo.

Considerando-se os padrões estatísticos buscou-se atender os critérios de uma amostragem simples e posteriormente aproximá-la por cotas baseadas em critérios regionais e socioeconômicos por sexo, faixa etária e regiões do universo dos filiados. Tendo uma população (N) de 1,7 milhões de filiados no Brasil (PT, 2013), calculou-se o tamanho da amostra (n), com uma estimativa da margem de erro tolerável (E_0) de 4%. Com base nisso, de acordo com Barbetta (2012), é necessário calcular primeiro a aproximação do tamanho da amostra (n_0), aplicando a seguinte fórmula $n_0 = 1/E_0^2$, para em seguida calcular o número de casos mínimos toleráveis da amostra $n = N \cdot n_0 / N + n_0$.

Portanto, tem-se que: [p1]

$$n_0 = \frac{1}{(0,04)^2} = 625$$

$$n = \frac{(1.700.000) \cdot (625)}{1.700.000 + 625} = \frac{106.250.000}{1.700.625} = 624,77$$

Assim, o tamanho mínimo de casos para uma amostra simples, com uma margem de erro de 4%, é de 625 questionários.

Para melhorar a representatividade da amostra aplicou-se uma distribuição posteriormente uma distribuição por cotas, a partir dos critérios de regiões do país, sexo e idade dos filiados (PT, 2013) utilizando-se a sequência de tabelas abaixo que apresenta o percentual de filiados para cada uma das questões:

Tabela 1 - Percentual de filiados do PT por região do País

Região	Filiados (PT 2013)
Norte	9%
Nordeste	25%
CO	9%
Sudeste	41%
Sul	16%

Fonte: Banco de dados do PT (2013).

Tabela 2 - Percentual de filiados do PT por sexo

Sexo	Filiados (PT 2013)
Mulheres	44,43%
Homens	55,57%

Fonte: Banco de dados do PT (2013).

Tabela 3 - Percentual de filiados do PT por idade

Faixa etária	Filiados (PT 2013)
Até 29 anos	13%
30 a 44 anos	41%
45 a 59 anos	30%
Mais de 60 anos	17%

Fonte: Banco de dados do PT (2013).

Aplicação do survey

A aplicação do *survey* ocorreu em duas etapas: a primeira através de questionários impressos, enviados por correio e com aplicação autoadministrada; e a segunda através do mesmo questionário enviado via *e-mail*.

Na primeira fase da coleta de dados da pesquisa quantitativa foi enviada uma determinada quantidade de questionários através do Correios endereçados para os diretórios municipais, de acordo com sorteio aleatório, para serem autoadministrados com filiados de base do PT em data única.

Considera-se que cada técnica de aplicação de questionários tem vantagens e desvantagens (EVANS & MATHUR, 2005). O envio de questionários autoadministrados através do Correios tem a vantagem de atingir uma ampla cobertura geográfica podendo chegar a todos os locais previamente selecionados no sorteio de municípios. Além disso, é possível controlar o número de questionários por local para aproximar a

amostra da distribuição previamente desejada. Os questionários foram enviados para cada município em envelope único e devolvidos da mesma forma para garantir o anonimato dos respondentes. Do ponto de vista de custos, essa técnica é mais barata do que entrevista face-a-face e, por fim, em comparação à pesquisa *online*, o questionário via Correios dá a oportunidade às pessoas que não têm acesso à *Internet* poderem responder.

Contudo, essa forma de aplicação de questionários tem suas desvantagens: a baixa taxa de retorno, o tempo e o esforço (contato com os dirigentes) necessários para obtenção das respostas, recebimento de respostas incompletas e eventualmente perda de questionários que não foram devolvidos por negligência de dirigentes locais.

A mobilização de aproximadamente 800 mil filiados do PT aptos a votar e serem votados em todas as instâncias simultaneamente em um único dia configurou-se numa oportunidade para a aplicação dos questionários impressos. Esses questionários foram enviados aos diretórios municipais do PT para serem autoadministrados no dia 10 de novembro de 2013, durante a realização do PED¹⁰, que mobilizou efetivamente mais de 400 mil filiados do PT em todo o Brasil.

Cada correspondência foi acompanhada de uma carta de apresentação (Apêndice 2) e um envelope-resposta devidamente selado para a devolução dos questionários preenchidos. O envio das correspondências se deu com três semanas de antecedência, considerando-se o tempo de entrega em regiões longínquas. Na semana seguinte ao envio das correspondências, iniciou-se uma bateria de contatos telefônicos com os presidentes dos diretórios municípios sorteados na amostra para confirmar o recebimento das correspondências e estimular a distribuição dos questionários na data estipulada bem como o retorno das respostas.

Os questionários foram distribuídos proporcionalmente a cada Estado de acordo com o total de filiados em nível nacional. Na sequência, foi realizado o sorteio aleatório dos municípios, porém, nos Estados em que a capital não estava entre os municípios sorteados, mas correspondia a mais de 10% do total de filiados do seu Estado, incluiu-se a capital aos municípios sorteados, com o intuito de se chegar

¹⁰ Percebeu-se nessa mobilização uma oportunidade para abordar um grande número de filiados de base do PT, com baixo custo, utilizando-se a rede de organização do próprio partido para distribuir os questionários e para o retorno. Do contrário, haveria um custo muito elevado para enviar os questionários individualmente para os filiados o que inviabilizaria a amostra.

ao número mínimo de 625 questionários. No entanto, para adequar os percentuais com a inclusão de capitais que não foram sorteadas e prevendo-se a “mortalidade” de questionários, chegou-se a um número total de 831 questionários, conforme tabela abaixo:

Tabela 4 - Dados para a definição da amostra

Estado	% filiados	Nº DM	Nº mun. Sorteados	Nº quest. Estado
ACRE	0,42%	22	1	4
ALAGOAS	0,71%	86	4	6
AMAPÁ	0,94%	16	1	8
AMAZONAS	1,65%	62	3	13
BAHIA	5,42%	347	17	44
CEARÁ	5,51%	183	9	44
DISTRITO FEDERAL	2,70%	21	1	22
ESPÍRITO SANTO	1,34%	76	3	12
GOIÁS	2,05%	207	10	16
MARANHÃO	1,96%	185	9	14
MATO GROSSO	1,61%	135	6	16
MATO GROSSO DO SUL	2,67%	73	3	24
MINAS GERAIS	9,13%	683	34	75
PARÁ	4,39%	141	7	35
PARAÍBA	2,06%	167	8	17
PARANÁ	4,13%	309	15	34
PERNAMBUCO	5,93%	161	8	53
PIAUI	1,90%	216	10	15
RIO DE JANEIRO	9,23%	91	4	73
RIO GRANDE DO NORTE	0,67%	110	6	6
RIO GRANDE DO SUL	8,54%	429	21	69
RONDÔNIA	0,67%	52	2	6
RORAIMA	0,10%	14	1	1
SANTA CATARINA	3,10%	275	13	26
SERGIPE	0,81%	73	3	6
SÃO PAULO	21,28%	554	27	183
TOCANTINS	1,08%	121	6	9
Total		4.809	231	831

Fonte: Banco de dados do PT (2013).

Assim, o retorno de questionários autoadministrados por correspondência foi baixo, e, mesmo considerando as desvantagens previstas, houve falhas no cadastro dos dirigentes municipais, o que dificultou o contato direto e acarretou numa mortalidade considerável. Retornaram apenas 112 respostas dos 831 questionários enviados, ou seja, 13,5% das respostas, o que representava 18,7% da amostra desejada ($n=625$)¹¹.

Diante do retorno insuficiente para o tamanho da amostra da primeira etapa quantitativa, optou-se por promover uma segunda etapa de mobilização utilizando-se outra modalidade de envio dos questionários por meio de correio eletrônico, via *Internet*, para os mesmos municípios sorteados anteriormente. Os endereços eletrônicos dos filiados também foram disponibilizados pela Secretaria Nacional de Organização do PT, dos quais foram enviados aproximadamente 50 mil *e-mails*.

É importante ressaltar que a literatura sobre a metodologia de pesquisa através da *Internet* é relativamente recente e apesar dos avanços tecnológicos e do uso de ferramentas eletrônicas em pesquisas acadêmicas e de mercado, especialmente a partir de 1980 nos Estados Unidos, não há consenso sobre o uso dessas técnicas de pesquisa no meio acadêmico, o que requer atenção especial na sua operacionalização (VEHOVAR, MANFREDA & KOREN, 2012).

Nesse caso, Evans e Mathur (2005) também discutem vantagens, desvantagens, comparações com outros métodos e cuidados importantes para executar *surveys online*. Dentre as vantagens pode-se citar: o baixo custo em relação aos demais métodos; a possibilidade de um alcance amplo que permite uma grande amostra a partir da facilidade de acesso aos endereços eletrônicos; o conhecimento do conteúdo por parte dos entrevistados, ou seja, o direcionamento dos questionários para um público específico; a rapidez na entrega e a pontualidade que permitem acompanhar o retorno em tempo real e arquivar a data, hora e tempo das respostas; a comodidade dos entrevistados que podem escolher o melhor momento para responder, sem inconvenientes de outros métodos como telefone ou entrevista face-a-face (EVANS & MATHUR, 2005).

Contudo, é necessário tomar cuidado com aspectos de planejamento do questionário, evitar *spam*, evitar amostra enviesada,

¹¹ O tempo de retorno dos questionários impressos, sistematização dos resultados e a decisão de refazer o questionário em formato online durou de três meses, ou seja, a partir de fevereiro de 2014 iniciou-se os testes para posterior envio dos questionários online que ficaram em aberto até setembro de 2014.

cuidados com a aplicabilidade do questionário e considerar também o baixo nível de retorno (EVANS & MATHUR, 2005).

Diante disso, em relação ao planejamento, houve o cuidado com a organização das perguntas para evitar a fadiga e possibilitar a objetividade e a precisão nas respostas. Para evitar *spam*, estudou-se o formato de envio, criando um *e-mail* próprio para essa pesquisa e utilizando-se de um provedor autorizado para não ser bloqueado pelo limite de quantidade que há nos provedores gratuitos. Quanto à amostra enviada, além de repetir a pré-seleção dos municípios utilizados na primeira etapa da pesquisa quantitativa (sorteio de municípios), utilizou-se os critérios de distribuição por cotas descritos anteriormente na validação das respostas. No que se refere à aplicabilidade do questionário, foram feitos pré-testes com o questionário *online* antes do envio, observando o formato, o tempo e conferindo se o relatório das respostas estava correto. Por fim, em relação ao baixo nível de retorno, este foi compensado pela grande quantidade de endereços, ou seja, houve respostas suficientes para validar a amostra e garantir uma aproximação com os critérios de distribuição por cotas.

Na prática, criou-se uma conta de correio eletrônico com o nome de *participapt@gmail.com*, o que permitiu a modelação do questionário, que lançado num *software* gratuito (*Google Drive*), permitiu utilizar as mesmas perguntas do questionário físico, ou seja, perguntas com respostas abertas (numéricas e descritivas), perguntas dicotômicas e perguntas de múltipla escolha com uma ou mais opções de respostas. Além disso, o *software* armazena as respostas em planilha eletrônica, sem identificar o endereço eletrônico do entrevistado, o que preserva seu anonimato, porém, registra a data, hora e tempo gasto com a resposta, o que facilita a tabulação dos dados posteriormente.

Essa etapa de entrevistas individuais por meio da *Internet* se deu no período entre 25 de março e 15 de setembro de 2014¹². De

¹² O planejamento inicial previa encerrar o envio dos questionários online antes do início da campanha eleitoral de 2014, porém, há que se considerar que esse período concorreu com o período do evento da Copa do Mundo no Brasil, o que dificultou a atenção, inclusive dos militantes, em responder à pautas políticas. Como não havia estímulos materiais para responder ao questionário, foi apostado que a mudança da pauta conjuntural traria maior interesse dos filiados em responder ao *survey*. No momento inicial da campanha ocorreram episódios que tiraram o foco na disputa, mas, quando a campanha eleitoral começou a “esquentar” encerrou-se definitivamente a coleta dos dados. Ainda que sejam considerados esses fatores, deve-se admitir que o período da coleta dos dados pode ter trazido algum viés eleitoral que influenciou o resultado.

aproximadamente 50 mil *e-mails* enviados, obteve-se o retorno de 1.183 questionários eletrônicos (2,4%) dos quais foram eliminadas as respostas incompletas e repetidas, e, posteriormente foram ordenadas as respostas pelos critérios de distribuição por cotas da amostra (sexo, faixa etária e região) restando 513 respostas de questionários eletrônicos validadas. Somadas aos 112 questionários impressos, obteve-se o número mínimo de 625 questionários necessários para validar essa amostra.

Organização dos dados quantitativos

A organização dos dados para análise posterior foi feita em três etapas: na primeira etapa foram tratados os dados quantitativos validados dentre os questionários impressos e eletrônicos, conforme descrito anteriormente; na segunda etapa foram recodificadas as respostas em valores necessários para a construção da máscara de dados a ser utilizada na plataforma de análise estatística do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS); e em terceiro lugar foram transpostos os dados para o *software* de manipulação e análise estatística.

A partir da coleta, do tratamento, da transferência da base de dados para o SPSS e da verificação das frequências de cada variável, as informações estavam prontas para iniciar o processo de análise descritiva e modelos de regressão linear dos dados. As estatísticas descritivas utilizadas foram a análise de frequência e análise de tabelas de contingência com duas variáveis. Em termos de análise da regressão linear foram utilizadas técnicas de regressão cujos procedimentos serão detalhados no corpo do capítulo 5.

Pesquisa qualitativa

O principal referencial teórico que serviu de base para a elaboração do roteiro de entrevistas semiestruturadas utilizado para a etapa da pesquisa qualitativa foi a sociologia do militantismo.

Dentre os principais referenciais teóricos da sociologia do militantismo está Daniel Gaxie (1977) que introduz o debate sobre o engajamento baseado em recompensas ou mecanismos de retribuições, passando pela análise de carreiras militantes constituídas por fases de altos e baixos, motivadas pelo estado de espírito (tédio emocional), questões familiares, motivos financeiros, dentre outros. Essas fases são desiguais dentro do campo dos ativistas e vão diferenciando-os ao longo do tempo de acordo com a oferta para a ação militante, que pode vir de partidos políticos, sindicatos ou associações, em forma de recrutamento

individual ou combinado, ou seja, poderá haver um multimilitantismo (GAXIE, 2005).

Na sequência Fillieule (2001) aprofunda o tema das “trajetórias militantes” analisando desde as origens, a trajetória em si e eventualmente as saídas de ex-militantes. Assim, a análise de carreiras militantes passa a ser vista como um processo dialético entre a história individual, as instituições e os contextos, numa sucessão de fases e de múltiplos engajamentos ao longo de um ciclo de vida (FILLIEULE, 2001; FILLIEULE & PUDAL, 2010).

Fillieule (2001) analisa o processo de engajamento, de permanência e de desengajamento utilizando técnicas de relatos biográficos, observações etnográficas e experiências de vida, evitando assim o determinismo da posição de origem dos indivíduos e buscando observar os laços interpessoais preexistentes, como por exemplo, socialização, identidade, classe e posição social, disposição psicológica e afetiva. O autor considera a militância como uma “atividade social específica”, de escolhas práticas e de tensões complexas. A noção de carreira tem relação com a tradição interacionista que entende a ação humana como processo, no tempo e com dinâmica própria, portanto, diacrônica, baseada em socializações múltiplas, esferas e redes, experiências e contextos (FILLIEULE, 2001).

Assim, essa pesquisa qualitativa foi executada com base em entrevistas semiestruturadas utilizando o seguinte roteiro: no primeiro momento, provoca-se um relato biográfico do entrevistado (explicando suas origens, acontecimentos e motivações para entrada no PT); no segundo momento, questiona-se sobre seus momentos de altos e baixos, de saída ou permanência; e, depois disso, no terceiro momento, busca-se as opiniões e avaliações dos entrevistados sobre o PT e sobre temas atuais da militância partidária.

Pesquisas qualitativas preliminares

Além dos principais referenciais teóricos apresentados, o desenho do roteiro das entrevistas e da amostra da pesquisa qualitativa foi precedido pela análise de outros estudos do mesmo gênero que serviram como base para esse trabalho.

Conforme apresentado anteriormente na revisão da literatura sobre sociologia do militantismo, foram citados vários exemplos de pesquisas empíricas baseadas nessa teoria para o caso do Brasil, porém, buscou-se aqui selecionar duas delas que tratam de temas mais próximos do objetivo desta pesquisa. Sendo assim, optou-se por Gaglietti (2003)

que analisa os militantes petistas de Porto Alegre (RS) e compartilha de parte da mesma literatura para análise da pesquisa. O segundo trabalho escolhido foi um diálogo com a metodologia de história oral, através de Ferreira e Fortes (2008) que entrevistam dirigentes e fundadores do PT, registrando suas trajetórias (origens sociais, o contexto, memórias e opiniões); portanto, um roteiro que tem proximidade com nossa proposta e relação direta com nosso objeto de estudo, embora o foco desses autores fosse dirigentes reconhecidos e o foco desta pesquisa será os militantes de base e anônimos.

Assim, foi organizado o roteiro de entrevistas, executado o pré-teste com pelo menos um militante de cada perfil dos que se pretendia entrevistar (a fim de dimensionar o tempo da entrevista, observar a clareza das perguntas e a fluidez das respostas, testar a condução do entrevistador e ajustar eventuais questões que poderiam dificultar o andamento do roteiro ou incluir questões que poderiam estar faltando). Desse modo, depois de uma avaliação do roteiro e da aplicação do pré-teste, passou-se a desenhar a amostra, mapear os contatos e realizar as entrevistas, para posteriormente tratar os dados para a análise da pesquisa qualitativa.

Planejamento e construção do roteiro de entrevistas

A escolha da técnica de entrevistas semiestruturadas considerou uma avaliação de vantagens e desvantagens desta técnica para os fins desejados neste trabalho. Essa técnica de pesquisa permite a flexibilidade das informações dando liberdade para aprofundar aspectos individuais do entrevistado; permite também observar as emoções e por isso há uma maior conexão entre entrevistador e entrevistado que possibilita fluir a memória deste, dando a possibilidade de articular e aprofundar questões observadas tanto na pesquisa quantitativa, quanto entre as respostas de um e outro militante.

Por outro lado, apresentam-se alguns obstáculos, como por exemplo, as distâncias necessárias para compor o quadro amostral (que levou a recorrer a técnicas de entrevistas a distância, via *Internet* ou telefone), a dificuldade de agendar as entrevistas em horários compatíveis entre entrevistado e entrevistador, a necessidade de maior habilidade na condução da entrevista por parte do entrevistador, especialmente em controlar as emoções e manter o foco no roteiro da pesquisa, e, enfim, outras restrições pessoais dos entrevistados em falar sobre determinados assuntos, problemas técnicos ou inibições em relação aos equipamentos utilizados (SELLTIZ *et al*, 1987; QUIVY &

CAMPENHOUDT, 1992; LAKATOS & MARCONI, 1996; HAGUETTE, 1997).

Como foi anunciado anteriormente, o roteiro (Apêndice 4) foi estruturado em três momentos (relato biográfico; fases da carreira do militante; e opiniões sobre temas atuais), mas previamente ocorreu o agendamento da entrevista e antes de iniciar a gravação, o entrevistador se apresentava, falava dos objetivos da pesquisa, das etapas da entrevista e da previsão de sua duração. Em seguida, o entrevistado se apresentava (nome, idade, profissão) e fazia um relato da sua trajetória militante desde antes da entrada no PT, questionando suas origens familiares e sociais e seu envolvimento e engajamentos prévios anteriores à filiação ao PT (família, igreja, sindical, movimentos sociais, intelectuais ou outros partidos) e, finalmente, suas motivações que resultaram na filiação ao partido (ideologia, práxis militante, valores ou normas sociais, questões afetivas ou benefícios). Depois do momento inicial, entrou o papel do entrevistador; se o relato era muito sucinto, provocava-se mais informações com perguntas ou se era muito extenso, buscava-se manter o foco da questão (HAGUETTE, 1997).

Com base no relato da trajetória, o entrevistador perguntava sobre as fases de altos e baixos da militância (FILLIEULE, 2001) e os tipos de atividades que o entrevistado esteve envolvido (dirigente, assessor ou ocupante de cargo público, candidato ou militante de base), conforme apontado por Gaxie (1997; 2005), e relacionados com o repertório de atividades de alta e baixa intensidade de participação (WHITELEY & SEYD, 2002). Essas atividades estão ligadas às retribuições simbólicas ou materiais que foram complementadas pela pergunta sobre habilidades pessoais e recompensas obtidas nas atividades militantes. Obviamente que os questionamentos não foram feitos de maneira formal, mas através de um diálogo fluido, com uma aproximação da linguagem e com conhecimento do tema por parte do entrevistador (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1992; HAGUETTE, 1997; FERREIRA & FORTES, 2008).

Finalizado esse segundo momento, o entrevistado foi avisado que seria perguntado sobre sua condição militante em relação ao partido no tempo presente, ou seja, se ele encontrava-se numa posição de saída, voz ou lealdade (HIRSCHMAN, 1973), explicando-a posteriormente.

Então, no terceiro momento da entrevista, tratou-se da opinião e avaliação dos militantes sobre o partido, os líderes, o governo, as clivagens e suas motivações de engajamento. Depois dos testes prévios do roteiro, optou-se começar por temas mais gerais para chegar em questões mais específicas a fim de inverter a lógica da trajetória e ganhar

tempo e qualidade nas respostas, pois se se iniciasse novamente por questões pessoais, ao final as questões mais complexas simplesmente ficariam preteridas. Portanto, o primeiro questionamento foi sobre a opinião do entrevistado sobre o tema do socialismo, se é um tema atual, se o PT é socialista e se o próprio militante entrevistado se considera socialista. Na sequência, o mesmo questionamento foi sobre “esquerda e direita”, se o tema é importante, se explica alguma coisa na realidade atual e qual o seu autopoicionamento, o posicionamento do partido, do governo Lula e do governo Dilma numa escala de um até sete, em que um é extrema esquerda, quatro é centro e sete é a extrema direita. Essas duas questões foram incluídas para fazer uma relação com as mesmas perguntas no questionário quantitativo (WHITELEY & SEYD, 2002; FPA, 2013).

Na sequência, o questionamento foi se o conceito de “esquerda e direita” são válidos para explicar posicionamentos sobre clivagens ou novos temas sociais, como por exemplo, redução da maioria penal, aborto, homofobia, machismo, racismo e, por último, o ambientalismo. Essas questões também pretenderam estabelecer relação com algumas perguntas da pesquisa quantitativa, contudo, são elementos novos na pesquisa, que dialogam com a terceira fase da sociologia do militantismo (INGLEHART & WELZEL, 2009; SEIDL, 2009; FILLIEULE & PUDAL, 2010; PUDAL, 2011; E. RIBEIRO, 2011; OLIVEIRA, 2013).

As questões seguintes abordaram avaliações sobre o PT e os mandatos petistas no governo federal. As primeiras perguntas repetiram a mesma ideia da pesquisa quantitativa: o PT mudou? Desde quando mudou? Para melhor ou pior? Na sequência, buscou-se aprofundar a opinião dos militantes sobre a organização e o funcionamento do PT, e sobre temas específicos como: formas de tomar decisões, sobre o PED, sobre paridade de gênero e cotas de jovens e étnicos raciais (P. RIBEIRO, 2008; AMARAL, 2010). As questões sobre avaliação dos mandatos petistas no governo federal se referiram a avaliações gerais a partir de pontos positivos e negativos (SAMUELS, 2009; SINGER, 2012).

Para finalizar, foram abordadas mais duas questões opinativas sobre como via o carisma de Lula ou se tinha admiração por algum outro líder e, por último, se ser militante valia a pena. e se recomendaria isso para outras pessoas. Com essas duas questões pretende-se primeiro avaliar o tema do “lulismo” (RENNÓ e CABELLO, 2010; TERRON & SOARES, 2010; SINGER, 2012) e encerra com a pergunta sobre uma questão-chave da sociologia do militantismo (GAXIE, 1997; 2005; FILLIEULE, 2001), que é a disposição para o engajamento.

Adiante, foram feitas as considerações finais e a entrevista era encerrada com uma declaração oral autorizando seu uso na análise desta pesquisa.

Depois dessa apresentação do roteiro das entrevistas, passa-se a descrever a amostra, a aplicação da entrevista e o tratamento das informações para análise posterior.

Definição da amostra qualitativa

A definição da amostragem da pesquisa qualitativa levou em consideração alguns critérios apresentados por Pires (2008); Portanto, trata-se de uma amostra de múltiplos casos feita por contraste, com estrutura aberta, ou seja, uma interação entre o nível teórico e a população. Foi organizada em frações do universo militante petista, contemplando quatro tipos de militantes: filiados históricos e engajados, antigos filiados afastados ou desengajados, novos filiados e ex-filiados (FILLIEULE, 2001; AGRIKOLIANSKI, 2002). Esses quatro tipos foram combinados com as quatro macrorregiões da pesquisa quantitativa e foi garantida a paridade de gênero, ou seja, um homem e uma mulher para cada estilo em cada região¹³. Como se trata de uma abordagem sobre o eixo de representação social, com esses critérios ficou garantida a diversificação interna (intragrupo) do universo pesquisado (PIRES, 2008).

Assim, apresenta-se na Figura 1 os 32 casos atendendo aos critérios de amostragem: tempos de militância (filiado histórico ativo na militância; afiliado afastado da militância partidária; novos filiados; desfiliados); macrorregiões do País (sul, sudeste, nordeste e norte-centro oeste); e gênero (um homem e uma mulher para cada uma das características anteriores).

¹³ Considerando a quantidade de filiados e a proximidade de características, optou-se por juntar as regiões Norte e Centro Oeste numa única macrorregião, a exemplo da amostra quantitativa.

Quadro 1 - Desenho da Amostra dos Entrevistados¹⁴

	Sul		Sudeste		Nordeste		Norte-CO	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Histórico	HHS	MHS	HHSE	MHSE	HHNE	MHNE	HHN	MHN
Afastado	HAS	MAS	HASE	MASE	HANE	MANE	HAN	MAN
Novo	HNS	MNS	HNSE	MNSE	HNNE	MNNE	HNN	MNN
Desfilado	HDS	MDS	HDSE	MDSE	HDNE	MDNE	HDN	MDN

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir da definição da amostra, inicia-se o processo de recrutamento dos entrevistados, utilizando-se a técnica metodológica *snowball* (BIERNACKI & WALDORF, 1981), conhecida no Brasil como “amostragem em Bola de Neve” ou “cadeia de informantes” (GOODMAN, 1961; PENROD, *et all* 2003). Essa técnica prevê que se deve iniciar por alguma indicação ou envolvimento com o público e, a partir dos primeiros entrevistados, estes vão indicando outros até a saturação ou até atender o perfil da amostra. Assim, iniciou-se com os primeiros contatos participando diretamente em eventos do PT, buscando pessoas que atendessem a esse perfil ou fazendo contato com alguns dirigentes locais que indicassem pessoas com esse perfil, estabelecendo uma conexão direta com os casos escolhidos, e, depois das primeiras entrevistas, os próprios entrevistados apresentavam um ou mais pessoas para preencher os requisitos da amostra.

Considerando-se as distâncias e algumas limitações técnicas, a execução das entrevistas tiveram pelo menos três formatos: presencial, *online* via *Skype*, ou por telefone. Sempre que possível e viável foi priorizada a entrevista presencial, com data, hora e local previamente agendado e da maneira mais informal possível, dando ciência ao entrevistado que estava sendo gravado, mas buscando evitar a inibição da presença do equipamento. Quando não foi possível a entrevista presencial, optou-se primeiro pela entrevista *online* via *Skype* que permite uma interação um pouco mais próxima da presencial, ou seja, o

¹⁴ Os entrevistados para a pesquisa qualitativa foram identificados por siglas que representam as iniciais dos três critérios utilizados para compor a amostra, ou seja, sexo (H para homem e M para mulher), a condição de militância (H para filiado histórico; A para filiado afastado do engajamento partidário; N para novos filiados; e D para desfilados); e a região do país (S para sul; SE para sudeste; NE para nordeste; e N para norte e centro-oeste).

entrevistador e entrevistado se veem mutuamente e ocorre uma certa interação. Porém, em casos de limitações de acesso ou manuseio de equipamentos *online*, o último recurso foi a utilização de entrevistas gravadas por telefone. Em todas as situações, buscou-se agendar com antecedência, deixar explícito o objetivo da pesquisa, o assunto e o tempo de duração da entrevista, além de manter ao máximo a interação, a aproximação da linguagem e o diálogo atento (NICOLACI DA COSTA, ROMÃO DIAS & DI LUCCIO, 2009).

As entrevistas duraram em média uma hora e quinze minutos e foram realizadas no período de abril até dezembro de 2015, todas gravadas apenas em áudio, organizadas e preparadas para etapa de análise das informações.

Organização dos dados qualitativos

Concluída a etapa de execução das entrevistas, o passo seguinte foi a organização dos dados para a análise posterior. Nessa etapa, optou-se por não transcrever os áudios pelo grande volume de horas gravadas, mas também pela possibilidade de organização das informações sem necessidade de transcrição. Assim, foram montadas planilhas por questões de acordo com o roteiro comentado anteriormente e foi organizada uma grade de respostas para cada entrevistado com as iniciais do seu perfil conforme desenho amostral (GAGLIETTI, 2003).

As entrevistas foram ouvidas e as respostas distribuídas nas respectivas grades, além de um arquivo para cada entrevistado em que foram anotadas algumas frases explicativas que se julgou possivelmente necessárias para a etapa de análise, sendo que nestas transcrições de pequenos trechos, seguiu-se a marcação do tempo em que aparecem na gravação.

Passo seguinte foi a sistematização das grades de respostas em treze planilhas diferentes, uma para cada questão, e em cada planilha da grade está especificada a resposta identificada do entrevistado pelas iniciais, por exemplo, homem histórico do sul (HHS), mulher nova filiada do nordeste (MNNE) e assim por diante.

Com isso, considera-se que foi apresentada aqui a metodologia desta pesquisa em suas dimensões quantitativa e qualitativa, respondendo as principais características, ou seja, referências teóricas, descrição das pesquisas e testes preliminares, apresentação do desenho do questionário ou roteiro da entrevista com suas vantagens e desvantagens, desenho amostral, aplicação da pesquisa e organização dos dados. Portanto, o passo seguinte será o de iniciar a apresentação dos

resultados das pesquisas, começando pela apresentação da frequência dos dados quantitativos, depois a análise de regressão linear deste modelo e, por fim, a análise da pesquisa qualitativa de forma interativa com a análise quantitativa.

PARTE III - ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE E DO MILITANTISMO ENTRE OS FILIADOS DO PT

CAPÍTULO 4 - QUEM SÃO OS FILIADOS DE BASE DO PT NO BRASIL?

O capítulo atual se dedica à apresentação descritiva dos dados produzidos especialmente para este estudo. Trata-se de uma parte importante desta tese porque se refere à etapa de análise exploratória de um banco de dados inédito e amplo. Essa análise permite apresentar os dados de uma forma descritiva, porém comparativa com outros estudos e dados quantitativos (CESAR, 2002; P. RIBEIRO, 2008; AMARAL, 2010; IBGE, 2010; BRASIL, 2013; PALUDO, 2014; TSE, 2014; FPA, 2014; PT, 2014) e permite um diálogo com uma base teórica e investigativa sobre o PT (MENEGUELLO, 1989; RODRIGUES, 1990; KECK, 1991; NOVAES, 1993; SINGER, 2000; KRAUSE, 2006; P. RIBEIRO, 2008; MENEGHELLO e AMARAL, 2008; FERREIRA & FORTES, 2008; TELLES, 2009 a; RENNÓ e CABELLO, 2010; TERRON & SOARES, 2010; AMARAL, 2010; 2012; SINGER, 2012; ZUCCO & SAMUELS, 2014).

Esta pesquisa, além de se diferenciar de grande parte da literatura sobre o petismo por ter como foco a base de filiados, também ocorreu num contexto inédito da trajetória do partido.

Grosso modo, a literatura sobre o petismo teve uma primeira fase de estudos sobre suas origens como uma anomalia em relação ao sistema político brasileiro (MENEGUELLO, 1989; RODRIGUES, 1990; KECK, 1991). Depois, o foco foi nas experiências do PT nos governos, nos mandatos e na sua relação com a sociedade civil (NOVAES, 1993; SINGER, 2000; HOCHSTELERE, 2008; P. RIBEIRO, 2008; MENEGHELLO e AMARAL, 2008). Outros estudos ainda analisaram as transformações políticas e ideológicas no PT (SINGER, 2000; PALERMO, 2005; FLYNN, 2005; HUNTER, 2007; 2008; P. RIBEIRO, 2008; AMARAL, 2013). Essas transformações ocorreram tanto em relação à organização e ao funcionamento do partido quanto às práticas de governo e mudanças no perfil do eleitorado, como é o caso do debate sobre o lulismo e o petismo (HUNTER e POWER, 2007; LÍCIO, RENNO e CASTRO, 2009; SINGER 2000; 2012).

O contexto de construção desta tese ocorreu entre 2013 e 2016, ou seja, num momento de eclosão de manifestações e de protestos no Brasil, período em que o PT disputou e venceu o quarto mandato

consecutivo na Presidência da República, e durante toda a fase de protestos, tramitação e votação do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. No entanto, cumpre esclarecer que os dados do *survey* foram coletados entre 2013 e 2014, ou seja, antes das eleições.

Assim, esta tese pretende se inserir nessa literatura trazendo como foco de análise a base de filiados do PT, explorando o perfil e analisando a intensidade de participação dos petistas.

A apresentação da frequência das principais questões do *survey* não segue a sequência das perguntas do questionário, mas uma lógica de interpretação que organiza os principais dados para posterior análise de regressão linear e das entrevistas, em quatro partes: distribuição por cotas da amostra; perfil socioeconômico dos petistas; socialização e incentivos; e, por fim, a apresentação da variável dependente de intensidade de participação.

Conforme apresentado anteriormente, o *survey* aplicado continha 56 questões de diferentes tipos: questões demográficas; respostas em aberto; questões fechadas com única opção de resposta; questões de múltipla escolha; e escala de avaliação. O período de aplicação dos questionários foi entre 2013 e 2014, que resultou numa amostra com 625 casos, respondidos de duas formas: autoadministrada e *online*.

4.1 DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR COTAS

Inicia-se a apresentação descritiva pela distribuição da amostra por cotas, que conforme explicado na metodologia, corresponde a quatro variáveis: tempo de filiação, região, sexo e faixa etária. Com isso, pretende-se demonstrar a validade deste *survey* comparando-o com o universo dos filiados no PT e com o eleitorado brasileiro.

A construção da base de dados do *survey* considerou como referência a análise de cotas utilizada por Tadeu César (2002), utilizou dados sobre filiados fornecidos pela Secretaria Nacional de Organização do PT (PT, 2014) e dados gerais dos eleitores no Brasil a partir do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

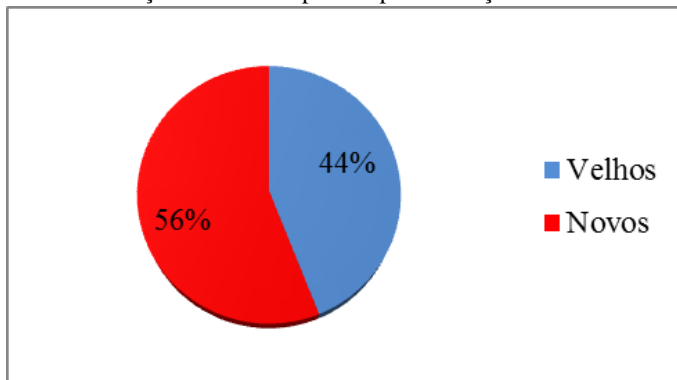
A primeira variável a ser descrita é o tempo de filiação, pois na sequência serão apresentadas as demais frequências de perfil dos filiados sempre relacionadas com esse indicador, que é chave na análise da intensidade de participação (IP).

Em relação ao tempo de filiação, Whiteley e Seyd (2002) consideraram como critério para distinguir entre velhos e novos filiados o período de mudança de posicionamento dos dois principais partidos

ingleses à frente do governo. Assim, aqui também utilizou-se o mesmo critério no caso do PT, isto é, considerar-se como velhos filiados aqueles anteriores à primeira eleição de Lula para Presidente da República (de 1980 até 2002) e os novos filiados deste evento em diante (2003 até 2014)¹⁵.

A partir dessa divisão de tipos de filiados, tem-se o seguinte resultado da pesquisa:

Gráfico 1 - Distribuição da amostra por tempo de filiação



Fonte: *Survey* “Filiados de Base do PT” (2014).

Ainda que tenha havido uma proporção maior de respostas por parte dos velhos filiados em relação ao universo dos petistas (pois em 2014 os novos filiados já representavam 76% do total de filiados no PT), do ponto de vista da análise desta pesquisa, a proporção obtida no *survey* permite comparar de maneira mais equilibrada a diferença entre esses dois tipos de filiados.

Na sequência, apresentam-se os dados por regiões e segue relacionando-os com tempo de filiação e com a proporção de sexo e faixa etária.

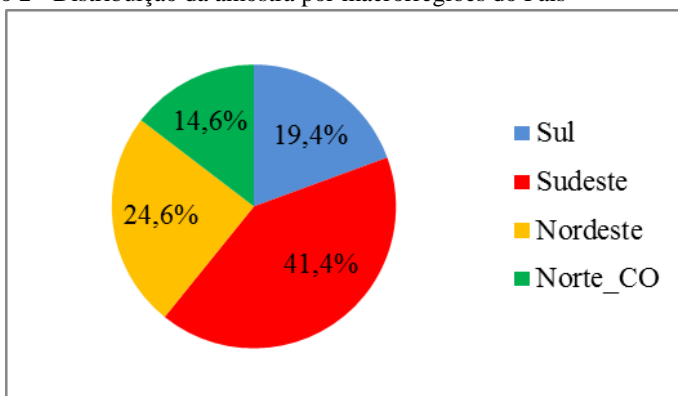
Do ponto de vista regional, o crescimento percentual de novos filiados ocorreu de forma mais intensa na região nordeste e menos

¹⁵ Inicialmente foram testados três períodos de filiação: velhos filiados (1980 até 1995); intermediários (1995 até 2002); e novos filiados (2003 em diante). Porém, percebeu-se que estatisticamente a faixa de filiados que entrou no partido durante a chamada “Era Zé Dirceu” (P. RIBEIRO, 2008) e que promoveu mudanças organizativas significativas no PT, não apresentava diferenças em relação aos velhos filiados, e, então, optou-se por mantê-los num único grupo e binarizar a variável.

intensa na região sul, enquanto que numericamente o crescimento maior ocorreu no sudeste e o menor também no sul. Percebe-se que o crescimento das mulheres novas filiadas foi maior que o dos homens, tanto em proporção percentual quanto em termos numéricos, enquanto que na relação com faixa etária optou-se por reorientar o recorte temporal para adequá-la a esta pesquisa e assim diferenciou-se dos dados históricos.

Sobre a frequência dos entrevistados em relação à localização por região, optou-se por juntar o norte e o centro-oeste pelo pequeno percentual individual de representação de cada uma dessas regiões sobre o total de filiados. Assim, unindo-os, alcança-se um percentual mais equânime em relação às demais regiões.

Gráfico 2 - Distribuição da amostra por macrorregiões do País

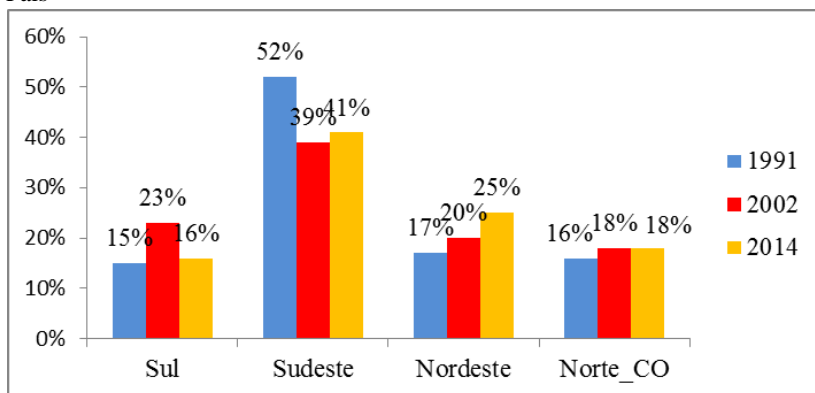


Fonte: *Survey* “Filiados de Base do PT” (2014).

Em relação às regiões, a frequência das entrevistas deste *survey* ficou próxima da base de dados do PT (2014) que era: sul (16%), sudeste (41%), nordeste (25%) e somadas as regiões norte e centro oeste (18%). Esses percentuais são semelhantes inclusive aos dados do total de eleitores brasileiros: sul (15%), sudeste (43%), nordeste (27%), norte e centro oeste somam (15%) (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2014).

Por outro lado, pode-se observar que o crescimento histórico da proporção de filiados por região vem se alterando. Tomando por base o percentual de filiação por região no ano de 1991 (CESAR, 2002), depois em 2002 e finalmente em 2014 (PT, 2014), obteve-se os seguintes resultados:

Gráfico 3 - Evolução histórica do percentual de filiados por macrorregiões do País

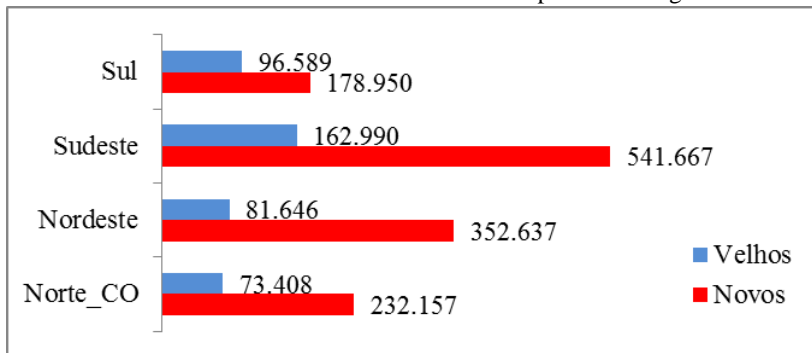


Fonte: Banco de dados do PT (2013) e *survey* “Filiados de Base do PT” (2014).

Deste quadro evolutivo das filiações petistas por região, percebe-se que o sul teve o maior crescimento proporcional entre 1991 e 2002 e depois uma perda, voltando a uma proporção semelhante ao período anterior, todavia, está acima da sua representação atual no eleitorado nacional (15%). O sudeste detinha mais de metade dos filiados do PT no Brasil em 1991; reduziu seu peso percentual entre 1991 e 2002 e depois recuperou-se mantendo-se próximo da proporção correspondente ao eleitorado do País (43%). A região nordeste é a que teve uma ampliação constante no percentual de filiados petistas, ainda assim, numa proporção um pouco abaixo do percentual que seus eleitores representam para o Brasil (27%). Por fim, as regiões norte e centro-oeste também tiveram um pequeno crescimento na proporção dos filiados petistas, acima da média dos eleitores brasileiros correspondente às regiões (15%). Portanto, a atual distribuição dos filiados petistas por regiões está mais próxima da proporção de eleitores do que no passado, ou seja, o PT tornou-se um partido nacionalizado.

Outra possibilidade de leitura desses dados é observar apenas o crescimento percentual dos novos filiados em cada região e comparar numericamente os velhos e novos filiados (Gráfico 1) em cada macrorregião, conforme gráficos a seguir:

Gráfico 4 - Crescimento numérico de novos filiados por macrorregiões do País



Fonte: Survey “Filiados de Base do PT” (2014).

Em relação aos novos filiados, proporcionalmente o nordeste foi a região que mais cresceu (432%), seguida de perto pelo sudeste (332%) e norte/centro oeste (316%)¹⁶, porém, em termos numéricos, o sudeste foi o que mais ampliou o número de novos filiados no período entre 2003 e 2014.

Concluiu-se que a partir de 2002 o PT teve um crescimento geral no número de filiações, passando de 414 mil filiados em 2002 para 1.725 mil filiados em 2014 (PT, 2014)¹⁷, tornando-se o partido que mais cresceu nesse período no Brasil, tanto em número de filiados como em organização de diretórios municipais, chegando a ser o segundo maior partido do Brasil, atrás apenas do PMDB (P. RIBEIRO, 2008; ZUCCO & SAMUELS, 2014). Portanto, houve uma expansão territorial dos filiados (TERRON & SOARES, 2010), um maior crescimento proporcional nas regiões nordeste e norte (KRAUSE, 2006; VEIGA, 2011) e um maior crescimento numérico de novos filiados na região sudeste que historicamente sempre foi a maior região em número de filiados do PT.

A distribuição da frequência da amostra por sexo é tão importante quanto à relação proporcional de homens e mulheres contidos no universo pesquisado. Sabe-se que há um padrão histórico de participação desigual entre os sexos no espaço público que se reproduz nos partidos

¹⁶ A região sul foi a que menos cresceu também em termos percentuais (185%).

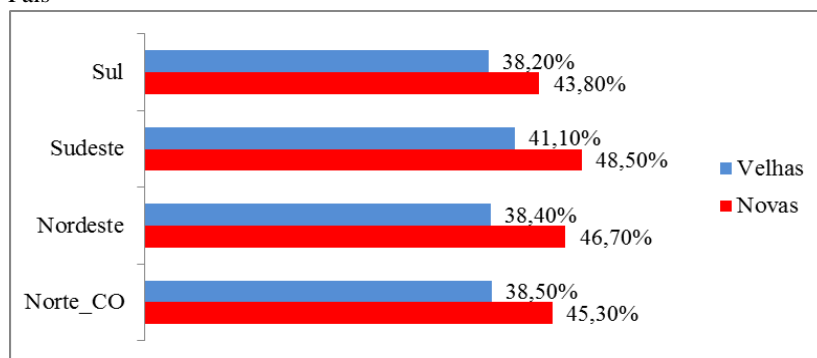
¹⁷ A diferença numérica com a soma dos filiados por região, apresentadas no gráfico, corresponde àqueles filiados que não se encontra preenchida a data de filiação no cadastro nacional do PT.

políticos, ou seja, há uma subrepresentação feminina em todos os aspectos: na base de filiados, nas instâncias de decisão e na representação pública dos partidos. Isso justifica iniciativas de cotas e de paridade de gênero nos partidos para equacionar essa desproporção e construir novos padrões de representação com maior equidade de gênero (YOUNG, 2001).

Na proporção por sexo, em 1991 era de 25% de mulheres e 75% homens sobre o total de filiados do PT no Brasil (CESAR, 2002). Em 2014, esse percentual passou para 44,5% de mulheres e 55,5% de homens (PT, 2014), enquanto a proporção de eleitores no país é de 52% de mulheres e 48% de homens (TSE, 2014). Houve, portanto, um crescimento proporcional do número de mulheres filiadas ao PT, enquanto a proporção deste *survey* atingiu 42% de mulheres e 58% de homens, ou seja, uma aproximação satisfatória da proporção atual dos filiados¹⁸.

Em relação ao percentual de mulheres filiadas ao PT por região até 2002 (velhas filiadas) e desse período até 2014 (novas filiadas), obteve-se a seguinte distribuição:

Gráfico 5 - Percentual de mulheres velhas e novas filiadas por macrorregiões do País



Fonte: Banco de dados do PT (2013).

¹⁸ Ainda que não seja objeto de análise desta pesquisa, o PT aprovou no seu IV Congresso em 2010 a paridade de gênero para todas as instâncias e delegações do partido, junto com a cota de 20% para jovens (até 29 anos) e 20% étnico racial. Chama atenção que no IV Congresso do PT em 2010 a regra previa 30% de mulheres delegadas, porém, se dividi-las por tempo de filiação, naquele momento já havia 44% de mulheres delegadas novas filiadas, ou seja, entre as novas filiadas já havia uma representação próxima da regra definida para os eventos posteriores (PALUDO, 2014).

Desse modo, percebe-se que houve um crescimento importante no percentual de mulheres filiadas ao PT a partir de 2003, com uma variação entre 5,62% a mais do que o percentual de velhas filiadas (menor crescimento na região sul) e 8,32% (maior crescimento região nordeste). De modo geral, a proporção de mulheres sobre o total de filiados por região passou de um pouco mais de um terço para quase metade das filiações petistas. Percebe-se também que esse crescimento das novas filiadas por região acompanha a mesma lógica das filiações em geral, ou seja, o aumento percentual maior ocorreu na região nordeste e o menor na região sul, enquanto o aumento numérico maior aconteceu no sudeste e o menor também no sul.

Contudo, o crescimento tanto numérico quanto percentual de mulheres novas filiadas é maior que os homens. Em termos numéricos o total de mulheres filiadas ao PT no país passou de 163.258 (2002) para 581.521 mulheres filiadas (2014), ou seja, um aumento de 418.263 mulheres novas filiadas, o que significa um crescimento de 256%, enquanto que de homens, no mesmo período, aumentou de 250.699 para 660.315 filiados, ou seja, um crescimento de 409.616 filiados que corresponde a um percentual de 163,39% (PT, 2014).

Esse enfoque geralmente passa despercebido pela literatura que trata do crescimento ou mudança do perfil da base social do PT observando os aspectos regionais ou características socioeconômicas dos filiados e omitindo a variável de sexo. Portanto, pode-se levantar hipóteses a serem exploradas posteriormente que não estão no horizonte desta tese, como por exemplo: isso se deve ao aspecto cultural do amadurecimento da democracia no país? Ou, ocorre em função da melhoria socioeconômica das famílias, inclusive relacionada às políticas sociais do governo petista? Ou ainda, tem relação com novas leis e incentivos institucionais para uma maior participação feminina na política? Seria importante perguntar se o mesmo fenômeno ocorre em outros partidos, ou seja, realizar também estudos comparados sobre esse aspecto.

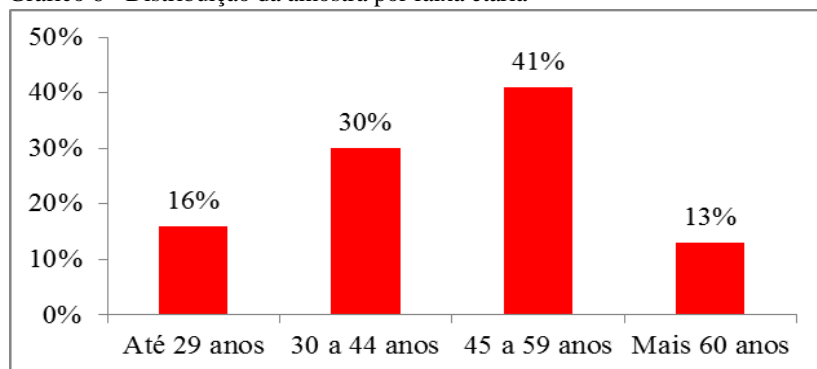
Enfim, conclui-se que a participação feminina passa a ter maior importância na composição do perfil dos filiados do PT e a decisão do IV Congresso do PT (2010) que determinou a paridade de gênero nas direções e representações em todas as instâncias partidárias responde basicamente à proporção que as mulheres já têm na base do partido.

Sobre a variável de idade, última questão em relação à distribuição por cotas, buscou-se operacionalizar a variável a partir de critérios geracionais, com base em Mannheim (1928) e na metodologia proposta por Okado e E. Ribeiro (2014) dividida em quatro faixas

etárias, sendo que a primeira faixa foi definida com base em padrões estabelecidos e pelas condições do próprio *survey*.

O que distingue uma unidade geracional como um grupo específico são basicamente as vivências distintas de outras gerações (MANNHEIM, 1928; OKADO & E. RIBEIRO, 2014; BORBA, GIMENES & E. RIBEIRO, 2015). Com base nesses critérios, passou-se a considerar a primeira faixa etária até 29 anos, de acordo com o marco legal definido no Estatuto da Juventude que considera jovens os indivíduos nessa idade (BRASIL, 2013)¹⁹ e de acordo com o Estatuto do PT em que são considerados jovens os filiados até 30 anos (ESTATUTO DO PT, 2010). Outro critério utilizado levou em consideração a operacionalização e o contexto do *survey*, pois o indivíduo filiado ao PT que estava com essa idade (29 anos) no momento da pesquisa teria completado 18 anos em 2002, coincidindo com a data do recorte entre velhos e novos filiados. Sabe-se que para estabelecer tais critérios de coorte geracional também são consideradas razões de ordem socioeconômicas, como por exemplo, a inserção no mercado de trabalho, a constituição de núcleo familiar e consequentemente uma exposição às instituições como sindicato e partidos políticos, ao passo que para as pessoas com maior idade (acima de 60 anos) esse fenômeno ocorre na ordem inversa. A partir dos 29 anos estabeleceu-se um recorte recomendado de 15 anos para cada faixa etária subsequente, até os 60 anos, obtendo-se os seguintes resultados:

Gráfico 6 - Distribuição da amostra por faixa etária



Fonte: *Survey* “Filiados de Base do PT” (2014).

¹⁹ BRASIL (2013). Lei 12.852. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

Com relação à faixa etária, ficou inviável comparar com as bases de 1991 (CESAR, 2002) porque se alterou o recorte etário. Portanto, resta apenas relacionar a frequência do *survey* com a base de dados do PT (2014). Assim, o universo dos filiados do PT na primeira faixa (até 29 anos) corresponde a 13% e no *survey* foram 16%; na segunda faixa (de 30 a 44 anos) são 41% do universo dos filiados e 30% das respostas do *survey*; na terceira faixa (de 45 até 60 anos) são 30% dos filiados e 41% do *survey* e com mais de 60 anos têm 17% dos filiados e 13% do *survey* (PT, 2014). Desse modo, percebe-se que os percentuais de entrevistados na amostra estão próximos do universo dos filiados nas duas faixas extremas, restando uma diferença maior entre as duas faixas intermediárias.

Os dados iniciais da frequência do *survey* demonstraram a validade da distribuição, permitiram estabelecer relações entre os quatro indicadores apresentados (tempo de filiação, regiões, idade e sexo) e apresentaram uma descrição do perfil da base dos filiados do PT no Brasil, sob o ponto de vista do tempo e do espaço, incluindo as questões de gênero e de geração.

4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PETISTAS

Depois de apresentados os dados referentes à distribuição da amostra, inicia-se agora a apresentação de resultados da frequência quanto ao perfil socioeconômico da base dos filiados do PT, utilizando os dados de escolaridade, renda, tempo livre e profissão, e buscando caracterizar o perfil dos petistas em relação ao tipo de eleitor encontrado na literatura.

Os indicadores de *status* social como escolaridade e renda são importantes na visão da teoria da centralidade política (MILBRATH, 1965) e na teoria do voluntarismo cívico (VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 1995) que consideram ainda os recursos individuais de tempo livre, renda e recursos cognitivos como pressupostos para a participação.

Na sociologia do militantismo também há preocupação com a posição social dos militantes tanto no que diz respeito à conversão das habilidades individuais em capital político de carreira (GAXIE, 1977) quanto da posição social de origem dos indivíduos que podem sofrer alterações e desvios ao longo da carreira militante (BECKER, 1963; FILLIEULE, 2001).

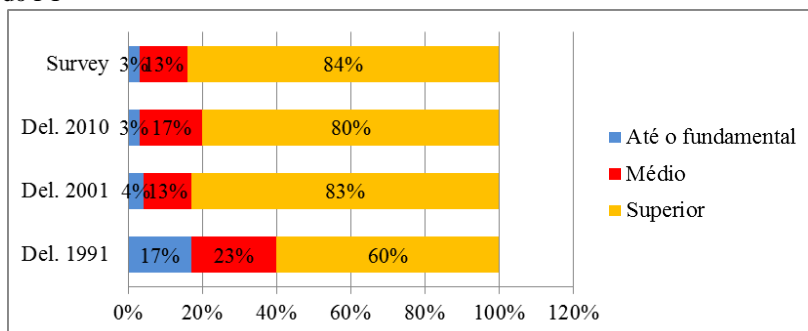
Assim, passa-se a apresentar a frequência desses indicadores obtida no *survey* na mesma lógica que a distribuição da amostra pelas cotas, ou seja, estabelecendo comparativos com autores que utilizam a

série histórica de dados disponíveis pela Fundação Perseu Abramo (FPA) de 1991 até 2010 (CESAR, 2002; P. RIBEIRO, 2008; AMARAL, 2010; 2012; PALUDO, 2014), com dados oficiais do IBGE (2010) e estabelecendo diálogo com autores que tratam desse enfoque teórico de análise (MENEGUELLO, 1989; RODRIGUES, 1990; KECK, 1991; KRAUSE, 2006; FERREIRA & FORTES, 2008; TELLES, 2009 a; TERRON & SOARES, 2010; RENNÓ e CABELLO, 2010; SINGER, 2012).

Iniciando por uma visão desse conjunto de variáveis, P. Ribeiro (2008) demonstra que ao longo do tempo há uma tendência à profissionalização estatizada dos delegados petistas, somada a um aumento da escolaridade e da idade. Por outro lado, o perfil de crescimento da base do partido, de acordo com Amaral (2013), ocorre de acordo com uma estratégia de maior inclusividade do ponto de vista do perfil socioeconômico e consequentemente de menor intensidade de participação.

O gráfico a seguir demonstra a evolução histórica do nível de escolaridade entre os delegados do PT nos encontros e congressos, que além de estar acima da média nacional já no I Congresso de 1991, foi se ampliando nos eventos posteriores.

Gráfico 7 - Histórico de distribuição da escolaridade dos Delegados e Filiados do PT



Fonte: Cesar (2002), banco de dados da FPA (2013) e *survey* “Filiados de Base do PT” (2014).

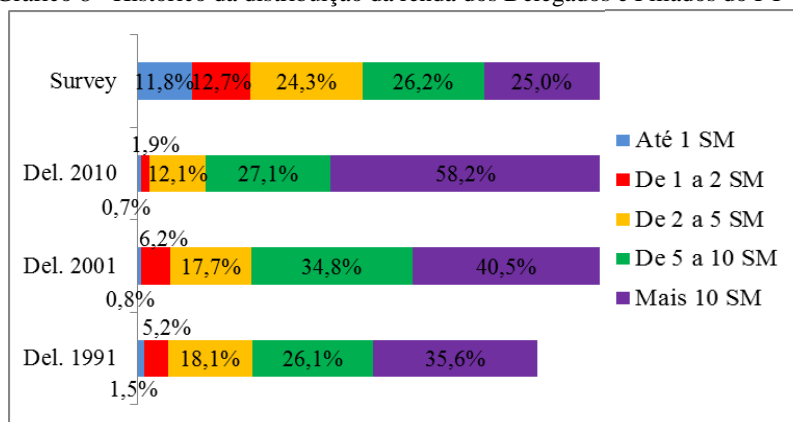
Cesar (2002) apontava o elevado nível de escolaridade dos delegados do PT em 1991, quando a média dos brasileiros acima do ensino médio era de apenas 25% da população e dos delegados no I Congresso Nacional do PT era de 83%. Com mais de 12 anos de estudo havia apenas 8,2% da população brasileira e 74% dos delegados petistas. Com nível universitário ou mais havia apenas 5,5% da população

brasileira, no entanto, 59,7% dos delegados do PT estavam nesse patamar, dentre os quais 7,6% tinham mestrado e 1,6% doutorado²⁰.

Percebe-se que não apenas a escolaridade dos delegados, mas também dos filiados do PT é bastante elevada, pois 84% possuem curso superior (iniciado ou concluído); outros 13% cursaram até o ensino médio completo; somente 3% cursaram até o ensino fundamental completo, muito acima da média nacional em que 11% de brasileiros nunca foram à escola; 53,7% apenas concluíram o ensino fundamental; 15,5% concluíram o ensino médio e 19,8% têm nível superior completo ou incompleto (IBGE, 2010).

O mesmo ocorre em relação aos níveis de renda com base na série histórica de *surveys* realizados pela FPA, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico 8 - Histórico da distribuição da renda dos Delegados e Filiados do PT



Fonte: Cesar (2002) e banco de dados da FPA (2013) e *survey* “Filiados de Base do PT” (2014).

Conforme já afirmado por Cesar (2002), P. Ribeiro (2008) e Amaral (2010), a renda média dos delegados do PT convertida em salários mínimos (SM) encontra-se acima da média da população brasileira desde o início da série histórica e continuou distanciando-se ao longo do período, ou seja, entre os delegados do PT cresceram as faixas de rendas superiores e diminuíram as faixas inferiores. No ano de 1991, conforme dados da PNAD sistematizados por Cesar (2002), enquanto

²⁰ Ainda que a escolaridade tenha aumentado no Brasil, em 2010 o índice dos brasileiros com ensino superior era de 7,9% (IBGE, 2010) contra 80,6% dos delegados do PT no mesmo ano.

que a média da população brasileira era de 11,3% com renda familiar de até 1 SM, entre delegados petistas esse índice era de apenas 1,5%; no mesmo ano havia 15,3% dos brasileiros percebendo entre um e dois SM e apenas 2,5% dos delegados do PT recebiam essa faixa salarial; 29,4% dos brasileiros percebiam entre dois e cinco SM sendo apenas 18,1% delegados do PT. A partir dessa faixa de renda, passa a se inverter a correlação, ou seja, apenas 20,1% dos brasileiros teriam renda familiar entre cinco e dez SM e 26,1% dos representantes petistas estavam nesse patamar; e finalmente 20,5% dos brasileiros recebiam mais de dez SM enquanto 35,6% dos petistas se encontravam nesse nível de renda familiar.

Estabelecendo relação entre o resultado da pesquisa e a média dos brasileiros com base no IBGE (2010), percebe-se que a faixa dos petistas que não possuíam renda era de 5,2% enquanto a média dos brasileiros na mesma condição era de 4,28%. Nas demais faixas inferiores, o percentual médio da população é maior que a dos petistas, ou seja, até um salário mínimo, encontram-se apenas 6,6% dos petistas enquanto a média nacional é de 56,35%, e entre um e dois SM, encontram-se 12,7% dos petistas e 21,89% dos brasileiros. A partir desse nível de renda, a relação se inverte, ou seja, 24,3% dos petistas percebem de dois a cinco SM e apenas 12,35% dos brasileiros; 26,2% dos petistas recebem entre cinco e dez SM contra apenas 3,6% dos brasileiros. Na faixa superior, acima de dez SM, estão 25% dos petistas e apenas 1,52% dos brasileiros.

Em síntese, o nível de escolaridade dos filiados fica próximo ao dos delegados do PT e ambos bem acima da média nacional, e o nível de renda familiar dos filiados é inferior aos delegados do PT, mas ambos se mantêm acima da média da população brasileira.

Se por um lado, a ascensão do PT à frente do governo federal provocou uma mudança no perfil dos eleitores lulistas (diferenciando-se do petismo) tanto no que se refere às classes sociais como em relação à distribuição territorial (KRAUSE, 2006; TERRON & SOARES, 2010; RENNÓ e CABELLO, 2010; SINGER, 2012; AMARAL, 2013), por outro lado, o *survey* demonstrou que os filiados do PT que responderam a esse questionário têm um perfil de alta escolaridade e alta renda.

Outro indicador importante na teoria do voluntarismo cívico é o tempo livre que permite disponibilidade para a participação em partidos políticos, ainda que de forma competitiva com outras opções de canais de expressão considerados extrarepresentação, como protestos e *consumer participation* (TEORELL, TORCAL & MONTERO, 2011) e consumo de *Internet* (WHITELEY, 2009).

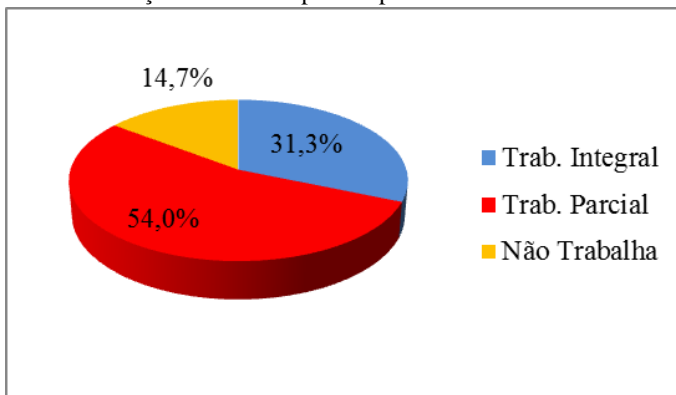
De acordo com Inglehart e Welzel (2009), corroborados por E. Ribeiro (2011), é importante ressaltar que num contexto de transformação de valores materialistas para pós-materialistas, o fato de as pessoas disporem de mais tempo livre não significa que irão se dedicar ao engajamento político e tampouco partidário em detrimento do lazer ou outros tipos de participação mais individualizadas.

Essa mesma visão coincide com a chamada terceira fase da sociologia do militantismo (1990), quando começam a ressurgir os novos movimentos sociais e de protesto, os quais se destacam pela militância individual substituindo a opção da militância coletiva e partidária (PUDAL, 2011).

No entanto, estudos empíricos recentes apresentam distintas conclusões na relação entre tempo livre e participação partidária. Em relação ao consumo das novas mídias, Whiteley (2009) buscou analisar a influência dessa variável sobre o desligamento partidário ou como obstáculo à entrada em partidos políticos, porém, chegou à conclusão de que essa variável não representa impactos negativos sobre o engajamento partidário. Por outro lado, numa análise sobre os partidos políticos no Canadá, Cross e Young (2004) apontam a falta de tempo disponível para a participação (principalmente entre os eleitores mais jovens) e o maior acesso às informações políticas (por parte dos cidadãos em geral) suprido pelo aumento da escolaridade e pelas mídias de massa, o que reduz a dependência dos partidos políticos como atalho para tomar posição política ou para ter acesso às informações.

Assim, em relação aos filiados do PT no Brasil, chegou-se aos seguintes resultados:

Gráfico 9 - Distribuição da amostra por tempo livre



Fonte: Survey “Filiados de Base do PT” (2014).

Esses resultados chamam a atenção pois mais de metade dos filiados trabalham apenas em tempo parcial e apenas um terço em tempo integral. Isso remete a outra pergunta apresentada no *survey* que se refere ao tipo de profissão dos filiados. Outros estudos apontam uma sobre representação de algumas profissões liberais e de professores em relação a operários, agricultores e outras bases sociais, desde as delegações, bancadas parlamentares e direções do partido (RODRIGUES, 1990; CESAR, 2002; AMARAL, 2010; PALUDO, 2014).

Nesse *survey* também foi perguntado sobre as profissões, conforme tabela a seguir²¹:

Tabela 5 - Principais profissões dos filiados entrevistados

Principais áreas profissionais dos petistas		
Iniciativa Privada	105	22,48%
Servidor Público Carreira	101	21,63%
Cargo político de confiança	78	16,70%
Professor	66	14,13%
Profissional Liberal	53	11,35%
Aposentado	23	4,93%
Autônomo	16	3,43%
Estudante	12	2,57%
Agricultor ou pescador	10	2,14%
Artesão	2	0,43%
Doméstico	1	0,21%
	467	100%

Fonte: *Survey* “Filiados de Base do PT” (2014).

A opção pelas doze atividades não seguiu um padrão de profissões ou de setores da economia como fez Cesar (2002), mas buscou-se agrupar as principais respostas que poderiam ainda ser resumidas em três blocos: setor privado (iniciativa privada e profissional liberal); setor público (servidor público de carreira, cargo político de

²¹ Como se tratava de uma pergunta aberta houve uma quantidade elevada de questionários em branco e 158 não responderam, o que representa 25,28% do total (há que considerar que 14,7% responderam não trabalhar). Ainda assim, os dois terços que responderam ao questionário apresentam uma informação significativa sobre o perfil laboral dos filiados entrevistados.

confiança e professor); setor primário (agricultor, pescador, artesão e trabalho doméstico), restando ainda os aposentados e estudantes que não se caracterizam propriamente como profissão, mas que são consideradas atividades ocupacionais dos filiados²².

Sendo assim, pode-se afirmar que do ponto de vista da teoria da centralidade política e também do voluntarismo cívico, os petistas têm uma posição social acima da média da população brasileira e dispõem de recursos financeiros e principalmente cognitivos que lhes permitem compreender a complexidade do processo político, o que lhes são favoráveis ao engajamento partidário (ALMOND & VERBA, 1989 [1963]).

Assim, levando em consideração os altos níveis de escolaridade dos filiados do PT, eles podem ser considerados um tipo de eleitor que dispõe de um capital social que lhe permite a conversão de capital político em benefício de suas trajetórias militantes e de carreiras partidárias (GAXIE, 1977; FILLIEULE, 2001).

²² Nas entrevistas, que serão analisadas posteriormente, também pode-se perceber a preocupação dos militantes ao longo de sua trajetória (de diferentes regiões, idades e tempo de filiação) de combinar a profissão com tempo livre, ou seja, trabalhar em tempo parcial para ter disponibilidade de atuar no PT e nos movimentos sociais, como por exemplo, MDNE (mulher, desfilhada, do nordeste), 55 anos, advogada, que afirmou: “Com relação ao profissional e militante, quando eu saí do Banco de Nordeste (1982), eu já saí com essa disposição de que eu iria fazer profissionalmente aquilo que acredito como serviço à causa” e também HNSE (homem, novo filiado, do sudeste), 18 anos, estudante, disse: “Estou no curso de sociologia, mas não tenho convicção total se esse é o curso que eu quero para a minha formação, para minha vida, no sentido de conseguir combinar as questões pessoais, a questão profissional e a militância”; ou seja, a militância passa a ser considerada como uma “atividade social específica”, de escolhas práticas e de tensões complexas (FILLIEULE, 2001). Ao longo do ciclo de vida dos militantes, essas redes de relações e oportunidades tornam-se um “hibridismo” entre saberes individuais (de origem) e recursos de socialização (exógenos) que serão reconvertidos em capital político (CORADINI, 2001). Assim, as opções do que fazer com o tempo livre e as escolhas profissionais podem se dar também pelo viés da militância, no sentido de combinar com um projeto de vida ou pelo menos com o ciclo de vida de maior engajamento militante.

4.3 SOCIALIZAÇÃO E INCENTIVOS

Sobre a socialização dos filiados petistas, pretende-se apresentar um conjunto de variáveis relacionadas às bases teóricas da sociologia do militância, mas também relacionadas às habilidades cívicas previstas no modelo do voluntarismo cívico e outras teorias sobre participação, dialogando sempre com a literatura sobre o PT que trata desse enfoque (GADOTTI & PEREIRA, 1989; MENEGUELLO, 1989; RODRIGUES, 1990; KECK, 1991; CESAR, 2002; GAGLIETTI, 2003; P. RIBEIRO, 2008; FERREIRA & FORTES, 2008; TELLES, 2009 a; AMARAL, 2010; 2012; SINGER, 2012).

Assim, divide-se esse subitem em quatro enfoques: formas de socialização (núcleos de base; tipo de recrutamento; participação em movimentos sociais ao longo da trajetória militante e multimilitantismo); motivações para estar no PT e identidade partidária (modelos de partido de tipo eleitoral ou frente de massa; e lulismo ou petismo).

Antes de iniciar a apresentação dos dados sobre o primeiro enfoque (formas de socialização dos petistas), é importante lançar alguns questionamentos-chave: os velhos e novos filiados tiveram formas de socialização distintas? De que maneira distintas formas de socialização influenciam no nível de engajamento atual dos petistas?

Em relação à participação em instâncias partidárias, percebe-se que a maioria dos entrevistados não faz parte de nenhuma instância²³, além do baixo percentual, a diferenciação entre velhos e novos filiados em cada uma das opções é mínima. O gráfico a seguir apresenta a frequência de participação dos entrevistados:

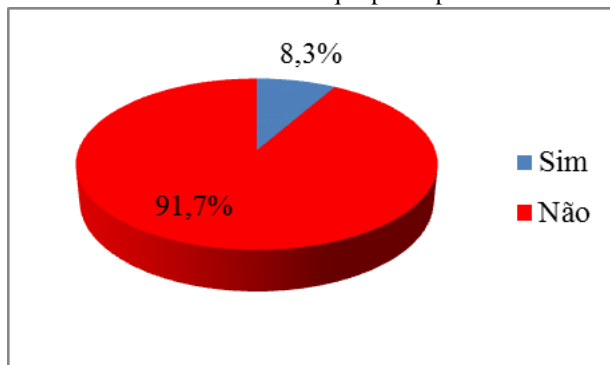
Especificamente em relação aos Núcleos de Base (NBs), a literatura sobre o PT aponta para a perda de importância desde os anos 1990 (P. RIBEIRO, 2008; TELES, 2009; AMARAL, 2010). Apesar de os NBs não terem mais função deliberativa no PT²⁴, um pequeno

²³ Chama a atenção que 69,4% dos entrevistados não são membros de nenhuma instância, o que reforça o objetivo dessa amostra que buscou contemplar a base dos filiados petistas.

²⁴ No primeiro estatuto do PT (1981) os NBs não eram considerados instância deliberativa, mas apenas como órgão de cooperação (Art. 11), tinham papel de decidir sobre as filiações (Art. 5), opinar sobre decisões importantes dos diretórios e das bancadas (Art 40 e 72) e tinham autonomia de arrecadação financeira (Art 79), mas com a mudança estatutária em 1999 os NBs passaram a ser chamados de instâncias (Art. 16), porém, não cumpriram mais nenhum papel na decisão, apenas promoveram formação política e organizaram a atuação dos

percentual de filiados declaram ainda participar de alguma organização que consideram ser NBs:

Gráfico 10 - Percentual dos entrevistados que participam em NBs



Fonte: *Survey* “Filiados de Base do PT” (2014).

Os NBs foram fundamentais no processo fundacional do PT porque significavam um estilo inédito no sistema partidário brasileiro (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; AMARAL, 2010). Conforme aponta a literatura, os NBs foram perdendo importância antes do início dos anos 1990 e preteridos na construção partidária, até que em 2001, com a aprovação e implantação do PED, a lógica de recrutamento passou a ter mais inclusividade social e geográfica e menor intensidade de participação (P. RIBEIRO, 2008; TELES, 2009; AMARAL, 2010; 2012)²⁵, o que não é uma característica exclusiva do PT, mas foi a lógica de transformação dos partidos de massa (KATZ & MAIR, 1994; WHITELEY & SEYD, 2002). Portanto, atualmente não há grandes diferenças entre velhos e novos filiados em relação à participação em

filiados em movimentos sociais (Art. 56) e passaram a ser sustentados financeiramente pelos Diretórios Municipais (Art. 75).

²⁵ Na memória de algumas lideranças fundadoras do PT (FERREIRA & FORTES, 2008) chama a atenção o depoimento de Apolônio de Carvalho, em que o líder relata que já em 1985, quando ele era membro da Comissão Executiva Nacional do PT, teve a possibilidade de visitar algumas direções estaduais do PT “para saber até que ponto decrescia a presença dos núcleos de base populares na estrutura partidária (...) verifiquei o seguinte: o vazio crescente da base popular do partido; o esvaziamento contínuo da faixa ocupada até então pelos núcleos de base do partido” (FERREIRA & FORTES, 2008, p. 29).

NBs, o que indica que essa diferença de socialização praticamente desapareceu²⁶.

Duas variáveis contribuem para explicar diferentes formas de socialização entre velhos e novos filiados: as formas de recrutamento e o tipo de engajamento em movimentos sociais e multimilitantismo.

As diferentes formas de recrutamento dos filiados são importantes variáveis para entender a habilidade cívica dos indivíduos no processo de socialização. Norris (2006) explica que o recrutamento deve ser observado como resultante da interação entre estruturas sociais e demandas institucionais que estabelecem filtros para o recrutamento político, enquanto Heidar (2006) analisa esse filtro por dois lados: pelo lado do interesse dos partidos por filiados para ajudar em campanhas eleitorais, obter legitimidade e financiamento, recrutar novos candidatos, ser âncora das suas ideias na sociedade, sustentar opinião pública e desenvolver novas políticas; e pelo lado dos filiados que querem ser membros por razões individuais (ter influência, obter favores materiais, informações, benefícios sociais e satisfação e, em contrapartida, doar tempo, dinheiro e oportunidades) ou por razões sociais como, tradição familiar, normas, ou ideologia (HEIDAR, 2006; P. RIBEIRO, 2014 b).

Heidar (2006) concorda com Duverger (1980 [1951]) que os partidos de massas buscam filiações de ativistas identificados ideologicamente e com ênfase nos seus direitos e obrigações. Portanto, Duverger (1980 [1951]) ressalta que os partidos de massas, diferentemente dos partidos de quadro, devem fazer “recrutamento aberto” buscando novas lideranças políticas oriundas das camadas mais populares.

Peres e Machado (2013) apresentam uma tipologia do processo de recrutamento baseado em três etapas: filiação, formação ou treinamento e ocupação de alguma posição de importância para o partido. A

²⁶ Nas entrevistas foram ressaltadas as críticas à perda do papel dos NBs, principalmente a partir do PED. Os NBs praticamente não existem mais ou se existem estão reduzidos a algumas experiências temáticas ou setoriais, como relata HHNE (homem, filiado histórico do nordeste), 49 anos, sociólogo. Ele afirma ter participado de um NB que durou aproximadamente dez anos (1982 – 1992), com uma atuação efetiva, fazendo mais do que política partidária, tornando-se projeto de vida dos seus participantes, inclusive viabilizando empreendimentos solidários para o sustento e sobrevivência de alguns dos seus membros. Durante a entrevista, ao ser questionado sobre os NBs atualmente, ele respondeu: “Não sei como está aí, mas aqui no meu Estado (Maranhão) não funciona mais Núcleo de Base. Dificilmente ainda funcionam os grupos setoriais, temáticos, dos negros”.

estratégia de recrutamento dos partidos pode ser “intensiva” por meio da qual são cumpridas todas as etapas ou “extensiva” quando se busca atrair novos membros que já foram formados em outras organizações, tornando desnecessária a etapa intermediária. Isso pode se dar de duas formas: por captação e por recepção. A “captação” é quando há uma política proativa do partido que atua de modo deliberado na busca de novos membros com ou sem experiência prévia (por cooptação ou por convicção), e a recepção quando se dá por algum interesse conjuntural e pragmático que esses autores chamam de “associação”, e quando os novos membros espontâneos se filiam ao partido chamam de “identificação”, construindo assim a seguinte figura explicativa:

Quadro 2 - Modalidades e Formas de Atração de Novos Membros

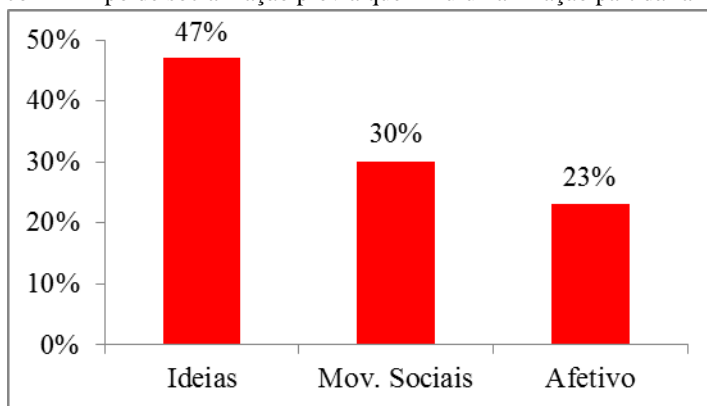
Motivação	Captação [Atuação Proativa do Partido]	Recepção [Atuação Reativa do Partido]
Interesses Circunstanciais	Cooptação	Associação
Interesse pelo Programa do Partido	Convicção	Identificação

Fonte: Peres & Machado (2013), p. 25.

Com isso, entende-se que o recrutamento de velhos e novos filiados no PT ocorre em diferentes momentos conjunturais; no entanto, percebe-se que o partido manteve a estratégia de recrutamento aberta. Porém, a hipótese desta pesquisa é que a motivação dos filiados em cada contexto vem mudando: os velhos filiados eram mais interessados no programa político e nas ideias do PT e os novos filiados (com experiências prévias em outras tradições políticas) motivados por interesses circunstanciais do último período.

Assim, buscou-se construir essa variável de recrutamento somente do ponto de vista da recepção dos filiados e a partir da seguinte indagação: “O que levou você a se filiar no PT?” As respostas foram recodificadas em três variáveis: recrutamento por ideias (sempre gostei das ideias do PT); recrutamento por movimentos sociais (fui influenciado no sindicato, associação, movimento social, igreja; ou pelo movimento estudantil); recrutamento afetivo (fui influenciado por alguém da família, algum amigo, contato social, ou por alguém no local de trabalho), obtendo-se o seguinte resultado:

Gráfico 11 - Tipo de socialização prévia que influenciou na filiação partidária



Fonte: Survey “Filiados de Base do PT” (2014).

No conjunto dos filiados do PT, percebe-se que o maior percentual de motivação ocorre pelas ideias do partido, seguido envolvimento com movimentos sociais e por último o motivo afetivo.

A tabela a seguir cruza o número de casos e percentuais de filiados por tempo de filiação e tipos de recrutamento:

Tabela 6 - Tipo de recrutamento por tempo de filiação

	Total resp.	Ideias		Mov. Sociais		Afetivo	
		Nº Casos	%	Nº Casos	%	Nº Casos	%
Novos	344	196	57%	80	23%	106	31%
Velhos	271	144	53%	135	50%	63	23%

Fonte: Survey “Filiados de Base do PT” (2014).

A partir do cruzamento do tempo de filiação por tipo de recrutamento percebe-se que há diferenças importantes entre os velhos e novos filiados. Esses três tipos de recrutamento podem ser relacionados com diferentes características de militância, ou seja, os ideológicos (recrutamento pelas ideias), os influenciados pelas normas sociais (recrutamento pelos movimentos sociais) e os carismáticos ou rituais (recrutamento afetivo). Sendo assim, percebe-se que as ideias influenciam tanto os novos filiados (57%) como os velhos filiados (53%), porém, os movimentos sociais são mais importantes para os velhos filiados (50%) do que os novos filiados (23%), enquanto o recrutamento afetivo tem maior peso entre os novos filiados (31%) do

que para os velhos filiados (23%). Desse modo, os tipos de recrutamento ajudam a explicar diferentes formas de socialização entre as gerações de filiados²⁷.

Portanto, ainda que para fins de análise se separe as dimensões de motivação (ideias, normas sociais e afetividade), na prática elas se retroalimentam. Conforme Pizzorno (1988), a identidade dos militantes com as organizações se dá nos círculos de reconhecimento coletivo, nas redes de relações, nas ideias e nos fatores afetivos, ou seja, muitos militantes consideram-se motivados por mais de uma das opções ao mesmo tempo.

Esse mesmo enfoque encontra-se em Gaglietti (2003) que, apesar de classificar em três padrões de militância²⁸, entende que individualmente cada filiado pode se identificar por mais de um dos padrões simultaneamente. Segundo Fillieule (2001), o engajamento é um processo baseado nas experiências de vida, em atividade social específica, em escolhas práticas e em tensões complexas, isto é, ocorre desde o processo de recrutamento.

A abordagem sobre os tipos de recrutamento apresentada anteriormente remete à discussão sobre uma das formas de engajamento que é considerada importante na literatura em geral e nos estudos sobre o petismo, que é o tema da participação em movimentos sociais (MENEGUELLO, 1989; KINZO, 1993; FILLIEULE, 2001; CÉSAR, 2002; P. RIBEIRO, 2008; SEIDL, 2009; AMARAL, 2010; BORBA, 2012).

²⁷ Nas entrevistas o que mais se destacou foi o recrutamento a partir do engajamento prévio em movimentos sociais juntamente com a motivação afetiva sem muita diferença em relação ao tempo de filiação. Há que se destacar a maneira como os filiados veem essa motivação, como por exemplo, HHS (homem, filiado histórico do sul), 62 anos, advogado, disse: “Pra poder fundar o PT não foi lá pegar as fichinhas e tal, teve todo um processo de discussão, quer dizer, é uma discussão muito interessante sobre concepção de partido e sociedade, de processo produtivo (...) com o movimento sindical pra mim começava nascer um instrumento de cidadania, contra exploração, contra opressão, em defesa das liberdades democráticas e de uma vida melhor, com melhores salários, com respeito às pessoas, então o movimento sindical cresce e cresce o PT também”.

²⁸ Os padrões de militância segundo Gaglietti (2003) são: por missão (devoção pela causa); por colocação (para garantir seu emprego ou cargo); ou por sociabilidade (estabelecendo laços de cumplicidade, de solidariedade e de contatos).

Pudal (2011) afirma que a sociologia do militantismo iniciou com os estudos sobre os movimentos sociais que se baseavam no paradigma de classes sociais; depois, com a ascensão dos movimentos de 1968, surgiram os novos movimentos sociais de protesto, e, por volta de 1995 em diante, propagaram-se os movimentos com enfoques temáticos e com abordagens globais, de caráter mais cognitivos e em formato de militância mais individual do que coletivo (PUDAL, 2011; SAWICKI & SIMÉANT, 2009).

As pesquisas preliminares com os delegados (CESAR, 2002; AMARAL, 2010; 2013; PALUDO, 2014) contribuíram para o desenho dessa questão no *survey* aplicado com a base dos filiados, questionando sobre o engajamento dos filiados em diferentes movimentos sociais: apenas antes da filiação partidária; somente depois de filiados; ou em movimentos anteriores à filiação ao partido e perdura posteriormente de forma constante.

Inicialmente percebe-se que de modo geral há um forte engajamento dos petistas em movimentos sociais, agrupada em três blocos: movimentos sociais em geral; movimentos sociais de tipo “tradicional” ou da primeira geração (sindicatos, associações comunitárias, igrejas e movimento estudantil) e “novos” movimentos sociais (movimentos ambientalistas, LGBT e feministas) (PUDAL, 2011; SAWICKI & SIMÉANT, 2009).

Ao somar a participação dos petistas nos três momentos, para cada tipo de movimento obtém-se um percentual de 80,9% que participam de movimentos sociais em geral; para os movimentos tradicionais, na soma dos três momentos, há uma média próxima da metade dos filiados (59,6% sindical; 49,8% associação de moradores; 51,4% igrejas; 54,1% movimento estudantil); e um pouco menos para os novos movimentos (39,2% movimento ambiental; 32,8% LGBT; 42,4% mulheres), conforme tabela:

Tabela 7 – Trajetória de participação dos filiados por tipos de movimentos

	Apenas antes	Somente depois	Constante	Total
Mov. Sociais	27,2%	20,6%	33,1%	80,9%
Sindical	20,3%	14,7%	24,6%	59,6%
Assoc. morador	15,7%	8,5%	25,6%	49,8%
Igrejas	19,7%	5,1%	26,6%	51,4%
Estudantil	33,3%	5,4%	15,4%	54,1%
Ambiental	7,0%	9,0%	23,2%	39,2%

LGBT	2,2%	6,6%	24,0%	32,8%
Mulheres	5,1%	14,1%	23,2%	42,4%
Outros	8,6%	13,8%	18,7%	41,1%

Fonte: *Survey* “Filiados de Base do PT” (2014).

Dentre todos os tipos de movimentos, percebe-se um forte engajamento no movimento estudantil apenas antes da filiação ao PT, ou seja, um engajamento que não se mantém constante por razão de faixa etária ou geracional.

Em síntese, a maioria dos filiados tem participação constante ou passa a se engajar somente após a filiação partidária, porém, a participação em movimentos tradicionais é a mais forte na fase prévia (somente antes da filiação) sem continuidade após a filiação. Em contrapartida, a militância em novos movimentos sociais se dá de forma mais intensa após a filiação ou de maneira constante. Portanto, o partido pode ser um motivador para o engajamento também em movimentos sociais²⁹.

Nesse sentido, pode-se afirmar que não há um padrão de origem quando se trata de trajetórias anteriores em outros partidos, ou seja, os petistas vêm de diferentes origens, porém é mais homogêneo quando se trata de filiados que têm o PT como primeira opção em que a maioria inicia sua militância em algum movimento social antes de entrar no partido e continua posteriormente ou inicia a militância social e partidária simultaneamente.

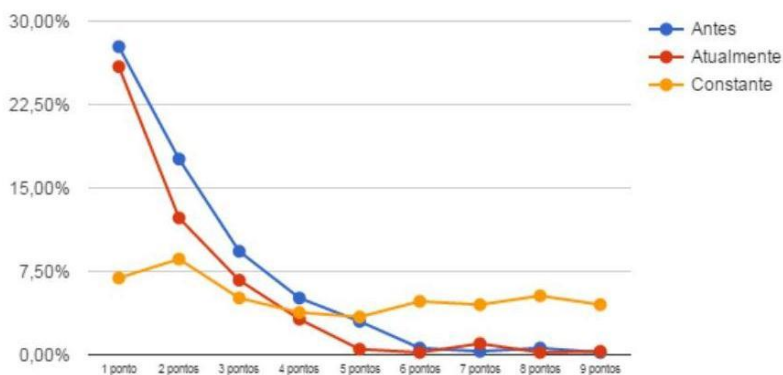
Isso corrobora a análise de Gaxie (2005) segundo a qual a oferta para a ação militante pode vir de partidos políticos, sindicatos ou associações, de forma individual ou combinada, ou seja, poderá haver um multimilitantismo. Isso resulta de um processo dialético entre a história individual, as instituições e os contextos, numa sucessão de fases e de múltiplos engajamentos ao longo de um ciclo de vida (FILLIEULE,

²⁹ Nas entrevistas, além da opção de militância prévia em distintos movimentos sociais, questionou-se sobre a filiação em outros partidos anteriormente à entrada no PT. Obteve-se como respostas vários tipos de engajamento partidário anteriores ao PT, desde os que tiveram atuação ativa no Partido Comunista ou em facções trotskistas, dos quais muitos deles foram presos políticos durante a ditadura civil-militar no período de 1964/85, até filiados que vêm do MDB (antes da Lei Falcão de 1979) ou de partidos de direita e até mesmo em partidos à esquerda ao PT no contexto atual, como é o caso do PSOL.

2001; FILLIEULE & PUDAL, 2010), conforme analisado empiricamente por Seidl (2009) e Oliveira (2013).

Para observar o multimilitantismo entre os petistas considera-se importante apresentar aqui também a frequência desse engajamento para cada ponto, ou seja, em quantos movimentos o filiado participa ao mesmo tempo ou se já teve militância ao longo de sua trajetória.

Gráfico 12 - Escala de multimilitantismo por fases de militância



Fonte: *Survey* “Filiados de Base do PT” (2014).

Essa escala demonstra que grande parte dos militantes engajados em movimentos somente antes ou depois de filiados têm um repertório menor de multimilitantismo³⁰, enquanto os filiados que participam de forma constante em movimentos têm um repertório mais amplo de participação, ou seja, estão engajados em múltiplos movimentos simultaneamente. Diante desses resultados, pode-se afirmar que a socialização em multimilitantismo também é um fator importante para uma participação mais constante.

Por fim, em relação às motivações atuais dos filiados para atuar no PT, entende-se que diversos tipos de incentivos e retribuições são importantes no engajamento militante (GAXIE, 1977; 2005; WHITELEY & SEYD, 2002), porém não se pode negligenciar as

³⁰ Dos militantes engajados apenas antes da filiação 28% participavam de pelo menos um tipo de movimento social, caindo para 18% em dois tipos de movimentos, 9% em três, 5% em quatro tipos de movimentos e menos de 4,7% somando os demais pontos da escala. Entre os que iniciaram seu engajamento depois da filiação partidária 26% participam de um único movimento, 12% em dois, 7% em três e 5,4% na soma dos outros pontos.

motivações, classificadas por Gaxie (2005) como “encantamento”, ou seja, aquelas que são reconhecidas oficialmente como as mais legítimas, especialmente quando se referem à primeira fase da sociologia do militância, baseada no paradigma de classes sociais e na visão do militante social como herói coletivo (PUDAL, 2011).

A fim de verificar as motivações dos filiados para estarem filiados ao PT, foi elaborada uma bateria de 16 questões de múltipla escolha³¹, obtendo-se os seguintes resultados por ordem decrescente de frequência:

Tabela 8 - Motivações para engajamento partidário

	Perc.
Construir igualdade social	63,4%
Construir justiça social	62,2%
Construção do socialismo	42,6%
Novas políticas federais	37,1%
Liderança de Lula	33,1%
Estar bem informado	31,4%
Ajudar PT ganhar eleições	30,1%
Desempenho Presidenta Dilma	25,4%
Dar suporte ao partido	25,1%
Ser ativista	24,5%
Ajudar direção	16,5%
Ajudar derrotar adversários	15,7%
Ter influência no partido	10,1%
Influência família e amigos	6,7%
Influência do sindicato	5,8%
Conseguiu emprego no PT	1,9%

Fonte: *Survey* “Filiados de Base do PT” (2014) com base na pergunta:

“O que mais te motiva a estar no PT?”.

Esses resultados apresentam um panorama geral do repertório de fatores que motivam os filiados a estarem no PT, que serão recodificados para compor diversas outras variáveis de análise; no entanto, reforçam os motivos ideológicos (verificados no recrutamento), os incentivos por benefícios coletivos (que serão apresentados posteriormente), o lulismo

³¹ No *survey* as pessoas poderiam assinalar quantas respostas achavam pertinentes, portanto, a soma das respostas ultrapassa os 100%.

e com menor peso os motivos afetivos e interesses materiais ou militância por colocação (GAGLIETTI, 2003).

Em relação ao conjunto das variáveis apresentadas anteriormente, foi feito o cruzamento com o tempo de filiação (geração de velhos e novos filiados). Praticamente não houve diferenças significativas na maioria das questões, demonstrando que as percepções imediatas estão pouco mediadas pelos distintos processos de socialização, cabendo a exceção de um único tema: a construção socialismo. Esta variável apresenta uma tendência aos velhos filiados de estarem mais motivados do que os novos, ou seja, a dimensão ideológica ainda faz diferença para o engajamento dos filiados anteriores às eleições de 2002, conforme tabela a seguir:

Tabela 9 - Motivação pelo socialismo entre os velhos e novos filiados

Tempo filiação	Construção do socialismo		Total
	Não	Sim	
Novos	62%	38%	100%
Velhos	53%	47%	100%

Fonte: *Survey* “Filiados de Base do PT” (2014).

Assim, percebe-se um padrão no posicionamento dos petistas sobre temas do contexto atual, mas o tema da construção do socialismo aparece mais forte no ideal dos velhos filiados em relação aos novos filiados.

Do ponto de vista dos efeitos da socialização sobre a identidade dos filiados em relação ao modelo de partido, buscou-se observar como os militantes veem o PT: um partido eleitoral ou um partido frente de massa?

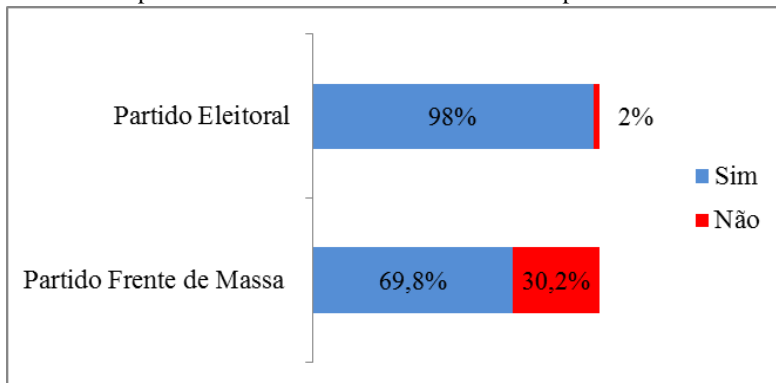
O tema de modelo de partido tem sido apontado pela literatura em diferentes etapas de estudo sobre o petismo em relação aos conceitos de partido de massa (DUVERGER, 1980; SARTORI, 1982; MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991), partido como “frente de massa” (GADOTTI & PEREIRA, 1989), partido *catch all* (KIRCHHEIMER, 1966) e partido *cartel* (KATZ & MAIR, 1994). Pode-se também resgatar Panebianco (2005) e os critérios de classificação do partido num modelo evolutivo organizativo: gênese dos partidos, processo de institucionalização e a fase da maturidade. Conforme o próprio autor observa, esses são critérios ideais que na prática se influenciam entre si, ou seja, dificilmente se apresentam de forma pura e nítida.

No caso do PT, P. Ribeiro (2008) define como “partido anfíbio” e Cesar (2002) questiona se no momento fundante o PT seria uma novidade “moderna ou anacrônica”. O PT surgira como um partido

classista, porém, esse modelo partidário já estava ultrapassado pelas críticas da Revolução de 1968 e pelo surgimento dos novos movimentos sociais. Então, na medida em que o contexto brasileiro da época formou um “mix” estrutural de um Brasil pré e pós-industrial, essa pluralidade criou as condições para um partido do tipo do PT (CESAR, 2002).

A partir de duas sequências de perguntas foram construídas as variáveis de modelo de partido eleitoral e de partido frente de massa, cuja frequência encontra-se no gráfico a seguir³²:

Gráfico 13 - Opinião dos entrevistados sobre modelo de partido



Fonte: *Survey* “Filiados de Base do PT” (2014).

Portanto, ainda que quase a totalidade dos filiados (98%) considere o PT atualmente como um partido eleitoral, também o considera um partido de frente de massa (69,8%), ou seja, a visão dos petistas sobre o modelo partidário do PT é de uma mescla entre os dois modelos ideias.

³² Foi perguntada qual a avaliação dos filiados sobre a ênfase que o PT dá atualmente às seguintes dimensões: imagem; princípios; ações administrativas; construção partidária; juventude, mulheres; e participação popular. Na recodificação, duas dessas dimensões foram escolhidas para representar o modelo de partido eleitoral: imagem (propaganda) e questões administrativas (ações de governo). As demais dimensões foram consideradas como características de um modelo de partido frente de massa: princípios políticos; construção partidária; juventude; mulheres; e participação popular. As opções de respostas estavam ordenadas em escala decrescente de quatro níveis: ênfase excessiva; ênfase necessária; pouca ênfase; e nenhuma ênfase. Essas foram dicotomizadas em: (0) pouca e nenhuma ênfase; e (1) ênfase necessária e excessiva.

Assim, P. Ribeiro (2008) conclui que o PT se trata de um “partido anfíbio” e Cesar (2002) considera o PT como um partido de tipo classista, operário e revolucionário e, ao mesmo tempo, anacrônico, porque surge num período de crise do socialismo e na emergência de uma sociedade de massa. No entanto, observando as mudanças recentes e a própria opinião dos filiados em outras questões que serão apresentadas posteriormente, pode-se afirmar também que o PT incorporou rapidamente algumas características de institucionalização do modelo de partido *cartel*, ou seja, de profissionalização política, de eficácia eleitoral com recursos abundantes, de pouca preocupação com os filiados (apenas com voto e a legitimação) e de um partido fortemente atrelado ao aparato de Estado (KATZ & MAIR, 1994; HEIDAR, 2006).

Para finalizar a apresentação das variáveis relativas aos incentivos proposta por Whiteley e Seyd (2002), apresenta-se agora a variável sobre ideologia, que para esses autores tem uma relação importante tanto na teoria de escolha racional (DOWNS, 1999 [1957]), como também na teoria de incentivos gerais (WHITELEY & SEYD, 2002).

O debate teórico sobre medidas de esquerda e direita é bastante amplo, bem como as formas de mensuração (TAROUCO & MADEIRA, 2013). No Brasil, também há uma ampla literatura sobre o tema da esquerda e direita, especialmente analisando o comportamento do eleitor e fundamentalmente a partir dos anos 1980 com a redemocratização (SINGER, 2001; CARREIRÃO, 2002, 2008; 2013) e, ainda, a pesquisa empírica com dirigentes e filiados de base que foram candidatos na esfera local, que destoa do modelo da disparidade curvilínea (TELLES, 2009 b), em que os líderes mostram uma conduta mais programática (ideológica) e os membros da base mais pragmáticos (eleitoral).

Buscou-se aqui levar em conta as pesquisas preliminares realizadas pela FPA com delegados dos encontros e congressos, a fim de manter as unidades de análise numa escala de sete pontos sendo um a extrema esquerda e sete a extrema direita. Foram apresentadas quatro questões de posicionamento: onde você se coloca dentro do espectro político? Onde o PT se posiciona hoje? O governo Lula, onde se posicionava antes de 2010? E onde o governo Dilma se posiciona hoje? Obteve-se os seguintes resultados:

Tabela 10 - Posicionamento ideológico dos filiados entrevistados

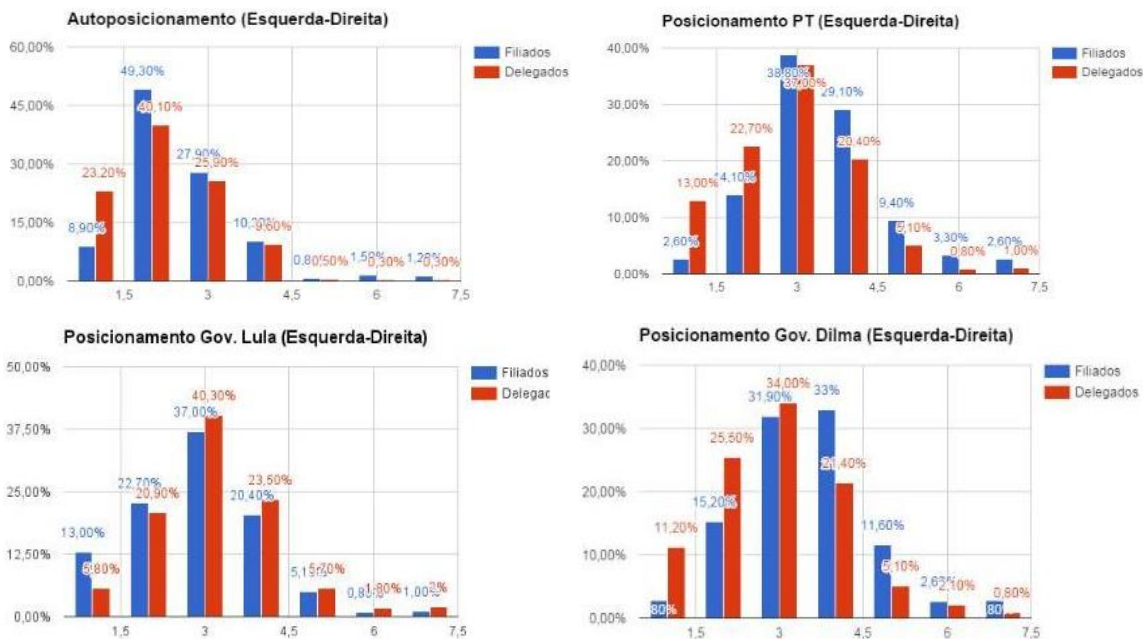
Posicionamento ideológico (%)								
	(1) Extrema E.	(2) Esquerda	(3) Centro E.	(4) Centro	(5) Centro D.	(6) Direita	(7) Extrema D.	Total
Auto posicionamento	9%	49%	28%	10%	1%	2%	1%	100%
Posicionamento do PT	3%	14%	39%	29%	9%	3%	3%	100%
Posicionamento Gov Lula	6%	21%	40%	23%	6%	2%	2%	100%
Posicionamento Gov Dilma	3%	15%	32%	33%	11%	3%	3%	100%

Fonte: *Survey* “Filiados de Base do PT” (2014).

Percebe-se que os petistas se autoposicionam mais à esquerda do que consideram o partido e os governos de seus líderes. Em segundo lugar à esquerda, está o posicionamento do governo Lula, depois o partido e, em último, o governo Dilma que também têm o maior percentual de centro direita, direita e extrema direita.

Pode-se apresentar um quadro comparativo ao *survey* realizado com os delegados do IV Congresso Nacional do PT (FPA, 2010) com a seguinte distribuição dos dados:

Gráfico 14 - Comparativo do posicionamento dos filiados entrevistados e delegados



Fontes: Survey FPA (2010) e survey “Filiados de Base do PT” (2014).

Nesse quadro comparativo as principais diferenças observadas são: os delegados se autoposicionam mais à extrema-esquerda que os filiados e o mesmo ocorre em relação ao PT e ao governo Dilma, ao contrário do governo Lula em que um maior percentual de filiados o posiciona na extrema-esquerda; em relação ao PT, de modo geral os delegados posicionam-no mais à esquerda do que os filiados; em relação ao governo Dilma, cabe uma ressalva sobre o contexto, ou seja, o *survey* com os delegados ocorreu em 2010, antes de ser eleita, portanto, havia uma expectativa de um governo à esquerda de Lula, porém, o *survey* com os filiados aconteceu em 2013 e 2014, final do primeiro mandato, o que coloca de maneira geral o governo Dilma mais à direita.³³

Todavia, ao interpretar esse comparativo à luz do modelo da disparidade curvilínea (MAY, 1973), considera-se que a posição dos delegados está mais próxima dos dirigentes partidários do que dos filiados de base, confirmando a hipótese de que os dirigentes se posicionam mais à esquerda do que os filiados, e estes se encontram mais próximo da posição dos candidatos ou dos eleitores.

Face às mudanças estruturais e sociais, especialmente no último quarto do século passado, ao mesmo tempo em que se questiona se há declínio na participação de alta intensidade entre os filiados do PT, também se questiona se ainda faz sentido a classificação de direita e esquerda como uma escolha racional dos eleitores em diversas partes do mundo (BOBBIO, 1995) e também aqui no Brasil, tanto do ponto de vista dos eleitores que manifestam rejeição aos partidos de um modo geral, quanto em relação aos eleitores engajados e filiados em partidos e especialmente aos petistas. Carreirão (2008) avalia que dentre os petistas

³³ Observando os percentuais desse quadro comparativo entre delegados (2010) e filiados (2013) é possível ler que a maioria, tanto dos delegados quanto dos filiados, se autoposiciona no ponto dois e três da escala (esquerda e centro-esquerda), no entanto, um percentual bastante superior dos delegados (23,2%) se autoposiciona no ponto um (extrema-esquerda) contra 8,9% dos filiados. Em relação ao PT, ambos posicionam-no entre os pontos três e quatro (centro-esquerda e centro), porém, um percentual bem superior de delegados (22,7%) posiciona o PT no ponto dois (esquerda), contra apenas 14,1% dos filiados. Em relação ao governo Lula, há mais convergência no posicionamento, ambos posicionam no ponto três (centro-esquerda) com uma distribuição equitativa nos pontos dois e quatro, porém, neste caso, mais filiados (13%) consideram-no extrema-esquerda, contra apenas 5,8% dos delegados. E, por fim, em relação ao governo Dilma, ambos posicionam-no entre os pontos três e quatro, porém, o que diverge são os delegados que têm 25,5% no ponto dois (esquerda), contra apenas 15,2% dos filiados.

há uma identificação mais nítida, ainda que esteja em curso uma mudança no perfil desse eleitorado e aponta para uma perda de identidade ideológica entre os blocos no governo e oposição, especialmente após o governo Lula (CARREIRÃO, 2013).

4.4 INTENSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DOS PETISTAS

A intensidade da participação dos filiados de base no PT é o conceito-chave desta tese e será também a variável dependente nas análises que serão desenvolvidas posteriormente a esse capítulo.

Nesse sentido, é importante relembrar Heidar (2006) que explica que os filiados têm um papel ativo no interior dos partidos, na disputa de cargos de direção, na escolha de candidatos, nos debates, na tomada de decisões e na participação em eventos. Aos partidos interessa a participação dos filiados para ajudar nas campanhas eleitorais, para obter legitimidade e financiamento, para recrutar novos candidatos, para propagar suas ideias na sociedade, para sustentar opinião pública e para desenvolver novas políticas. Individualmente, os filiados querem ser membros para ter influência, obter favores materiais, ter acesso a informações, benefícios sociais e satisfação ou por razões sociais como tradição familiar, valores sociais ou ideologia.

No modelo dos círculos concêntricos, Duverger (1980 [1951]) define as categorias de membros simpatizantes e militantes de acordo com o grau de participação. Os simpatizantes são aqueles que declaram o seu voto, que acompanham regularmente a imprensa, que comparecem às manifestações e reuniões públicas (comícios), que contribuem financeiramente e que se envolvem em atividades de propaganda. Os militantes são adeptos ativos que participam de reuniões regulares, difundem palavras de ordem, apoiam a organização e fazem propaganda, preparam as campanhas eleitorais e trabalham para o partido.

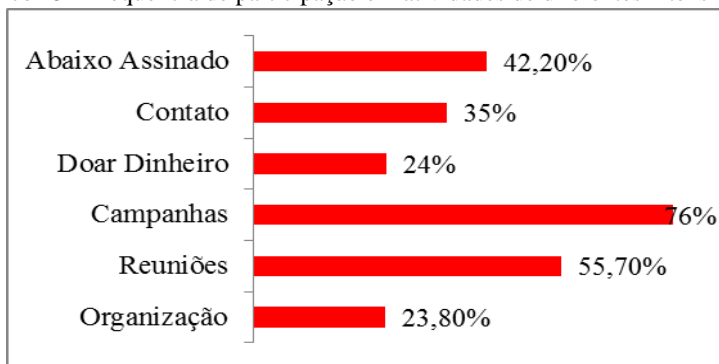
Contudo, Whiteley e Seyd (2002) tratam do conceito de alta e baixa intensidade de participação a partir do engajamento em um conjunto de atividades que demandam mais ou menos recursos de tempo e esforço de participação dos filiados. Assim, tratam da hipótese de que há um declínio na intensidade de participação dos indivíduos nos partidos políticos, mesmo quando há um aumento quantitativo nas filiações, como foi o caso do Partido Trabalhista inglês, especialmente a partir de 1994.

No estudo realizado por esses autores, com base nos partidos Trabalhista e Conservador na Inglaterra, foram selecionadas nove variáveis para medir a intensidade da participação: colar cartaz, assinar

petição, fazer contato com políticos ou doar dinheiro foram classificadas como atividades de baixa intensidade, pois não exigem muito tempo e esforço; participar em reuniões, ocupar cargos no partido, participar da organização partidária, participar de comícios, ajudar nas eleições e no escrutínio, foram consideradas de alta intensidade pois demandam alto custo de tempo e de esforço.

Para a construção da escala de intensidade da participação dos filiados do PT, tomou-se como referência Whiteley e Seyd (2002) que apresentam uma lista de atividades (com respostas de múltipla escolha) classificadas numa escala de custo de participação com base nas dimensões de tempo e esforço despendido, resultando em nove variáveis apresentadas anteriormente. Aqui, buscou-se adequar o *survey* para um repertório de seis variáveis capazes de medir a intensidade de participação dos petistas, que ficaram assim distribuídas: alta intensidade (participar da organização partidária; participar em reuniões; participar de atividades em campanha eleitorais); baixa intensidade (doar dinheiro para o partido; fazer contato com políticos; assinar petições). Num primeiro momento, a distribuição dos dados para cada variável resultou nos seguintes percentuais:

Gráfico 15 - Frequência de participação em atividades de diferentes intensidades



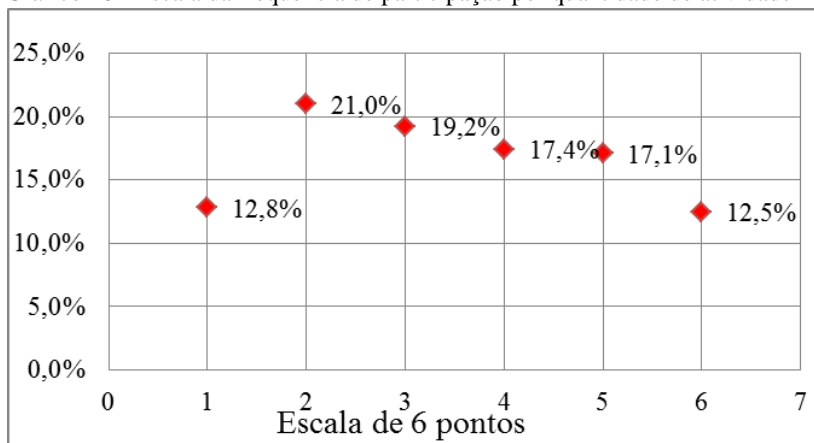
Fonte: *Survey* “Filiados de Base do PT” (2014).

Dentre as opções com maior percentual de participação dos petistas estão dois tipos de atividades consideradas de alta intensidade de participação: as campanhas eleitorais, das quais mais de dois terço dos filiados se engajam (76%); seguido de reuniões com mais de metade dos filiados (55,7%). Depois vêm as opções consideradas de baixa intensidade em ordem decrescente na escala: assinar abaixo-assinado (42,2%), contato com políticos (35%), doar dinheiro para as campanhas

eleitorais (24%). Em último lugar ficou a opção que, de acordo com esta seleção, exige maior esforço e dedicação de tempo, que é a participação na organização partidária, com apenas 23,8% dos filiados envolvidos.

Por outro lado, como as respostas são de múltipla escolha, o mesmo filiado pode estar em mais de um ponto, ou seja, em mais de uma das atividades. Assim, apresenta-se a distribuição dos filiados numa escala de participação de seis pontos tendo-se a seguinte distribuição:

Gráfico 16 - Escala da frequência de participação por quantidade de atividade



Fonte: *Survey* “Filiados de Base do PT” (2014).

Os resultados do gráfico anterior demonstram que os menores percentuais de filiados se encontram nos extremos da escala, ou seja, 12,8% dos petistas participam de apenas uma dentre as opções de atividades perguntadas e, ao mesmo tempo, 12,5% participam de todas as seis opções apresentadas. Portanto, ainda que os valores pareçam semelhantes, pode-se considerar baixo o percentual dos filiados que participam de apenas uma atividade, pois a ampla maioria participa de mais de uma atividade militante, enquanto que o índice de 12,5% para os militantes que participam de todas as seis atividades propostas pode ser considerado alto, já que exige uma atuação intensa de participação e de engajamento.

Como já foi ressaltado, há uma dificuldade de comparação deste resultado com outros países, pela diferença de contexto. Há uma impossibilidade de comparação com o próprio PT pela falta de pesquisas empíricas anteriores e também é inviável a comparação com outros partidos no Brasil, salvo o *survey* aplicado no Estado de São Paulo com militantes dos dez maiores partidos no ano de 2014, o qual conclui que

os petistas são fortemente engajados na militância partidária e em múltiplas atividades e os define como militantes partidários com alta intensidade de participação, como uma característica que os destaca e os diferencia no sistema partidário brasileiro (P. RIBEIRO, 2014a). Portanto, o foco desta tese é explorar os determinantes da participação e verificar a hipótese de diferentes intensidades influenciadas pelas variáveis de idade e tempo de filiação, ou seja, em decorrência do processo de socialização.

Considerações

De forma ainda exploratória, foram apresentados os resultados da pesquisa quantitativa aplicada junto à base de filiados do PT no Brasil que apontam algumas novidades, reafirmam algumas conclusões já apontadas em outros estudos e levantam outro conjunto de questionamentos que são importantes de serem aprofundados, mas, acima de tudo, contribuem para se conhecer melhor esse sujeito coletivo, pertencentes ao círculo concêntrico que Duverger (1980 [1951]) define como: “os militantes são aqueles que têm importância interna e no funcionamento dos partidos”.

Analisando os resultados, com base na literatura mobilizada até aqui, pode-se afirmar que a coleta do banco de dados foi uma amostra simples que conseguiu atender a expectativa de distribuição por cotas incluída como critério para fortalecer a consistência do *survey*. Nesse sentido, o perfil dos entrevistados também foi importante porque mais de 80% foram filiados de base, ou seja, não pertencem a nenhuma instância partidária, o que diferencia essa pesquisa dos demais bancos de dados disponíveis sobre o tema.

Em síntese, pode-se afirmar que há um padrão de perfil dos filiados do PT com pequenas diferenças geracionais, ou seja, em relação ao tempo de filiação (velhos e novos filiados), que pode ser resumido nas seguintes características: o petista é um tipo de eleitor sofisticado (acima da média nacional correspondente às condições socioeconômicas, tempo livre e recursos cognitivos); tem trajetórias de socialização marcadas pelo engajamento em movimentos sociais (multimilitantismo); identifica-se com um estilo de partido de frente de massa, basista e mais com o petismo (projeto político) do que com o lulismo (líder carismático); valoriza o contato direto com o partido (sociabilidade); mobiliza-se por incentivos de missão (benefícios coletivos, incentivos expressivos e tem alto senso de eficácia política subjetiva em relação à política de modo geral, porém mais forte ainda em relação ao próprio

partido); ideologicamente se autoposiciona à esquerda do próprio partido e dos governos petistas, ainda que se constate a disparidade curvilínea em relação aos delegados partidários; e, finalmente, apresenta uma participação de alta intensidade comparando com a hipótese geral do declínio dessa característica nos partidos em nível global (WHITELEY & SEYD, 2002) e comparando-os com as poucas pesquisas empíricas que estabelecem paralelos com outros partidos brasileiros (P. RIBEIRO, 2014b).

Ao mesmo tempo se percebem algumas diferenciações a partir do cruzamento dessas variáveis pelo tempo de filiação e idade que precisam ser melhor exploradas do ponto de vista desta pesquisa, através de uma análise de regressão linear, tomando a intensidade de participação como variável dependente em relação a questões de recursos socioeconômicos (renda, escolaridade, tempo livre); questões de socialização (tipos de recrutamento e socialização em movimentos sociais); em relação a alguns incentivos à participação e identidade dos petistas com o petismo ou lulismo.

Pode-se lançar alguns desafios: repetir outras pesquisas dessa natureza com a base do PT para produzir uma série histórica a exemplo do trabalho realizado pela FPA junto aos delegados petistas (1991/2010); produzir pesquisas comparativas com as bases nacionais dos principais partidos dos brasileiros; estender essa base comparativa com partidos da América Latina. Pesquisas dessa natureza poderão contribuir com a lacuna sobre o engajamento político dos filiados, geralmente negligenciada quando se estuda os partidos por dentro e se prioriza as elites (dirigentes ou quem tem mandato) ou os eleitores de modo geral. O tipo de militante partidário também nos diz bastante sobre o perfil do militante dos movimentos sociais, portanto, compreendê-lo é também contribuir com o debate da participação social em geral.

CAPÍTULO 5 - OS DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE

Depois de observar os resultados gerais do *survey* realizado com uma amostra dos filiados do PT no Brasil, no presente capítulo serão abordados os determinantes da participação de alta intensidade dos filiados do Partido dos Trabalhadores. A inspiração para tanto, como já destacado anteriormente, é o trabalho de Whiteley e Seyd (2002) que serviu de referência desde a construção do questionário até o teste empírico das variáveis. Porém, considerando as diferenças de contexto entre Inglaterra e Brasil³⁴, as adaptações necessárias no próprio

³⁴ Uma síntese das diferenças entre os sistemas de partidos na Inglaterra e no Brasil deve partir do contexto histórico de cada um, ou seja, a Inglaterra foi pioneira do modelo de democracia representativa de massa com a Lei dos Partidos de 1832 e atualmente, os principais partidos que disputam hegemonia são: o Partido Conservador que tem origens no *Tory Party* (1678), quando atuava como o Partido da Coroa na disputa com os *Whigs* e a partir da lei dos partidos passou a se chamar *Conservative Party* (1835); enquanto isso, seu rival, o *Labour Party*, foi fundado em 1900 e, a partir da Primeira Guerra Mundial, passou a ocupar o espaço que anteriormente estava o *Liberal Party* (fundado em 1859), que daí em diante cumpriu o papel de terceiro partido do sistema. Portanto, a Inglaterra mantém um sistema partidário bipolarizado desde a sua origem na segunda metade do século XIX. No Brasil, o sistema de partidos é muito recente e intermitente: “não se pode falar em sistema de partidos brasileiros antes de 1946” (Kinzo, 1990; 1993) e o Ato Institucional número dois (AI-2) ocorreu com objetivo de interromper a organização, a memória e a cultura partidária anterior a 1964, impedindo que aqueles partidos continuassem a existir, eliminando inclusive a palavra “partido” das siglas que foram autorizadas a disputar as eleições (ARENA e MDB) e reforçando ainda mais a cultura antipartidista. Assim, pode-se afirmar que o sistema partidário brasileiro atual iniciou com a Lei Falcão (1979) que deu origem a um sistema que incentiva o pluripartidarismo, ao contrário do sistema inglês, ainda que os processos de disputas eleitorais tenham levado a uma polarização entre PT e PSDB desde 1994 até 2014 (MELO, 2007; LIMONGI & FIGUEIREDO, 2007; RIBEIRO, 2013). Além disso, há grandes diferenças nos sistemas eleitorais e sistemas de governo entre os dois países. Na Inglaterra e no Reino Unido como um todo vige um sistema de governo parlamentarista e um sistema eleitoral majoritário, enquanto no Brasil o sistema de governo é o presidencialismo de coalisão, formado por um sistema eleitoral com voto majoritário em dois turnos para o executivo e votação proporcional em lista para o parlamento (NICOLAU, 2012), com uma forte tendência ao voto uninominal, o que resulta numa grande fragmentação partidária e na falta de coerência ideológica, dificultando a

instrumento de coleta de dados e a perspectiva de inovação teórica em relação aos autores supracitados, buscar-se-á, mais do que confrontar modelos, apresentar algumas variáveis potencialmente explicativas da participação de alta intensidade.

O capítulo está organizado da seguinte forma: no primeiro momento apresentamos nossa principal hipótese de trabalho, as variáveis incluídas nos modelos, sua justificativa e forma de operacionalização; em seguida, passar-se-á para apresentação e análise dos dados; e finalizaremos o capítulo com algumas considerações que servirão de base para as análises qualitativas a serem apresentadas no próximo capítulo.

5.1 OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS E HIPÓTESES DE TRABALHO

A presente abordagem busca articular algumas das teorias da participação política, originárias de tradições epistemológicas distintas, em especial a teoria do voluntarismo cívico e a sociologia do militantismo.

Da teoria do voluntarismo cívico (VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 1995) tem-se a concepção de que participação é produto de recursos, dentre os quais os recursos cognitivos (em que a escolaridade é a principal *proxy*), o tempo e o dinheiro (ALMOND & VERBA, 1989 [1963]). Essa abordagem também entende as habilidades cívicas adquiridas através de espaços de socialização e envolvimento cívicos como fornecedores de recursos que podem contrabalançar a falta dos demais. Em outras palavras, um indivíduo pode ter baixa escolaridade, baixa renda, trabalhar em tempo integral em atividades manuais, mas através de sua história de vida³⁵ adquirir habilidades cívicas que compensam a falta desses recursos.

Já a teoria do militantismo, que inicialmente considerava o ativismo motivado apenas por altruísmo, ideologia ou defesa de causas justas, passou a reinterpretá-lo também como resultante de retribuições e

transparência e controle por parte dos eleitores (MAINWARING, 1991; CARREIRÃO, 2013).

³⁵ A história de vida, neste caso, significa seu processo de socialização. Assim, se o indivíduo foi socializado numa família que discutia política em casa, que frequentava espaços públicos, que assistia a comícios ou participava de associações civis, ele pode ter adquirido habilidades cívicas que compensam a falta de outros recursos como escolaridade, tempo livre ou *status* social.

incentivos simbólicos e materiais (GAXIE, 1977; 2005), inseridos em determinados contextos onde a intensidade desse engajamento ou até mesmo o desengajamento está relacionada com a trajetória do indivíduo em diferentes fases da sua vida (BECKER, 1963; FILLIEULE, 2001; AGRIKOLIANSKY, 2002). Assim, supõe-se que um indivíduo que dispõe ou não de recursos individuais e que adquire habilidades cívicas ao longo de sua trajetória, poderá passar por altos e baixos em relação à intensidade de sua militância, em função do seu estado de espírito (satisfação com o partido) ou das condições sociais ou familiares de cada fase da sua vida, portanto, há uma relação diacrônica entre recursos, habilidades, estrutura de oportunidade política e o contexto geral, o que pode caracterizar diferentes gerações de militantes (FILLIEULE, 2001).

Operacionalização das variáveis

Considerando que estamos dialogando com o trabalho de Whiteley & Seyd (2002), buscar-se-á partir da maneira como os autores operacionalizaram alguns de seus testes empíricos, bem como adequá-los com as devidas adaptações necessárias. Além disso, tem-se como propósito relacionar o conceito de participação de alta intensidade (WHITELEY & SEYD, 2002) com a sociologia do militantismo (GAXIE, 1977; 2005; BECKER, 1963; FILLIEULE, 2001; AGRIKOLIANSKY, 2002; PUDAL, 2010), trabalhando assim com a articulação dessas duas perspectivas teóricas.

Variável dependente: intensidade de participação (IP)

Inicia-se pela variável dependente, que é intensidade da participação. Para a construção da escala de intensidade da participação dos filiados do PT, tomou-se como referência Whiteley e Seyd (2002), que apresentam uma lista de atividades classificadas numa escala de custo de participação com base nas dimensões de tempo e esforço despendido, resultando em nove dimensões anteriormente apresentadas³⁶.

Considerando a diferença de contexto, foi necessário adequar nosso questionário conforme quadro abaixo:

³⁶ Aquelas variáveis estavam assim distribuídas: alta intensidade (distribuir folhetos ou segurar cartazes; participar em reuniões; acompanhar apuração de eleições; acompanhar a organização intrapartidária; e ocupar cargos públicos fora do partido); baixa intensidade (fazer contato com políticos; se envolver nas campanhas eleitorais; assinar petições; e, por fim, doar dinheiro para o partido).

Quadro 3 - Lista de tarefas que distinguem a intensidade de participação

<p>6. Em quais dessas atividades partidárias você participa? <i>(VOCÊ PODE ASSINALAR MAIS DE UMA OPÇÃO)</i></p> <p><input type="checkbox"/> faço campanha nas eleições municipais</p> <p><input type="checkbox"/> faço campanha nas eleições estaduais/nacionais</p> <p><input type="checkbox"/> participo da direção ou ajudo na organização do partido</p> <p><input type="checkbox"/> ajudo como fiscal do partido no dia da eleição</p> <p><input type="checkbox"/> distribuo panfleto</p> <p><input type="checkbox"/> participo de reuniões</p> <p><input type="checkbox"/> doo dinheiro para o partido nas campanhas</p> <p><input type="checkbox"/> assino abaixo assinado</p> <p><input type="checkbox"/> faço contato social com políticos do PT</p> <p><input type="checkbox"/> outros _____</p>
--

Fonte: Questionário do *survey* construído pelo autor (2014).

Posteriormente, essas tarefas foram classificadas por ordem de intensidade de participação a partir de quatro critérios: necessidade de tempo livre disponível; recursos cognitivos necessários; capital social envolvido; e algum tipo de recurso financeiro. Assim, chegou-se a nove ações na seguinte ordem decrescente de quantidade de recursos necessários: ajudar na organização partidária; participar de reuniões; fazer campanha em geral; fazer campanha municipal; distribuir panfletos; fazer contato com políticos; fiscalizar eleições; doar dinheiro; assinar petições³⁷.

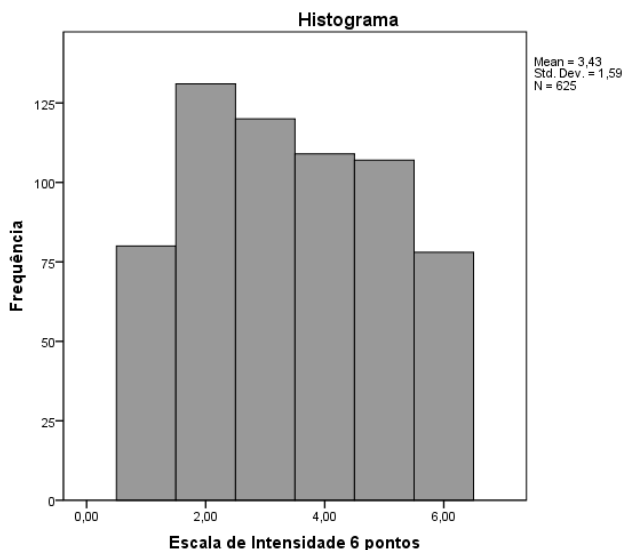
Para fins de requalificação das variáveis, de acordo com o contexto brasileiro, foram somadas algumas atividades idênticas e relativas à campanhas eleitorais (somou-se todas as opções referentes fazer campanhas: em eleições municipais; em eleições gerais; distribuir panfletos; e fiscalizar eleições), com isso, resultou numa recodificação para seis atividades. Foram atribuídos pesos a cada uma das atividades: com peso quatro ficaram as variáveis consideradas de alto custo de participação (participar da direção ou ajudar na organização partidária; e participar de reuniões), peso três foi atribuído à soma das atividades

³⁷ Essa requalificação da ordem das variáveis em relação ao contexto do PT no Brasil, por exemplo, considera que fiscalizar e acompanhar apuração das eleições, na Inglaterra, exige alto esforço e tempo, portanto, é considerado com alta intensidade. Mas no Brasil, em função do sistema eletrônico de votação e apuração dos votos, essa tarefa exige pouco esforço. Assim, considerou-se essa atividade como de baixos custos aos participantes; por outro lado, doações para o partido, aos ingleses é uma atividade de baixo custo de tempo e esforço, mas para os petistas doar dinheiro para campanhas eleitorais exige maior esforço do que assinar petições.

relativas a fazer campanhas eleitorais; peso dois para contato social com políticos; e peso um para doar dinheiro e assinar abaixo-assinado. Em seguida, foi feito um índice somatório de Intensidade da Participação (IP) que resultou em uma escala de 24 pontos (0 a 23).

Para fins de simplificar o uso desta escala e facilitar a análise da variável dependente (IP), a melhor distribuição dos dados de acordo com o histograma (gráfico 17) resultou numa escala de seis pontos, cuja média foi 3,43, ou seja, este valor identificou a tendência central e dividiu os casos em duas metades iguais, enquanto que o desvio padrão foi 1,59, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 17 - Distribuição da IP em escala de seis pontos



Fonte: *Survey* construído pelo autor (2014).

Há que se considerar que essa pontuação não significa simplesmente a frequência das seis atividades recodificadas anteriormente, mas, o índice somatório recodificado numa escala crescente de 1 a 6 pontos³⁸.

³⁸ Isso significa que no ponto 1 da escala de 6 pontos estão aqueles filiados cuja soma das atividades em que participam com o peso do custo de participação chega até 4 pontos (na escala somatória de 24 pontos); no ponto 2 estão aqueles filiados cuja somatória de atividades com peso do custo de participação está entre 5 e 8 pontos, e assim por diante até o ponto mais alto da escala de 6 pontos

Utilizou-se a escala de seis pontos por considerar que os filiados com envolvimento em atividades com menor custo de participação devesse se concentrar na primeira metade da escala e por isso serem considerados de baixa intensidade, enquanto que aqueles engajados em uma ou mais atividades com maiores custos estarão localizados na parte superior da escala de participação, portanto, são filiados de alta intensidade.

Variáveis independentes

Agora passa-se às variáveis independentes utilizadas para testar as hipóteses apresentadas acima.

Tempo de Filiação

Foi operacionalizada da mesma forma que em Whiteley e Seyd (2002), ou seja, considerando como critério o divisor geracional entre velhos e novos filiados. Esse divisor coincide com o período de mudança de posicionamento dos dois principais partidos ingleses à frente do governo para aqueles autores, sendo que no caso do PT também optou-se por considerar como velhos filiados os anteriores à primeira eleição de Lula para Presidente da República (1980 até 2002) e os novos filiados deste evento em diante (2003 até 2014).

A pergunta que deu origem a essa variável foi aberta para indicar o número de anos que o indivíduo estava filiado ao PT, conforme consta no quadro abaixo:

Quadro 4 - Pergunta sobre o tempo de filiação

4. Há quantos anos você está filiado(a) ao PT? _____ anos
--

Fonte: Questionário do *survey* construído pelo autor (2014).

Assim foi possível identificar o ano de entrada no PT, e, considerando que o ano-base do *survey* foi 2014, classificar aqueles que se filiaram nos últimos 12 anos como novos filiados e 13 anos ou mais como os velhos filiados. Do ponto de vista da codificação dessa variável, ela passou a ser binarizada com (0) novo filiado e (1) velho filiado³⁹.

que corresponde aos filiados cuja aquela somatória se localiza no intervalo de 21 a 24 pontos.

³⁹ Observando a literatura sobre a evolução histórico-organizativa do PT (P. RIBEIRO, 2008; AMARAL, 2010), inicialmente foram testados três períodos de filiação: velhos filiados (1980 até 1995); intermediários (1995 até 2002); e novos filiados (2003 em diante). Porém, percebeu-se que estatisticamente a faixa intermediária que entrou no partido durante a chamada “Era Zé Dirceu”

As expectativas sobre o comportamento da variável já foram expostas acima na hipótese principal, ou seja, que o tempo de filiação apresente-se com uma preditora importante e tenha influência positiva em relação à intensidade de participação. Desse modo, quanto maior o tempo de filiação, espera-se que seja maior a intensidade de participação do filiado.

Idade

Da mesma forma que a anterior, a variável de idade foi apresentada no *survey* também como uma pergunta aberta indicando o tempo de vida de cada indivíduo, conforme quadro abaixo:

Quadro 5 - Pergunta sobre a idade dos filiados

3.Qual a sua idade? _____ anos

Fonte: Questionário do *survey* construído pelo autor (2014).

Assim, esta variável foi operacionalizada de duas formas distintas, ambas baseadas em critérios geracionais para o coorte de juventude e intervalos de 15 anos entre uma faixa etária e outra, o que resultou em uma modalidade com quatro faixas etárias e outra com apenas três faixas de idade.

Mannheim (1928) já problematizava as divisões geracionais simplesmente pelo critério cronológico ou biológico, separados do contexto socioeconômicos e de conexões culturais próprias que constituem um mesmo sentido de vida para grupos específicos. Na primeira modalidade de idade considerou-se o critério legal de coorte geracional da juventude brasileira expressa no Estatuto da Juventude (Lei número 12.852 de 5 de agosto de 2013), que corresponde a faixa etária de 16 a 29 anos (no caso dos filiados do PT os filiados passaram a ser considerados apenas a partir de 18 anos). A partir da definição da primeira geração, “é recorrente nos estudos sobre o tema que o intervalo entre uma geração e outra corresponda a quinze anos” (CASTILLO, 2008 *Apud* OKADO & E. RIBEIRO, 2014, p.9), assim, a primeira modalidade resultou num recorte de quatro faixas etárias: (1) até 29 anos; (2) 30 a 44 anos; (3) 45 a 59 anos; e (4) mais de 60 anos.

Em relação a segunda modalidade buscou-se um critério que correspondesse ao desenvolvimento do ciclo de vida dos petistas, daí que considerou o coorte da primeira faixa até 34 anos, ou seja, dos

(período em que ocorreram mudanças organizativas significativas no PT) não apresentava diferenças em relação aos velhos filiados e, então, optou-se por mantê-la como um único grupo e binarizar a variável.

filiados nascidos a partir de 1980 (ano de fundação do PT), com isso, mantendo o padrão médio de divisão de faixas etárias de 15 anos cada resultou em três faixas etárias: baixa idade entre 18 a 34 anos; média idade de 35 até 49 anos; e alta idade com mais de 50 anos.

Apesar da variável de idade ser considerada um recurso individual que pode potencializar a participação, e, ainda que haja interpretações teóricas divergentes sobre seu papel, seja na teoria do ciclo de vida, seja na teoria do voluntarismo cívico, para os propósitos desta tese é de se esperar que a idade apresente efeito negativo sobre a IP, porém, este efeito não deve ser linear, especialmente quando articulada ao tempo de filiação. Um exemplo são os novos filiados e com maior idade, que se filiaram ao PT num momento em que a matriz organizacional do partido é mais inclusiva e menos dependente do envolvimento político dos filiados (AMARAL, 2013).

Considerando que os novos filiados foram socializados politicamente em outros espaços com lógicas de militância e de engajamento distintas do PT, a tendência é que eles transfiram suas práticas para o partido. Além do mais, entende-se que os novos filiados já não são portadores de uma “identidade petista”, numa lógica de retribuição simbólica, mas seu vínculo e atuação se expressam através da ênfase em outras lógicas retributivas, como a vitória eleitoral, a carreira política, os cargos e os benefícios materiais.

Eficácia política subjetiva (EPS)

No caso do sentimento de eficácia subjetiva, trata-se de uma variável tributária tanto da cultura cívica (ALMOND & VERBA, 1989 [1963]), quanto do voluntarismo cívico. Acredita-se que aqueles que se percebem como relevantes em termos políticos tenderiam a manifestar maior propensão à militância partidária. Em Whiteley e Seyd (2002) a eficácia política⁴⁰ é um indicador psicológico de engajamento que mensura a predisposição individual de participação com base na percepção dos efeitos da sua atuação no campo político, ou seja, quanto mais o indivíduo percebe a sua capacidade de influência política, maior o seu engajamento.

⁴⁰ As duas perguntas que compõem a variável de eficácia política em Whiteley e Seyd (2002) são: Pessoas como eu podem ter uma influência real sobre a política se estiverem preparadas para se envolver? Quando os membros do partido trabalharem juntos eles podem realmente mudar a Grã-Bretanha?

Para a operacionalização da variável, utilizou-se a pergunta que questionava de forma mais direta a percepção dos indivíduos sobre os efeitos da sua participação na política em geral, conforme figura abaixo:
 Quadro 6 - Pergunta utilizada no *survey* sobre Eficácia Política Subjetiva

30. E você, influencia na política em geral?

influi muito

influi um pouco

não influi

não sabe

Fonte: Questionário do *survey* construído pelo autor (2014).

As opções de resposta foram dadas numa escala crescente de três pontos: (0) não influi; (1) influi pouco; e (2) influi muito. Em seguida, as respostas foram recodificadas de forma dicotômica entre os que consideram que não influi (0) e a soma dos que consideram que influi pouco ou muito (1). Considerando que os filiados aos partidos políticos possuem, em geral, altos sentimentos de eficácia política espera-se que esta variável apresente significância estatística e efeito positivo em relação à intensidade da participação.

Sexo

O fundamento para inclusão de tal variável está relacionado à teoria do voluntarismo cívico. Além disso, as desigualdades de gênero na política são bastante conhecidas e amplamente documentadas nos estudos sobre participação (VERBA, SCHOLOZMAN & BRADY, 1995, RIBEIRO & BORBA, 2015).

O debate sobre a necessidade de ampliação da participação feminina na política se justifica por razões de déficit histórico, primeiro pelo movimento sufragista e atualmente pelas políticas de cotas. No entanto, as cotas promovem a inclusão da presença feminina, mas não garantem a superação das diferenças estruturais e simbólicas (público e privado), da divisão do trabalho político como um espaço masculinizado, com *habitus* próprio do campo, que resulta na participação das mulheres com signos subalternizados (MIGUEL, 2010).

Embora o PT tenha se destacado na proposição e implementação de políticas de cotas e paridade de gênero nas direções partidárias e ainda que tenha aumentado significativamente o percentual de mulheres filiadas (análise descritiva), acredita-se que não houve uma superação das assimetrias entre a participação política de homens e mulheres.

A pergunta que deu origem a esta variável foi direcionada de forma a obter uma única resposta, conforme quadro a seguir:

Quadro 7 - Pergunta utilizada no *survey* sobre Sexo dos filiados

2.Sexo: () masculino () feminino

Fonte: Questionário do *survey* construído pelo autor (2014).

Esta variável foi operacionalizada de forma dicotômica, considerando (1) presença do atributo masculino e (0) ausência dele. Assim, espera-se que ser homem ainda representa maior tendência a elevar a intensidade da participação no PT.

Escolaridade

A variável de escolaridade foi operacionalizada com base na seguinte pergunta:

Quadro 8 - Questão utilizada no *survey* sobre Escolaridade dos filiados

52. Até que ano da escola você estudou?

- () nunca fui à escola
- () 1ª a 3ª série – primário incompleto
- () 5ª a 7ª série – ginásio incompleto
- () 4ª série – primário completo
- () 8ª série – fundamental completo
- () 2º grau (médio) incompleto
- () 2º grau (médio) completo
- () superior incompleto
- () superior completo
- () especialização completa ou incompleta
- () mestrado completo ou incompleto
- () doutorado completo, incompleto ou mais

Fonte: Questionário do *survey* construído pelo autor (2014).

Como havia dez opções para uma única resposta, desde (1) nenhum ano de estudo até (10) doutorado completo ou incompleto, no entanto, as respostas foram recodificadas em quatro níveis de escolaridade: (1) nenhuma escolaridade; (2) nível fundamental; (3) nível médio; (4) nível superior. Portanto, foi construída uma escala crescente por níveis de escolaridade.

No modelo do voluntarismo cívico de Verba, Schlozman e Brady (1995), a escolaridade é um atributo fortemente associado ao desenvolvimento de habilidades cívicas, de onde seria possível derivar a expectativa de encontrar maior engajamento político entre os eleitores de maior escolaridade. No entanto, considerando-se o perfil da amostra (que encontrou filiados com alto nível de escolarização distribuídos de forma relativamente homogênea entre os petistas), espera-se que seus efeitos sobre a IP sejam reduzidos.

Renda

Em relação à renda, a expectativa relacionada com o modelo do voluntarismo cívico é a mesma que a variável anterior, ou seja, quanto maior a renda mais recursos os indivíduos dispõem para a sua participação. Porém, Pizzorno, Kaplan e Castells (1975) questionam o modelo de centralidade em que a participação política está relacionada diretamente com a posição social e apontam níveis intermediários subculturais baseados na identidade de grupos homogêneos como importantes fatores para uma participação intensa dos indivíduos.

Fillieule (2001) também analisa o processo de engajamento, permanência e desengajamento através de experiências de vida, evitando assim o determinismo da posição de origem dos indivíduos considerando outros fatores que estabelecem os laços interpessoais preexistentes para além de classe e posição social, como por exemplo, socialização, identidade, disposição psicológica e afetiva.

Quanto à operacionalização para a variável que mensurou o nível de renda, em vez de uma escala de seis faixas de renda anual, conforme o modelo de Whiteley e Seyd (2002), optou-se por sete faixas de renda familiar mensal, convertidas em valores de salários mínimos da época (considerando-se também os sem renda), que por sua é mais usual nos *surveys* aplicados no Brasil, conforme quadro abaixo:

Quadro 9 - Questão utilizada no *survey* sobre Renda dos filiados

53. De quanto foi aproximadamente a sua renda familiar no mês passado?

- até R\$ 678,00
- mais de R\$ 678,00 até R\$ 1.356,00
- mais de R\$ 1.356,00 até R\$ 2.710,00
- mais de R\$ 2.710,00 até R\$ 6.780,00
- mais de R\$ 6.780,00 até R\$ 13.560,00
- mais de R\$ 13.560,00
- não tive renda
- não sabe
- não quero informar

Fonte: Questionário do *survey* construído pelo autor (2014).

Os valores apresentados nas opções de respostas correspondia às faixas salariais da época, ou seja, tomando como base o valor de um salário mínimo (seiscentos e setenta e oito reais) e multiplicando de acordo com a posterior codificação, que ficou assim definida: (0) sem renda, (1) até um salário mínimo, (2) de um a dois salários mínimos, (3) de dois até cinco salários mínimos, (4) de cinco até dez salários mínimos; (5) entre dez e vinte salários mínimos e finalmente (6) para os

que têm renda familiar mensal acima de vinte salários mínimos. As opções de respostas “não sabe” e “não quero responder” foram considerados *missings*.

A expectativa quanto aos efeitos da renda na explicação da intensidade da participação é semelhante aqueles esperados para a variável de escolaridade.

Tempo Livre

Essa é mais uma variável relacionada ao modelo do voluntarismo cívico e seu fundamento é que a disponibilidade de tempo se constitui em um recurso individual que pode ser utilizado no engajamento político. Ela indica a disponibilidade do indivíduo para se engajar politicamente ou, ao contrário, quanto mais ocupado profissionalmente menos tempo de participar politicamente.

Sua operacionalização se deu com base na seguinte pergunta:

Quadro 10 -. Questão utilizada no *survey* para mensurar a variável de Tempo Livre

Em relação ao seu trabalho profissional remunerado, quanto tempo você se ocupa com ele?

- tempo integral
- tempo parcial
- não tenho trabalho remunerado

Fonte: Questionário do *survey* construído pelo autor (2014).

As respostas foram codificadas em uma escala crescente de tempo livre, dividida em três pontos: (0) trabalha tempo integral, em que se espera que disponha de poucas condições de participação; (1) trabalha em tempo parcial, que disporia de um pouco mais de condições de engajamento; e (2) não tem trabalho remunerado⁴¹, haveria maior disponibilidade para o ativismo político. Optou-se por essa escala de três pontos por entender que no contexto brasileiro há militantes que buscam atividades públicas ou autônomas como opção de vida, a fim de reservar parte do seu tempo para a militância política⁴².

⁴¹ Nesse grupo dos que não têm trabalho remunerado estão incluídos os jovens que não possuem independência financeira, os aposentados que têm remuneração mas dispõem de maior tempo livre do trabalho remunerado imediato e também os desempregados, que, neste caso, não têm remuneração, porém podem estar ocupados com a procura de emprego, mas dificilmente poderiam ser considerados num dos grupos anteriores.

⁴² HNSE (homem, novo filiado, do sudeste), 18 anos, estudante, disse: “Estou no curso de sociologia, mas não tenho convicção total se esse é o curso que eu

Whiteley (2011) avalia que a condição de falta de tempo livre não é impeditivo à participação, ao contrário do consumo de *internet*, ou seja, quanto maior o envolvimento com as mídias eletrônicas menor a disposição dos indivíduos ao engajamento político partidário, porém, mesmo os que não têm tempo livre podem participar na mesma proporção daqueles que dispõem desse recurso.

O declínio da participação partidária tem relação com as transformações estruturais exógenas e endógenas aos partidos, a mudança de valores (pós-materialistas) que se reflete em alterações de comportamentos (INGLEHART, 2009) e evolução de modalidades não convencionais de participação política (TEORELL, TORCAL & MONTERO, 2007), conseqüentemente, os partidos políticos não representam mais uma opção de ocupação para os indivíduos que dispõem de maior tempo livre, então, espera-se que a variável não seja significativa para a intensidade de participação dos filiados do PT.

Variáveis com base nas dimensões sobre Tipo de Recrutamento

As variáveis que correspondem à dimensão de recrutamento indicam a influência da socialização e das redes de contato sociais que contribuem para a entrada do indivíduo no partido político. Tal variável tem relação com a teoria do voluntarismo cívico ao destacar as redes de socialização como capazes de ofertar habilidades cívicas que são mobilizadas para a participação, mas também com a sociologia do militandismo, pois Fillieule (2001) considera as experiências de vida observando os laços interpessoais preexistentes (socialização, identidade, classe e posição social, disposição psicológica e afetiva) e a noção de carreira como um processo diacrônico de socializações múltiplas.

A dimensão do recrutamento foi mensurada a partir do seguinte questionamento:

Quadro 11 - Questão utilizada no *survey* para mensurar o Tipo de Recrutamento

7. O que levou você a se filiar no PT?

(VOCÊ PODE ASSINALAR MAIS DE UMA OPÇÃO)

- fui procurado por algum dirigente do PT através de telefone ou pessoalmente em minha casa;
- me senti convidado pelo programa do partido na TV;
- vi algum anúncio em jornais ou *outdoor*;
- recebi uma carta de algum diretório do PT;

quero para a minha formação, para minha vida, no sentido de conseguir combinar as questões pessoais, a questão profissional e a militância”.

- () fui influenciado no sindicato, associação, movimento social ou igreja;
- () fui influenciado pelo movimento estudantil;
- () fui influenciado por alguém da família;
- () fui influenciado por algum amigo ou contato social;
- () fui influenciado por alguém no local de trabalho;
- () sempre gostei das ideias do PT;
- () outros _____

Fonte: Questionário do *survey* construído pelo autor (2014).

Na operacionalização dessa dimensão, foram construídas três variáveis, considerando a fundamentação teórica e os testes empíricos realizados. Para verificar a possibilidade de agrupamento das variáveis, utilizamos a técnica da análise fatorial por componentes principais (Apêndice3). Dessa forma, chegou-se às seguintes modalidades de recrutamento: a) a primeira chamou-se de “*recrutamento afetivo*”, ou seja, aquele composto pela soma das opções de rede de relacionamento social (família, amigos + contato social); b) o segundo tipo chamou-se de “*recrutamento em movimentos sociais*”, considerando-se o engajamento prévio em sindicatos, associações, movimentos sociais ou igrejas, somados a influência de colegas em local de trabalho; e, finalmente, um terceiro, o tipo de “*recrutamento ideológico*”, que considera o engajamento dos indivíduos com base na identidade com as ideias do PT⁴³.

Com isso, em relação ao recrutamento afetivo e o recrutamento em movimentos sociais foram somadas as duas questões e considerando apenas os indivíduos que não participaram de nenhuma das opções como zero (0), chegamos a uma escala de dois pontos para ambas as variáveis. Como a variável de recrutamento ideológico é individual, esta foi operacionalizada como dicotômica.

Sobre a influência do tipo de identificação coletiva ou disposição que levou os indivíduos a se filiarem ao PT e em relação à intensidade de participação, espera-se que os indivíduos que tiveram experiência prévia de engajamento em algum tipo de movimento social, e os indivíduos que se filiaram motivados pelas ideias tenham uma participação mais intensa, ao contrário dos filiados movidos por relações afetivas.

⁴³ Esse segundo tipo de recrutamento permite também estabelecer um diálogo com a teoria do militatismo, no que se refere às fases da trajetória militante (FILLIEULE, 2001).

Variáveis com base nas dimensões sobre Incentivos ou Retribuições à Participação

A dimensão de incentivos ou retribuições à participação será representada através de um conjunto de variáveis que estão relacionadas à sociologia do militatismo.

Gaxie (1977; 2005) não desconsidera a disposição altruísta dos militantes, mas entende que os indivíduos se sentem motivados ao engajamento quando há expectativa por retribuições, simbólicas ou materiais, que vão desde a oportunidade de ter acesso à informação e assim sentir-se socialmente aceito até a possibilidade de fazer carreira pública ou ser dirigente dentro do partido, portanto, obter benefícios financeiros e materiais⁴⁴, ou ainda motivados por razões ideológicas.

A dimensão da retribuição foi verificada a partir do seguinte questionamento:

Quadro 12 - Questão utilizada no *survey* para mensurar os Tipos de Incentivos ou Retribuições à Participação

12. O que mais te motiva a estar no PT?

(VOCÊ PODE ASSINALAR MAIS DE UMA OPÇÃO)

- () a construção do socialismo
- () ajudar a construir a igualdade social
- () promover mais justiça social
- () a oportunidade de ajudar o PT a ganhar eleições
- () ajudar o PT a derrotar os adversários
- () ser ativista partidário
- () ajudar a direção municipal do PT
- () ter influência no partido
- () estar bem informado sobre política
- () dar suporte ao partido
- () a influência da família e amigos
- () a influência do sindicato
- () a liderança de Lula
- () o desempenho da Presidenta Dilma
- () as novas políticas implementadas pelo governo federal
- () o fato de eu ter conseguido um emprego através do PT
- () outras razões _____

Fonte: Questionário do *survey* construído pelo autor (2014).

Da mesma forma que o item anterior, a operacionalização destas variáveis buscou contemplar critérios teóricos e técnicos, utilizando

⁴⁴ Também chamados de incentivos por resultados na teoria de escolha racional.

inicialmente a análise fatorial (Apêndice 3) para agrupar variáveis e defini-las de acordo com base na teoria.

Assim, chegou-se nas seguintes modalidades de retribuições: a) chamamos de *retribuição por ideologia* a soma da motivação “ajudar a construir a igualdade social” e “promover mais justiça social”; b) *retribuição por benefícios simbólicos*, composta por cinco variáveis (ajudar o PT ganhar eleições; ajudar derrotar os adversários; ser ativista; ajudar na direção do partido; e, ter influência no partido); c) *retribuição por benefícios coletivos* composta pelas seguintes opções: liderança de Lula, desempenho da Presidente Dilma e novas políticas implantadas pelo governo federal⁴⁵.

Sobre os tipos de retribuições que motivam os indivíduos permanecerem filiados ao PT e em relação à intensidade de participação, espera-se que as variáveis de retribuição ideológica e de retribuição simbólica sejam fortes preditoras da IP e tenham efeitos mais expressivos que a variável de retribuição por benefícios coletivos (também considerada preditora), pois, aqueles tipos de incentivos representam motivos considerados legítimos para o discurso de “encantamento” (GAXIE, 2005) e fazem parte do conjunto de signos e ritos dominados pela linguagem dos filiados mais experientes e com maior IP.

Finalmente, considerando a operacionalização de cada variável individualmente, na Tabela 11 serão apresentadas de maneira descritiva na forma como foram utilizadas na análise posterior.

⁴⁵ A análise fatorial apontou uma quarta modalidade de retribuições, formada pelas variáveis de influência do sindicato e ter conseguido um emprego através do PT, que se justificaria do ponto de vista teórico (poder-se-ia compor uma modalidade de “*retribuição por benefícios materiais*”). Porém, optou-se por não utilizá-la devido ao baixo número de respostas, o que poderia enviesar os resultados das demais variáveis quando aplicada a análise de regressão linear. Ao mesmo tempo, decidiu-se manter as variáveis de liderança de Lula e desempenho da Presidente Dilma, juntamente com novas políticas implantadas pelo governo federal, compondo a modalidade de *retribuição por benefícios coletivos*, por entender que a característica do personalismo, na cultura política, não separa os benefícios obtidos pelas políticas públicas dos atores que estão a frente do governo, inclusive o conceito do lulismo é um exemplo de como as personalidades dão nome aos estilos de governo.

Tabela 11 - Codificações das variáveis

Variável	Codificação
Tempo de Filiação	0 – Novos Filiados 1 – Velhos Filiados
Faixa de Idade (1)	1 – até 29 anos 2 – 30 a 44 anos 3 – 45 a 59 anos 4 – mais de 60 anos
Faixa de Idade (2)	1 – de 18 até 34 anos 2 – de 35 até 49 anos 3 – mais de 50 anos
Eficácia Política Subjetiva	0 – não influi 1 – influi
Sexo	0 – Feminino 1 - Masculino
Escolaridade	1 – Nenhuma 2 – Fundamental 3 – Médio 4 – Superior
Renda	0 – sem renda 1 – até 1 SM 2 – 1 a 2 SM 3 – 2 a 5 SM 4 – 5 a 10 SM 5 – 10 a 20 SM 6 – mais de 20 SM
Tempo Livre	0 – trabalha em tempo integral 1 – trabalha em tempo parcial 2 – não tem trabalho remunerado
Recrutamento Afetivo	Escala de 0 a 2
Recrutamento Movimentos Sociais	Escala de 0 a 2
Recrutamento Ideológico	Dicotômica
Retribuição Ideológica	Escala de 0 a 2
Retribuição Benefícios Simbólicos	Escala de 0 a 5
Retribuição Benefícios Coletivos	Escala de 0 a 3

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Hipótese principal

Derivada dessas distintas abordagens, a principal hipótese de trabalho com relação aos filiados de base do PT consiste em que a intensidade da participação dos petistas é produto da relação entre os

recursos individuais, habilidades cívicas adquiridas no processo de socialização⁴⁶ e retribuições; relacionados diretamente com a trajetória institucional do partido e com o contexto político e socioeconômico. Essa combinação diacrônica, grosso modo, constitui os ciclos de vida militante de diferentes gerações de petistas, como por exemplo:

- Uma primeira geração de petistas, que participou da fundação do partido, de modo geral trazia habilidades cívicas da sua socialização anterior ao PT, encontraram uma estrutura de oportunidade política com grandes incentivos a participação dos filiados de base no início do partido e estavam inseridos num contexto pós-ditadura (de crise econômica e intensas mobilizações sociais), o que resultou numa intensidade de participação diferente das demais gerações de petistas, pelo menos num primeiro momento, e que ao longo da trajetória de cada filiado, essa IP pode ter aumentado ou diminuído, tanto pelos motivos de satisfação e decepção com o partido, como pelas condições sociais ou familiares ou ainda pelas retribuições obtidas em função do seu engajamento (que devem ser maiores do que das gerações posteriores), portanto, desses militantes que ainda permanecem filiados espera-se alta intensidade de participação;
- Esses fatores são diferentes para uma segunda geração de petistas, de média idade (especialmente os nascidos após 1980), cuja socialização já se deu com a presença do PT no contexto histórico, ao mesmo tempo em que as estruturas de oportunidades políticas dentro do partido já começavam a passar por um processo de institucionalização e burocratização, porém, o contexto exógeno (de estabilidade financeira, mas, ao mesmo tempo de grandes mobilizações sindical e social, com movimentos organizados nacionalmente), ainda tinha o PT com a principal força

⁴⁶ Fillieule (2001) analisa o processo de engajamento, permanência e desengajamento através de experiências de vida, observando os laços interpessoais preexistentes (socialização, identidade de classe e posição social e disposição psicológica ou afetiva em romper com a visão teleológica de recrutamento individual feito pelas organizações). Desse modo, a militância é uma “atividade social específica”, de escolhas práticas e de tensões complexas em um processo diacrônico de socializações múltiplas, esferas e redes, experiências e contextos.

político partidária de oposição e de contestação. Mesmo que os indivíduos dessa geração de petistas tenham menos tempo que anterior em anos de trajetória militante, também pode haver diferenças de recursos individuais e motivações que refletiram em altos e baixos nas suas experiências militantes, daí que a IP nesta geração de filiados deve ser menor que a anterior;

- Ao se tratar dos novos filiados (a partir de 2002) pode-se afirmar que há uma diversidade maior das características, especialmente em relação ao contexto (PT no governo) e grandes mudanças na estrutura de oportunidades políticas que o partido passa a oferecer. Nessa fase da trajetória do PT há uma ampliação no tipo de recrutamento dos petistas, com maior inclusividade do ponto de vista socioeconômico e menor IP (AMARAL, 2013). Tem-se, portanto, novos filiados de baixa idade, filhos de velhos filiados ou não, mas engajados em novos movimentos sociais (com características diferentes daqueles das gerações anteriores), socializados, não apenas depois da fundação do PT, mas depois do partido passar por um processo de institucionalização e burocratização endógena e num contexto onde o PT já estava no governo federal. Essas condições, articuladas com a baixa idade e o maior acesso a recursos individuais (especialmente cognitivos), devem apresentar uma IP maior para os novos filiados de baixa idade do que para os novos filiados de média e alta idade, que encontram no mesmo contexto e estrutura de oportunidades, mas que foram socializados num período anterior, quando o PT ainda não estava no governo ou mesmo no período anterior à fundação do partido (novos filiados de alta idade). Esses novos filiados podem ter socialização prévia através da participação em outros partidos (mesmo que de origem opostas ao PT) ou nenhuma experiência partidária e nem mesmo em movimentos sociais, o que os diferencia das demais gerações. Considera-se ainda que o tipo de motivação para filiar-se no PT, somente no atual contexto, cria expectativas de retribuições distintas das gerações anteriores o que deve também se refletir nos níveis de satisfação e conseqüentemente na IP, que espera-se seja menor que os demais.

Portanto, considera-se que as variáveis de idade e tempo de filiação são as principais determinantes que sintetizam essa confluência de recursos individuais e de socialização com o contexto e as características de cada ciclo da trajetória do PT.

Nesse sentido, considerando os argumentos acima, as principais hipóteses desta pesquisa são:

H1) A variável de tempo de filiação deve apresentar influência positiva, pois a experiência política importa para a IP, inclusive quando considerada a interação entre o tempo de filiação e a idade, quando espera-se que os velhos filiados e de alta idade ou filiados da primeira geração de petistas tenham alta influência no sentido positivo em relação à intensidade de participação, em função da combinação de recursos individuais e habilidades cívicas acumuladas na socialização e com as retribuições;

H2) Ao contrário da hipótese anterior, a idade deve apresentar influência negativa em relação à intensidade da participação, comportamento que, no entanto, não deve ser linear entre velhos e novos filiados. Nesse sentido, espera-se que esse efeito tenha maior importância para os novos filiados de alta idade, que foram socializados em outros partidos ou que não tiveram engajamento prévio ao PT, cuja expectativa é de que esse grupo tenha influência negativa em relação à intensidade de participação;

H3) Em relação a escolaridade, ainda que seja considerada a principal *proxy* dentre os recursos individuais para a participação, espera-se que esta variável não tenha efeito para a IP dos petistas por apresentar uma distribuição relativamente homogênea, conforme análise descritiva;

H4) A distribuição da frequência em relação a variável de renda dos filiados mostra-se acima da média nacional⁴⁷, embora mais heterogênea que a escolaridade, no entanto, acredita-se que os laços de identidade são mais importantes do que o *status* social, assim, não se espera que esses diferentes níveis de renda sejam explicativos de IP;

⁴⁷ Comparando os resultados *survey* com a média nacional por faixas salariais, de acordo com o IBGE (2010), percebe-se que: até um salário mínimo encontram-se 56,35% dos brasileiros e apenas 6,6% dos petistas; entre um e dois SM, encontram-se 21,89% dos brasileiros e 12,7% dos petistas; daí em diante ocorre o inverso, ou seja, entre dois e cinco SM tem-se 24,3% dos petistas e 12,35% dos brasileiros; de cinco a dez SM são 26,2% dos petistas e apenas 3,6% dos brasileiros; e finalmente, acima de dez SM, estão 25% dos petistas e somente 1,52% dos brasileiros.

H5) Expectativa semelhante ocorre em relação a variável de recurso individual de tempo livre, que para a teoria do voluntarismo cívico é uma dimensão importante para explicar a participação, entretanto, face às mudanças estruturais e das facilidades de acesso às informações, os partidos políticos não representam mais uma opção de ocupação para os indivíduos que dispõem de mais tempo livre, de modo que espera-se que essa variável não seja significativa na explicação da IP dos petistas;

H6) Com relação ao sexo há que se considerar uma assimetria importante nos níveis de oportunidades de participação política em geral, e, embora o PT adote regras internas para ampliar a presença feminina na política, avalia-se que ainda persistam diferenças estruturais e simbólicas, portanto, ser homem deve representar uma probabilidade de maior IP no partido;

H7) O sentimento de eficácia política subjetiva é uma das dimensões da cultura cívica que considera a percepção por parte dos indivíduos de que a sua participação pode contribuir nas decisões políticas (ALMOND & VERBA, 1989 [1963]), foi utilizada na análise de Whiteley e Seyd (2002) como variável controle, inclusive apresentando significância em todos os modelos testados. Nossa hipótese é de que esta variável também tem influência positiva na relação com a intensidade de participação dos petistas, independente da geração de petistas, pois, quanto mais os filiados se reconhecem através do sentimento da importância de sua participação nas decisões políticas maior a intensidade do seu engajamento;

H8) Quanto às variáveis de recrutamento, que sintetizam a dimensão das habilidades cívicas adquiridas anteriormente à filiação partidária, espera-se que a socialização prévia em movimentos (sindical, sociais, associações e igrejas) e o recrutamento por razões ideológicas (“sempre gostei das ideias do PT”) constituam-se em variáveis que têm efeito positivo para a IP, pois elas representam motivos legítimos no discurso de “encantamento” (GAXIE, 2005), enquanto que a variável de recrutamento afetivo (rede de relacionamento social como família, amigos e contato social), por não se manteve significativa para explicar a IP;

H9) Finalmente, a dimensão de incentivos por retribuições deve-se constituir nas variáveis independentes mais importantes como preditoras da IP. Dentre essas variáveis de retribuição, a ideológica (motivados pelo altruísmo ou defesa de causas justas como ajudar a construir a igualdade social e promover mais justiça social) e a simbólica (que traduz a satisfação pelas práticas de ações consideradas justas:

ajudar o PT ganhar eleições; ajudar derrotar os adversários; ser ativista; ajudar na direção do partido; e, ter influência no partido), devem apresentar-se com influências positivas para explicar a participação de alta intensidade, seguidas pela variável de retribuição por incentivos de benefícios coletivos (liderança de Lula, desempenho da Presidente Dilma e novas políticas implantadas pelo governo federal), que também deve ser uma motivação com efeito positivo em relação à IP dos petistas.

Enfim, diferentes gerações, socializadas em distintos contextos históricos ou socioeconômicos, encontraram no projeto político e no estilo de funcionamento do PT incentivos simbólicos ou materiais potenciais diversos para realizar suas expectativas de acordo com o ciclo de vida militante em que estão inseridos. Tais hipóteses serão retomadas em seguida quando será apresentada a operacionalização dessas variáveis para compreender a análise posterior.

5.2 ANÁLISE DOS DETERMINANTES DA IP

Depois de apresentar os principais resultados quantitativos de forma descritiva, no capítulo anterior, buscar-se-á na presente seção verificar os determinantes da participação de alta intensidade entre os filiados do PT no Brasil.

Em prol de uma análise mais aprofundada dos resultados expostos pela etapa anterior e por se tratar de um problema de pesquisa que procura verificar o efeito explicativo e a relação de causalidade entre diversas variáveis, o modelo escolhido é a regressão linear múltipla, que estabelecerá a relação matemática para determinar o comportamento da variável dependente, que é um índice de intensidade de participação dos petistas (em escala de 6 pontos), em função do impacto do comportamento de um conjunto de variáveis independentes ou explicativas, descritas anteriormente, quais sejam: variáveis de recursos individuais (tempo de filiação, idade, sexo, escolaridade, renda, tempo livre e eficácia política subjetiva), variáveis de recrutamento (ideológico, através de movimentos sociais e afetivo) e variáveis de retribuições (ideológica, benefícios simbólicos e incentivos por benefícios coletivos).

Nesse sentido, o objetivo é determinar o efeito desse grupo de variáveis sobre a IP dos petistas, ou seja, por meio da regressão é possível verificar a força da relação entre a variável dependente e as independentes (MARÔCO, 2011).

Considerando a natureza do problema desta tese e das hipóteses de trabalho, construir-se-ão testes empíricos em três etapas:

- Primeiramente um modelo simples, tomando a intensidade da participação como variável dependente e as variáveis de *tempo de filiação* e de *faixa de idade* como variáveis independentes. A variável faixa de idade foi operacionalizada de duas formas distintas, conforme já mencionado anteriormente, que resultou em dois modelos (cada um utilizando uma forma de operacionalização de faixa de idade). Além dessas variáveis, incluímos escolaridade e sexo como controles;
- Um segundo teste foi desenvolvido a partir da construção de *termos interativos* entre as variáveis de tempo de filiação e faixa de idade⁴⁸, o que resultou em seis perfis de filiados, utilizados como variáveis independentes em cada um dos modelos de regressão, cada um deles utilizando uma interação entre idade e tempo de filiação como independente;
- Por fim, foram incluídas as demais variáveis de *recursos individuais* (renda, tempo livre e eficácia política subjetiva), *tipo de recrutamento* (afetivo, através de movimentos sociais e ideológico) e *tipo de retribuições* (ideológicas, simbólicas e incentivos por benefícios coletivos). Nesses modelos completos, inclui-se também os perfis do termo interativo entre idade e tempo de filiação que se mostraram estatisticamente significativas nos testes acima, chegando a seis modelos com diferentes combinações entre as dimensões de idade e tempo de filiação.

a) *Intensidade da participação, tempo de filiação e idade*

⁴⁸ Considerando que neste segundo teste foi utilizamos apenas modalidade de faixa etária 2 (com três faixas de idade) pois trata-se em primeiro lugar da modalidade que melhor se adequa a distribuição de velhos e novos filiados (com quatro faixas etárias praticamente não há velhos filiados de baixa idade); em segundo lugar o uso de apenas três faixas etárias torna o termo interativo menos disperso, ou seja, dá maior consistência para cada um dos perfis resultantes; em terceiro lugar, essa distribuição etária em três faixa de idade estabelece uma conexão mais coerente com as fases de mudanças ocorridas na trajetória do PT, portanto, de acordo com Mannheim (1928), resultando numa distribuição geracional melhor localizada no contexto socioeconômicos e nas conexões culturais; e finalmente, como poderá ser observado posteriormente, no teste estatístico comparativo entre os dois modelos de idade, a diferença dos valores de Beta e de R Ajustado é muito pequena, ou seja, a escolha por um dos modelos para futuros testes não acarreta em prejuízo no resultado final.

Iniciando pelo primeiro teste de regressão, buscou-se identificar a capacidade preditora das duas variáveis mais importantes apresentadas na hipótese principal e sua relação com a variável dependente, controladas pelas variáveis sexo e escolaridade⁴⁹. O teste foi operacionalizado através de dois modelos que se diferenciam entre si pela forma como a variável idade dos filiados foi operacionalizada.

No modelo 1 utilizou-se a variável de idade dividida em quatro faixas etárias e no modelo 2 utilizou-se a variável de idade dividida em três faixas etárias (conforme apresentado anteriormente na operacionalização).

A expectativa é que os indivíduos com maior tempo de filiação tenham maior intensidade de participação, enquanto que em relação à idade a expectativa é que tenha um efeito contrário, ou seja, quanto maior a faixa etária dos filiados, menor a IP. Na apresentação da tabela abaixo e nos demais testes de regressão serão utilizados apenas o coeficiente Beta, pois os valores já encontram-se padronizados.

Tabela 12 - Efeitos do tempo de filiação e faixas de idade 1 e 2 sobre a IP

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2
Constante	2,948***	2,885***
Sexo	,101*	,102*
Escolaridade	,068	,065
Tempo Filiação	,204***	,198***
Faixa etária 1	-,133*	
Faixa etária 2		-,113*

Onde:

* Sig < 0,050 > 0,001

** Sig < 0,001 > 0,000

*** Sig = 0,000

R Ajustado: Modelo 1= 0,047 e Modelo 2=0,042

Fonte: *Survey* construído pelo autor (2014).

Iniciando a interpretação da tabela 12, verifica-se que *escolaridade* não se apresenta como estatisticamente significativa devido

⁴⁹ A variável de sexo é bastante utilizada como variável de controle nos testes estatísticos sobre participação política, porém, a escolaridade geralmente aparece como atributo explicativo importante. Neste caso, optou-se por utilizar escolaridade como controle tanto por verificar que havia certa homogeneidade desse atributo entre os filiados, quanto por constatar que tal variável não apresentou correlação positiva em testes preliminares com diagrama de dispersão.

a distribuição relativamente homogênea desta característica entre os petistas. Por outro lado, ser do sexo masculino é indicativo de maior intensidade de participação, o que confirma a persistência da desigualdade política de gênero em relação à IP dos petistas.

Os resultados acima corroboram também com a hipótese de que o *tempo de filiação* é uma variável preditora importante para a IP, ou seja, quanto mais tempo de filiação maior a intensidade de participação. Isso significa que os filiados, ao longo das suas trajetórias militantes, acumulam experiência política e fortalecem a identidade com o partido, intensificando os laços de engajamento partidário.

Da mesma forma, a variável de *idade* também importa para a IP, porém, com sentido negativo, indicando que na medida em que aumenta a idade diminui a IP dos filiados em ambos os modelos, ou seja, essa tendência se comporta de maneira homogênea, independente da distribuição das faixas etárias. A diferença tanto nos valores de Beta, quanto de R Ajustado é muito pequena entre um modelo e outro de idade, indicando que a escolha por um dos modelos para futuros testes não acarreta em prejuízo no resultado final.

b) *Termo Interativo entre tempo de filiação e idade*

Para avançar na compreensão dos determinantes da IP, considerando a natureza de nosso problema que pretende articular a dimensão geracional com a trajetória militante, buscou-se construir diferentes perfis de petistas a partir de um *termo interativo* entre o tempo de filiação (velhos e novos filiados) e o modelo de idade 2 (três faixas etárias: baixa idade até 34 anos; média idade de 35 até 49 anos; e alta idade acima de 50 anos), que resultou em seis perfis de filiados: *novos filiados de baixa idade; novos filiados de média idade; novos filiados de alta idade; velhos filiados de baixa idade; velhos filiados de média idade; e velhos filiados de alta idade.*

Consequentemente, para a tabela 13 foram construídos seis modelos, um para cada perfil de filiados, testando individualmente o efeito de cada um dos termos interativos sobre a intensidade da participação, novamente controlados pelas variáveis de sexo e escolaridade.

De acordo com as hipóteses apresentadas, espera-se que o efeito negativo da idade não seja linear entre velhos e novos filiados, mas que assim se mantenha apenas entre os novos. A expectativa é de que, por um lado, entre os velhos filiados na interação com a idade, a relação com a IP seja positiva e crescente, devendo os velhos filiados de alta idade ter maior intensidade de participação; por outro lado, os novos filiados de

alta idade devem representar o perfil com maior efeito negativo sobre a IP.

Tabela 13 - Determinantes da participação de alta intensidade utilizando termos interativos entre idade e tempo de filiação

Variáveis	Mod1	Mod2	Mod3	Mod4	Mod5	Mod6
Constante	2,672***	2,773***	2,802***	2,711***	2,629***	2,648***
Sexo	,322*	,342*	,309*	,320*	,316*	,329*
Escolaridade	,191	,189	,195	,185	,205	,174
Novosfiliadosbaixaidade	,142	-	-	-	-	-
Novosfiliados_mediaidade	-	-,401*	-	-	-	-
Novosfiliados_altaidade	-	-	-,664***	-	-	-
Velhosfiliados_baixaidade	-	-	-	,353	-	-
Velhosfiliados_mediaidade	-	-	-	-	,262	-
Velhosfiliados_altaidade	-	-	-	-	-	,398*

Onde:

* Sig < 0,050 > 0,001

** Sig < 0,001 > 0,000

*** Sig = 0,000

Fonte: *Survey* construído pelo autor (2014).

Na tabela 13, cada modelo mensura o efeito de uma das interações entre faixa de idade e tempo de filiação, controladas por sexo e escolaridade. Ali, verifica-se em primeiro lugar que, independente do modelo, os efeitos das *variáveis de controle* se mantêm idênticos aos testes anteriores, o que significa que apesar da interação entre tempo de filiação e idade, a escolaridade continua não sendo explicativa da IP e que a condição masculina é um indicativo de maior intensidade da participação dos filiados.

Os resultados da tabela 13 ainda indicam que os *velhos filiados* localizados na faixa mais *alta de idade* apresentam influência positiva e estatisticamente significativa sobre a IP, enquanto que os *novos filiados* mantêm-se com sentido negativo e estatisticamente significativo nos perfis de *média e alta idade*. Tais resultados podem sinalizar para que os novos filiados de média e alta idade tenham trajetórias e vínculos com o partido que não passam pelo envolvimento político de maior intensidade. Isto está relacionado com a própria estratégia do partido na fase atual, analisada por Amaral (2013), que privilegia uma maior inclusividade do ponto de vista do perfil socioeconômico e consequentemente de menor intensidade de participação.

Os resultados dos testes apresentados na tabela 13 confirmam as expectativas de que o aumento da idade não representa efeito negativo linear sobre todos os grupos de petistas e corrobora com a hipótese de que os novos filiados de alta idade são os que têm menor IP. Da mesma forma, com relação aos velhos filiados, o fato de que os efeitos estatisticamente significativos tenham sido encontrados apenas no perfil de maior idade, indicam que a trajetória militante desses filiados pode ter permitido a combinação de recursos individuais como o acúmulo de experiência política, o domínio da linguagem interna e assim ter criado maiores oportunidades de retribuições, tanto simbólicas quanto materiais, o que faz com esses filiados sejam engajados de forma mais intensa no partido.

Tais apontamentos são apenas indicativos, pois com as variáveis mobilizadas acima ainda não dispõe-se de elementos para verificar os efeitos da socialização ou das retribuições no âmbito do engajamento militante.

c) Testes com modelos completos

Aqueles efeitos serão verificado a seguir, nesta terceira etapa da análise, em que foram realizados seis testes de regressão linear incluindo o conjunto das variáveis independentes selecionadas: sexo e escolaridade como variáveis de controle juntamente com as demais variáveis de recursos individuais de renda, tempo livre e eficácia política subjetiva; tipos de recrutamento para o partido (afetivo; por meio de movimentos sociais; ou ideológico); e retribuições da filiação (incentivos por benefícios coletivos, simbólicas ou ideológicas).

No modelo 1 utiliza-se como medida de tempo de filiação uma variável contínua (anos de filiado) e para a idade o mesmo critério (anos de vida); nos modelos 2 e 3 foi usado o tempo de filiação como variável dicotômica (velhos e novos filiados), enquanto que no modelo 2 é utilizada a modalidade 1 de idade (quatro faixas etárias) e no modelo 3 é utilizada a modalidade 2 de idade (três faixas etárias); nos modelos 4, 5 e 6 são testados os termos interativos de tempo de filiação e idade que apresentaram significância estatística nos testes anteriores, ou seja, no modelo 4 utiliza-se o termo interativo de novos filiados de média idade, no modelo 5 os novos filiados e alta idade e no modelo 6 os velhos filiados de alta idade.

Com isso, busca-se analisar a relação de causalidade entre as múltiplas variáveis independentes e a variável dependente, portanto, pretende-se identificar quais variáveis independentes podem ser consideradas determinantes para explicar a IP dos petistas.

Simultaneamente, busca-se verificar que tipo de influência cada variável preditora apresenta em cada um dos diferentes modelos para explicar a variável dependente da intensidade de participação dos filiados do PT no Brasil.

De modo geral não se espera que ocorram mudanças no sentido da influência das variáveis testadas anteriormente a partir da inclusão de novas variáveis independentes e, sobretudo, espera-se que se confirmem as hipóteses previstas nesta tese, quais sejam: que o perfil de velho filiado de alta idade tenha efeito positivo sobre a IP e que o perfil de novo filiado de alta idade exerça efeito negativo; que sexo tenha efeito positivo (ser homem aumenta as chances de IP); e que escolaridade, renda e tempo livre não são determinantes importantes da participação de alta intensidade. A expectativa que se coloca em relação a dimensão do recrutamento político, é que aqueles que foram recrutados para o partido através do vínculo com movimentos sociais ou da sua identificação ideológica sejam mais engajados politicamente do que aqueles que tiveram outro tipo de recrutamento (afetivo).

Contudo, espera-se que a dimensão do recrutamento afetivo não tenha efeito sobre a intensidade da participação, primeiramente porque foi a modalidade de recrutamento com menor índice de respostas, conforme verificado no capítulo anterior sobre análise descritiva do *survey* (recrutamento ideológico 47%; recrutamento através de movimentos sociais 29,7%; e recrutamento afetivo 23,3%); e, em segundo lugar, a visão normativa que constitui o *habitus* do ativismo desinteressado nos partidos operários (GAXIE, 2005) ressalta os motivos “legítimos” de engajamento militante por ideologia ou envolvimento em questões coletivas em detrimento dos motivos considerados reducionistas de envolvimento político a partir de relações pessoais ou sociais.

Por fim, em relação aos tipos de retribuições do engajamento militante, espera-se que todos sejam relevantes, embora supõe-se que as retribuições ideológicas e simbólicas apresentem efeitos mais significativos do que a retribuição de incentivos por benefícios coletivos, considerando igualmente a visão normativa que constitui o *habitus* do ativismo desinteressado.

Tabela 14 - Testes de regressão linear: modelo completo

Variáveis	Mod. 1	Mod. 2	Mod. 3	Mod. 4	Mod. 5	Mod. 6
Constante	1,834***	1,706***	1,725***	1,59**	1,641***	1,511**
Sexo	-,015	-,012	-,013	-,010	-,021	-,012

Escolaridade	,054	,063	,059	,060	,055	,062
Renda	-,005	-,009	-,004	-,013	,007	-,034
Tempo Livre	,011	,023	,024	,026	,016	,012
Eficácia Política Subjetiva	,076*	,081*	,079*	,079*	,080*	,079*
Recrutamento Afetivo	,026	,030	,032	,040	,023	,053
Recrutamento MS	,096*	,077	,075	,098*	,086*	,087*
Recrutamento Ideológico	,033	,031	,032	,031	,036	,034
Retrib. Benefícios Coletivos	,016	,030	,031	,022	,026	,011
Retrib. Simbólica	,297***	,279***	,281***	,291***	,284***	,301***
Retrib. Ideológica	,199***	,188***	,189***	,186***	,194***	,191***
Anos de filiado	,098*					
Anos de vida	-,076					
Tempo Filiação (V. e N.)		,145**	,148**			
Idade (1) quatro faixas		-,089*				
Idade (2) três faixas			-,093*			
Novos Filiados Média Idade				-,069		
Novos Filiados Alta Idade					-,139***	
Velhos Filiados Alta Idade						,117*

Onde:

* Sig $\leq 0,050 > 0,001$

** Sig $\leq 0,001 > 0,000$

*** Sig = 0,000

R Ajustado 0,72

Fonte: *Survey* construído pelo autor (2014).

Passa-se agora a analisar os resultados dos modelos apresentados na tabela 14, iniciando pela variável de *sexo*, que, com a inclusão das demais variáveis deixou de ser estatisticamente significativa, o que

indica que essa dimensão deixa de ser explicativa da intensidade da participação quando passa a ser controlada pelos demais recursos individuais dos militantes e por dimensões relacionadas ao seu recrutamento e as retribuições de seu vínculo com o partido.

Baseados nos dados disponíveis não há condições de precisar por que a dimensão de sexo não foi explicativa da IP entre os petistas. Pode-se apenas apontar algumas hipóteses, como, por exemplo, a de que o crescimento do percentual de mulheres novas filiadas foi maior do que dos homens, ou seja, do total das mulheres no PT atualmente, 79,1% se filiaram depois de 2002⁵⁰. Há que se considerar também que o momento na coleta da pesquisa empírica (2013/14) coincide com o final do primeiro mandato e reeleição da Presidente Dilma, primeira mulher a assumir o principal cargo político do País. Este contexto pode ter influenciado positivamente a IP das mulheres, quando inseridas as variáveis de recrutamento e retribuições.

Em relação a variável de *escolaridade* há um comportamento constante em todos os testes anteriores que se mantém nos diferentes modelos na tabela 14, confirmando a hipótese de que essa dimensão não é explicativa da IP entre os petistas. Da mesma maneira, as demais variáveis que mensuram os recursos individuais de *renda* e *tempo livre* não apresentaram efeitos estatisticamente significativos em nenhum dos modelos.

O sentimento de *eficácia política subjetiva* confirmou as expectativas e apresentou efeito positivo em todos os modelos testados, a exemplo do estudo de Whiteley e Seyd (2002), indicando que a motivação dos filiados influencia na intensidade de participação.

Em relação aos três tipos de recrutamento as expectativas foram confirmadas parcialmente, na medida em que o recrutamento através do engajamento prévio em *movimentos sociais* teve efeitos positivos em praticamente todos os modelos, exceto os modelos 2 e 3. Os valores verificados no recrutamento *afetivo* confirmaram as expectativas de que essa variável não seria importante na explicação da IP. No entanto, os

⁵⁰ Na análise descritiva encontra-se que o crescimento tanto numérico quanto percentual de mulheres novas filiadas é maior que os homens. Em termos numéricos o total de mulheres filiadas ao PT no país passou de 163.258 (2002) para 581.521 mulheres filiadas (2014), ou seja, um aumento de 418.263 mulheres novas filiadas, o que significa um crescimento de 256%, enquanto que de homens, no mesmo período, aumentou de 250.699 para 660.315 filiados, ou seja, um crescimento de 409.616 filiados que corresponde a um percentual de 163,39% (PT, 2014).

resultados em relação à variável de recrutamento *ideológico* refutaram a hipótese que considerava esta dimensão importante na explicação da variável dependente, indicando que, das variáveis de recrutamento somente a experiência prática de engajamento prévio em movimentos sociais é significativa para a participação de alta intensidade dos filiados do PT. Supunha-se que os filiados com alta IP utilizassem dos motivos considerados legítimos, acumulados ao longo da sua trajetória e experiência política, para responder que ambas as dimensões tivessem importância no recrutamento, mas isso não se confirmou.

Os resultados dos testes de regressão também comprovaram parcialmente as expectativas quanto aos efeitos das retribuições para o engajamento militante. Inicialmente confirmou-se que as variáveis de *retribuição ideológica* e *retribuição simbólica* são as mais fortes preditores de IP dentre as variáveis independentes. No entanto, da variável de *retribuição de incentivos por benefícios coletivos* também esperava-se algum tipo de efeito, o que não se confirmou.

Em relação à dimensão do *tempo de filiação*, que é uma das variáveis fundamentais para explicar a hipótese principal desta tese, os resultados confirmam as expectativas, pois essa variável apresenta significância estatística nos três primeiros modelos, nos quais é testada individualmente, sem o termo interativo com a idade. No modelo 1, onde o tempo de filiação foi considerado a partir do número de anos de filiado, portanto, sem separar as gerações de petistas, essa dimensão apresentou efeitos positivos e estatisticamente significativos demonstrando que tempo de filiação importa para a IP. Da mesma forma, quando nos modelos 2 e 3 utilizou-se a variável de forma dicotômica (novos filiados versus velhos filiados) os efeitos positivos sobre a IP mantiveram-se constantes. Isso significa que o tempo de filiação é importante para a intensidade da participação de todos os filiados, porém, mais importante ainda para os velhos filiados, independente da faixa etária.

A *idade* constitui-se na outra variável chave da hipótese principal, porém, com expectativa diferente do tempo filiação. Da dimensão de idade espera-se efeitos negativos sobre a IP, ou seja, na medida em que aumenta a idade deve diminuir a intensidade de participação dos petistas. Entretanto, conforme já exposto anteriormente, a expectativa é de que essa relação não seja linear. Nos testes realizados, quando a idade foi analisada individualmente (nos modelos 1, 2 e 3) seu efeito foi sempre negativo. No modelo 1 a idade foi operacionalizada como uma variável contínua de anos de vida e o resultado não apresentou ser estatisticamente significativo para esta variável. Nos modelos 2 e 3,

quando foram criadas duas medidas distintas de faixa etária (modelo 2 com quatro faixas de idade e modelo 3 com três faixas etárias), ambos apresentam significância estatística com efeitos negativos da variável idade em relação à IP, o que confirma a parcialmente as expectativas teóricas.

Finalmente, passa-se aos efeitos dos perfis resultantes do *termo interativo* entre tempo de filiação e idade, que apresentaram significância estatística nos testes anteriores e passaram a compor os modelos 4, 5 e 6 da tabela 14. Os resultados confirmaram as expectativas e reafirmam os testes anteriores, indicando que desses perfis os melhores preditores da IP são os novos filiados de alta idade (com efeitos negativos sobre a IP) e os velhos filiados de alta idade (com efeito positivo). O perfil de novos filiados de média idade deixou de ser estatisticamente significativo no modelo completo.

Os resultados indicam que a idade importa, em sentido negativo, para a IP, mas que a interação de idade e tempo de filiação, para os velhos filiados, agrega experiência política e passa a ser um fator positivo para a intensidade de participação, enquanto que para os novos filiados, o aumento da idade representa a diminuição da IP.

Portanto, conclui-se que a interação entre tempo de filiação e a idade são determinantes para explicar a variação da intensidade de participação, pois, isoladamente nenhuma das variáveis consegue prever o comportamento da IP. Com isso, entende-se que a combinação de alta idade com maior tempo de filiação se reforçam mutuamente, resultando num acúmulo de experiência na militância partidária ao longo da trajetória do partido. O engajamento prévio em movimentos sociais e/ou simultâneo com a militância partidária cria as condições para reforçar os laços de identidade do filiado com o petismo e aumentar as possibilidades de retribuições simbólicas e materiais, conseqüentemente, com o passar do tempo (de filiação e de idade) a IP vai aumentando.

Contudo, no outro extremo ocorre o inverso, ou seja, entre os filiados com alta idade e pouco tempo de filiação (novos filiados), a socialização em organizações com valores distintos do petismo, ou a ausência dela, se reflete na fragilidade dos laços de identidade com o PT e representam baixa intensidade de participação.

5.3 CONSIDERAÇÕES

Esse conjunto de testes estatísticos confirmou parcialmente as hipóteses apresentadas mas principalmente a capacidade explicativa das

duas dimensões de tempo (idade e tempo de filiação) em relação a variável dependente, desde o primeiro modelo (controlados pelo sexo e escolaridade) em que o tempo de filiação apresenta influência positiva e a idade apresentou influência negativa em relação à IP. Aprofundando essa análise, construiu-se o termo interativo (tabela 13) onde ficou evidenciado que o efeito negativo da idade não era linear e sobretudo se confirmou a mesma tendência nos modelos 4 e 6 da tabela 14 onde o perfil de velhos filiados de alta idade apresentou efeito positivo e o perfil de novos filiados de alta idade demonstrou influência negativa em relação à IP dos petistas.

Segundo os modelos da última tabela, a intensidade de participação é influenciada pelas variáveis de eficácia política subjetiva, socialização em movimentos sociais, retribuições simbólicas e materiais e pela idade e tempo de filiação, tanto analisadas de maneira independente, mas especialmente quando relacionadas no termo interativo, que explica que o efeito negativo da idade não é linear sobre a IP, mas relacionado diretamente com o pouco tempo de filiação. Assim, considera-se importante sintetizar como cada variável independente testada se comportou em relação à variável dependente em diálogo com as hipóteses e com a literatura.

Ainda que a variável de sexo inicialmente tenha apresentado efeitos positivos em relação a IP (quando testados em conjunto apenas com as variáveis de idade e tempo de filiação em separado e nos testes com o termo interativo), perdeu significância no modelo completo. As demais variáveis individuais de escolaridade, renda e tempo livre tiveram efeitos inexpressivos em relação a IP, o que podem ser explicados por duas razões: por um lado estão os questionamentos à teoria da centralidade como determinantes à participação política contrapondo-a aos laços de solidariedade e identidade (PIZZORNO, KAPLAN & CASTELLS, 1975; PIZZORNO, 1988) e por outro lado, o próprio perfil socioeconômico dos filiados do PT, cuja distribuição é relativamente homogênea, como por exemplo, 83,7% dos entrevistados tendo nível superior.

O sentimento de eficácia política subjetiva se mostrou uma variável preditora importante da intensidade de participação (ALMOND & VERBA, 1989 [1963]), mesmo diante do contexto de transformações do petismo e no mesmo sentido que foi considerado por Whiteley e Seyd (2002) como uma variável com efeitos positivos em todos os modelos testados por eles. Essa variável pode ser reforçada na relação com outras variáveis independentes, na medida em que o sentimento de importância da participação individual nas decisões políticas reforça a motivação

para a participação e isso pode-se considerar também como um tipo de retribuição simbólica da participação (GAXIE, 2005).

Os resultados sobre os tipos de recrutamento confirmaram a hipótese de efeito positivo da socialização através da militância prévia em movimentos sociais e da ausência de significância da variável de recrutamento afetivo, porém, refutou a hipótese de importância da variável de recrutamento ideológico como preditora da IP.

Sobre as formas de recrutamento se destaca como preditora de IP apenas o engajamento prévio em movimentos sociais, primeiramente pela origem do PT liderado por dirigentes de distintos movimentos sociais da época, dentre eles os sindicatos, CEBs e intelectuais de esquerda (MENEGUELLO, 1989; GADOTTI & PEREIRA, 1989; KECK, 1991; CESAR, 2002). Em segundo lugar pela trajetória do próprio PT e o envolvimento de seus militantes (especialmente os velhos filiados) num contexto diferente de atuação daqueles movimentos no decorrer dos anos 1990 (CUT, MST, CMP, etc). De acordo com a abordagem da sociologia do militantismo, o ativismo vai se diferenciando ao longo do tempo de acordo com a oferta para a ação militante, que pode vir de partidos políticos, sindicatos ou associações, de forma individual ou combinada, ou seja, proporciona as condições para um ativismo multimilitante (GAXIE, 2005). Dessa forma, as carreiras militantes passam a ser vistas como resultantes de um processo dialético entre a história individual, as instituições e os contextos, numa sucessão de fases e de múltiplos engajamentos ao longo de um ciclo de vida (FILLIEULE, 2001; FILLIEULE & PUDAL, 2010).

Em relação ao recrutamento afetivo esperava-se que não apresentasse efeito explicativo em função do *habitus* do campo interno dos partidos de origem operária nos quais se consideram como motivos “legítimos” a ideologia e o envolvimento em questões coletivas, em detrimento das relações pessoais ou sociais (GAXIE, 2005), o que se confirmou nos testes. Nesse mesmo sentido esperava-se que o recrutamento ideológico demonstrasse efeito positivo sobre a IP, no entanto, essa hipótese não se confirmou.

Os testes também confirmaram apenas parcialmente a hipótese sobre as variáveis de incentivos, pois, as retribuições simbólicas e materiais se apresentaram como fortes preditoras enquanto que o incentivo por benefícios coletivos não apresentou significância frustrando as expectativas iniciais. A dimensão de incentivos ou retribuições foi considerada importante para explicar a IP porque está no centro da análise de Whiteley e Seyd (2002) e também na origem da sociologia do militantismo (GAXIE, 1977; 2005). Ambas pressupõem

que os indivíduos se mobilizam para um engajamento mais intenso de acordo com os “incentivos gerais” (WHITELEY & SEYD, 2002) ou conforme as retribuições simbólicas (e ideológicas) e/ou materiais (GAXIE, 1977; 2005). Esses autores dialogam com a teoria da escolha racional, mais precisamente com a “lógica da ação coletiva” (OLSON, 1999 [1965]). Porém, é importante ressaltar que na sociologia do militantismo chama a atenção para a força dos incentivos simbólicos, especialmente entre os militantes mais experientes que controlam a linguagem própria do meio, que se constitui no *habitus* do ativismo desinteressado, ressaltando os motivos legítimos, que se traduzem num discurso do “encantamento” (GAXIE, 2005).

Diante das transformações em relação à trajetória do PT e da ampliação das estruturas de oportunidades, esperava-se que todos os tipos de retribuições apresentassem efeitos sobre a IP, inclusive os incentivos por benefícios coletivos, que na análise descritiva apresentou percentuais significativos (redução da pobreza 90,6%; ampliação dos gastos com saúde 95,8%; ampliação dos direitos trabalhistas 86,5%), no entanto, essa hipótese não se confirmou, o que aponta indícios de que os filiados já não demonstram-se fortemente motivados pelos resultados das políticas públicas do governo do PT.

Outrossim, cabe salientar que as duas medidas de tempo (idade e tempo de filiação) constituem-se nas dimensões com maior capacidade explicativa sobre o comportamento da intensidade de participação. A idade, quando testada em diferentes modelos e de forma isolada, apresentou influência negativa, da mesma forma que o tempo de filiação demonstrou influência positiva em todos os modelos, confirmando a hipótese inicial. No entanto, igualmente corroborando com as expectativas, esse comportamento não foi linear, pois quando se construiu o termo interativo entre essas duas dimensões percebeu-se que o aumento da idade passou a ter efeito negativo apenas para os novos filiados e, contrariamente, apresentou efeitos positivos para os velhos filiados.

Daí se depreende a importância do conceito de geração em Mannheim (1928) reforçado por Okado e E. Ribeiro (2014), de que o recorte geracional não pode ter simplesmente um critério cronológico ou biológico de idade, mas precisa estar contextualizado no tempo e espaço (historicamente) e ser analisado sociologicamente observando os contextos socioeconômicos e as conexões culturais próprias, que constituem um mesmo sentido de vida para grupos específicos.

Nesse sentido, filiados de alta idade têm influências opostas em relação à intensidade de participação, quando interage com o tempo de

filiação (novos filiados de alta idade com efeito negativo sobre a IP e velhos filiados de alta idade com efeito positivo) e essa diferença vai se reduzindo em outros perfis geracionais.

Portanto, idade apresenta, em geral, influência negativa em relação à IP, contudo, esse efeito não é linear, conforme demonstrado no termo interativo, verificado na tabela 13 e a mesma tendência se confirmou nos modelos 4, 5 e 6 da tabela 14, onde se mantém a polarização entre velhos e novos filiados de alta idade.

Em todos os testes a variável de tempo de filiação apresenta influência positiva sobre a IP, o que corrobora com a expectativa de que a participação partidária de alta intensidade seja produto da trajetória militante, que representa o acúmulo de experiência e a conversão em IP, dos recursos individuais e habilidades cívicas adquiridas com a socialização (VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 1995), que ao longo do tempo de filiação se somam às retribuições simbólicas e materiais (GAXIE, 2005) proporcionadas pela estrutura de oportunidades políticas disponíveis no partido em diferentes contextos (TILLY, 1992). Esse tipo de trajetória militante permite acumular experiência política e dominar a linguagem própria do meio (*habitus* do campo partidário), que consequentemente se transforma em novas oportunidades de retribuições se reforçam cada vez mais os laços de identidade com trajetória do partido (PIZZORNO, 1988).

Assim, entende-se que a principal contribuição desta tese está na importância das duas variáveis de tempo (de idade e de filiação) enquanto dimensões de mediação diacrônica das outras variáveis, numa relação dialética entre os ciclos de vida e as fases de trajetória militante (BECKER, 1963; FILLIEULE, 2001; AGRIKOLIANSKI, 2002).

Do ponto de vista teórico buscou-se aqui não contrapor teorias, mas combinar distintos pontos de vistas através de análise estatística e demonstrar que há complementação entre elas, especialmente no que se refere ao estudo da participação de alta intensidade (WHITELEY & SEYD, 2002) e a sociologia do militantismo (GAXIE, 1977; 2005; FILLIEULE, 2001; 2005; FILLIEULE & PUDAL, 2010; PUDAL, 2011), as quais têm sido pouco relacionadas em estudos sobre participação no Brasil. Assim, buscar-se-á complementar essa etapa da tese com análise das entrevistas e nelas buscar encontrar pontos de diálogo com as conclusões provisórias aqui apontadas.

CAPÍTULO 6 - TRAJETÓRIAS E VISÕES DOS MILITANTES SOBRE O PT

O presente capítulo busca analisar os resultados das entrevistas sobre a trajetória militante dos filiados históricos, dos filiados afastados, dos novos filiados e dos desfiliaados do PT, tomando como referência a sociologia do militantismo. Para tanto, optou-se por utilizar técnicas de análise de discurso e estruturou-se o texto em três partes: os efeitos dos recursos individuais e das formas de socialização sobre os diferentes perfis dos entrevistados; as diferenças de trajetórias individuais e o papel das retribuições na composição de cada tipo de militante; e, finalmente, a relação entre a identificação partidária e a intensidade da participação dos entrevistados.

Conforme apresentado no capítulo sobre metodologia, as entrevistas foram realizadas posteriormente à pesquisa quantitativa com o intuito de aprofundar complementarmente as dimensões observadas no *survey*, através da técnica de análise do discurso dos filiados entrevistados. Além disso, inclui-se outra fase do ciclo de vida dos militantes que não estava presente na abordagem quantitativa: a desfiliação.

A seleção dos entrevistados levou em consideração os seguintes critérios: tempo e condição de engajamento (filiado histórico com participação de alta intensidade; filiado afastado da militância com baixa intensidade de participação partidária; *novos filiados*, independentemente da idade e intensidade de participação; e *desfiliaados* do PT); quatro macrorregiões do país (sul, sudeste, nordeste e norte/centro-oeste⁵¹); e sexo (um homem e uma mulher para cada uma das características anteriores)⁵².

Portanto, foram 32 entrevistas semiestruturadas, com oito pessoas de cada um dos grupos e duração média de noventa minutos cada, gravadas de diferentes formas: pessoalmente; de forma virtual via *Skype*; ou a distância por telefone, cujo roteiro que guiou as entrevistas encontra-se disponível no apêndice 4.

O quadro a seguir apresenta o perfil dos quatro tipos de militantes entrevistados:

⁵¹ Mantendo os mesmos critérios anteriormente aplicados na pesquisa quantitativa em que foram unidas as regiões norte e centro-oeste pela baixa representação, cuja soma de ambas se aproxima do percentual das demais individualmente.

⁵² Vide Figura 1.

Quadro 13 - Características dos entrevistados por grupo de militantes

(H) <i>Filiados históricos</i> ou velhos filiados (anterior 2002) com alto nível de engajamento partidário; portanto com participação de alta intensidade no PT;	(A) Velhos filiados (anterior 2002), porém, afastado do engajamento partidário e, assim, com participação de baixa intensidade no PT;
(N) Novo filiado (posterior a 2002), independentemente de idade e da intensidade de participação;	(D) Desfiliado do PT;

Fonte: quadro elaborado pelo autor

A presente seção baseia-se nas técnicas de análise de discurso que observa a linguagem dos entrevistados, o contexto estrutural em que estão inseridos e o conjunto das relações sociais envolvidas (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1992; LAKATOS & MARCONI, 1993; MINAYO, 2014). O conteúdo da análise foi dividido em três tópicos: recursos individuais e formas de socialização; trajetórias individuais e o papel das retribuições; identificação partidária e intensidade da participação.

Com a análise desses aspectos, pretende-se descrever as características gerais dos entrevistados, relacionar com os resultados quantitativos e compreender como essas dimensões interagem entre si e de que forma elas explicam os diferentes níveis de engajamento partidário.

6.1 RECURSOS INDIVIDUAIS E SOCIALIZAÇÃO

A importância teórica dos recursos individuais e habilidades cívicas acumuladas no processo de socialização para o engajamento político já foi abordada anteriormente (VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 1995), assim como a sua influência na análise sobre a participação de alta intensidade (WHITELEY & SEYD, 2002). No entanto, o processo de socialização depende das estruturas de oportunidades que os partidos ou outras organizações oferecem (TILLY, 1992; GAXIE, 2005) e da forma como as diferentes dimensões da socialização reforçam a motivação e os laços de identidade e solidariedade coletiva (PIZZORNO, 1988) em cada etapa da trajetória militante e da multiplicidade de formas de engajamento (FILLIEULLE, 2001; 2005).

Inicia-se a apresentação dos recursos individuais pelas características gerais dos entrevistados no quadro seguinte:

Quadro 14 - Características gerais dos entrevistados

	Idade	Escolaridade	Profissão	Origem Social
HHS	62	Superior	Advogado	Operário mineiro
MHS	70	Superior	Professora universitária	Comerciante
HAS	61	Médio	Agricultor (MST)	Pequeno agricultor
MAS	41	Superior	Artesã	Operário
HNS	29	Superior	Administrador	Operário
MNS	23	Superior	Estudante de História	Operário
HDS	56	Técnico	Agricultor agroecologista	Agricultor
MDS	55	Médio	Comerciária	Operário mineiro
HHSE	76	Médio	Operário	Operário
MHSE	56	Técnico	Educadora	Operário
HASE	42	Superior	Jornalista	Operário metalúrgico
MASE	42	Superior	Publicitária	Operário
HNSE	18	Superior	Estudante de Sociologia	Servidor público (classe média)
MNSE	26	Superior	Assistente social	Operário
HDSE	43	Superior	Jornalista	Pequeno agricultor
MDSE	34	Superior	Jornalista	Profissional liberal
HHNE	49	Superior	Sociólogo	Operário
MHNE	57	Superior	Artesã	Fazendeiro
HANE	48	Superior_mestre	Advogado	Pequeno agricultor
MANE	42	Superior_doutora	Professora universitária	Funcionário público (portuário)
HNNE	29	Superior	Geógrafo	Funcionário público
MNNE	36	Médio	Autônoma	Operário
HDNE	65	Superior	Professor universitário	Pequeno empresário metalúrgico
MDNE	55	Superior	Advogada	Funcionário público (portuário)
HHN	71	Médio	Funcionário público	Operário
MHN	63	Médio	Comerciária	Operário
HAN	60	Superior	Funcionário público	Operário
MAN	41	Superior	Funcionária pública	Funcionário público (militar)
HNN	29	Superior	Jornalista	Professora
MNN	22	Superior	Estudante de comunicação	Autônomo
HDN	70	Superior	Professor	Agricultura
MDN	45	Superior	Professora (cargo público)	Madeireiro

Fonte: quadro elaborado pelo autor

Em relação à origem social, percebe-se que eles vêm de famílias de médio e baixo poder econômico, exceto as duas mulheres filhas de fazendeiro e madeireiro (mulher *filiada histórica* da região nordeste e mulher *desfiliada* da região norte, respectivamente). O *status* dos entrevistados, de alta e média idade, de origem social na classe média se mantém, enquanto que os de origem baixa têm uma ascensão social proporcional ao nível de escolaridade⁵³, ou seja, os filhos de operários e agricultores que tiveram acesso à universidade (advogados e professores) encontram-se numa condição de renda melhor do que aqueles filhos de famílias de classe baixa que têm apenas o nível de escolaridade média (operário, agricultor, educadora, artesã, autônoma, trabalhadora do comércio ou funcionário público de nível médio)⁵⁴. Os entrevistados de baixa idade, independentemente de origem social, têm curso universitário completo ou estão cursando, o que reflete numa estrutura de oportunidade exógena mais favorável para o seu ciclo de vida atual do que os de média e alta idade tiveram na sua época.

Os níveis de renda dos entrevistados têm uma relação direta com o recurso individual de tempo livre, porém isso se reflete de maneira diferenciada na Intensidade de Participação (IP) dos militantes de acordo com a idade, ou seja, entre os *filiados históricos* (maioria de alta idade, aposentados ou autônomos) há uma estabilidade financeira, independentemente do nível de renda baixa ou média, o que lhes proporciona maior tempo livre para participação partidária e reflete no alto nível de IP, enquanto que para os *filiados afastados* e alguns

⁵³ No entanto, há que se considerar que o nível de escolaridade não pode ser o único critério para definir o recurso cognitivo, devendo-se levar em conta a experiência pessoal e o nível de leitura de alguns militantes que eventualmente supera outros com escolaridade formal elevada, como por exemplo, HDS (homem, *desfiliado* do sul) 56 anos, técnico agrícola e agroecologista: “Eu tenho uma coisa muito gratificante por ter contato com pessoas de destaque mundial, você ter uma cliente como a doutora Maria José Guazelli, meus primeiros estudos sobre a teoria da trofobiose eu aprendi com ela (...) estou membro do Conselho Nacional da Reserva da Serra da Mata Atlântica (...) participei do evento de agroecologia na Alemanha (...) você olha, por exemplo, a história de Luther King, estou pensando naqueles que não perderam a alma, então, isso mexe comigo”.

⁵⁴ HHN (homem, *filiado histórico* da região norte) 71 anos, ensino médio, funcionário público aposentado: “Eu fui muito pobre, muito mais pobre do que agora, até estudo, eu fui ter acesso a um segundo grau, com 42 anos eu estava numa sala de aula”.

desfiliados (maioria de média idade) que não dispõem de estabilidade financeira, isso se reflete nos motivos para a desfiliação ou baixa IP:

“A questão financeira tem uma influência, se eu fosse solteiro, como há dez anos atrás eu não pensaria dessa forma, eu lembro que pagava a faculdade e tinha uma sobra significativa, tanto que não tinha problema nenhum, vinha o pessoal dos sem terras precisando de dinheiro pra comprar lona. Quanto custa? Custa trezentos reais. Fazia um cheque. Sobrava um dinheiro, vamos dividir (...) mas agora com família a gente fica inseguro, mais inseguro quando tem uma certa instabilidade” (Homem, *filiado afastado* da região sudeste; 42 anos; jornalista).

Enquanto isso, para os militantes de baixa idade, que na sua maioria ainda não têm independência financeira, os níveis de renda não influem no tempo livre, pois mesmo com baixa renda conseguem conciliar trabalho, estudo e multimilitantismo. Apesar da maioria deles não ter autonomia financeira (vivem com sua família, exceto HNS [homem, *novo filiado* do sul], HNNE [homem, *novo filiado* do nordeste] e MNNE [mulher, *nova filiada* do nordeste]), mesmo assim têm seu trabalho em tempo parcial ou integral (com exceção do HNSE [homem, *novo filiado* do sudeste], cuja família é de classe média e ele não trabalha, apenas estuda) e afirmam compatibilizar o tempo de trabalho e estudo com múltiplos engajamentos em um ou mais movimentos sociais e no partido, simultaneamente.

O que chamou a atenção foi a dimensão da escolaridade. No *survey*, com 625 entrevistados, 83% declararam possuir nível superior, enquanto que na entrevista foram 77% nesta condição⁵⁵, no entanto, metade desses está entre os *filiados históricos* que são os que têm maior nível de IP. Por outro lado, a maioria dos *filiados afastados* e alguns *desfiliados* têm os índices de escolaridade mais elevados. Portanto, pode-se afirmar que além da necessidade de sustento financeiro familiar, a capacidade cognitiva de sistematizar críticas políticas em relação à trajetória do PT pode constituir-se num motivo importante para a diminuição da IP (perfil que se aproxima dos “eleitores apartidários” – DALTON, 2013).

⁵⁵ Embora a amostra qualitativa não permita uma inferência estatística, percebe-se que os percentuais são relativamente próximos, ou seja, trata-se de um dado comparável entre si.

Até aqui apresentamos a relação dos recursos individuais dos entrevistados em relação ao perfil militante, agora passa-se a observar a importância da socialização na trajetória militante.

Percebeu-se que o tipo de militância social prévia dos entrevistados depende das relações sociais e da estrutura de oportunidades exógena ao PT, em cada ciclo de vida dos militantes, portanto, esse tipo de engajamento varia de acordo com a idade, ou seja, depende dos tipos de organizações e movimentos sociais que apresentam maior nível de mobilização em determinados momentos da conjuntura. No quadro a seguir são apresentados os tipos de influência que os entrevistados consideram determinante na sua filiação partidária.

Quadro 15 - Fatores que influenciaram a filiação no PT

	Família	Igreja	Sindicato	Mov_ Sociais	Ideologia	Lideranças	Outros partidos
HHS	-	-	Sim	-	-	-	Sim
MHS	-	Sim	Sim	-	-	-	-
HAS	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-
MAS	Sim	Sim	-	-	-	-	-
HNS	Sim	-	-	-	-	-	Sim
MNS	Sim	-	-	Sim	-	-	-
HDS	Sim	-	Sim	-	-	-	-
MDS	-	-	Sim	-	-	-	-
HHSE	-	-	-	Sim	-	-	Sim
MHSE	-	Sim	-	Sim	-	-	-
HASE	-	Sim	-	Sim	-	-	-
MASE	-	Sim	-	-	-	-	-
HNSE	Sim	-	-	Sim	-	-	-
MNSE	Sim	Sim	-	-	-	-	-
HDSE	-	Sim	-	-	-	-	-
MDSE	Sim		Sim	Sim	-	-	-
HHNE		Sim	-	-	-	-	-
MHNE	Sim	-	-	Sim	-	-	-
HANE		Sim	-	Sim	-	-	-
MANE	Sim	-	-	Sim	-	-	-
HNNE	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-
MNNE	-	-	-	-	-	-	-
HDNE	-	-	-	-	Sim	-	Sim
MDNE	-	Sim	-	-	-	-	-
HHN	-	-	-	-	Sim	Sim	-
MHN	Sim	-	Sim	-	-	-	-
HAN	-	-	Sim	-	-	-	-
MAN	Sim	-	-	Sim	Sim	Sim	-

HNN	Sim	-	-	Sim	-	-	-
MNN	-	Sim	-	Sim	-	-	-
HDN	-	Sim	-	-	-	-	-
MDN	Sim	Sim	-	-	-	-	Sim

Fonte: quadro elaborado pelo autor

Em relação aos tipos de socialização que influenciaram na filiação ao PT, inicia-se pela socialização afetiva, especialmente através dos laços familiares. A maioria dos entrevistados afirmou que suas famílias tinham algum envolvimento político de esquerda (21 dos 32 entrevistados). Dentre os 11 restantes, cinco afirmaram terem precedente familiar com envolvimento em partidos de direita ou apenas famílias conservadoras (sem envolvimento político partidário) e outros seis teriam familiares partidários tanto de direita quanto de esquerda.

Analisando essa dimensão em relação ao tempo de filiação, por um lado, entre os *filiados históricos* apenas uma ressalta a importância da família no seu recrutamento, no caso a MHNE (mulher, *filiada histórica* da região nordeste):

“Meu pai é grande amigo de (político influente no seu Estado), por sinal ele bancou financeiramente a primeira candidatura (...) em 1968, na cidade do interior (...) meu pai organizou junto com os estudantes uma passeata da escola de freiras até a prefeitura, porque ele era contra a ditadura militar, ele recebeu na fazenda, eu era criança, depois fiquei sabendo mais concretamente, ele acolheu estudantes que fugiam da perseguição da ditadura (...) em 1979 e 1980 eu ia nos movimentos e meu pai me acompanhava, sempre ele esteve muito presente, hoje ele não está mais presente” (Mulher, *filiada histórica* da região nordeste; 57 anos; artesã e promotora cultural).

No entanto, dos 15 entrevistados que afirmaram que a família foi importante para seu engajamento partidário, a maioria deles são *novos filiados* de baixa idade, e destes, apenas uma entrevistada, *nova filiada* de baixa idade, não teve os pais engajados na esquerda:

“Como eu falei no início (ninguém da minha família teve envolvimento com política e não têm hoje, eu sou a primeira) no começo foi bem tenso, minha mãe não conseguia entender, ah, porque agora eu sou do PT, não, ela não conseguia entender porque eu ficava tanto tempo fora de

casa” (Mulher, *nova filiada* da região norte; 22 anos; estudante de comunicação).

Os demais novos filiados de baixa idade tiveram familiares com envolvimento na direção partidária ou em campanhas eleitorais, como o HNNE (homem, *novo filiado* do sudeste) 18 anos, estudante de sociologia: “Desde 2002 (tinha 6 anos de idade) na campanha de Benedita da Silva, meu pai era casado com a minha mãe ainda, eles iam para a campanha e eu ia com eles, daí eu comecei a ter noção de uma campanha para governador e presidente”.

Enquanto isso, para os *filiados afastados* (maioria de média idade) que tiveram envolvimento familiar de esquerda, geralmente houve um engajamento simultâneo no PT e nos movimentos sociais:

“Eu era ainda adolescente quando meu pai foi candidato a vereador pelo PT, eu tinha acho que 15 anos, daí eu já fazia campanha e entrei para Pastoral da Juventude (PJ) já com essa cabeça de Partido dos Trabalhadores (...) com a PJ a gente foi reforçando, porque naquela época a gente tinha uma pastoral bem engajada nos movimentos sociais, uma ideia de luta social e o PT se encaixava bem nessa ideia” (Mulher, *filiada afastada* da região sul; 41 anos; artesã).

Entre os *desfiliados* apenas três consideram que o envolvimento familiar influenciou no seu recrutamento partidário e uma delas a família teve envolvimento com a direita⁵⁶.

Com isso, pode-se afirmar que a dimensão afetiva, ou os “laços interpessoais preexistentes” (FILLIEULE, 2001) são importantes para a socialização política e que a experiência familiar pode afirmar ou negar a identidade militante. Por um lado, os *novos filiados* de baixa idade e

⁵⁶ MDN (mulher, *desfiliada* da região norte) 45 anos, professora, antes de se filiar no PT teve militância no antigo PDS (ainda criança [10 anos] contribuiu com a prática do voto de cabresto com os funcionários do seu avô que era madeireiro), depois de formada, militou 20 anos no PSDB e mudou-se para a capital do seu estado em 2002, ainda militante tucana, quando em 2007 filiou-se ao PT e logo assumiu um cargo na direção petista. Daí em diante foi dirigente, ocupou cargos no executivo municipal e assessora parlamentar, até se desfiliar do PT em 2015 para fundar um novo partido e viabilizar a candidatura de seu assessorado no pleito eleitoral do ano seguinte “Pra não ficar batendo de frente a gente se desfiliou (...) para viabilizar a candidatura do companheiro (...) para prefeito.”

parte dos *filiados afastados* consideram essa dimensão como influente para seu recrutamento porque isso reforça sua identidade partidária, mas, por outro lado, entre os *filiados históricos*, cuja família não teria engajamento no PT (que ainda não existia), especialmente aqueles que tiveram familiares posicionados à direita ou conservadores, negaram tal influência, pois é contraditória com os motivos considerados legítimos na linguagem do campo partidário (GAXIE, 2005; BOURDIEU, 2009).

Em relação ao tipo de organizações em que os militantes tiveram engajamento prévio à filiação partidária, há uma concordância com os resultados do *survey* em que a maioria socializou-se em movimentos tradicionais como igrejas, sindicatos e estudantil e é praticamente unânime o envolvimento em um ou mais movimentos de forma combinada com a atuação partidária em algum momento da sua trajetória militante (TILLY, 1992; FILLIEULE, 2001; CORADINI, 2001; AGRIKOLIANSKI, 2002; GAGLIETTI, 2003; REIS, 2007; SEIDL, 2009). Esse resultado reforça o que foi constatado no *survey* sobre a importância desta dimensão para a intensidade da participação.

Percebe-se que nessa classificação entre os tipos de socialização que influenciam o engajamento político há uma separação muito tênue e complexa, pois na experiência de vida essas dimensões se complementam (PIZZORNO, 1988; FILLIEULE, 2001; GAGLIETTI, 2003).

A militância prévia na igreja apresentou-se como principal tipo de engajamento dos entrevistados, dos quais 15 responderam que essa militância influenciou a sua filiação ao PT. Em primeiro lugar, os entrevistados de alta idade (*filiados históricos* e *desfiliados*) que participaram de movimentos de igreja estiveram engajados principalmente em comunidades eclesiais de base (CEBs). Esse perfil de socialização era o esperado e reflete a estrutura de oportunidades do contexto exógeno ao PT, pois as CEBs eram um dos principais espaços de engajamento no ciclo originário do partido (MENEGUELLO, 1989; RODRIGUES, 1990; KECK, 1991; NOVAES, 1993; AMARAL, 2010). Em segundo lugar, independentemente do grupo analisado, dez deles participaram da Pastoral da Juventude (PJ) e destes apenas um tem mais de 50 anos de idade (HAS [homem, *filiados afastado* do sul]: tem 61 anos e participou da PJ e da CPT antes de se filiar ao PT). No período final dos anos 1980 em diante, a PJ ocupou um papel importante na iniciação de militantes de esquerda (CARMINATTI, 2006) e de forma alternativa ao Movimento Estudantil (ME), tanto que de dez entrevistados que responderam que este movimento teve influência na sua filiação (dentre os 15 influenciados por movimentos sociais), apenas

três coincidem com a PJ, para os demais, ou iniciaram sua militância social na PJ ou no ME. Em terceiro lugar, entre esse tipo de engajamento prévio, um dos entrevistados chama a atenção pela excepcionalidade: HNNE (homem, novo filiado do nordeste) 29 anos, geógrafo, é seguidor do espiritismo e considerou-o como motivação influente para seu engajamento partidário “minha mãe é espírita e ela nos levava para o centro espírita e foi no espiritismo que fortaleceu a base do entendimento de sociedade mais justa, de que todos são iguais”.

Por um lado, para os militantes de baixa e média idade se destaca o engajamento prévio na Pastoral da Juventude e no Movimento Estudantil, no entanto, pode-se incluir também outro tipo de motivação para o multimilitantismo, que foi a influência de determinado perfil de professores em sala de aula, tanto no ensino médio como superior, como por exemplo, MAN (mulher, *filiada afastada* do norte) 41 anos, funcionária pública:

“Quando entrei no primeiro ano do segundo grau, que era época do Fora Collor (...) tinha aulas de filosofia e tinha um professor de história (...) esse cara dava aula de história com formação marxista, só pra você ter noção eu li Caio Prado Júnior no segundo ano do segundo grau”.

Por outro lado, para os entrevistados de maior idade (cuja maioria são *filiados históricos* e *desfiliados*) o tipo de engajamento prévio mais importante para a filiação ao PT, além das CEBs, foi o movimento sindical, como é o caso do HHS (homem, *filiado histórico* da região sul) 62 anos, advogado:

“Com o movimento sindical pra mim começava nascer um instrumento de cidadania, contra exploração, contra opressão, em defesa das liberdades democráticas e de uma vida melhor, com melhores salários, com respeito às pessoas, então o movimento sindical cresce e cresce o PT também”.

Assim como também foram importantes as lutas do movimento por moradia, que se destacavam no contexto do ciclo inicial do petismo:

“Eu sou militante do movimento de moradia (...) sempre trabalhamos pela moradia desde 1987/88, eu conquistei a minha moradia através dos movimentos, nessa época quem nos ajudou muito foi a Prefeita Luiza Erundina do PT, deu muito

apoio aos movimentos populares. Foi quando iniciamos o trabalho onde eu moro por mutirão e autogestão, foi a primeira experiência de construção de casas populares por mutirão na cidade de São Paulo e no Brasil” (Mulher, *filiada histórica* da região sudeste; 56 anos; educadora popular).

Há que se ressaltar também a militância partidária anterior ao PT, que apesar de ter menor incidência dentre os entrevistados, mantém a lógica de diferenciação por idade e por estrutura de oportunidades do contexto. Dos militantes de alta idade, um dos *filiados históricos* (HHSE – homem, *filiado histórico* da região sudeste) teve experiência como militante e dirigente de base no Partido Comunista Brasileiro (PCB), e um dos *desfiliados* (HDNE – homem, *desfiliado* da região nordeste) teve engajamento no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), ambos foram presos e torturados pela ditadura em função dessa atuação e posteriormente fizeram parte da fundação do PT. Outro filiado histórico já estava eleito vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no período da fundação do PT:

“O MDB foi extinto e eu não entrei no PMDB, alguns afoitos entraram e outros ficaram e aí veio a discussão do PT. Na realidade nosso mandato de vereador foi de seis anos, de 1976 até 1983, e começou a crescer muito a discussão de defesa de um partido dos trabalhadores, do movimento sindical dos trabalhadores, a ação da teologia da libertação da igreja católica com as comunidades eclesiais de base (CEBs), dom Paulo Evaristo (...) eu estava insatisfeito com a forma do MDB, com as panelinhas, quer dizer, não era muito democrático, eu sentia que os trabalhadores, as pessoas mais simples não tinham o mesmo grau de participação, de respeitabilidade, de valorização e isso estava se dando no movimento sindical (...) enfim, meu primeiro contato com Lula já havia ocorrido em 1978” (Homem, *filiado histórico* da região sul; 62 anos; advogado).

Portanto, os entrevistados que vivenciaram o contexto anterior à fundação do PT tiveram como opção de engajamento partidário legal apenas o bipartidarismo consentido pela ditadura ou a militância em partidos e organizações clandestinas. Todavia, entre os filiados de média

e baixa idade essa estrutura de oportunidades mudou e pode-se distinguir dois tipos de militância partidária prévia ao PT: um deles, conforme o esperado, vindo de partidos cujos valores se distinguem do petismo, atraídos pelas oportunidades de carreira e retribuições materiais proporcionados pelo contexto endógeno do PT após 2002 (GOIRAND, 2014; 2016), ou seja, por colocação (GAGLIETTI, 2003), como é o caso da MDN relatado anteriormente e da trajetória de HNS (homem, *novo filiado* da região sul), 23 anos, administrador, que já havia participado da Juventude do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (JPMDB) e do Partido Republicano Brasileiro (PRB) entre 2004 e 2012, ano em que filiou-se ao PT e foi candidato a vereador. Não sendo eleito, ocupou um cargo político na prefeitura que elegeu o prefeito do PT; outro tipo de militância partidária prévia ao PT entre entrevistados de baixa idade, trata-se de um caso excepcional, no qual o HNNE (homem *novo filiado* da região nordeste), que fora filiado ao PSOL entre 2008 e 2013 e depois disso mudou-se para o PT, no período que coincide com a conclusão da sua graduação em geografia e que reflete uma combinação de influência afetiva (familiar e de amigos) com a busca por oportunidades de trabalho:

“Daí eu comecei a participar mais organicamente do PSOL, mas as bandeiras, as pautas que o PSOL defendia eu não me identificava (...). Eu sou do interior, como vou militar em um partido que não tem nenhum representante nesse meio. No caso eu teria que fundar o partido no interior, daí complica, porque eu não queria fazer de novo o trabalho que meus pais fizeram (...) vou dar continuidade àquilo que meus pais fizeram e estão ainda fazendo” (Homem, *novo filiado* da região nordeste; 29 anos; geógrafo).

Em relação à importância da dimensão ideológica para a socialização e o recrutamento, percebeu-se nas entrevistas que tem ainda menos frequência que na pesquisa quantitativa. Poucos foram os militantes que consideraram alguma matriz ideológica como influente para a sua filiação ao PT. Além disso, constatou-se formas variadas de considerar a influência ideológica, desde a Teologia da Libertação (TdL):

“Eu comecei a minha militância através da Pastoral da Juventude, quando tinha 15 anos de idade. Naquela época era toda uma discussão forte na questão da teologia da libertação, Clodovil

Boff, Frei Beto, Leonardo Boff, esse povo que influenciava a gente. Nessa época as músicas que a gente ouvia era Milton Nascimento, do Chico Buarque, do Caetano Veloso, do Gilberto Gil, esse movimento cultural na década de 1980” (Homem, *filiado histórico* da região nordeste; 49 anos; sociólogo).

Outra forma de influência ideológica se deu através da leitura de clássicos da esquerda brasileira (vide caso de MAN apresentado anteriormente) ou da esquerda mundial:

“Na faculdade, entre os estudantes e nas mobilizações, a gente vai conhecendo os posicionamentos políticos e entrei em contato com companheiros que se assumiam como marxistas, como comunistas e comecei a me interessar pela literatura marxista. Fui lendo alguma coisa, ficando abismado com outras, porque quando a gente entra em contato com o movimento comunista acha que tudo é a mesma coisa, tudo é homogêneo, mas quando comecei a constatar que havia as tendências, achei estranho, mas fui procurando compreender e fui contatado por alguns companheiros, que também faziam o curso de letras, para ingressar num grupo, de combate a ditadura, uma organização local chamada de MCI (movimento comunista internacionalista), essa organização era de orientação trotskista” (Homem, *desfiliado* da região nordeste; 70 anos; professor aposentado).

Por fim, a influência para a filiação pode vir até mesmo da admiração pela história do próprio PT e pela trajetória de seus principais líderes:

“Eu fui muito pobre, muito mais pobre do que agora, até estudo, eu fui ter acesso a um segundo grau, com 42 anos eu estava numa sala de aula, então eu tenho José Genoino como referência, o Zé Dirceu e o próprio Lula. Fui conhecendo a história desses líderes através de toda a informação que eu tinha acesso, televisão, jornais, livros, debates, eu sou assim” (Homem, *filiado histórico* da região norte; 71 anos; ensino médio, funcionário público aposentado).

Percebe-se que são os entrevistados de média e alta idade e com maior experiência política que ressaltam a dimensão ideológica como influente para o engajamento militante anterior à filiação partidária, ou seja, o ciclo de vida dos entrevistados permite o domínio da linguagem do campo interno do partido, pois consideram tais motivos legítimos naquele momento da trajetória partidária em que ocorreu o seu recrutamento (GAXIE, 2005; BOURDIEU, 2009).

Em linhas gerais, observa-se que as entrevistas corroboram com a hipótese principal de que o tempo de filiação e a idade interagem com os demais recursos, com a estrutura de oportunidades em cada ciclo da trajetória do partido e com contexto.

Com a análise das entrevistas, percebe-se que a IP tem maior relação com o processo de socialização do que com os recursos individuais, no entanto, os recursos individuais interagem com o processo de socialização, os tipos de socialização (afetiva, militância prévia em movimentos e partidos e ideologia) não são exclusivos, mas se complementam na formação dos laços de identidade com o partido (PIZZORNO, 1988).

6.2 TRAJETÓRIA MILITANTE E RETRIBUIÇÕES

Na seção anterior foram analisadas as dimensões de recursos individuais e habilidades cívicas adquiridas no processo de socialização prévia à filiação no PT e quais as motivações determinantes para a filiação no partido, que segundo Heidar (2006) implica em obrigações e direitos dos adeptos, que Duverger (1980 [1951]) define, a partir dos “círculos concêntricos”, como aqueles militantes que são adeptos ativos.

Aqui serão abordadas as dimensões que influenciam a trajetória dos militantes, ou seja, a partir das experiências prévias de socialização política buscar-se-á analisar as oscilações no nível da IP nas trajetórias militantes dentro de cada grupo de entrevistados, considerando os recursos individuais e as habilidades cívicas, as motivações e retribuições disponíveis na estrutura de oportunidades proporcionadas pelo PT e pelo contexto exógeno em que os militantes estão inseridos.

De acordo com Fillieule (2001, p. 210) “*Une analyse en termes de carrière appelle l’articulation des trajectoires individuelles aux contextes dans lesquels elles se déroulent*”. Para isso, é importante considerar, ainda que de forma panorâmica⁵⁷, as principais estruturas de

⁵⁷ Essa caracterização não tem a pretensão de sintetizar o contexto socioeconômico e político do Brasil de quase quatro décadas, mas apenas

oportunidades internas do PT, oportunidades de engajamento oferecidas pelas organizações da sociedade civil que têm atuação convergente com o petismo e oportunidades oriundas do próprio contexto, para as diferentes gerações de petistas. Tomando por referência os critérios utilizados na análise quantitativa para a construção do termo interativo (o recorte geracional com base nas três faixas etárias relacionado com os dois tempos de filiação divididos em velhos e novos filiados), construiu-se o seguinte quadro:

Quadro 16 - Estruturas de oportunidades para militância petista

Gerações de petistas	Oportunidades internas	Outras organizações	Contexto
Primeira geração de petistas, atualmente com mais de 50 anos	PT nasceu como uma novidade; Valorização da participação em NBs; Engajamento simultâneo em diferentes organizações ⁵⁸ ;	Lutas por democratização; Movimentos pelas Diretas Já (1984) Mobilizações para incluir direitos na Nova Constituição (1988);	Transformações estruturais (“mix” pré e pós-industrial - CESAR, 2002); Urbanização desordenada; Crise econômica com hiperinflação;
Segunda geração, com idade entre 35 e	PT como principal partido de oposição; Abandono dos	Mudanças no estilo de relação com as outras organizações ⁵⁹ ;	<i>Impeachment</i> de Collor de Mello (1992); Era FHC: Plano

apontar as principais características endógenas e exógenas de como os petistas veem cada uma dessas fases.

⁵⁸ Em Ferreira e Fortes (2008) encontram-se vários depoimentos que demonstram esse engajamento múltiplo entre quadros políticos históricos do PT. Djalma Bom, foi dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, participou da fundação do PT e elegeu-se deputado federal em 1982 “Eu fui tesoureiro do sindicato, eu fui tesoureiro dos presos lá no Dops, e no PT, na comissão provisória do PT eu fui tesoureiro também” (FERREIRA & FORTES, 2008, p. 95). Olívio Dutra foi presidente do sindicato dos bancários de Porto Alegre, primeiro vice-presidente nacional do PT, deputado federal Constituinte (1986), prefeito de Porto Alegre (1988) e governador do estado do Rio Grande do Sul (1998) “quando surgiu a ideia do PT, eu fazia de tudo para não misturar a minha ação como presidente do sindicato com o meu papel de integrante da comissão pró-PT” (FERREIRA & FORTES, 2008, p. 121).

⁵⁹ Com explica Irma Passoni foi religiosa, militante das CEBs, liderança do Movimento Contra a Carestia em São Paulo, eleita deputada estadual pelo MDB em 1978, fundadora do PT e eleita pelo partido para deputada federal em 1982 e 1986: “Enquanto havia a ditadura militar e uma oposição organizada, articulada

49 anos (entraram para o PT a partir de meados dos anos de 1990)	NBs; Centralização das decisões num único grupo político; Mudança na forma de eleição (PED); Mecanismos amplos de filiação; PT passa a governar importantes cidades, Estados e ampliou bancadas parlamentares;	Movimentos passam a se ocupar da sua estruturação nacional (CUT; MST; CMP; MNLM); Mobilizações contra reformas, ajuste fiscal e privatizações; Ampliação da simpatia pela Reforma Agrária nos setores urbanos;	Real (controle da inflação); Agenda de reformas, ajuste fiscal e privatizações;
Terceira geração de filiados, com até 34 anos de idade (que iniciam sua militância posterior às eleições de 2002)	PT como partido do governo federal; Institucionalização partidária; Ampliação das alianças; Profissionalização das campanhas e das estruturas partidárias; Aprofundamento da centralização e controle na distribuição de cargos e retribuições; Filiação de quadros com viabilidade eleitoral e sem identidade com o petismo;	Institucionalização dos movimentos sociais (relação pragmática com o governo; pautas reivindicatórias); Migração de lideranças dos movimentos para ocupar cargos no governo;	Lulismo: crescimento econômico com distribuição de renda e aumento da popularidade (SINGER, 2012); Reeleição Lula (2006), sucessão em 2010 (Dilma) reeleita em 2014; Episódio do “mensalão” (2005); novas mobilizações em julho de 2013; denúncias de corrupção na Petrobrás e processo de <i>impeachment</i> da Presidente Dilma;

Fonte: quadro elaborada pelo autor

A intensidade de participação não deve ser concebida como algo dado, e sim resultado de um processo de mudanças e continuidades que vêm desde as motivações iniciais para o recrutamento, resultantes da

e única, a Igreja foi o grande guarda-chuva. Na hora em que o PT nasce, ele tem que se virar. Então, militante do PT é militante do PT e militante da Igreja é outra coisa” (FERREIRA & FORTES, 2008, p. 321).

interação entre recursos individuais e socialização em determinados contextos, passando pela trajetória militante, quando os indivíduos estabelecem uma relação entre suas habilidades políticas com os incentivos ou retribuições proporcionadas pelo partido (FILLIEULE, 2001)⁶⁰.

A motivação por valores de esquerda ou ideologia é comum entre os entrevistados de média e alta idade (independente do grupo a que pertence) são motivados por acreditar nos valores de transformação social, de participação (lutas coletivas), do trabalho de base, de luta de classes, de luta por direitos em geral ou por causas específicas (moradia, saúde, mulheres, etc.). Outros ainda consideram a motivação como uma consequência da opção pelos pobres, da luta contra a miséria e as injustiças, do combate aos valores conservadores como o machismo, o racismo e o próprio consumismo.

Esse tipo de motivação leva ao multimilitantismo como uma constante em alguma fase da trajetória dos entrevistados, independente de origem social, idade, tempo de filiação ou níveis de intensidade de participação atual. As formas de engajamento são as mais diversas em distintos contextos, desde a luta sindical, greves, movimento estudantil, PJ, CEBs, organizações de bairro na luta por moradia, por saúde e por creches, no movimento de mulheres e ambientalistas, no envolvimento em mobilizações, como por exemplo, o Fora Collor em 1992. Nisso, praticamente todos os entrevistados tiveram algum envolvimento com alguma dessas ações de acordo com as características de cada ciclo da trajetória do PT e do contexto da época:

“Foi inclusive nesse encontro da Pastoral da Juventude da diocese que eu me encontrei com a Teologia da Libertação e a minha militância começou aí (...) A primeira reunião que houve para a fundação do PT na região foi na casa paroquial (1981) eu fui filiado ali e fiquei como secretário da comissão provisória municipal. Então foi o início da pastoral, logo ingresso no partido, logo começamos a organizar a juventude e através da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e a juventude começamos a organizar a oposição sindical, que foi bem sucedido, porque foi

⁶⁰ “*Cependant, dans l’immense majorité des travaux s’y référant, l’identité y est conçue comme donnée une fois pour toutes alors que celle-ci s’inscrit plutôt dans un processus de formation et de reformation continue dans le temps même de l’action*” (FILLIEULE, 2001, p. 204)

derrubado todos os ‘pelegos’” (Homem, *filiado afastado* da região sul; 61 anos; agricultor assentado do MST).

Antes de analisar o efeito da motivação por retribuições sobre a trajetória dos militantes, há que se considerar que as organizações partidárias selecionam a distribuição das retribuições para seus membros de maneira desigual (FILLIEULE, 2001; GOIRAND, 2014; 2016), de acordo com habilidades que os militantes acumularam ao longo de suas trajetórias individuais, isto é, uma espécie de “socialização secundária” (FILLIEULE & PUDAL, 2010) e essa estrutura de oferta das recompensas são oportunizadas de forma escalável (GAXIE, 2005). De acordo com as respostas dos entrevistados, nesta pesquisa buscou-se construir um quadro que, por um lado, sintetiza as principais habilidades que os indivíduos consideram atributos para sua militância e, por outro lado, relaciona-as com as principais retribuições citadas pelos entrevistados. Tudo isso distribuído, grosso modo, de forma escalável, ou seja, características gerais da militância dão acesso às retribuições simbólicas e habilidades específicas (combinadas com o acúmulo de experiência política) dão acesso às retribuições materiais.

Quadro 17 - Relação entre habilidades e retribuições

Habilidades Políticas	Tipos de Retribuições
Simplicidade; comprometimento com a causa; coragem; persistência; senso crítico ou formação ideológica; ser candidato (a) em eleições locais, sem viabilidade eleitoral ⁶¹	Aprendizado político; reconhecimento social; oportunidade de representação em eventos/delegado; contato com líderes políticos e cargos de direção local
Capacidade técnica; habilidades com burocracia; capacidade de	Ser beneficiado por alguma política pública ⁶² ; ocupar cargo de assessoria

⁶¹ MHS (mulher, *filiada histórica* da região sul), 70 anos, professora aposentada, foi candidata ao senado (1986) e para vereadora (1988): “Mas naquela época era muito claro na nossa cabeça, que era candidata para colocar o nome do partido na rua, buscar voto, fazer o partido ser conhecido, com muita dificuldade. A gente vendia *button* e camiseta num lugar para botar gasolina para chegar até noutro, era tudo do bolso da gente. Digo mais, consegui arcar com a campanha porque éramos professores universitários e tinha algum dinheiro para tocar a campanha”.

⁶² MNNE (mulher, *nova filiada* da região nordeste), 36 anos, autônoma: “No âmbito federal o programa de moradia, foi um dos grandes avanços, para as pessoas que não tinham condições de ter casa própria (...) eu sou uma das beneficiárias do programa Minha Casa Minha Vida sim”.

argumentação; convencimento e mediação de coletivos; capacidade de mobilização e representação de bases sociais que agregam voto ao partido; capacidade de articulação nos bastidores; pragmatismo; oratória; e carisma	parlamentar; cargos de confiança do executivo em diferentes escalas; cargos de direção em nível estadual ou nacional; ser candidato (a) com viabilidade eleitoral ou expectativa de ocupar cargos em futuro governo ⁶³ ; exercer mandatos eletivos
---	---

Fonte: quadro elaborado pelo autor

As retribuições simbólicas podem ser consideradas como a escala mais baixa de incentivos oportunizados pelo partido àqueles militantes que apresentam determinadas habilidades políticas gerais, combinadas com sua trajetória militante (tempo de filiação), como por exemplo, pode haver *velhos filiados* com algumas características militantes que lhes dá a oportunidade de acessar apenas retribuições simbólicas, como é o caso de HHSE (homem, filiado histórico da região sudeste) 76 anos, operário aposentado, entrou para militância do PCB em 1957, foi preso político, participou da fundação do PT e manteve constantemente sua intensidade de participação em alta. Ele conta como iniciou sua militância ainda no PCB:

“Aí um belo dia ele falou pra mim (...) eu queria conversar com você, vamos num outro bar. Eu vejo que você se destaca dos outros, um cara que quer discutir, sonha em transformar o Grêmio (...) num espaço cultural, etc. Você não teria coragem de dar o seu sangue pelo seu País? Eu tinha 18 para 19 anos (...) por sobrevivência política e financeira comecei a trabalhar com (venda) livros em 1992/93. É uma experiência que eu aprendi desde o velho ‘partidão’, uma forma de sobreviver e não depender de você ser profissionalizado (...) aí no PT eu nunca fui profissionalizado.”

Outra situação possível se refere aos *novos filiados*, com alta IP e com habilidades específicas que também não têm acesso a retribuições

⁶³ HNS (homem, *novo filiado* da região sul), 23 anos, administrador: “Daí a gente abraçou a ideia e saí candidato a vereador em 2012 pela juventude do PT. Daí conheci o PT, fui conhecendo as pessoas e fiquei terceiro suplente, nunca tinha disputado uma eleição, foi um resultado legal porque muita gente antiga do PT que fazia votação expressiva consegui ficar a frente deles na eleição (...) e depois fui convidado para ocupar um cargo na prefeitura”.

materiais por causa do pouco tempo de filiação, como é o caso de MNS (mulher, *nova filiada* da região sul) 23 anos, estudante de história:

“Eu nasci dentro do PT e do movimento social, de ocupação de terra e tal e a partir daí foi minha trajetória de vida e com os movimentos que eu tenho mais contato, movimentos sociais, de mulheres, idosos, sindicatos e agora o movimento estudantil (...) (ocupou tarefas nos movimentos) mobilização, comunicação, organização de eventos (...) no congresso nacional do PT eu fui (delegada) (...) estou na executiva municipal (secretária de juventude).”

Contudo, pode haver *novos filiados*, com alta ou média idade, mas com experiência partidária anterior ao PT, que somadas a outras habilidades políticas específicas lhes dão acesso a retribuições materiais mais elevadas da escala, como: ser candidato, exercer mandatos, ocupar cargos de confiança política ou até direção partidária⁶⁴:

“Tudo o que precisa (numa campanha) a gente faz, mas eu gosto mesmo é da estratégia, de pensar. Comecei isso na eleição de (...) eu fui convidado para participar da coordenação, pra ajudar na verdade e no fim fiquei coordenando a campanha (...) nesse período eu estava na prefeitura, no planejamento (secretaria de planejamento), depois veio a campanha de deputado, daí eu sai, depois veio o segundo turno da campanha Dilma e fiquei ajudando, fiquei quatro meses fora e agora eu voltei (para o cargo) para a fundação (cultural)” (Homem, *novo filiado* da região sul; 29 anos; administrador, com experiência partidária anterior, filiado ao PT em 2012, foi candidato a vereador e atualmente é presidente da fundação cultural do município).

Os *velhos filiados* (de alta ou média idade) que combinam tempo de filiação com habilidades específicas são os grupos com maiores

⁶⁴ MDN (mulher, *desfiliada* da região norte) 45 anos, professora, neta de fazendeiro, com experiência política desde o coronelismo, passando pelo PSDB e quando entrou para o PT em 2005 imediatamente passou a ocupar um cargo na direção estadual do partido: “Você sabe que quando você entra tem gente que sonha em ir para a executiva estadual, né. Eu já fui entrando, entrei no PT e na eleição que eu votava eu já fui para a executiva estadual.”

oportunidades de retribuições materiais, como por exemplo, HHS (homem, *filiado histórico* da região sul) 62 anos, advogado que também foi candidato proporcional e majoritário várias vezes e exerceu dois mandatos de deputado (estadual entre 1990/94 e federal 1994/98), foi presidente estadual do PT e também ocupou cargo de confiança no governo federal:

“Eu nunca imaginei ser advogado, até sonhei ser quando garoto, por ouvir histórias, lendas e também porque acompanhava meu pai, que era um militante político, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), era getulista e brizolista. Então meu pai vivia nos comícios e eu era o (filho) mais velho e volta e meia eu ia com ele, então, eu ouvia os discursos do pessoal, muito bom de discurso, foi o que me vinculou a ideia de falar bem, de comunicação, de falar para as pessoas, a oratória, enfim, eu conheci grandes oradores quando novo: Dr. Hélio de Andrade era um exemplo, eu ouvi Brizola, ouvi Ulisses Guimarães, pessoalmente, então, era um pessoal muito bom de discurso (...) e a maioria deles era advogado, isso de certa maneira vinculava a ideia a profissão de advogado como alguém que traduzia a segurança em relação alguém que pudesse brilhar do ponto de vista da oratória.”

Portanto, essa combinação entre habilidades políticas específicas e trajetória militante (representada pelo tempo de filiação) em determinados contextos é que permite o acesso às oportunidades de retribuições materiais oferecidas pelo partido.

Na interação entre as trajetórias individuais, estrutura de oportunidades e o contexto, alguns militantes apresentam aparentemente uma carreira linear, marcada por fortes laços de identidade partidária em qualquer uma das fases da vida, misturando as lógicas individuais e coletivas (FILLIEULE, 2001; SAWICKI & SIMÉANT, 2009). No entanto, ao longo das carreiras militantes percebe-se um declínio da atuação multimilitante e uma segmentação do engajamento, que no caso dos *filiados históricos* prioriza a atuação partidária e resulta em alta IP. Alguns destes tiveram curtos momentos de baixa na sua atuação partidária, motivados tanto por episódios individuais como pela estrutura de oportunidades partidária ou pelo contexto. Dentre os motivos individuais estão problemas de saúde, casamento, dificuldades

financeiras, etc., porém, uma situação que aparentemente é tratada como episódio individual tem relação com uma dimensão mais ampla do que o próprio contexto e diz respeito a questões de ordem estrutural da cultura política, como por exemplo, a condição das mulheres que se afastam temporariamente da militância para se dedicar a tarefas familiares⁶⁵, como é o caso da MHNE (mulher, *filiada histórica* da região nordeste), 57 anos, artesã e produtora cultural: “Depois da separação é que fica ruim, porque fica com filho, com cinco anos de idade, fica mais difícil, fazia faculdade, com criança e tendo que fazer artesanato”, ou mesmo da MHS (mulher, *filiada histórica* da região sul), 70 anos, professora aposentada:

“Na época da ditadura, eu tinha casado, tinha filho e, então, fiquei mais assim trabalhando e cuidando de filhos pequenos (...) Entrei em 1971 para universidade e a gente começa a se envolver; na época com a associação dos professores, sindicato (...) as primeiras greves, daí, quando começa a fundação do PT e da CUT a gente participa também”.

Outros motivos de baixa intensidade ao longo da carreira militante estão ligados a decepções em relação a expectativas por oportunidades, como por exemplo, derrotas eleitorais:

“Eu vivi um dilema em 2006, ao mesmo tempo em que eu não queria ser derrotado, de perder a eleição, eu queria algo que pudesse justificar o meu afastamento, pelo menos durante um tempo, para recuperar um tempo perdido que eu tinha tido, sobretudo da família e profissionalmente. Então, o resultado eleitoral de 2006 foi ruim, muito ruim, porque ao mesmo tempo em que foi ruim do ponto de vista da derrota, de certa maneira eu fui rejeitado, perdi a eleição, por outro lado ele foi legal porque ele determinava minha saída (afastamento temporário)” (Homem, *filiado histórico* da região sul; 62 anos; advogado).

⁶⁵ De acordo com Sawicki e Siméant (2009): “*Ainsi, beaucoup de recherches historiques ont mis en évidence que le militantisme dans les syndicats, les organisations professionnelles et les partis politiques a longtemps été facilité par un désengagement des hommes des tâches domestiques, reposant lui-même sur l’exclusion tendancielle des femmes du monde du travail une fois devenues mères*”. (SAWICKI & SIMÉANT, 2009, p.15).

Ou ainda questões exógenas ao partido, portanto, ligadas à conjuntura:

“Eu sempre cobrei isso: que o nosso partido tem que valorizar principalmente a base, sem a base não conseguimos nos fortalecer. E aí sempre fazendo reuniões, mas agora mesmo eu estou sem chão, pra te falar a verdade, não quero nem falar com ninguém, no bairro, porque você sabe que eu sempre fui uma mulher comunicativa de dar a cara à tapa mesmo e você leva, entendeu? Mas hoje, no momento eu estou sem chão” (Mulher, *filiada histórica* da região norte; 63 anos; assessora parlamentar).

Percebe-se que a experiência política adquirida na socialização se converte em experiência para a carreira militante individual, ou seja, a interação de tempo de filiação e idade em contato com as oportunidades políticas em determinados contextos se transforma em capital político e dão acesso as retribuições.

Portanto, as trajetórias individuais podem parecer relativamente lineares, quando há fortes laços de identidade que aproximam e misturam as lógicas de carreira individuais e coletivas, porém, de modo geral, há oscilações ao longo das trajetórias por diferentes motivos e com distintos desdobramentos. Os motivos de fases de baixa intensidade militante são de ordem pessoal combinada com o contexto ou as estruturas, como por exemplo, o caso das mulheres que se afastam temporariamente da militância para cuidar da família não é uma condição individual, mas está relacionada com uma dimensão de estrutura político-cultural; nos casos de filiados desestimulados por derrota eleitoral que não atendeu as expectativas também há uma interação das dimensões pessoais com os contextos; e ainda nos casos de militantes em crise com as transformações internas do PT, desestimulados com a imagem externa do partido ou em mudança de paradigmas influenciados por valores pós-materialistas. Contudo, os desdobramentos dessas defecções é que são distintas, pois para os *filiados históricos* significa apenas uma fase de refluxo seguida de um retorno (possivelmente com o abandonando do multimilitantismo e a priorização do engajamento partidário), para os *filiados afastados* ocorre o contrário, há uma priorização do engajamento social em detrimento do partidário, porém sem rompimento total dos laços de identidade, enquanto que para os *desfiliados* há uma desidentificação (FILLIEULE & PUDAL, 2010) com o partido seguida de uma estratégia

de saída do PT para filiação em outros partidos ou simplesmente para se dedicar a militância social (HIRSCHMAN, 1973; FILLIEULE, 2001; SAWICKI & SIMÉANT, 2009).

6.3 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E NÍVEIS DE ENGAJAMENTO

A identificação dos indivíduos nos círculos de reconhecimento coletivo, nas redes de relações, de ideias e de fatores afetivos se traduzem em laços de solidariedade e identidade com o partido (PIZZORNO, 1988) no momento atual e revelam o posicionamento do ponto de vista da intensidade de participação, porém essa identificação não deve ser concebida como algo dado, e sim resultado de um processo de mudanças e continuidade:

Cependant, dans l'immense majorité des travaux s'y référant, l'identité y est conçue comme donnée une fois pour toutes alors que celle-ci s'inscrit plutôt dans un processus de formation et de reformation continue dans le temps même de l'action (FILLIEULE, 2001, p. 204).

Por um lado, a identidade com o partido pode ser reforçada por incentivos gerais ou retribuições (WHITELEY & SEYD, 2002; GAXIE, 1977; 2005) e resultam em lealdades (HIRSCHMAN, 1973; PIZZORNO, 1988), mas, por outro lado, ao longo da trajetória militante, os indivíduos podem passar por mudanças de vida caracterizadas por acidentes biográficos (crise e desilusões) ou mudanças de valores sociais para causas alternativas (novos movimentos sociais), que podem levar a um enfraquecimento dos laços identitários e um declínio na IP ou mesmo à desfiliação, enquanto estratégia de saída (HIRSCHMAN, 1973; FILLIEULE, 2001; 2005). Enfim, Fillieule e Pudal (2010) explicam que se identificar com uma organização é fazer parte, ocupar um lugar nesse coletivo:

La socialisation au sein des organisations passe également par une redistribution plus ou moins profonde des réseaux de relation dans lesquels les militants sont pris, dans la sphère militante comme dans les autres sous-mondes sociaux. Adhérer à une organisation, c'est avant tout appartenir à un groupe, avec ses frontières et son univers de signification, c'est participer de son illusio; c'est interagir avec d'autres membres, de manière plus ou moins régulière, c'est donc se

construire une place ou une identité (FILLIEULE & PUDAL, 2010, p. 181).

A identidade dos entrevistados com o PT será analisada com base em três dimensões: a visão de mundo ou ideologia dos militantes, incluindo o posicionamento na tradicional escala esquerda-direita e diante de clivagens; a aquisição de recursos e retribuições ao longo da trajetória militante ou mudanças de valores sociais para causas alternativas; e a reestruturação da socialização (grosso modo representado pela passagem da fase ideológica para a fase institucional do partido), que será analisada com base na avaliação dos entrevistados em relação aos governos petistas e ao funcionamento partidário (GAGLIETTI, 2003; FILLIEULE & PUDAL, 2010).

Iniciando pelo posicionamento na escala (esquerda e direita), ainda que a amostra da pesquisa qualitativa não tenha a validade estatística comparável àquela constatada anteriormente através do *survey* e nem mesmo todos os entrevistados tenham respondido objetivamente seu posicionamento, mesmo assim os resultados apontam para um padrão de respostas, conforme quadro a seguir:

Quadro 18 - Posicionamento dos entrevistados sobre Esquerda/Direita

		(1) Extrema Esquerda	(2) Esquerda	(3) Centro Esquerda	(4) Centro	(5) Centro Direita	(6) Direita	(7) Extrema Direita
Auto Posicionamento	Histórico		4	1				
	Afastado		4	3				
	Novo		5	2	1			
	Desfiliado		1	4	1			
Posicionamento do PT	Histórico			4	2	1		
	Afastado			3	2	1		
	Novo		1	3	3			
	Desfiliado				3	1		
Posicionamento Gov. Lula	Histórico			2	3	1		
	Afastado			3			1	
	Novo		3	3	2			
	Desfiliado			2	1		1	
Posicionamento Gov. Dilma	Histórico			2	1	1	1	
	Afastado			1	2	1		
	Novo			2	5	1		
	Desfiliado				1	1		

Fonte: quadro elaborado pelo autor.

Em primeiro lugar, a exemplo do *survey* com filiados analisado anteriormente e do *survey* com delegados (FPA, 2014), os dados corroboram com a “lei” da disparidade curvilínea (MAY, 1973), ou seja, os entrevistados se autoposicionam à esquerda do partido e de seus líderes⁶⁶. Em segundo lugar, percebe-se que os *filiados históricos e afastados* (ambas tipologias formadas majoritariamente por velhos filiados) seguem um padrão semelhante de respostas em todos os cenários, enquanto que os *novos filiados* ficam à esquerda da média e, ao contrário, os *desfiliados* ficam à direita dos demais grupos. Portanto, grosso modo, quanto mais o indivíduo se posiciona à esquerda e quanto mais próximo do posicionamento do partido e do governo, maior sua identificação e seu engajamento, ao contrário, quanto mais distante seu autoposicionamento em relação ao partido ou aos governos, maior seu afastamento ou até mesmo se evidencia sua desfiliação.

Em relação ao posicionamento dos entrevistados frente às clivagens foram abordados três blocos de temas: maioria penal, aborto e homofobia; machismo e racismo; e meio ambiente. O questionamento foi sobre a importância desses temas; se eles representam uma clivagem ideológica ou um posicionamento individual; e se esse posicionamento depende da ideologia ou de normas sociais e valores religiosos.

Considerando que as respostas dos militantes estão inseridas no momento atual em que estão vivendo, deve-se levar em conta que elas também são mediadas pela reestruturação da estrutura de oportunidades do petismo e pelo contexto, ou seja, a mudança partidária da fase ideológica para a fase institucional e a mudança na condição do PT como partido de oposição para partido de governo em nível federal.

A principal diferenciação encontrou-se no bloco sobre o machismo e o racismo que foi considerado majoritariamente um tema ideológico, enquanto que em relação aos demais blocos de questões as opiniões ficaram distribuídas de forma relativamente homogêneas. No primeiro bloco as clivagens são mais polêmicas e alguns militantes fogem da questão, como o partido também o faz, geralmente preocupado em perder bases eleitorais com valores conservadores; na questão

⁶⁶ Embora a pergunta se referisse ao governo Lula e Dilma, os entrevistados tinham dificuldade de separar o posicionamento das ações de governo do posicionamento da pessoa do(a) líder, geralmente prevalecendo a segunda referência, ou seja, considerando mais a postura do(a) líder que do seu mandato. Com isso, observa-se que Lula ficou posicionado à esquerda do PT e Dilma à direita do partido, na opinião dos entrevistados.

ambiental aparecem diversas críticas à atuação dos governos federais do PT, portanto, os militantes não percebem uma diferenciação mais evidente entre o posicionamento de direita ou esquerda em relação a esse tema; por fim, há maior liberdade de posicionamento nos temas intermediários, do machismo e racismo, porque são temas tratados tanto no funcionamento partidário quanto no governo, através de cotas e paridade de gênero.

No entanto, entre os grupos de entrevistados percebe-se uma diferenciação geracional em que os militantes de alta idade consideram esses conjunto de temas, na sua maioria, como clivagens ideológicas, enquanto que os jovens têm opinião mais dividida entre as dimensões ideológicas ou normas sociais. Essa diferença geracional se expressa na medida em que os *filiados históricos* têm um processamento mais simplificado ou mediado pelas posições partidárias, ou seja, se o PT é contra eu também sou e vice-versa, mas os *novos filiados* têm uma visão mais complexa desses temas e uma postura mais crítica em relação ao próprio partido:

“Isso pra mim não está claro, por conta da mídia que vem nebulando muita coisa, por conta das últimas resoluções, das últimas atividades do PT, esses posicionamentos não são transparentes como eram, por exemplo, nos anos 80/90, que você lia sobre o PT e sabia o que queria (...) acredito que o PT se transformou muito, por conta que a sociedade se transformou também, mas acho que tem que deixar mais claro o que é o PT, isso é uma briga nossa enquanto juventude também”. (Mulher *nova filiada* da região sul, 23 anos, estudante de história).

Nisso, são apresentados argumentos importantes formando um repertório de críticas que vão desde a visão de que o partido abandonou a formação política enquanto subsídio para os filiados defenderem as posições partidárias⁶⁷; que as mudanças exógenas e a ampliação da base

⁶⁷ MHSE (mulher, *filiada história* da região sudeste) 56 anos, educadora popular: “Eu acho que esses temas devem ser debatido com a militância, mais rapidamente possível, não esperar ano que vem de campanha, o PT tinha que aproveitar esse ano e fazer um pouco dessa formação com a militância, porque a militância está lá com o povo, a militância que está lá pisando barro.”

de filiados resultaram na perda de identidade ideológica⁶⁸; que a condição de partido de situação faz com que nem o partido nem o governo se posicionem em relação a temas polêmicos para não desagradar seus eleitores ou partidos aliados que não têm afinidade ideológica⁶⁹; até o argumento de que essas questões não são as mais importantes porque não entram no debate mais profundo, que questiona a estrutura social⁷⁰. Percebe-se que as críticas gerais ao posicionamento partidário em relação às clivagens, no momento em que o partido está na condição de governo federal, independem de idade ou tempo de filiação, no entanto, os níveis de identificação partidária e IP definem a profundidade e a consequência da crítica em relação às trajetórias militantes.

Até aqui buscou-se basicamente analisar como os recursos, habilidades e retribuições explicam o posicionamento de cada grupo de entrevistados frente à IP. Considerando que a identificação partidária está diretamente relacionada com a IP dos entrevistados atualmente, buscar-se-á compreender os argumentos dos militantes que explicam seu posicionamento no contexto atual, ou seja, diante das mudanças de contexto, incluindo nisso a avaliação sobre o funcionamento do PT, sobre a atuação do partido à frente do governo federal e o próprio sentimento de ser militante enquanto opção de vida.

⁶⁸ MNNE (mulher, *nova filiada* da região nordeste) 36 anos, trabalhadora autônoma: “O histórico do partido que vem lá de trás, das lutas, do começo do partido mudou sim, o partido foi se adaptando, foi mudando sim (...) passou pelo governo Lula e Dilma, que foi significativo para a vida das massas. Ainda tem um segmento do partido que é fixo numa ideologia, mas o contexto das interferência que veem acontecendo foi mudando algumas coisas que eram pregadas, que eram bastante significativas foram perdendo espaço para outras coisas.”

⁶⁹ MAN (mulher, *filiada afastada* da região norte) 41 anos, “O que eu acho que acontece é que é um partido que inflou, cresceu muito, perdeu a sua característica da militância, perdeu em formação política (...) isso vai fazendo com que o partido vai perdendo sua identidade (...) quem pauta se necessário aliança com o PMDB? (...) vai se descaracterizando, com esse projeto de se manter no governo vai se descaracterizando enquanto partido.”

⁷⁰ MDNE (mulher, *desfiliada* da região nordeste), 55 anos, advogada: “Isso eu diria que são mais gerais, por exemplo, mexer com criança e adolescente ela mexe com muita gente, mas, terras indígenas, territórios indígenas, aí é mexer realmente. Eu não conheço ninguém de direita ou de centro que defenda. Então, tem questões estruturais que elas não conseguem, para mim, o divisor de águas são as causas e questões estruturais.”

Percebe-se que o efeito das mudanças na estrutura de vida individual (episódios biográficos) ou mudanças de contexto e o surgimento de novos valores sociais enquanto motivações alternativas de engajamento provocam bifurcações ou redefinição de certos papéis militantes. Por um lado, podem reforçar os laços de solidariedade coletiva e chegar a confundir a trajetória individual com a trajetória partidária (lealdade), mas, por outro lado, pode levar ao enfraquecimento dos laços identitários, ao declínio da IP ou mesmo à desfiliação.

A lealdade ao partido não significa a ausência de críticas em relação ao processo de mudanças internas ou externas ao partido, mas uma reestruturação da socialização militante, no momento atual, mediadas por recursos individuais, retribuições (simbólicas e materiais) e pelo acúmulo de experiência política adquirida pelo tempo de filiação (velhos filiados). Um exemplo disso é o HHNE (homem, *filiado histórico* da região nordeste) de 49 anos, sociólogo de formação, de origem social pobre, morador de periferia. Iniciou sua militância na PJ, portanto, inspirado ideologicamente na teologia da libertação; participou de núcleos de base do PT por dez anos depois da sua filiação, e, posteriormente, ao mudar de Estado encontrou-se com líderes históricos como Manoel da Conceição no interior do Maranhão onde foi trabalhar. Combinando sua trajetória com habilidades distintas e conhecimento técnico ocupou cargo de confiança no executivo local. Em seu depoimento fica evidente a postura de um filiado com alta IP, que teve oportunidades de retribuições simbólicas e materiais e, ao criticar o partido, ao mesmo tempo, adota uma postura de lealdade, proativa:

“Eu vou te confessar uma coisa, quando surgiu aquela bomba do mensalão, eu me lembro com toda clareza, Manoel chegou pra mim e disse (...) e agora? O que a gente faz? Porque essa história do mensalão, deu um banho de água gelada na gente, deu uma esfriada, daí eu disse pra ele, não tem outro jeito, só tem um jeito, é a gente estar renovando, recriando e reconstruindo novas lideranças, é a juventude, nessa nova conjuntura, nesse novo enfrentamento, para eles entender o que significa o socialismo hoje. Desde quando entrei nunca perdi o foco do socialismo, mesmo sendo secretário municipal da agricultura, pelo contrário, porque eu ocupo espaço no poder público mas não pode deixar com que o pessoal nas bases percam essa capacidade de mobilização, de reivindicação, de pressão, porque não tem outro

jeito. E aí tu tem que ser o facilitar disso, a ocupação de espaço no poder público, seja ele municipal, estadual ou federal é justamente pra fazer com que as bases acumulem força e a gente seja um canal facilitador pra que as bases possam cada vez mais se renovar”.

Outro exemplo, é HNN (homem, *novo filiado* da região norte) 29 anos, jornalista, filho de petistas. Começou sua militância no movimento estudantil e participava de campanhas eleitorais com sua mãe ainda na infância. No seu depoimento se percebe que há críticas ao partido e ao governo, mas ao mesmo tempo há uma postura defensiva, de justificar problemas de direção argumentando que o partido é todo o coletivo de filiados e que as dificuldades de governo podem ser justificadas por fatores externos:

“O partido também são os filiados e os simpatizantes. Muita coisa do que acontece hoje no governo os militantes e os filiados estão indignados e apesar da gente sofrer um certo *bullying* por ser petistas, mas a gente também se indigna com muita coisa que a gente não queria que estivesse acontecendo e principalmente com o nosso partido (...) O problema é quando chega no governo, que é uma realidade de todos os partidos de esquerda no mundo, quando chega no governo tem uma dificuldade de implementar suas ideias, até porque acima de nós tem outras nações que estão democraticamente mais estáveis e economicamente e sempre conseguem mexer os ‘pauzinho’ para que nossa democracia e nossa economia fique meio abalada quando não interessa à eles. É um tanto difícil implementar essas políticas que a gente sonha, o que eu sinto mais falta efetivamente, apesar de ter tido conquistas importantes e boas, mas efetivamente ter implementado políticas mais fortes de esquerda no governo e que não foram implementadas pelas políticas aliancistas que foram adotadas no governo.”

Considerando que a intensidade de participação partidária é resultante de um processo dialético que articula recursos individuais, socialização e retribuições da trajetória individual do militante com as mudanças de contexto interno e externo ao partido, chama a atenção a

biografia de HNS (homem, *novo filiado* da região sul) 29 anos, formado em administração, que havia tido experiência partidária no PMDB e PRB antes de se filiar ao PT, em 2012, ano que também foi candidato a vereador e sucessivamente, com a vitória eleitoral do Prefeito do PT em sua cidade assumiu cargos no executivo municipal. O seu enquadramento nos tipos de entrevistados ficou entre os *novos filiados* com alta IP, de acordo com seu depoimento:

“Eu acho que o partido também, ele não precisa ser grande, ele precisava ser forte. E foi onde a gente errou, quis ser grande e o certo é ser forte, teria mais capacidade de governar (...) De modo geral eu ainda acredito no PT, acho que é o partido que pode ser o responsável pelas grandes mudanças, não vejo outro partido com essa capilaridade que o PT tem, de poder transformar. Nesse sentido, de esperança eu acredito que é o PT que vai poder fazer isso.”

Neste caso, apesar de ser um *novo filiado*, o seu discurso combinou a defesa do partido com críticas pontuais e se assemelhou à dos *filiados históricos* ou mesmo de *novos filiados* que se socializaram politicamente dentro do PT. A experiência de socialização em outros partidos e as habilidades políticas específicas permitiram incorporar facilmente a linguagem própria do meio e lhe deu acesso às retribuições simbólicas e especialmente materiais.

Portanto, percebe-se que os filiados, cujos laços de identidade com o partido são mais fortes, buscam explicações para suas críticas e adotam argumentos proativos para justificar sua postura de alta IP no momento presente, diferentemente dos *filiados afastados* em que a crítica ao processo de mudanças do partido e do contexto externo, aliado com o surgimento de opções alternativas de engajamento, leva a uma situação de bifurcação na trajetória militante que se revela na postura de distanciamento e declínio da IP partidária em detrimento da militância em algum movimento social temático. Tem-se como por exemplo, HAS (homem, *filiado afastado* da região sul) 61 anos, filho de agricultores, iniciou sua militância na pastoral da juventude, participou da fundação do PT na sua cidade e da fundação do MST. Foi presidente estadual do PT, candidato a deputado estadual por três vezes, eleito por um mandato e depois da não reeleição decidiu retornar ao MST, desde a base, como assentado, cujo depoimento deixa nítida essa postura de não abandonar o partido, mas priorizar espaços alternativos de militância política:

“Nesse período (1995), sem deixar de ser petista, que sou até hoje, mas eu fiz uma mudança de rota, uma volta, falei com (...) minha companheira e disse: ‘olha, eu estou meio infeliz com isso daí, não está dando mais, não estou me sentido mais a vontade nesse trem aí e minha vontade, estou pensando em voltar para o movimento (MST), se o pessoal me aceitar vou voltar para o movimento, voltar para as origens né (...) então faz vinte anos desse retorno, daí assumi pra mim meio que uma linha de continuar petista mas não atuei mais nas instâncias partidária e nem candidato, então nesses vinte anos o que posso dizer da relação com o partido, a minha relação é boa, essa volta foi a melhor coisa do mundo que me aconteceu, do ponto de vista pessoal, da saúde, pra minha cabeça, pra minha família, vir pra base foi um acerto, porque eu fiz uma volta radical, eu voltei pra baixo da lona preta.”

O afastamento do engajamento partidário enquanto prioridade da militância também ocorre por motivos de ciclo de vida individual, questões domésticas ligadas especialmente à instabilidade financeira ou carreira profissional, mas também motivado por crises de desilusão em relação às mudanças no modelo partidário:

“O PT até ali parecia ainda que era um partido de esquerda, aliás, era um partido de esquerda. O que acontece depois de 1989? Me parece que até ali o partido se orientava pela perspectiva gramsciana. Para Gramsci o partido é um grande movimento social que tem por finalidade se organizar para mudar o Estado. Daí pra cá abandonou Gramsci e partiu para a lógica do resultado, ou seja, vamos entrar pra ganhar eleição e o projeto de sociedade, de mundo, parece que deixou de ser o fio condutor da atuação partidária” (Homem, *filiado afastado* da região nordeste; 48 anos; mestre em direito e advogado).

Outro motivo de afastamento da militância partidária se dá por dimensões de ordem político-cultural ou mudança de paradigmas influenciada por valores pós-materialistas (INGLEHART, 2009, E. RIBEIRO, 2011), a exemplo do seguinte depoimento:

“Ao mesmo tempo estava numa militância na área socioambiental com comunidades tradicionais. Voltei a trabalhar no Ministério do Meio Ambiente um tempo, mas eu não concordava com os rumos (...) havia um desequilíbrio muito grande na composição dessa agenda de se ouvir muito mais esse setor empresarial (...) daí em rompi com o governo, saí e passei a atuar voluntariamente como assessora das comunidades, mais especificamente com o Conselho Nacional de Populações Extrativistas, antigo CNS (Conselho Nacional de Seringueiros) fundado por Chico Mendes, que hoje congrega mais de mil associações” (Mulher, *filiada afastada* da região norte; 41 anos; funcionária pública).

A estratégia de saída da filiação partidária (HIRSCHMAN, 1973; FILLIEULE, 2001; SAWICKI & SIMÉANT, 2009) é resultado de um processo de “desidentificação” que leva a uma inflexão da trajetória, uma bifurcação ou redistribuição de certos papéis que modificam a identidade individual do militante (FILLIEULE & PUDAL, 2010).

Para os *desfiliados* essa bifurcação se transforma numa estratégia de saída do partido, em geral justificada por algum episódio, cujo repertório vai desde mudanças estruturais no ciclo de vida individual⁷¹, divergência em relação a decisões partidárias ou de governo como são os casos citados a seguir:

“Mas uma coisa que já começou a incomodar nós, foi quando acabei pedindo a desfiliação, foi quando o Lula aceitou os transgênicos (2005). Não consegui entender como ele que caminhou com os agricultores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ouvia falar disso diariamente e foi

⁷¹ MDS (mulher, *desfiliada* da região sul) 55 anos, comerciária, depois de ter trabalhado como funcionária do partido em nível municipal, ocupou cargo no executivo municipal e assessoria parlamentar, no ano de 2010 ficou desempregada e tentou uma opção no movimento sindical, no qual teve origem a sua militância, porém, não obtendo êxito e diante de um convite do PC do B para ocupar uma assessoria parlamentar desfilou-se do PT.

MDSE (mulher, *desfiliada* da região sudeste) 34 anos, jornalista e funcionária pública, ao ser aprovada em concurso público para o Tribunal Regional Eleitoral desfilou-se do partido, não que houvesse algum impedimento legal, mas por entender que seria um procedimento de “ordem prática”.

aceitar uma coisa dessas. Então, a partir daí pra mim acabou” (Homem, *desfiliado* da região sul; 56 anos; agricultor agroecológico).

“No Rio de Janeiro, o (Wladimir) Palmeira ganhou a convenção para disputar o governo do estado (1998), veio a nacional, interveio, impediu que ele saísse e colocou a Benedita para ser vice do Garotinho, eu falei putz, o partido, quem está no comando no nacional, desrespeita as decisões do estadual, desrespeita outras coisas, daí eu falei, não dá mais e me desfiliei” (Homem, *desfiliado* da região sudeste; 42 anos; jornalista).

No caso do HDNE (homem, *desfiliado* da região nordeste) 65 anos, professor aposentado que se desfiliou em 2007. O entrevistado relata que já tinha uma avaliação anterior de que o PT era “um partido sem volta” (ao socialismo), porém o episódio que marcou sua desfiliação foi o envolvimento de alguns colegas de tendência política em fraude eleitoral num sindicato, ou seja, o que o mantinha no partido ainda era a relação com a sua tendência e, a partir do momento que se desiludiu com esse coletivo, perdeu totalmente o elo identificação coletivo.

Outros episódios determinantes para a saída do PT estão relacionados à troca partidária, como por exemplo, HDN (homem, *desfiliado* da região norte) 70 anos, professor aposentado, que se desfiliou do PT no ano de 2005 quando, no seu Estado, houve uma saída em massa de petistas para o PSOL, ou MDN (mulher, *desfiliada* da região norte) 45 anos, professora, teve experiência política em partidos de direita, filiou-se no PT em 2007, ocupou diversos cargos de direção e assessoria e saiu em 2015: “Saí do Partido dos Trabalhadores por conta de algumas coisas que a gente não concordava (...) para viabilizar a candidatura do companheiro (...) para prefeito”.

Este último relato de desfiliação se refere a um episódio específico, mas ao mesmo tempo sintetiza um conjunto de fatores referentes à fase atual do petismo. MDNE (mulher, *desfiliada* da região nordeste), 55 anos, advogada, que iniciou sua militância no movimento estudantil, participou da fundação do PT no seu estado, teve forte atuação em núcleos de base, chegou a ser presidente estadual do partido, ocupou cargos no governo municipal e federal e desfiliou-se em 2010 após a decisão nacional do PT de indicar o Vice- Governador na chapa de Roseane Sarney (PMDB) no Estado do Maranhão, além de outros motivos relatados no depoimento, passando, a partir de então, a se engajar apenas nas causas de defesa dos direitos humanos:

“Só uma coisa, interessante essa história de eleições diretas dentro do partido, foi durante um daqueles três ou quatro meses que eu passei no (cargo do governo federal) eu cheguei a ter reuniões e aquilo me revoltou tanto que foi quando eu realmente saí do partido, quando as pessoas chamavam ‘olha, tu tem quantas garrafinhas’, aquilo me indignou tanto, eu ser chamada de garrafa é como passou a ser chamados os delegados dentro do partido. Isso pode parecer pequeno, mas não é pequeno, é como você passou a considerar o filiado do partido (...) O preço das alianças não vale a morte do sonho do projeto de poder que era o projeto de poder que o PT trabalhava inicialmente. É um custo muito alto, porque até pouco tempo atrás eu diria que o ‘PT matou a esperança’, a esperança de luta, não é não, eu acho que ele matou a vontade das pessoas se organizarem (...) O que o PT, pra mim o grande mal que trouxe tudo isso, foi justamente foi a perda da vontade das pessoas se organizarem. Vejo na minha casa, meus filhos, nem colocam essa possibilidade. São pessoas que têm bastante discernimento em termos de justiça, mas de organização eles não acreditam que vale a pena gastar tanto tempo quanto eu gastei, que todos nós gastamos”.

Por fim, em relação à identidade militante ou à disposição de engajamento futuro, parece haver unanimidade entre os entrevistados⁷²,

⁷² MHSE (mulher, *filiada histórica* da região sudeste) 56 anos, educadora popular: “Valeu muito a pena e continua valendo, a gente não pode parar no tempo. Eu acho que essa militância vai ter que dar continuidade, enquanto eu tiver forças para andar, para sair quero estar nessa militância, nessa continuidade, quero ajudar a construir mais esse partido ainda”.

MASE (mulher, *filiada afastada* da região sudeste), 45 anos, professora: “Fazia muitos anos que a gente não via esse tipo de mobilização aqui dentro, muita gente da esquerda. E eu acho que a rua educa e vivencia, educação popular, prática de movimentos social, porque nós temos muitas pessoas hoje em cargo de direção que não viveram isso. Não estou culpando porque não está dado na sociologia política nem em canto nenhum, que só devesse ocupar cargo na burocracia, quem tivesse que ter passado por lutas sociais, mas que isso faz uma diferença muito grande, isso faz. E tem outros que estão na burocracia

ou seja, ser militante é uma condição que independe do partido. Este é um meio para realizar suas expectativas e não um fim em si mesmo, especialmente as expectativas por retribuições simbólicas. A identidade militante é um sintoma da autoestima sobre as trajetórias individuais de cada sujeito, que demonstra a disposição de seguir adiante na condição de ser político, como afirma MDS (mulher, *desfiliada* da região sul): “O mundo não seria um pouquinho melhor, nem o Brasil, se não tivessem os militantes”.

Considerações

A análise qualitativa teve o papel de aprofundar a compreensão das conclusões observadas na análise quantitativa e de possibilitar o entendimento como ocorrem as conexões entre as diferentes dimensões de recursos individuais, socialização e retribuições, no decorrer das trajetórias militantes, para explicar os diferentes níveis de IP, mas, além disso, possibilitou não apenas inserir novos perfis militantes como os *desfiliados*, mas também relacionar àquelas dimensões com as estruturas de oportunidades partidária e das organizações da sociedade civil e com o próprio contexto, para cada geração de petistas. Portanto, permitiu uma análise mais complexa do processo de formação da intensidade de participação.

Outrossim, as entrevistas permitiram analisar a IP a partir dos próprios indivíduos, como eles explicam, quais os motivos e argumentos utilizados para justificar o reforço, afastamento ou desligamento dos laços de identificação partidária.

Na compreensão das conexões entre diferentes dimensões, pode-se destacar, por exemplo, como a diferença de idade é fundamental para explicar a relação entre os recursos individuais de escolaridade, renda e tempo livre. Por um lado, os *filiados históricos* (velhos filiados de alta idade) com menor escolaridade e estabilidade financeira (independentemente do nível de renda), na condição de aposentados ou trabalhador autônomo, dispõem de maior tempo livre para a militância política e essa combinação pode fazer diferença na alta IP deste grupo de entrevistados. Por outro lado, os *filiados afastados* (velhos filiados com média idade) com maior escolaridade, porém com instabilidade financeira (independentemente do nível e renda) têm menos tempo para

há um bom tempo que já foram das ruas, mas que tinham esquecido esse valor de escutar as pessoas que estão em suas bases.”

se dedicar ao engajamento partidário, sendo esse um dos motivos de afastamento, portanto, de baixa IP.

Inserindo outras dimensões na análise da trajetória e do processo de construção da IP, percebeu-se que é importante tanto o tipo quanto o tempo de socialização. Ficou evidente que os *velhos filiados* de alta idade (*filiados históricos*) acumulam experiência política ao longo da socialização multimilitante e convertem-na em capital político, que lhes permite maior acesso às retribuições materiais e simbólicas e o fortalecimento dos laços de identificação com o partido, conseqüentemente, têm maior IP. Ao mesmo tempo, os *novos filiados* de alta idade, que foram socializados em partidos distintos do PT ou pela falta de engajamento partidário ou social anteriores à filiação no PT, tem menor experiência para converter em capital político e, conseqüentemente, menor IP.

A literatura aponta para as conseqüências das transformações estruturais na participação partidária (KIRCHHEIMER, 1966; KATZ & MAIR, 1994) e Whiteley (2011) constata que há um declínio geral no recrutamento partidário, mas especialmente na juventude. Isso foi verificado na análise descritiva em que apenas 13% do universo dos filiados do PT no Brasil têm menos de 29 anos, enquanto que a média da população brasileira, na faixa etária entre 18 e 29 anos é de 21,48% (IBGE, 2010). Conquanto, nas entrevistas percebe-se que os *novos filiados* jovens têm uma militância mais intensa e que esta é a principal fase do ciclo de vida dos entrevistados em que ocorre o multimilitantismo. Posteriormente, no transcorrer do processo ou das trajetórias militantes ocorrem bifurcações em que os militantes passam a optar por algum espaço prioritário ou específico de atuação, seja no engajamento partidário (daí os *filiados históricos* com alta IP), seja no engajamento prioritário em movimentos sociais específicos (*filiados afastados*) ou mesmo na desfiliação que exclui a militância partidária, mas podendo permanecer ainda como eleitor ou simpatizante do partido⁷³.

Assim, entre os *novos filiados* pode haver distintos perfis, desde os filhos de petistas entre os quais há um processo “natural” de socialização no PT e de oportunidades de alta IP; para os *novos filiados*

⁷³ Num estudo sobre o Partido Comunista Francês (PCF), Leclercq (2005) aponta que a experiência militante produz efeitos duradouros sobre os indivíduos, que continuam presente mesmo depois do desengajamento, que o autor chama de uma espécie de “fidelidade na ruptura”, como também se constatou em diversas entrevistas com os petistas.

com experiência prévia em outros partidos (profissionais da política) pode haver uma possibilidade maior de adaptação ao *habitus* interno do petismo e também uma preferência no acesso às retribuições materiais nessa fase de institucionalização do partido; por fim, os *novos filiados*, especialmente de média e alta idade, que não tiveram militância prévia ao recrutamento, são aqueles que têm maior dificuldade de adaptação e de acesso às retribuições, portanto, são esses os que apresentam menor intensidade de participação.

Se por um lado, há que se considerar que *novos filiados* podem aproveitar a experiência acumulada com engajamento anterior em outros partidos, e, estrategicamente adaptar-se a linguagem e ao *habitus* interno do PT, o que lhes permite acessar especialmente as retribuições materiais, por outro lado, o partido não apenas adotou a estratégia de maior inclusividade com menor intensidade no recrutamento dos filiados (AMARAL, 2013), como também adota uma segmentação estratégica daqueles que terão acesso às retribuições materiais (GOIRAND, 2016) especialmente relacionadas com o processo de institucionalização, em que o mais importante é vencer eleições. Assim, o partido se interessa por “políticos profissionais” com experiência eleitoral acumulada.

Constatou-se também que as retribuições reforçam a identificação partidária, que por sua vez está ligada diretamente com a IP. As retribuições são distribuídas de forma desigual entre os filiados e é produto da combinação de habilidades políticas, tempo de filiação e formas de socialização, articuladas com as estruturas de oportunidades do partido (FILLIEULE, 2001; GOIRAND, 2014; 2016). Assim, *velhos filiados* com habilidades políticas gerais podem acessar apenas retribuições simbólicas, ao passo que *novos filiados* com habilidades políticas específicas e experiência política anterior ao PT podem acessar também retribuições materiais, apesar do pouco tempo de filiação. Ao mesmo tempo, novos filiados que apresentam apenas habilidades específicas, porém, sem experiência política terão mais dificuldade de acessar tais retribuições. Enfim, os *velhos filiados* de modo geral têm uma trajetória individual que se confunde com a trajetória do partido e quando esses dispõem de habilidades específicas são os que têm maior acesso a todas as formas de retribuição, em detrimento de *filiados afastados* (*velhos filiados*) e mesmo *desfiliados* que tiveram pouco acesso a retribuições materiais e, ao mesmo tempo, demonstram defecção aos benefícios simbólicos na atual fase do petismo.

Esta análise permitiu incluir um novo tipo de militante, os *desfiliados*, porém, mais do que isso, como cada grupo de entrevistados argumenta sobre seu nível de IP no momento atual. Constatou-se que os

filiados com alta IP têm críticas pontuais e atitudes pró-ativas em relação às contradições que percebem; os filiados com baixo nível de IP fazem dessas críticas motivos para explicar seu afastamento; e os *desfiliados* identificam episódios específicos que justificam sua saída do partido. Essas defecções ocorrem basicamente por três motivos: mudanças de vida por episódios biográficos (casamento, filhos, emprego, etc.); mudanças de valores sociais para causas alternativas (novos movimentos sociais); ou mudanças de posicionamento em função de divergências ou desilusões que levam a um enfraquecimento dos laços identitários (FILLIEULE & PUDAL, 2010).

Finalmente, com base neste estudo, é possível afirmar que os distintos níveis de IP se explicam pelas trajetórias militantes, nas quais as dimensões tempo de filiação e de idade interagem com os demais recursos individuais e habilidades políticas adquiridas nos processos de socialização. A socialização depende da estrutura de oportunidades e do contexto, que, por um lado, podem se converter em retribuições simbólicas e materiais, compõem o capital político e reforçam a IP ou, por outro lado, manifestam defecções que se convertem em afastamento ou desfiliação do partido, porém, isso não significa abandono da opção de vida militante, que se realiza em outras esferas de participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os partidos políticos tiveram um papel central na consolidação da democracia representativa (MANIN, 1995) e os partidos de massa têm sido considerados o modelo partidário moderno (DUVERGER, 1980 [1951]), entretanto, os partidos veem passando por transformações e adaptações baseados na profissionalização, na burocratização e na dependência cada vez maior de recursos estatais, conhecidos como modelos *cath all* e *cartel* (KIRCHHEIMER, 1966; KATZ & MAIR, 1994).

A participação dos filiados é uma dimensão importante na consolidação dos partidos enquanto instituição fundamental do sistema de democracia representativa, porém, as transformações estruturais e adaptações dos partidos políticos apontam para uma hipótese de declínio de participação, tanto do ponto de vista quantitativo quanto na intensidade de participação (WHITELEY & SEYD, 2002). Esses autores pesquisaram as dinâmicas internas de participação dos filiados nos dois principais partidos ingleses pelo período de 1994 até 2001, analisando como esse processo ocorre e, posteriormente, através de outros estudos buscou-se demonstrar que esse é um fenômeno que pode ser generalizado (WHITELEY, 2011).

Os partidos políticos, na América Latina em geral e no Brasil em particular, são resultado de uma “democratização tardia” ou “democracias em processo de consolidação” (GIMENES, 2015, p.71), portanto, se por um lado veem estruturando as competições eleitorais, selecionando os representantes, governando e definindo a agenda política e midiática (SAEZ & FREIDENBERG, 2002), por outro lado, ainda persistem problemas como a volatilidade, a fragmentação partidária e a corrupção (BAQUERO, 2001).

No Brasil, o sistema partidário é marcado por interrupções, pouco enraizado e por uma cultura antipartidária (KINZO, 1990; KINZO, 1993; MENEGUELLO, 1988), fragmentação, com alta volatilidade e baixa institucionalização (MAINWARING, 1991; AMES & POWER, 2010). Nesse contexto, o surgimento do PT foi considerado uma novidade no sistema partidário brasileiro (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; CESAR, 2002; AMES e POWER, 2010) pelas suas características que se aproximam do modelo de partido de massa (MENEGUELLO, 1989) num contexto tardio (CESAR, 2002).

Ao longo dos últimos 35 anos o PT passou por profundas transformações e adaptações ao sistema partidário brasileiro (P. RIBEIRO, 2008; AMARAL, 2010), tanto na sua face externa como

interna, passando de um partido de oposição para o partido da ordem. Essa condição tem tornado o PT o partido mais estudado e debatido na Ciência Política brasileira sob diferentes aspectos, porém, um dos enfoques que pode ser considerado pouco explorado é sobre a participação dos filiados de base, especialmente sob o aspecto da intensidade da participação. Sendo assim, esta tese buscou analisar essa situação-problema tomando como principais referências o estudo de Whiteley e Seyd (2002), ligado à tradição da “*Political Science*”, de inspiração anglo-saxônica, que privilegia uma abordagem estatística, combinada com a sociologia do militantismo, que compõe a tradição da “*Sociologie Politique*”, desenvolvida na França, influenciada pelo paradigma interacionista (FRANZ, 2016).

Para entender a participação de alta intensidade dos filiados do PT no Brasil foram realizadas duas pesquisas empíricas, uma delas baseada em um *survey* construído pelo autor, com uma amostra representativa de filiados de 625 casos, e a outra baseada em uma pesquisa qualitativa, com uma amostra de 32 entrevistas a partir de um questionário semiestruturado, ambas de abrangência nacional.

Os resultados do *survey* foram inicialmente descritos para se compreender o perfil dos filiados do PT no Brasil e posteriormente analisados através de testes estatísticos para se verificar os determinantes e compreender os efeitos explicativos da intensidade de participação dos petistas. Por fim, a análise das entrevistas serviu para aprofundar essa compreensão com base nas trajetórias militantes, mas ao mesmo tempo acrescentou outros perfis de militantes (desfiliados) e contribuiu na análise do processo de formação da IP dos petistas.

Em relação às características gerais do petismo, pode-se perceber, primeiramente, que houve um crescimento constante nas filiações partidárias a partir de 1999, com as mudanças na forma de recrutamento e de eleições internas e uma campanha nacional profissionalizada de filiação partidária, que ampliou ainda mais depois de 2002 com a eleição de Lula Presidente. Portanto, essa realidade do petismo vai contra a tendência de declínio no engajamento partidário apontada pela literatura, que se refere especialmente aos países de democracia consolidada (KIRCHHEIMER, 1966; KATZ & MAIR, 1994; WHITELEY & SEYD, 2002; WHITELEY, 2011).

Em segundo lugar, constatou-se que esse crescimento se deu com base em uma estratégia de recrutamento com maior inclusividade e menor intensidade de participação (AMARAL, 2013). Mesmo assim, pode-se afirmar que a IP dos petistas mantém-se alta em relação aos demais partidos brasileiros (P. RIBEIRO, 2014 b). Essa intensidade de

participação se dá tanto em atividades que exigem maior disponibilidade de recursos individuais e se referem tanto ao âmbito interno (participar de reuniões, da organização partidária e doar dinheiro) quanto externo ao partido (fazer campanhas eleitorais, contatos com políticos e abaixo assinados). Todavia, essa intensidade de participação não é generalizada e nisso se localiza o problema desta tese, ou seja, quais os determinantes da participação de alta intensidade?

Antes de tentar responder ao problema central, dando continuidade à apresentação das características gerais dos petistas, em terceiro lugar, aborda-se o perfil socioeconômico desses filiados, entre os quais destaca-se a elevação da escolaridade distribuída de forma relativamente homogênea, em comparação com a fase inicial do petismo (CESAR, 2002), porém, em sintonia com o que vinha sendo observado nos *surveys* com delegados realizados pela FPA (PALUDO, 2014). Essa situação também está na contramão da literatura que aponta para um distanciamento partidário por parte dos indivíduos com maiores níveis de escolaridade (WHITELEY, 2011; DALTON, 2013). A média de renda dos filiados continua acima da realidade nacional, porém melhor distribuída do que a dos delegados (P. RIBEIRO, 2008; IBGE, 2010; PALUDO, 2014). Percebe-se que o percentual de participação dos jovens no universo dos petistas é bastante inferior à média desta faixa etária no conjunto da população do país, o que coincide com a tendência da literatura (WHITELEY, 2011), porém, em relação ao sexo houve uma melhor distribuição em relação à fase inicial do petismo (CESAR, 2002) e um aumento significativo da filiação das mulheres que chegou a um percentual de 44,5% do universo dos petistas (PT, 2014), comparável com os partidos ingleses (WHITELEY & SEYD, 2002; FRANZ, 2016).

Finalmente, conforme apontado pela literatura houve uma expansão territorial dos filiados (TERRON & SOARES, 2010) e um maior crescimento proporcional nas regiões nordeste e norte (KRAUSE, 2006; VEIGA, 2011), ainda que numericamente o crescimento de novos filiados na região sudeste tenha sido o maior do país. Esse crescimento representou uma nacionalização do PT que historicamente estava concentrado nas regiões sudeste e sul e nas cidades com maior densidade eleitoral.

A análise dos resultados do *survey* confirma parcialmente as hipóteses desta tese demonstrando que as variáveis de recrutamento em movimentos sociais, as retribuições simbólicas, as retribuições materiais, o sentimento de eficácia política subjetiva, a idade e o tempo de filiação são preditoras de IP, enquanto que as variáveis de recrutamento

ideológico e retribuição por benefícios coletivos não se mostraram relevantes, conforme se esperava.

No entanto, há que se destacar que a idade e tempo de filiação têm papel determinante para explicar a IP que se confirmou na evolução dos modelos desde os resultados da tabela 12 em que essas duas variáveis foram verificadas isoladamente (idade através de duas modalidades, com escalas de três e quatro faixas etárias e o tempo de filiação dicotômica entre velhos e novos filiados), controladas por escolaridade e sexo. Nesse modelo, o sexo apresentou influência positiva (ser homem importa para a IP), o tempo de filiação confirmou a expectativa de influência positiva e a idade demonstrou influenciar negativamente a IP, independente da modalidade de faixa etária.

Contudo, no segundo modelo, que tem um papel-chave na construção desta tese, quando foi construído o termo interativo entre as duas variáveis (novamente controladas por sexo e escolaridade, em que o sexo manteve influência positiva), ficou comprovado que a influência negativa da idade sobre a IP não é linear, ou seja, para o perfil dos velhos filiados de alta idade a influência passou a ser positiva, enquanto que para os novos filiados de média e alta idade a influência se manteve negativa, demonstrando que a idade é negativa apenas para os novos filiados.

Finalmente, essa hipótese se manteve válida no modelo completo com a inclusão de um conjunto de variáveis independentes (nesse modelo a variável de sexo perdeu significância), em que velhos filiados de alta idade têm influência positiva e novos filiados de alta idade têm efeitos negativos sobre a IP.

Diante disso, é possível afirmar que a principal variável preditora que influencia a intensidade de participação dos filiados do PT no Brasil é a interação entre o tempo de filiação e a idade dos filiados, ou seja, a trajetória individual dos militantes. A interação entre essas duas dimensões explica que o tempo de filiação exerce influência positiva para a IP, enquanto que o aumento de idade é favorece para os velhos filiados e desfavorável para os novos filiados. Ainda que essa tese se restrinja a um partido, localizado no tempo e no espaço, portanto, não permite uma generalização, porém, aponta uma hipótese concreta de que a intensidade de participação se relaciona com a trajetória dos militantes cruzando as dimensões de tempo de filiação e de idade na seguinte sequência, de maior para melhor IP: velhos filiados de alta idade; velhos filiados de média idade; velhos filiados de baixa idade; novos filiados de baixa idade; novos filiados de média idade; e novos filiados de alta idade.

Certamente, a interação entre essas duas variáveis não explica isoladamente a variação da IP entre os filiados, pois, a trajetória dos militantes é mediada por combinações diacrônicas entre os recursos individuais, habilidades cívicas adquiridas no processo de socialização e retribuições simbólicas e materiais, relacionados diretamente com a trajetória institucional do partido e do sistema partidário e com o contexto político e socioeconômico.

Essa conclusão coincide com a literatura sobre trajetória militante em que a idade e o tempo de filiação interagem com as dimensões de recursos e habilidades individuais trazidas no processo de socialização, e que articulados com as oportunidades de participação oferecidas pelo partido ao longo de cada fase da sua trajetória (BECKER, 1963; FILLIEULE, 2001; AGRIKOLIANSKI, 2002) e inseridos no contexto socioeconômico e político do país, determinam os níveis de engajamento dos militantes.

Enfim, a geração de petistas velhos filiados de alta idade foi recrutada num contexto de forte engajamento militante em movimentos sociais e partidário simultaneamente (multimilitantismo) e com isso agregaram experiência política que se transformou em maiores oportunidade de retribuições simbólicas e materiais que estreita os vínculos entre as fases da história do PT com a trajetória militante desse perfil de filiados (GAXIE, 1977; PIZZORNO, 1988).

Em sentido oposto, a geração dos novos filiados de alta idade aderiu ao partido num contexto do petismo institucionalizado, sem a mesma socialização prévia ao PT, o que os diferencia do perfil geral da militância petista e estabelece laços tênues entre suas trajetórias individuais e a trajetória do partido enquanto sujeito coletivo. Essa síntese diacrônica faz com que os novos filiados diminuam a IP na medida em que aumenta a idade, o que também coincide com a hipótese apresentada e corrobora com Amaral (2013) quando afirma que as transformações ocorridas no PT levaram a um tipo de recrutamento com maior inclusividade do ponto de vista do perfil socioeconômico e menor intensidade de participação.

O senso de eficácia política subjetiva também tem uma relação diacrônica entre as expectativas e retribuições de cada geração de petista, cujo papel é fundamental para manter os vínculos de identidade e de filiação dos indivíduos com o partido, portanto, essa variável é importante para explicar a IP, como esperado nas hipóteses.

Os resultados das entrevistas, com base na amostra de 32 militantes distribuídos igualmente entre homens e mulheres, entre quatro macrorregiões do país e com base em quatro perfis (filiados históricos,

novos filiados, filiados afastados e desfiliados), permitiram não apenas incluir novos perfis militantes, mas principalmente compreender a relação entre as dimensões analisadas anteriormente ao longo da trajetória militante enquanto processo de formação da IP.

Um dos exemplos da compreensão entre as dimensões de recursos individuais é como a interação de escolaridade, renda e tempo livre com idade influenciam a IP. Os filiados históricos foram os entrevistados com menor nível de escolaridade e com diferentes níveis de renda, porém, com maior tempo livre (aposentados ou autônomos), pois o seu ciclo de vida lhes proporciona uma estabilidade financeira (independentemente do nível de renda) e esse conjunto de fatores permite um engajamento mais intenso do que os filiados afastados, perfil com os maiores índices de escolaridade, maioria de média idade e baixa IP, pois a instabilidade financeira exerce uma pressão sobre o tempo livre que os leva a priorizar outras formas de engajamento sociais e afastar-se da militância partidária. Já os novos filiados de baixa idade que não têm independência financeira (mas que geralmente trabalham em tempo parcial) conseguem conciliar o trabalho, com estudo e múltiplos engajamentos simultaneamente.

Portanto, essa diferença do ciclo de vida dos militantes também explica porque os jovens têm mais possibilidades de atuação multimilitante, enquanto que as demais idades passam por oscilações na intensidade de engajamento que se reflete em bifurcações, a partir das quais os militantes buscam priorizar uma atuação mais específica: os filiados históricos foram os que optaram pela militância partidária como prioridade o que os torna filiados com alta IP; os filiados afastados decidiram priorizar o engajamento em organizações sociais sem romper os laços iniciais de recrutamento partidário, mantendo uma baixa IP partidária; e os desfiliados, motivados por episódios específicos, decidiram sair do PT para atuar em outros partidos ou mesmo para outras formas de militância social, ainda que se mantenham os efeitos duradouros da experiência militante mesmo após o desengajamento (LECLERCQ, 2005).

De um lado, os fatores que influenciam tanto o afastamento quanto à defecção dos militantes podem ser resumidos em três motivos: mudanças de vida por episódios biográficos (casamento, filhos, emprego etc.), mudanças de valores sociais para causas alternativas (como novos movimentos sociais) ou mudanças de posicionamento em função de divergências ou desilusões que levam a um enfraquecimento dos laços identitários (FILLIEULE & PUDAL, 2010).

Por outro lado, as retribuições simbólicas e materiais têm efeito de motivação sobre a trajetória dos militantes, porém essa estrutura de oferta das recompensas é oportunizada de forma escalável (GAXIE, 2005) e o partido seleciona a distribuição das retribuições para seus membros de maneira desigual (FILLIEULE, 2001; GOIRAND, 2014; 2016), ou seja, as características gerais da militância dão acesso às retribuições simbólicas e habilidades específicas (combinadas com o acúmulo de experiência política) dão acesso às retribuições materiais.

Com base na análise das trajetórias militantes, pode-se afirmar que os filiados históricos têm alta IP porque foram socializados numa fase do PT em que se destacavam os NBs e o papel ativo dos filiados, articulados com as oportunidades de engajamento simultâneo em movimentos sociais. Esse processo permitiu o acúmulo de experiência política e especialmente dos *habitus* do campo petista que reforçaram os laços de solidariedade coletiva e facilitaram o acesso às retribuições simbólicas e materiais. Com isso, diante das bifurcações da carreira militante esse perfil de militante optou pelo engajamento prioritário no partido e encontra-se, no momento atual, entre os filiados com alta IP.

Os filiados afastados de média idade encontraram uma estrutura de oportunidades de engajamento partidário em processo de mudança (perda de importância dos NBs e início da centralização das decisões que permitiram uma transformação mais ampla na forma de funcionamento partidário) e uma militância simultânea em movimentos sociais ainda presente, porém igualmente modificada (menos permanente). Contudo, esse contexto permitiu igualmente um acúmulo de experiência e uma conversão em capital político; no entanto, diante das bifurcações do ciclo de vida (motivado por mudança individual de vida; mudança de valores sociais; ou de divergências e desilusões), esse perfil de militantes optou por priorizar outros espaços sociais sem romper o vínculo com o partido, tornando-se um filiado com baixa IP.

O perfil de militantes desfiliaados, que igualmente têm recebido atenção na literatura sobre o militantismo a fim de entender tanto os mecanismos de engajamento quanto de desengajamento das carreiras militantes (BECKER, 1963; FILLIEULE, 2001; AGRIKOLIANSKI, 2002), demonstra que o rompimento pode ocorrer pelos mesmos motivos apresentados anteriormente (filiados afastados), porém, os desfiliaados dão maior ênfase para algum episódio específico que os leva à saída do partido.

Finalmente, entre os novos filiados esse processo de conversão da experiência militante em capital político é mais complexo, podendo ser sintetizados em três tipos distintos dentro desse mesmo perfil: novos

filiados filhos de petistas; novos filiados com experiência partidária anterior ao PT (político profissional); ou novos filiados sem experiência prévia. Os primeiros assimilam uma socialização afetiva que os integra facilmente com militantes de alta IP; os segundos têm a oportunidade de conversão da sua experiência prévia para o petismo, além de terem a preferência partidária por uma segmentação estratégica na atual fase institucional do PT (GOIRAND, 2016); enquanto que os últimos são os que Amaral (2013) se refere à estratégia de recrutamento com maior inclusividade do ponto de vista do perfil socioeconômico e menor intensidade de participação, que podem ser caracterizados com o perfil de novos filiados de alta idade e baixa IP verificado na análise do *survey*.

Portanto, os distintos níveis de IP se explicam pelas trajetórias militantes em que, por um lado, a interação de tempo de filiação e de idade com os demais recursos individuais no processo de socialização se converte em experiência militante que amplia o acesso às retribuições simbólicas e materiais, se converte em capital político e reforçam os laços de identificação partidária, resultando em alta IP, ou, por outro lado, a carreira militante passa por bifurcações que levam ao afastamento ou defecções, ainda que isso não signifique abandono da opção de vida militante que se realiza em outras esferas de participação.

Entre outras considerações gerais sobre a tese, pode-se afirmar que esta pesquisa contribuiu com o debate sobre o petismo pelo recorte do problema (intensidade de participação), pelo enfoque e amplitude da pesquisa empírica (amostra nacional de filiados de base), pela metodologia (combinando método quantitativo e qualitativo), e pelo referencial teórico (articulando duas tradições que pouco dialogam entre si: a teoria do voluntarismo cívico e a sociologia do militantismo).

No entanto, ao final reconhece-se alguns limites na abrangência da análise que demandaram a opção por algumas hipóteses em detrimento da amplitude das informações disponíveis na pesquisa empírica e outras lacunas que permanecem em aberto como indicativo para estudos posteriores, como por exemplo, a comparação da participação de alta intensidade dos filiados do PT em relação a outros partidos importantes no sistema partidário brasileiro e do Brasil com outros países da América Latina ou outras partes do mundo, a construção de uma série histórica com os filiados do PT para analisar se mantém-se a tendência de declínio da IP entre os novos filiados de alta idade, se ela corresponde ao mesmo perfil de filiados e se esses mesmos ou outros preditores têm poder explicativo para essa variável dependente de participação de alta intensidade.

REFERÊNCIAS

- AGRIKOLIANSKY, E. (2002) *La Ligue Française des Droits de L'Homme et du Citoyen Depuis 1945*. Paris, L'Harmattan, 2002;
- ALMOND & VERBA (1989 [1963]) *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Sage Publications: 1963;
- AMARAL, O. M. E. (2010) **As transformações na organização do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. Tese Doutorado. UNICAMP: Campinas, SP: [s. n.], 2010;
- _____ (2011). Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. **Revista Opinião Pública**, Campinas (SP), vol. 17, nº 1, Junho, 2011, p.01-44;
- _____ (2013) As transformações nas formas de militância no interior do PT: Maior inclusão e menor intensidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Vol. 28 nº 82 junho/2013 (pp. 67-86);
- AMES, B & POWER, T.J. (2010) *Parties and Governability in Brazil. In. Party Politics in New Democracies*. Oxford (New York): Oxford University Press, 2010;
- AZEVEDO, F. A. (2009). O PT, a imprensa e as coberturas das eleições presidenciais (1989-2006). In. ANGELO & VILLA (org). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006):** uma história revisitada. São Carlos (SP): Editora EdufscCar, 2009;
- BAQUERO, M. (2001) **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001;
- _____ (2007) Subsídio para a compreensão da cultura político-eleitoral da democracia brasileira. In. **Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política**. Universidade Federal de Santa Catarina. PPGSP. v. 6 n. 10. p. 25-51. Florianópolis (SC): UFSC, 2007;
- _____ (2009) A Democracia Eleitoral e a Cultura Política no Brasil: reflexões sobre o processo eleitoral. In. BAQUERO e CREMONESE (Org). **Eleições Municipais 2008: Uma análise do comportamento eleitoral brasileiro**. Ijuí (RS): Editora UNIJUÍ, 2009;
- BARBETTA, P. A (2012) **Estatística aplicada às ciências sociais**. 8ª edição. Florianópolis: editora UFSC, 2012;

- BARTOLINI, S. (1988). *Partidos y sistemas de partidos*. In. PASQUINO & BARTOLINI (org.) **Manual de Ciencia Política**. Madrid: Alianza Universidad, 1988;
- BECK, N. (2000). *Political methodology: a welcoming discipline*. **Journal of the American Statistical Associations**, 2000;
- BECKER, H. S. (1963). **Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance**. Nova Iorque: The Free Press, 1963;
- BENEVIDES, M. V. M. A (1981) **UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981;
- _____ (1989) **O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989;
- BIERNACKI & WALDORF (1981) *Snowball Sampling Problems and Techniques of Chain Referral Sampling*. **Rev. Sociological Methods & Research**. Vol. 10 No. 2. November, 1981;
- BOBBIO, R. (1995). **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora UNOESP, 1995;
- BORBA, J. et al. (2009) A Eleição de 2008 para Prefeito em Florianópolis. In. BAQUERO e CREMONESE (Org). **Eleições Municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro**. Ijuí (RS): Editora UNIJUÍ, 2009;
- BORBA, J. (2012) Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. In. **Sociedade e Estado**. Vol.27 n.2 Brasília Mai/Ago. 2012;
- BORBA, GIMENES & E. RIBEIRO (2015). Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. **Revista Novos Estudos**. Ed. 101. Março, 2015;
- BOURDIEU, P. (2009). **O poder simbólico**. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009;
- _____ (2011). **A economia das trocas simbólicas**. 7ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2011;
- BOX-STEFFENSMEIER, J. BRADY, H. E. & COLLIER, D. (2010) *Political Science Methodology*. In. **The Oxford Handbook of Political Methodology**. Oxford: Oxford University Press (pp. 3-34);

BRAGA, M.S.S. e PIMENTEL, J. Jr (2011). Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 17, nº 2, Novembro, 2011, p.271-303;

BRASIL [Estatuto da Juventude (2013)]. **Estatuto da juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013;

CARMINATTI, F. (2006). **Juventude e Rebeldia**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 2006;

CARREIRÃO, Y. S. & KINZO, M. D. G. (2007) Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). **Revista Dados**, Rio de Janeiro, 2007. Edição nº 47, pp. 131-168;

CARREIRÃO, Y. S. (2002). **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis/Rio de Janeiro: UFSC/FGV, 2002;

_____ (2007). Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Revista Opinião Pública**, Campinas, 2007 :307-339;

_____ (2008). Opiniões públicas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 14, nº 2, 2008 :319-351;

_____ (2013). O sistema partidário brasileiro: um balanço das tendências recentes. In. ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. São Paulo, **ANAIS do 37º Encontro Anual da ANPOCS**, 2013;

CÉSAR, B. T. (2002) **PT: a contemporaneidade possível - base social e projeto político (1980-1991)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002;

CERRONI, U. (1982) **Teoria do partido político**. São Paulo: Editora de Ciências Humanas, 1982;

CHARLOT, J. **Os partidos políticos**. Editora UnB: Brasília, 1982;

CORADINI, O. L. (2001) **Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas**. Rio de Janeiro: UFRJ – Núcleo de Antropologia Política, 2001;

_____ (2006). Representação profissional e elites políticas no Brasil no período recente. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis: UFSC, 2006 v. 05, n. 9, p – 123-161;

_____ (2007). Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, jun/2007 v. 28, p.181-203;

CREWE, I. & GOSSCHALK, B. (1995) *Political communications: the general election campaign of 1992*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995;

CROSS & YOUNG (2004) *The Contours of Political Party Membership in Canada*. In. **Party Politics: Political Organizations and Parties Section of the American Political Science Association**. London: SAGE Journals, Jul - 2004;

DALTON, FERREL & MacALLISTER. (2011) *Political Parties and Democratic Linkage: How Parties Organize Democracy*. Hardback, September 2011;

DALTON, R. J. (2005) *Citizen Politics*. Washington, DC: Congressional Quarterly Press, 2005;

_____ (2013) *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. London: SAGE Publications, 2013;

DOWNS, A. (1957 [1991]) *An economic theory of democracy*. New York: Harper Row, 1957;

DUVERGER, M. (1980 [1951]) **Os partidos políticos**. Ed. UnB: Brasília, 1980;

EVANS, J. R. & MATHUR, A. (2005). *The value of online surveys*. **Internet Research**, vol. 15, n. 22, 2005, p. 195-219;

FILLIEULE, O. (2001) *Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individual*. In. **Revue française de science politique**, 2001. vol. 51, p. 199-215;

FILLIEULE, O. & PUDAL B. (2010) *Sociologie du militantisme. Problématisations et déplacement des méthodes d'enquête*. In. Fillieule O., Agrikoliansky E. et Sommier I. (org.), **Penser les mouvements sociaux. Conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines**. Paris: La Découverte, 2010, p. 163-184;

FERREIRA, M. M. & FORTES, A. (2008) **Muitos caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2008;

FRANCO, A. A. M. (1980) **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 3ª Edição. Ed. Alfa-Omega: São Paulo, 1980;

FRANZ, W.F.N. (2016) Aderentes e militantes: a participação político-partidária na era do Partido Cartel. In. **Revista de Sociologia Política**, v. 24, n. 60, p. 91-113, dez. 2016;

PERSEU ABRAMO (2014) **Banco de dados dos delegados**. Mensagem recebida de nop@fpabramo.org.br em 06 de outubro de 2014;

GADOTTI, M. e PEREIRA, O (1989). **PRA QUE PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989;

GAGLIETTI, M (2003) **PT: ambivalências de uma militância**. 2ª Edição. Porto Alegre: Decasa – Palmarinca, 2003;

GALLAGHER & MARSH (2004) *Party Membership in Ireland: The Members of Fine Gael*. In. **Party Politics: Political Organizations and Parties Section of the American Political Science Association**. London: SAGE Journals, Jul - 2004;

GAXIE, M. D. (1977). *Economie des partis et retributions du militantisme*. In: **Revue française de science politique**, 27e annee, n°1, 1977. pp. 123-154;

_____ (2005) *Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective*. In. **Swiss Political Science Review** 11 (1): 157-188;

GIMENES, E. R. (2015). **A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias: partidatismo na América Latina**. Tese de doutorado em Sociologia Políticas. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Florianópolis, 2015;

GOIRAND, C. (2014) *The Worker's Party, from contention to public action: a case of institutionalization*. In: **Journal of Politics in Latin America**. GIGA German Institute of Global and Area Studies, Institute of Latin American Studies and Hamburg University Press 6, 3, 95–127;

_____ (2016) *Le « PT light » en campagne L'institutionnalisation du Parti des travailleurs (Brésil) vue depuis ses campagnes électorales*,

1980-2010. **Politix. Revue des sciences sociales du politique**, Volume 29 - n° 113/2016, p. 65-89;

GOLDSTEIN, A. (2015) *De la expectativa a la confrontación: O Estado de São Paulo durante el primer gobierno de Lula da Silva*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sans Soleil Ediciones Argentina, 2015 E-Book;

GOODMAN, L. (1961) *Snowball Sampling*. *Annals of Mathematical Statistics* 32: 245-268;

HAGUETTE, T. M. F. (1997) **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5a Edição. Petrópolis: Vozes, 1997;

HEIDAR, K. (2006) *Party membership and participation*. In. KATZ & CROTTY (org). *Handbook of Party Politics*. Uk: SAGE, 2006. Pp. 301-315;

HIRSCHMAN, A. O. (1973) **Saída, Voz e Lealdade: reações ao declínio de firmas, organizações e estados**. Tradução (Ângela de Assis Melim). São Paulo: Ed. Perspectiva. 1973;

HUNTER, W. & POWER, T. (2007) *Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006*. In. **Latin American Politics and Society**, Miami, v. 49, n. 1, p. 1-30, 2007;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). **Senso 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>;

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009;

KATZ, R. MAIR, P. (1994) *How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies*. London: Sage, 1994;

_____ (1995) *Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party*. **Party Politics**, London, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995;

KECK, M. (1991) **PT, A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991;

- KINDER, D. & PALFREY, T. T. (1993) *On behalf of an experimental political science*. In: **Experimental Foundations of Political Science**. Ann Arbor: university of Michigan Press (pp 1-42);
- KINZO, M. D. G. (1990) O quadro partidário e a constituinte. In: LAMOUNIER (Org). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. Editora Sumaré: São Paulo, 1990;
- _____ (1993) **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. Centro de Estudos Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung: São Paulo, 1993;
- KIRCHHEIMER, O. (1966) *The transformation of the Western European party systems*. In: LA PALOMBARA, J.; WEINER, M. (Orgs.). **Political parties and political development**. Princeton: Princeton University, 1966. P. 177-200;
- KRAUSE, S. (2006) *Los partidos políticos brasileños: crisis y perspectivas*. In **Diálogo Político, Publicación trimestral de la Konrad-Adenauer-Stiftung** A.C. Año XXIII – N° 4 – Diciembre, 2006, pp. 18;
- LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. (1996) **Técnicas de pesquisa**. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996;
- LAMOUNIER, B. & MENEGUELLO, R. (1986) **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. IDESP (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos): São Paulo, 1986;
- LECLERCQ, C. (2005) *Raisons de sortir. Le désengagement des militants du PCF*. In Fillieule, O. **Le désengagement militant**. Paris: Belin, 2005;
- LERBACH, B. C. (2014) Abordando itinerários de ativistas a partir da sociologia das carreiras militantes. **Em Tese**, Florianópolis, v. 11, p. 59-78, 2014;
- LICIO, E. C.; RENNÓ, L. R. & CASTRO, H. C. (2009) Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. **Opinião Pública**, Campinas, 15 (1): 31-54, 2009;
- LIMA Jr. O. B. (1999) Partidos, eleições e poder legislativo. In: MICELLI, S. (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. Editora Sumaré: São Paulo, 1999;
- LIMONGI, F. & FIGUEIREDO, A. C. (2007) Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: MELO & SÁEZ (org.) **A Democracia**

Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21. Ed. Humanitas (UFMG): Belo Horizonte, 2007;

LUPU, N. *Partisanship in Latin America*. In: CARLIN, R. E.; SINGER, M. M.; ZECHMEISTER, E. J. (Eds.). *The Latin American voter: pursuing representation and accountability in challenging contexts*. Ann Arbor: Michigan University. Disponível em <http://www.noamlupu.com/partisanshipLAV.pdf> Acesso em jun. 2017;

MAINWARING, S. (1991) Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada. **Novos Estudos CEBRAP**: São Paulo, 1991;

MAINWARING, S. & LIÑAN, A. P. (1998) Disciplina partidária: o caso da Constituinte. **Lua Nova**, São Paulo, 1998;

MAINWARING, S. P. & TORCAL, M. (2005) *Party system institutionalization and party system theory: after the third wave of democratization*. Annual Meeting of the American Political Science Association, Washington, 2005;

MANIN, B. (1995) As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 29, 1995 (pp. 5-34);

MANNHEIM, K. (1928) *El Problema de las geraciones*. In. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**. Madrid (ES). Disponível em http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_062_12.pdf. Acessado em 15 de julho de 2014;

MARINO, J. M. F. (2012) Fundamentos do paradigma metodológico causal nas Ciências Sociais, impropriamente denominado Métodos Quantitativos. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, n° 31, set/dez. 2012, p. 20 – 50;

MARÔCO, J. (2011) **Análise Estatística com a Utilização do SPSS**. 5. ed. Lisboa: Pero Pinheiro, 2011;

MAY, J. (1973) *Opinion Structure of Political Parties: The Special Law of Curvilinear Disparity*, *Political Studies*, 21, 135 – 151;

MELO, R. C. (2007) Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In. MELO & SÁEZ (org.) **A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Ed. Humanitas (UFMG): Belo Horizonte, 2007;

MENEGOZZO, C. H. M. (2013) **Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada (1978-2002)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013 – 1 CD-ROM;

MENEGUELLO, R. (1989) **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989;

_____ (1998) **Partidos e governo no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998;

_____ & AMARAL, O. E. (2008) Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil. **BSP Occasional Papers**, 2: 1-25;

MEZZAROBA, O. (1998) O Partido Político em Marx e Engels. **Paralelo 27**, Florianópolis, CPGD/UFSC, 1998;

MICHELS, R. (1982) **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília, Editora UnB, 1982;

MOISES, J. A. & MENEGUELLO, R. (2012) **A desconfiança política e os impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Edusp, 2012;

MORTON, R. B. & WILLIAMS, K. C. (2010) *Experimentation in Political Science*. In. **The Oxford Handbook of Political Methodology**. Oxford: Oxford University Press (pp. 339-356);

NICOLACI DA COSTA, A. M.; ROMÃO DIAS, D. & DI LUCCIO, F. (2009) Uso de Entrevistas On-Line no Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS). **Rev. Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, 22(1), 36-43;

NICOLAU, J. (2010) Partidos e sistemas de partidários: 1995-2009. In. **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: ciência política**. São Paulo, ANPOCS, 2010;

_____ (2012) **Sistemas Eleitorais**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012;

NOVAES, C. A. M. (1993) PT: dilemas da burocratização. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, nº 35, mar/1993;

OKADO, L. T. A & RIBEIRO, E. A. (2015) Condição juvenil e participação política no Brasil. **Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política**, Curitiba, v. 4 n. 1 p. 53-78;

- OLIVEIRA, W. J. F. (2013) A arte de resistir às palavras: inserção social, engajamento político e militância múltipla. In: **As ciências sociais e o espaço da política no Brasil** (org) SEIDL, E. & GRILL, I. G. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013;
- OLSON, M. (1965 [2002]) *The logico f collective action*. Harvard University Press, 2002;
- PAIVA, D.; BRAGA, M. S. e PIMETEL JR. J. T. P. (2007) Eleitorado e partidos políticos no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v.13, n.2, nov. 2007, p. 388-408;
- PALUDO, J. R. (2014) Intensidade da participação de delegados do PT. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA. **ANAIS do 9º Encontro Anual da ABCP**. Brasília, DF 04 a 07 de agosto de 2014;
- PANEBIANCO, A. (2005) **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005;
- PEDERSEN *e tall* (2004) *Sleeping or Active Partners?: Danish Party Members at the Turn of the Millennium*. In: **Party Politics: Political Organizations and Parties Section of the American Political Science Association**. London: SAGE Journals, Jul, 2004;
- PENROD, J. et al. (2003) *A discussion of chain referral as a method for sampling hard-to-reach populations*. **Journal of Transcultural Nursing**, Thousand Oaks, v. 14, n. 2, p. 100-107, 2003;
- PERES, P. S. & MACHADO, A. S. (2013) Recrutamento Partidário de Jovens: Proposta de uma Tipologia. In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. São Paulo, **ANAIS do 37º Encontro Anual da ANPOCS**, 2013;
- PIRES, A. P. (2008) Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, *J e tall* (org.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Editora Vozes; 2008. p. 154-211;
- PITKIN, H. F. (1972) *The concept of representation*. University of California Press: London, 1972;
- PIZZORNO, A. KAPLAN, M. CASTELLS, M. (1975) *Participación y cambio social en la problemática contemporánea*. Buenos Aires: Siap Planteos, 1975. p. 13-82;

PARTIDO DOS TRABALHADORES (2014) **Dados sobre filiados do PT**. Disponível em: <http://sisfil.pt.org.br:8080/rpt/>. Acesso em 01 de novembro de 2014;

PUDAL, B. (2011) *Los enfoques teóricos y metodológicos de la militância*. **Revista de Sociologia**, Porto Alegre, nº 25 (2011) p. 17-35;

PUTNAM, R. (2002) *Solo en la bolera: colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002;

_____ (2006) **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006;

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. (1992) **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992;

REIS, E. T. (2007). **Contestação, engajamento e militância**: da “luta contra a ditadura” a diversidade nas modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. Tese de doutorado em Ciências Políticas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2007;

RENNÓ, L. (2007) Reforma Política: consensos necessários e improváveis. In. MELO & SÁEZ (org.) **A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Ed. Humanitas (UFMG): Belo Horizonte, 2007;

RENNÓ, I. & CABELLO, a. (2010) As Bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Vol. 25 nº 74 outubro/2010;

RIBEIRO, E. A. (2011) **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Maringá (PR): EDUEM, 2011;

RIBEIRO, P. F. (2008) **Dos sindicatos ao governo**: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. Tese de Doutorado em Ciência Política - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008;

_____ (2013) *El modelo de partido cartel y el sistema de partidos de Brasil*. **Revista de Ciência Política**, Santhiago (Chile), Vol 33 nº 3, 2013 p.607-629;

_____ (2014 - a) *An Amphibian Party? Organisational Change and Adaptation in the Brazilian Workers' Party, 1980–2012*. **Journal of Latin American Studies**, 2014 vol. 46 no. 1 p. 87-119;

- _____ (2014 - b) *What do These People Want? Membership and Activism*. In ***Brazilian Political Parties***. Paper presented at the “Contemporary Meanings of Party Membership”, Salamanca, Spain, April, 2014;
- RODRIGUES, L. M. (2002) Partidos, ideologia e composição social. In. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Vol. 17 nº 48 fevereiro/2002;
- RODRIGUES, D. MONTEIRO, L. & MELO, M. (2013) Paradigmas quantitativos e qualitativos no cotidiano da investigação. **Revista Interfaces Científicas: Humanas e Sociais**. Aracaju, V.2, nº 1, p. 9-16: out. 2013;
- ROMA, C. (2006) ***Organizaciones de partido en Brasil: El PT y el PSDB bajo perspectiva comparada***. América Latina Hoy, Salamanca, n. 44, p. 153-184, 2006;
- SADER, E. (1986) **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986;
- SÁEZ, A. & FREIDENBERG, F. (2002) Partidos políticos na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 2, outubro de 2002;
- SAGLIE & HEIDAR (2004) *Democracy within Norwegian Political Parties: Complacency or Pressure for Change?* In. **Party Politics: Political Organizations and Parties Section of the American Political Science Association**. London: SAGE Journals, Jul, 2004;
- SALANT, P. & DILLMAN, D. A. (1994). ***How to conduct your own survey***. New York: Wiley, 1994;
- SAMUELS, D. (2008) A Evolução do Petismo (2002-2008). **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, núm. 2, novembro, 2008, pp. 302-318;
- _____ (2009) A democracia brasileira sob o governo de Lula e do PT. In. **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980 – 2006): uma história revisitada**. ANGELO, V. A. & VILLA, M. A. (org). São Carlos (SP): Editora EdUFSCar, 2009, p. 239-272;
- _____ & ZUCCO, C. (2013) *The Power of Partisanship in Brazil: Evidence from Survey Experiments*. In. **American Journal of Political Science**, 2013 (pp. 1–14);

SARTORI, G. (1982) **Partidos e Sistema de Partidos**. Brasília: Editora UNB, 1982;

SAWICKI, F. SIMÉANT, J. (2009) *Décloisonner la sociologie de l'engagement militant. Note critique sur quelques tendances récentes des travaux français*. **Sociologe Trav**: Paris, 2009;

SCARROW, S. E. (2006) *The nineteenth-century origins of modern political parties: the unwanted emergence of party-based politics*. In. KATZ & CROTTY. **Handbook of party politics**. England: SAGE, 2006 – pp. 17-24;

SCARROW, S. & GEZGOR, B. (2010) *Declining memberships, changing members? European political party members in a new era*. In. **Party Politics**. Originally published online: SAGE Publications, 2010;

SCHATTSCHEIDER E. E. (1942) **Party Government**. New York: Farrar and Rinehart, Inc. 1942. Pp. vii, 220;

SEIDL, E. (2009) Escolarização e recursos culturais na composição de carreiras militantes. **Cadernos CERU**, São Paulo: USP, série 2, v. 20, n.1, Jun/2009;

SELLTIZ, C. et all (1987) **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2a edição. São Paulo: EPU, 1987;

SINGER, A. (2000) **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2000;

_____ (2012) **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. Companhia das Letras: São Paulo, 2012;

STONE, RAPOPORT & SCHNEIDER (2004) *Party Members in a Three-Party Election: Major-Party and Reform Activism in the 1996 American Presidential Election*. In. **Party Politics: Political Organizations and Parties Section of the American Political Science Association**. London: SAGE Journals, Jul - 2004;

TAROUCO, G. S. & MADEIRA, R. M. (2013) Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol. 21, n° 45, p. 149-165, mar. 2013;

TELLES, H. S. (2009 a) O PT e as eleições para a Câmara dos Deputados. In. **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira**

(1980 – 2006): **uma história revisitada**. ANGELO, V. A. & VILLA, M. A. (org). São Carlos (SP): Editora EdUFSCar, 2009, p. 107-151;

_____ (2009 b) *El Partido de los Trabajadores y la red de militantes: ¿qué piensan y en qué creen sus dirigentes y sus candidatos?* In: ULIANOVA, Olga (Org). **Redes Políticas y Militancias**. Santiago de Chile: Editorial USACH e Editora Ariadna. pp. 481 – 534;

TEORELL, J. (1999) *A Deliberative Defence of Intra-Party Democracy*. In. **Party Politics**, Vol. 5, No. 3, 363-382, SAGE, London Thousand Oaks New Delhi, 1999;

TEORELL, J., TORCAL, M. & MONTERO, J.R. (2011) Political participation: Mapping the terrain. In: VAN DETH, MONTERO, J. R. & WESTHOLM, A (eds.), **Citizenship and involvement in european democracies: a comparative analysis** (pp. 334-357). London: Routledge;

TERRON & SOARES (2010) As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 16, nº 2, Novembro, 2010, p.310-337;

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2014). **Estatísticas do Eleitorado**. Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>. Acessado em 10 de setembro de 2014;

VEHOVAR, V. MANFREDA, K. L. KOREN, K. (2012). *Internet Surveys*. In. **The Sage Handbook of Public Opinion Research (2nd ed.)**. London: Sage, 2012;

VEIGA, L. F. (2011) O partidarismo no Brasil (2002/2010). **Opinião Pública**, Campinas, vol. 17, nº 2, Novembro, 2011, p.400-425;

VERBA, S. & NIE, N. H. (1972) **Participation in America: Political Democracy and Social Equality**. Harper & Row Publishers: New York, 1972;

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.L. & BRADY, H.E. (1995) **Voice and equality. Civic voluntarism in American politics**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995;

WATTENBERG M. P. (1998) **The Decline of American Political Parties, 1952-1996**. Fifth Edition. Harvard University Press, 1998;

- WEBB, P. & WHITE, S. (2010) *Conceptualizing the institutionalizations and performance of political parties in new democracies*. In. **Party Politics in New Democracies**. Oxford (New York): Oxford University Press, 2010;
- WEBER, M. (2012) **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4ª Edição. Brasília: Editora UnB, 2012;
- WELLER, SANTOS e tal, (2002). Karl Mannheim e o método documentário de interpretação: uma forma de análise das visões de mundo. In. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. XVIII, n. 2, p. 375-396, jul./dez. 2002;
- WELLER, W. (2005) A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. **Sociologias**, Porto Alegre, UFRGS, vol. 7, n. 13, jan/jun 2005, pp. 260-300;
- WHITE, J. K. (2006) *What is a political party?* In. KATZ & CROTTY. **Handbook of party politics**. England: SAGE, 2006 – pp. 5-15;
- WHITELEY, P. & SEYD, P. (1992). **Labour's Grass Roots: The Politics of Party Membership**. Oxford: Clarendon Press, 1992;
- _____ (2002) **High-Intensity Participation: the dynamics of party activism in Britain**. EUA: University of Michigan, 2002;
- _____ (2004) **British Party Members: An Overview**. In. **Party Politics: Political Organizations and Parties Section of the American Political Science Association**. London: SAGE Journals, Jul - 2004;
- WHITELEY, P.F. (2011) *Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world*. In. **Party Politics**. January 2011 vol. 17 no. 1 21-44. Disponível em <<http://ppq.sagepub.com/content/17/1/21.full.pdf+html>> Acessado em 10 de agosto de 2011;
- YOUNG, I.M. (2001) **Activist challenges to deliberative democracy**. Political Theory, vol. 29, n. 5, 2001, p. 670-690;
- ZUCCO JR, C. (2011) Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, T. J.; ZUCCO JR. (orgs). **O congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011;

ZUCCO JR, C. & SAMUELS, D. (2014) *The Power of Partisanship in Brazil: Evidence from Survey Experiments*. In. ***American Journal of Political Science***, Vol. 58, No. 1, January 2014, Pp. 212–225;

_____ (2015 – prelo) Petismo e Antipetismo: notas sobre partidarismo no Brasil. Apresentação em: I Seminário Nacional: partidarismo, militantismo e comportamento eleitoral no Brasil. Florianópolis: UFSC, março de 2015;

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA QUANTITATIVA

Participação no PT do Brasil **Pesquisa sobre a participação dos filiados do PT no Brasil**

Caro filiado(a), você foi sorteado para responder uma pesquisa sobre a participação da base do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil.

Você **não** precisa se identificar!

Ao responder esta pesquisa, você estará contribuindo com um estudo acadêmico sobre o PT e qualificando futuros debates sobre o partido.

A pesquisa não vai demorar mais que 15 minutos.

Obrigado!

1. Qual o seu município e Estado?

Município _____ Estado: _____

2.Sexo: () masculino () feminino

3.Qual a sua idade? _____ anos

4.Há quantos anos você está filiado(a) ao PT? _____ anos

5.Atualmente você é membro da direção partidária em algum nível?

() não sou membro*

() sim, sou membro.

**(SE NÃO FOR MEMBRO, NÃO PRECISA RESPONDER A QUESTÃO SEGUINTE)*

6.Se você é membro, de qual dessas instâncias você faz parte?

(VOCÊ PODE ASSINALAR MAIS DE UMA OPÇÃO)

() membro de núcleo de base do PT

() membro de Diretório Zonal do PT

() membro de Diretório Municipal do PT

() membro de Diretório Estadual/Regional do PT

() membro da Direção Nacional do PT

() outras - Qual? _____

7.O que levou você a se filiar no PT?

(VOCÊ PODE ASSINALAR MAIS DE UMA OPÇÃO)

- () fui procurado por algum dirigente do PT através de telefone ou pessoalmente em minha casa;
- () me senti convidado pelo programa do partido na TV;
- () vi algum anúncio em jornais ou *outdoor*;
- () recebi uma carta de algum diretório do PT;
- () fui influenciado no sindicato, associação, movimento social ou igreja;
- () fui influenciado pelo movimento estudantil;
- () fui influenciado por alguém da família;
- () fui influenciado por algum amigo ou contato social;
- () fui influenciado por alguém no local de trabalho;
- () sempre gostei das ideias do PT;
- () outros _____

8. Em quais dessas atividades partidárias você participa?
(VOCÊ PODE ASSINALAR MAIS DE UMA OPÇÃO)

- () faço campanha nas eleições municipais
- () faço campanha nas eleições estaduais/nacionais
- () participo da direção ou ajudo na organização do partido
- () ajudo como fiscal do partido no dia da eleição
- () distribuo panfleto
- () participo de reuniões
- () doo dinheiro para o partido nas campanhas
- () assino abaixo-assinado
- () faço contato social com políticos do PT
- () outros _____

9. Escolha uma ou mais formas que você utiliza para se comunicar quando quer entrar em contato com o PT e com que frequência.

() Converso pessoalmente com algum dirigente:

Diariamente ()	Semanalmente ()	Mensalmente ()	Pouca frequência ()	Nenhuma ()
--------------------	---------------------	--------------------	-------------------------	----------------

() Converso pessoalmente com algum Vereador, Prefeito ou Deputado:

Diariamente ()	Semanalmente ()	Mensalmente ()	Pouca frequência ()
-----------------	------------------	-----------------	----------------------

Vou até a sede do partido:

Diariamente ()	Semanalmente ()	Mensalmente ()	Pouca frequência ()	Nenhuma ()
--------------------	---------------------	--------------------	-------------------------	----------------

Telefone para a sede do partido:

Diariamente ()	Semanalmente ()	Mensalmente ()	Pouca frequência ()	Nenhuma ()
--------------------	---------------------	--------------------	-------------------------	----------------

Mando *e-mail* para o diretório municipal, estadual ou nacional:

Diariamente ()	Semanalmente ()	Mensalmente ()	Pouca frequência ()	Nenhuma ()
--------------------	---------------------	--------------------	-------------------------	----------------

Participo de reuniões e eventos:

Diariamente ()	Semanalmente ()	Mensalmente ()	Pouca frequência ()	Nenhuma ()
--------------------	---------------------	--------------------	-------------------------	----------------

Utilizo outras formas para procurar o PT. Quais? _____:

Diariamente ()	Semanalmente ()	Mensalmente ()	Pouca frequência ()	Nenhuma ()
--------------------	---------------------	--------------------	-------------------------	----------------

10. Escolha uma ou mais formas com que o PT se comunica diretamente contigo e com que frequência:

Através da visita de algum dirigente municipal na minha casa:

Diariamente ()	Semanalmente ()	Mensalmente ()	Pouca frequência ()	Nenhuma ()
--------------------	---------------------	--------------------	-------------------------	----------------

Através da visita de algum dirigente municipal no meu local de trabalho:

Diariamente ()	Semanalmente ()	Mensalmente ()	Pouca frequência ()	Nenhuma ()
--------------------	---------------------	--------------------	-------------------------	----------------

Através de telefonema de algum dirigente, Vereador, Prefeito ou Deputado:

Diariamente ()	Semanalmente ()	Mensalmente ()	Pouca frequência ()	Nenhuma ()
--------------------	---------------------	--------------------	-------------------------	----------------

Através de e-mail do diretório municipal, estadual ou nacional:

Diariamente ()	Semanalmente ()	Mensalmente ()	Pouca frequência ()	Nenhuma ()
--------------------	---------------------	--------------------	-------------------------	----------------

Através de e-mail de algum Vereador, Prefeito ou Deputado:

Diariamente ()	Semanalmente ()	Mensalmente ()	Pouca frequência ()	Nenhuma ()
--------------------	---------------------	--------------------	-------------------------	----------------

Outras formas que o PT entra em contato comigo. Quais? _____:

Diariamente ()	Semanalmente ()	Mensalmente ()	Pouca frequência ()	Nenhuma ()
--------------------	---------------------	--------------------	-------------------------	----------------

11. Você está satisfeito com o nível de contato com o partido?

- muito satisfeito satisfeito pouco satisfeito nada satisfeito
 não sabe

12. O que mais te motiva a estar no PT?

(VOCÊ PODE ASSINALAR MAIS DE UMA OPÇÃO)

- a construção do socialismo
 ajudar a construir a igualdade social
 promover mais justiça social
 a oportunidade de ajudar o PT a ganhar eleições
 ajudar o PT a derrotar os adversários
 ser ativista partidário
 ajudar a direção municipal do PT
 ter influência no partido
 estar bem informado sobre política
 dar suporte ao partido
 a influência da família e amigos
 a influência do sindicato
 a liderança de Lula
 o desempenho da Presidenta Dilma
 as novas políticas implementadas pelo governo federal
 o fato de eu ter conseguido um emprego através do PT
 outras razões _____

13. Falando do PT, você diria que, desde que foi fundado até hoje, o PT mudou ou não mudou a sua forma de fazer política?

sim, mudou não mudou não sabe

13-a. SE VOCÊ ACHA QUE MUDOU, você acha que o PT mudou muito ou pouco?

muito pouco não sabe

13-b. SE VOCÊ ACHA QUE MUDOU, você diria que mudou para pior ou para melhor?

para pior para melhor
 em partes para melhor e outras para pior não sabe

13-c. SE VOCÊ ACHA QUE MUDOU, desde quando o PT mudou e a partir de que acontecimento?

Ano: _____

Evento: _____

não sabe

14. Mas SE VOCÊ ACHA QUE O PT NÃO MUDOU, na sua opinião, isso é bom ou é ruim?

bom ruim não sabe

15. Na sua avaliação, atualmente, qual a ênfase que o PT dá para as seguintes afirmações?

“ATUALMENTE O PT ENFATIZA A SUA IMAGEM PARTIDÁRIA”

ênfase excessiva ênfase necessária pouca ênfase nenhuma ênfase não sabe

“ATUALMENTE O PT ENFATIZA OS PRINCÍPIOS PARTIDÁRIOS”

ênfase excessiva ênfase necessária pouca ênfase nenhuma ênfase não sabe

“ATUALMENTE O PT ENFATIZA AS QUESTÕES ADMINISTRATIVAS DE GOVERNO”

ênfase excessiva ênfase necessária pouca ênfase nenhuma ênfase não sabe

“ATUALMENTE O PT ENFATIZA A CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA”

() ênfase excessiva () ênfase necessária () pouca ênfase () nenhuma ênfase () não sabe

“ATUALMENTE O PT ENFATIZA A JUVENTUDE”

() ênfase excessiva () ênfase necessária () pouca ênfase () nenhuma ênfase () não sabe

“ATUALMENTE O PT ENFATIZA AS MULHERES”

() ênfase excessiva () ênfase necessária () pouca ênfase () nenhuma ênfase () não sabe

“ATUALMENTE O PT ENFATIZA A PARTICIPAÇÃO POPULAR”

() ênfase excessiva () ênfase necessária () pouca ênfase () nenhuma ênfase () não sabe

16. Na sua opinião, atualmente, qual a importância do Socialismo para o PT?

(VOCÊ DEVE ESCOLHER APENAS UMA DAS ALTERNATIVAS)

- () atualmente o PT está pragmático e não é mais socialista
 () atualmente o PT se afastou um pouco do socialismo, mas mantém suas origens
 () o PT não mudou sua ideologia e continua sendo um partido socialista
 () não sabe

17. Em política, muitas vezes fala-se em esquerda e direita. Essa distinção política tem sentido? (VOCÊ DEVE ESCOLHER APENAS UMA DAS ALTERNATIVAS)

- () sim, tem muito sentido
 () tem um pouco de sentido
 () não tem mais sentido
 () nunca teve
 () não sabe

(NAS OPÇÕES ABAIXO ASSINALE A LOCALIZAÇÃO NO ESPECTRO ESQUERDA/DIREITA, SENDO 1 PARA EXTREMA ESQUERDA E 7 PARA EXTREMA DIREITA)

18. Onde você se coloca dentro do espectro político?

Esquerda	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()	6 ()	7 ()	Direita	Não sabe ()
----------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	---------	--------------

19. Na sua opinião, onde o PT se posiciona hoje?

Esquerda	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()	6 ()	7 ()	Direita	Não sabe ()
----------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	---------	--------------

20. E o governo Lula, onde se posicionava antes de 2010?

Esquerda	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()	6 ()	7 ()	Direita	Não sabe ()
----------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	---------	--------------

21. E onde o governo Dilma se posiciona hoje?

Esquerda	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()	6 ()	7 ()	Direita	Não sabe ()
----------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	---------	--------------

22. Na sua opinião, das opções abaixo, qual a principal instância de PARTICIPAÇÃO DA BASE partidária deve ser fortalecida?
(VOCÊ DEVE ESCOLHER APENAS UMA DAS ALTERNATIVAS)

- () os núcleos de base por moradia, por setor, por categoria, etc.
- () os diretórios zonais
- () os diretórios municipais
- () as eleições diretas para as direções (PED)
- () outras respostas _____
- () não sabe

23. Na sua opinião, qual dessas instâncias deve ter a ÚLTIMA PALAVRA de decisão no partido?

- () os Encontros e Congressos devem ter a última palavra de decisão no PT
- () as Executivas municipais estaduais e nacionais devem ter a última palavra de decisão no PT
- () não sabe

24. Entre as duas opções abaixo, na sua opinião, como deve ser DECIDIDA A POLÍTICA do partido?

- () os Deputados e Dirigentes devem decidir a política do partido a qual posteriormente deve ser votada pelos filiados
- () a política do partido deve ser debatida em fóruns e decidida nos Encontros e Congressos
- () não sabe

25. Com relação à participação em organização ou movimento social, assinale aquelas das quais você participava antes de se filiar ao PT (1ª coluna) e depois as que você participa atualmente (2ª coluna)

(SE VOCÊ CONTINUA PARTICIPANDO DAS MESMAS ASSINALE DUAS VEZES)

	Antes de se filiar ao PT	Atualmente
Movimentos sociais		
Sindicato		
Associação comunitária		
Igreja		
Movimento ambiental		
Movimento GLBT		
Movimento estudantil		
Movimento de mulheres		
Outros		

(SE VOCÊ NÃO PARTICIPA, NÃO PRECISA RESPONDER A QUESTÃO SEGUINTE)

25-a. Você é membro da direção ou é somente militante de base desse movimento/organização?

(VOCÊ DEVE ESCOLHER APENAS UMA DAS ALTERNATIVAS)

Membro da direção. De qual movimento/organização? _____

Militante de base. De qual movimento/organização? _____

26. Na sua opinião, participar de reuniões do partido toma muito tempo?

sim não não sabe

27. Na sua opinião, o trabalho político partidário é cansativo?

sim não não sabe

28. Na sua opinião, você é capaz de influenciar a política do PT?

influi muito influi um pouco

não influi não sabe

29. Você diria que o que acontece na política influencia a sua vida?

influi muito influi um pouco

não influi não sabe

30. E você, influencia na política em geral?

influi muito influi um pouco

não influi não sabe

sim não não sabe

48. Na sua opinião, o governo deve ampliar as concessões de rodovias, portos, aeroportos e pré-sal para a iniciativa privada?

sim não não sabe

49. Na sua opinião, o governo deve reduzir as despesas com a máquina pública?

sim não não sabe

50. Na sua opinião, o governo deve ampliar os direitos trabalhistas?

sim não não sabe

51. Na sua opinião, deve-se aprovar leis para ter maior controle e limitar as greves e as manifestações?

sim não não sabe

PARA FINALIZAR

52. Até que ano da escola você estudou?

- nunca fui à escola
- 1ª a 3ª série – primário incompleto
- 5ª a 7ª série – ginásio incompleto
- 4ª série – primário completo
- 8ª série – fundamental completo
- 2º grau (médio) incompleto
- 2º grau (médio) completo
- superior incompleto
- superior completo
- especialização completa ou incompleta
- mestrado completo ou incompleto
- doutorado completo, incompleto ou mais

53. De quanto foi aproximadamente a sua renda familiar no mês passado?

- até R\$ 678,00
- mais de R\$ 678,00 até R\$ 1.356,00
- mais de R\$ 1.356,00 até R\$ 2.710,00
- mais de R\$ 2.710,00 até R\$ 6.780,00
- mais de R\$ 6.780,00 até R\$ 13.560,00
- mais de R\$ 13.560,00
- não teve renda

- não sabe
- não quero informar

54. Em relação ao seu trabalho profissional remunerado, quanto tempo você se ocupa com ele?

- tempo integral
- tempo parcial
- não tenho trabalho remunerado

55. Qual a atividade profissional que você exerce atualmente:

56. Qual a forma do seu vínculo de trabalho?

- assalariado com carteira assinada
- assalariado sem carteira assinada
- por conta própria regular (recolhe INSS)
- por conta própria temporário (bico)
- autônomo, estudante universitário ou profissional liberal
- empregador (quando tiver mais de 2 empregados)
- auxiliar de família sem remuneração fixa
- outros _____

Agora, por favor, devolva o questionário preenchido para o dirigente, que irá enviá-lo aos pesquisadores.

Muito obrigado pela sua atenção e gentileza!

APÊNDICE 2 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS



Carta de apresentação

Companheiro Presidente Municipal do PT,

O seu município foi sorteado para fazer parte de uma amostra de pesquisa acadêmica sobre os filiados do PT no Brasil, da Universidade Federal de Santa Catarina e tem a concordância da Secretaria de Organização (SORG) do PT Nacional, portanto, pedimos a sua colaboração e desde já a confirmação do recebimento desta carta enviando uma mensagem para <participapt@gmail.com>.

Em anexo consta uma quantidade enumerada de questionários a serem auto-aplicados de forma aleatória, junto alguns filiados e filiadas, durante o PED no dia 10 de novembro, da seguinte forma:

- 1–No início da votação, dentre os primeiros filiados que estão votando, um militante ou dirigente (encarregado pelo Presidente Municipal do PT) poderá abordá-los para pedir que preencham o questionário (se o filiado tiver dificuldade de leitura e preenchimento o militante poderá ajudá-lo);
- 2–Depois dos questionários preenchidos o dirigente recolhe os mesmos, coloca no envelope com porte pago e devidamente endereçado, preenche seus dados de remetente e posta no correio entre os dias 11 a 14 de novembro;

Contamos com a sua colaboração,

Florisvaldo Raimundo de Souza
Secretário de Organização do PT Nacional

APÊNDICE 3 - ANÁLISES FATORIAIS

Análise fatorial das variáveis de recrutamento

	Componentes		
	1	2	3
Influenciado por movimento sindical, social ou igreja	,654		
Influenciado pelo movimento estudantil			
Influenciado por alguém da família			,798
Influenciado por amigo ou contato social			,558
Influenciado no local de trabalho	,562		
Sempre gostei das ideias do PT			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 5 iterations.

Análise fatorial das variáveis de retribuições

	Componentes			
	1	2	3	4
Construção do socialismo				
Construir igualdade social			,611	
Construir justiça social			,578	
Ajudar PT ganhar eleições	,550			
Ajudar derrotar adversários	,567			
Ser ativista	,583			
Ajudar direção	,702			
Ter influência no partido	,705			
Estar bem informado				
Dar suporte ao partido				
Influência família e amigos				
Influência do sindicato				,781
Liderança de Lula		,769		
Desempenho Presidenta Dilma		,826		
Novas políticas federais		,642		
Conseguiu emprego no PT				,713

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 8 iterations.

APÊNDICE 4 - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DAS ENTREVISTAS

ROTEIRO ENTREVISTAS PESQUISA QUALI

Pode-se dividir em três blocos, num total de dezesseis questões a serem exploradas:

Bloco 1 – Vamos falar de você, da sua vida, da sua trajetória

- 1)Antecedentes (fala da família, de onde vêm, quem tem envolvimento com política, etc);
- 2)Entrada (como iniciou seu envolvimento, quais os fatores sociais: escola, igreja, família, amigos, trabalho, etc; o que mais te motivou entrar no PT)
- 3)Trajetória (quais as fases da sua militância partidária e em relação aos movimentos sociais; como você sintetiza sua trajetória; qual a relação partido e movimento);
- 4)Quais os tipos de engajamento/atividades (direção, reunião, campanha/panfleto, segurar cartaz/pôr adesivo, doar dinheiro, abaixo assinado, contatos) como isso ocorre em cada fase?
- 5)Qual a intensidade do engajamento em cada fase? Quando foi mais intensa e menos intensa? Porque?
- 6)Como tem sido sua relação com o partido (nível de contato, com quem, com que frequência);

Bloco 2 – Ideologia, Posicionamento e Clivagens

- 7)Socialismo importa? Você é socialista? O PT é? Foi?
- 8)Esquerda e direita importa? De 1 a 7 (você, PT, Lula e Dilma)
- 9)Clivagens (maioridade, aborto, casamento homoafetivo)
- 10)Qual o futuro ideológico do PT?

Bloco 3 - Avaliação do partido, do governo e da militância

- 11)O PT mudou? Quanto? O que? Pra melhor ou para pior?
- 12)Você está satisfeito com o PT atualmente?
- 13)Quais deveriam ser as principais instâncias de decisão? E de base?
- 14)Quais são as prioridades atuais do PT: mkt; governo; burocracia; funcionamento; princípios; juventude; mulheres; participação;
- 15)Vale a pena ter militância hoje? Você influencia PT? Governo? Povo influencia?
- 16)Quais os aspectos positivos e negativos do governo federal?
Tipos Políticas públicas (saúde, concessões, etc)
- 17)Quais as principais dificuldades e desafios futuros do PT?